



Relatório Anual Integrado

2020

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA EPE

Tenho a satisfação de apresentar o Relatório Anual Integrado da EPE referente ao ano de 2020. Este relatório foi preparado com muito zelo e responsabilidade, contando com a colaboração de toda a organização. Nosso objetivo foi oferecer um conteúdo relevante para os leitores e fortalecer nosso compromisso com a transparência pública.

O ano foi marcado pelos imensos desafios impostos pelo ambiente externo, como a pandemia da Covid-19, o cenário fiscal e orçamentário do país e o incidente de segurança cibernética sofrido pela EPE. Por outro lado, marcou importantes mudanças internas da organização e sua gestão, com destaque para a virtualização do trabalho e as novas formas de comunicação, a mudança do nosso escritório central e as mudanças no quadro de lideranças da empresa.

Em meados de março, a imediata transição de todo o nosso efetivo para o regime de trabalho remoto, e sua manutenção ao longo do ano, ocorreu sem que houvesse descontinuidades nos processos e projetos e, o mais importante, nos ajudou a chegar até o final do ano sem nenhum óbito por Covid-19 entre nossos empregados.

Foi nesse contexto desafiador que investimos no aprimoramento do relacionamento com nosso cliente, o Ministério de Minas e Energia, e nossos parceiros no Brasil e no exterior. Podemos aqui destacar que em 2020 passamos a medir o índice de satisfação do MME com nossas entregas, incorporando essa medida como referencial em nosso planejamento estratégico. O índice de satisfação geral medido foi de 9,3/10. Em outras frentes, firmamos novos acordos de cooperação com nossos parceiros e investimos em alianças estratégicas em

nível nacional e internacional, a exemplo do Acordo EPE/BID/CEBRI para desenvolvimento de novos cenários de transição energética e dos esforços de implementação do Plano de Trabalho do Brasil com a Agência Internacional de Energia.

Como destaques do resultado, viabilizamos a conclusão do Plano Nacional de Energia 2050 (aprovado pelo MME em dezembro) e o Plano Decenal de Expansão de Energia 2030 (colocado em consulta pública pelo MME também em dezembro). São dois documentos de fôlego, referenciais, amplamente debatidos e norteadores da política energética nacional a partir de uma visão integrada e de longo prazo.

Ambos os planos são peças importantes para a atração de investimentos para o setor de energia, pois conferem credibilidade às políticas governamentais e reduzem a assimetria de informação no mercado, favorecendo tomadas de decisão mais bem informadas e eficientes. Por isso mesmo são utilizados também pelas empresas para orientar suas estratégias de investimentos no Brasil. Evidência disso são os muitos convites para apresentar e debater os planos em eventos setoriais, assim como pedidos de reuniões por empresas interessadas em investir. Digno de nota, os investimentos mapeados no Plano Decenal são da ordem de R\$ 2,7 trilhões até 2030.

As edições do Plano Nacional de Energia e do Plano Decenal de Expansão de Energia, todavia, não são produtos isolados. São parte de um abrangente processo de planejamento energético, que é alimentado por uma grande quantidade de estudos e publicações, com os mais variados escopos, cobrindo temas como petróleo, gás natural, biocombustíveis, eficiência energética,

energia elétrica, transformação digital, as diversas fontes e tecnologias de produção e uso de energia e o comportamento dos consumidores. Na seção Nosso Desempenho trazemos uma visão geral dessa produção e das evidências dos seus impactos positivos.

Em 2020 foram mais de 50 publicações disponibilizadas pela EPE. Além disso, contabilizamos 148 participações da EPE em eventos de terceiros, o que tem resultado em uma melhor comunicação sobre os fundamentos da política energética nacional e na aceleração da formação de importantes consensos entre governo, empresas e sociedade em geral. Além das publicações, também prestamos diversos serviços, a exemplo da habilitação técnica de projetos nos leilões de energia (130 mil MW de projetos analisados), cálculos de garantia física (mais de 600 empreendimentos) e assessoramento técnico aos grupos de trabalho constituídos pelo MME e pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

Numa retrospectiva, o ano de 2020 começou com um grande desafio, que foi a gestão orçamentária da empresa, impactada pela severa redução da dotação para a EPE na lei orçamentária anual.

Pelo lado das despesas, aceleramos o esforço de mudança do nosso escritório central, para gerar economia com custos de locação. O resultado foi uma importante economia mensal de 30%, estimada em R\$ 15 milhões em 10 anos. Uma mudança é projeto muito complexo e com diversos riscos envolvidos, mas como uma equipe altamente comprometida e muito planejamento, conseguimos alcançar o resultado almejado sem prejudicar as nossas atividades e o atendimento ao

nosso cliente, o MME.

Pelo lado da disponibilidade orçamentária, estabelecemos um plano de contingência e empreendemos esforços para recompor um orçamento que, de fato, viabilizasse que o governo pudesse contar com os estudos e assessoramento da EPE, a exemplo do suporte prestado no grave episódio de blecaute no estado do Amapá, em novembro. Uma parte importante dos nossos esforços de execução foi direcionado para aquisição de ferramentas e bases de dados mais aderentes às necessidades de planejamento, investimentos que renderão frutos muito importantes nos próximos anos, garantindo uma inteligência de modelagem capaz de responder de forma cada vez mais assertiva aos dilemas da política energética. Não nos desatentamos também dos requisitos de capacitação, que foram adaptados para a modalidade à distância.

Ao final, embora a dinâmica orçamentária tenha sido complexa e ocasionado elevada dificuldade para o planejamento da sua execução, que ficou fortemente concentrada nos últimos meses de 2020, executamos 92% da dotação orçamentária total, de R\$ 121,9 milhões, o que entendemos ser um resultado bastante relevante. Desse total, R\$ 7 milhões foram investidos em recursos de tecnologia da informação, críticos para o sucesso da nossa estratégia e para a continuidade das atividades no contexto de virtualização do trabalho.

A gestão responsável e transparente dos recursos públicos investidos na EPE norteia tudo o que fazemos, sendo que o ambiente de ética é cultivado e percebido. Nossa estrutura de governança se mantém aderente aos requisitos da Lei das Estatais e às boas práticas. Nossos administradores

passam por capacitação e por um processo de avaliação de desempenho. As nossas unidades internas de governança, como a Ouvidoria e a Auditoria Interna, atuam com independência e seriedade. Nossos normativos evoluem para responder aos desafios do presente e do futuro, a exemplo da nova Política de Transações com Partes Relacionadas, aprovada em 2020. A transparência ativa é levada a sério. Todo esse cuidado com a governança corporativa tem permitido que as tomadas de decisão se deem com legalidade, transparência e orientadas ao interesse público, como fica evidenciado ao longo deste relatório.

Também gostaria de mencionar que os subsídios para fins de investimento passaram a ser contabilizados em 2020 como Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC). Em 2020 esse valor foi de R\$ 5,6 milhões aproximadamente, a ser incorporado ao capital social da EPE. Essa prática vem no sentido ao atendimento ao que foi exposto na Assembleia Geral Ordinária de 2020.

A EPE é a concretização de uma visão estratégica formulada no Brasil ainda nos anos 1990 durante o processo de reforma e abertura nos mercados de energia, como resgatamos logo no começo deste relatório. A estruturação de processos de planejamento energético integrado, que ganhou força com os choques do petróleo, principalmente a partir dos anos 1970, ganha cada vez mais relevância no contexto de transição energética pelo qual o mundo está passando.

Dessa forma, a existência de uma estrutura pública permanente, prontamente disponível, altamente qualificada e especializada em estudos de planejamento energético, e além disso administrada com profissionalismo e

responsabilidade, é um ativo fundamental para promover os efetivos interesses do país. Nossa atuação retorna à sociedade brasileira na forma de investimentos, empregos, segurança energética, maior sustentabilidade da infraestrutura de energia e desenvolvimento socioeconômico.

Ultrapassamos o ano de 2020 com resultados muito positivos e lançando bases para responder aos novos desafios, seja no planejamento energético, seja na gestão dessa valiosa organização.

Boa leitura!

Thiago Barral
Presidente da EPE

SUMÁRIO

SOBRE ESTE RELATÓRIO	5
CONTEXTO EXTERNO	6
CONHEÇA A EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA	10
NOSSA ESTRATÉGIA	20
NOSSA EQUIPE	28
NOSSOS RELACIONAMENTOS	38
GOVERNANÇA, ÉTICA E TRANSPARÊNCIA	42
GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	50
GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	54
NOSSO DESEMPENHO	58
LICITAÇÕES E CONTRATOS	94
GESTÃO DO PATRIMÔNIO E DA INFRAESTRUTURA	96
DESAFIOS E PERSPECTIVAS	98
APÊNDICES	100
ANEXO	134

SOBRE ESTE RELATÓRIO

Este relatório segue a estrutura de relato integrado, que tem como objetivo unificar informações financeiras e não financeiras, de forma concisa, sobre como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas da organização, no contexto de seu ambiente externo, levam à geração de valor a curto, médio e longo prazos.

No caso da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), por se tratar de uma empresa pública, a expressão "gerar valor" pode ser entendida como gerar resultado que atenda às necessidades de interesse público que justificaram a sua criação.

De acordo com a Lei nº 13.303/2016, popularmente conhecida como "Lei das Estatais", a divulgação anual de relatório integrado é obrigação prevista para todas as empresas estatais federais, como é o caso da EPE.

Além disso, este relatório é componente importante do processo de prestação de contas anuais pela EPE, conforme as orientações colocadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), formalizadas por meio da Instrução Normativa TCU nº 84/2020 e da Decisão Normativa TCU nº 187/2020. Dessa forma, além de buscar incorporar os princípios que norteiam o pensamento integrado, neste relatório também consideramos os elementos de conteúdo fixados pelo TCU.

Nesta edição, damos destaque ao modelo de negócios da EPE para demonstrar para a sociedade e o acionista como transformamos nossos capitais e geramos valor público, não apenas para o Ministério de Minas e Energia, como nosso cliente, mas para os mais variados beneficiários das informações e estudos de planejamento energético realizados pela EPE.

Também destacamos a forma como esses processos conversam com o nosso planejamento estratégico e orientam nossas ações para os próximos anos.

Por definição, temas materiais são aqueles que afetam, de maneira significativa, a capacidade de uma organização alcançar seus objetivos de geração de valor público no curto, médio e longo prazos e com conteúdo relevante para a sociedade.

Para o ano de 2020, definimos a materialidade dos assuntos que serão apresentados neste relatório em função dos principais fatos e eventos que marcaram o ano, como é o caso de temas relacionados ao setor de energia, questões relacionadas à gestão e política pública e assuntos conjunturais.

Com isso, os principais temas que abordaremos neste relatório são:

- Transição energética;
- Reformas setoriais nos mercados de energia;
- Impactos da pandemia da Covid-19;
- A realidade fiscal do Brasil;
- Virtualização do trabalho e segurança cibernética; e
- Atuação da EPE no planejamento energético brasileiro.

Ressaltamos que os temas selecionados também guardam relação direta com diversas manifestações recebidas pela Ouvidoria e pela Assessoria de Comunicação Social da EPE ao longo de 2020.

As informações aqui apresentadas refletem as atividades da EPE para o período entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2020. Antes de ser divulgado ao público, este relatório passou pela aprovação de várias instâncias da estrutura de governança

da EPE, em conformidade com o que prevê a legislação brasileira.

Em caso de dúvidas, sugestões e manifestações sobre o conteúdo deste relatório, envie um e-mail para gabinete@epe.gov.br. Para obter mais detalhes e informações sobre a prestação de contas da EPE para o exercício 2020, acesse www.epe.gov.br.

CONTEXTO EXTERNO

Ambiente institucional

O setor energético é complexo, com múltiplas instituições e atores, privados e públicos, e com variáveis econômicas, sociais, ambientais, geopolíticas e tecnológicas. Nesse contexto, a boa governança institucional, bem como a transparência e previsibilidade, com fundamento em referências e estudos tecnicamente sólidos, são elementos-chaves para a credibilidade do setor energético e a confiança requerida para a tomada de decisão de investimentos. Além disso, a formulação de políticas energéticas consistentes é determinante no alcance de um custo de energia "estruturalmente" competitivo e acessível aos consumidores.

O ambiente, de forma geral, é de elevada incerteza, especialmente quanto à superação da pandemia de Covid-19 e a trajetória da economia mundial e brasileira. Também há incertezas quanto à conformação geopolítica (inclusive no âmbito do comércio internacional, das negociações relacionadas às mudanças

climáticas e no desenho dos instrumentos de transição energética, com suas repercussões para as economias nacionais).

Adicionalmente, as perspectivas tecnológicas (centradas no avanço da digitalização e da inteligência artificial) e as transformações e movimentos sociais e políticos são aspectos que condicionam o planejamento energético.

Transição energética

Em seu aspecto mais abrangente o ambiente externo de atuação da EPE tem sido fortemente impactado pela transição energética. As transições energéticas envolvem diversas dimensões e trazem transformações amplas nos sistemas socioeconômicos e em suas relações com o meio ambiente. Ademais, tal processo é complexo e usualmente longo.

A nova transição energética tem sido embasada por condicionantes como redesenho de mercados, desenvolvimento sustentável, mudanças

climáticas e inovações tecnológicas associadas à eletrônica e à entrada na era digital. Tal conjunto de fatores está moldando as modificações nas matrizes energéticas primárias e finais em todo o mundo, ainda que o estágio e o ritmo possam ser distintos geograficamente.

Nesse contexto, há estímulos ao uso mais eficiente dos recursos energéticos e à redução da participação de combustíveis mais intensivos em emissões de carbono na matriz energética primária mundial em favor de fontes de baixo carbono (sobretudo renováveis) e da eletrificação dos conversores.

Ademais, tal processo ocorre associado à maior automação e digitalização de processos, controles e serviços, possibilitando tanto o aumento da eficiência energética como a maior participação de fontes renováveis com maior variabilidade (eólica, solar, etc.).

Cabe ressaltar que as mudanças na matriz energética primária consistem

apenas na parte diretamente mais visível das transições energéticas. Isto porque as transições energéticas implicam também em profundas alterações na base tecnológica, nos padrões de consumo e nas relações socioeconômicas e ambientais. A própria relação tempo-espaço muda com as transições energéticas, à medida que os serviços de mobilidade se tornam mais eficientes e eficazes.

A digitalização e a automação poderão inclusive evitar a movimentação física de bens e serviços, substituindo em parte fluxos de transporte por fluxos de informação e dados. Essas transformações podem retroalimentar mudanças nas relações socioeconômicas e ambientais via alterações nos fluxos de comércio e nos padrões de consumo das sociedades.

Tais transformações trazem também implicações para a geopolítica da energia, ao alterar as correlações de força entre os países ou regiões e seus respectivos *stakeholders*. As modificações impactam produtores e consumidores da fonte primária hegemônica e suas cadeias tecnológicas associadas, bem como o leque de bens e serviços produzidos a partir dessa base tecnológica ou que lhe sejam relacionados. Ademais, redistribuem impactos sobre o meio ambiente e sobre a sociedade e sua apropriação de riqueza.

O ano de 2020 marcou o fortalecimento dessa agenda, colocada como resposta aos efeitos da pandemia. Alguns países, destacadamente europeus, anunciaram pacotes de investimento para estimular a economia, mas com foco na chamada economia "verde", o que pode influenciar no ritmo de certas transformações no setor de energia e no comportamento do consumidor.

Os estudos de planejamento energético devem buscar, então, balancear a transição energética, a redução das emissões de gases de efeito estufa no setor energético e a promover o desenvolvimento sustentável em suas três dimensões: econômica, social e ambiental.

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)

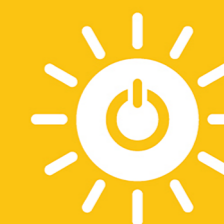
Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) fazem parte de um Protocolo Internacional da Assembleia Geral das Organizações das Nações Unidas (ONU), adotado em setembro de 2015, por 193 países.

O Brasil assumiu o compromisso de implementar os ODS e, através da Secretaria de Governo Federal, criou a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com a finalidade de elaborar um plano de ação para implementação da Agenda 2030, promovendo a articulação com órgãos e entidades públicas das unidades federativas para a disseminação e a implementação dos ODS nos níveis estadual, distrital e municipal.

Em particular, o ODS 7 – Energia Limpa e Acessível visa assegurar o acesso confiável, sustentável, moderado e a preço acessível à energia para todas e todos.

Ainda que o país tenha uma matriz energética primária de baixo carbono, seus desafios à frente para completar a transição energética e promover o desenvolvimento sustentável são consideráveis. Em primeiro lugar, o Brasil é um país em desenvolvimento, registrando ainda níveis modestos de uso de energia por habitante (1,39 tep per capita em 2018, contra 1,86

7 ENERGIA ACESSÍVEL E LIMPA



tep per capita do mundo e 4,10 tep per capita dos países da OCDE). Neste contexto, mesmo com ganhos de eficiência energética, o desenvolvimento econômico conduzirá a busca por maior qualidade de vida pelas famílias acarretando no aumento da demanda por serviços energéticos: força motriz, calor de processo, cocção, climatização de ambientes, aquecimento de água, refrigeração, iluminação, mobilidade, entre outros.

Os estudos de planejamento energético devem buscar, então, balancear a transição energética, a redução das emissões de gases de efeito estufa no setor energético e a promover o desenvolvimento sustentável em suas três dimensões: econômica, social e ambiental.

Redesenho dos Mercados Energéticos

Outro desafio associado à transição energética e aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável é a necessidade de redesenhar mercados energéticos para promover mais diversidade, competição, flexibilidade, confiabilidade, eficiência e inovação, bem como internalizar as externalidades ambientais.

Cabe citar, em particular, a agenda de Modernização do Setor Elétrico, o



Novo Mercado de Gás, o RenovaBio e o Abastece Brasil, somando-se ainda às iniciativas originadas no âmbito de Poder Legislativo. Tais iniciativas almejam adequar os arcabouços institucionais, legais e regulatórios para garantir o acesso universalizado a fontes de energia modernas, limpas e acessíveis à toda a população brasileira.

Governança socioambiental e o setor energético

Ainda que o Brasil, como outros países, busque o desenvolvimento sustentável, a integração das dimensões econômica, social e ambiental não é trivial. Na prática, há dilemas não só entre essas dimensões, mas também dentro das mesmas dimensões.

Ademais, tais dilemas se refletem nos processos de tomada de decisão ao longo da vida de projetos de energia, tornando sua governança complexa e requerendo muita transparência,

informação e diálogo entre as partes interessadas. Uma longa cadeia de decisões com objetivos específicos, distintos e, por vezes, conflitantes precisa ser superada entre a concepção e a implementação e operação de um empreendimento energético. Frequentemente, esse desafio resulta em atrasos de estudos e projetos do setor energético, até ou mesmo cancelamento de projetos.

Acordo de Paris e a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) do Brasil

O Brasil assumiu metas no Acordo de Paris: redução de 37% abaixo dos níveis de 2005, em 2025. Ademais, registrou em sua NDC contribuições indicativas subsequentes de redução de 43% abaixo dos níveis de 2005, em 2030.

Tal comprometimento foi definido apesar de o país partir de uma matriz energética significativamente menos

intensiva em carbono e de ter uma menor responsabilidade histórica sobre o aumento da temperatura. Como afirmado no Anexo de sua NDC, torna-se claro que sua contribuição, "ao mesmo tempo em que é consistente com as circunstâncias e capacidades nacionais, é muito mais ambiciosa do que corresponderia à responsabilidade marginal relativa do Brasil ao aumento de temperatura média global".

No final de 2020, o governo brasileiro comunicou intenção de perseguir a neutralidade nas emissões de gases do efeito estufa até 2060, podendo ser antecipado o prazo em determinadas condições.

O Brasil tem implementado medidas adicionais que são consistentes com sua NDC. Para tal, tem redesenhado seus mercados energéticos e estabelecido instrumentos para acelerar a entrada de novas fontes renováveis para geração elétrica como a eólica, a solar e o biogás, bem como para

ampliar a descarbonização de sua matriz de combustíveis.

A agenda de Modernização do Setor Elétrico, já citada, tem entre seus objetivos facilitar a inserção de inovações no setor elétrico, reforçando o impulso que os leilões de energia já vinham dando aos empreendimentos eólicos, solares e de biomassa, além da energia hídrica. O redesenho do setor elétrico também tem favorecido o crescimento dos recursos energéticos distribuídos, em particular a solar.

Mesmo a termelétricidade requerida para garantir da confiabilidade do sistema tem migrado para fontes de baixo carbono como as a biomassa e a gás natural, cuja oferta será reforçada com o Novo Mercado de Gás, que está redesenhando esse mercado para um arranjo competitivo.

A decisão de retomar a construção de Angra III também contribuirá para manter a baixa emissão de carbono do setor elétrico brasileiro. O país também estuda outras usinas nucleares e o melhor aproveitamento dessa tecnologia, tendo vista seu papel estratégico para o desenvolvimento nacional, inclusive nas aplicações para saúde e agricultura.

Já o RenovaBio, ao estabelecer uma meta de redução da intensidade de carbono dos combustíveis de cerca de 10% e criar um mercado de carbono

para operacionalizar a política (o mercado de CBIO), trará novo momento para a produção e o uso de biocombustíveis no setor de transporte do Brasil. O ano de 2020 foi o primeiro ano de implementação do mercado de CBIOs, com sucesso, mesmo após o impacto inicial da pandemia.

Os biocombustíveis são soluções tecnológicas brasileiras à descarbonização dos transportes, que podem trazer resultados imediatos devido à frota *flex fuel* e/ou por serem *drop-in*. Posteriormente, tais soluções tecnológicas podem ser compatibilizadas com aos novos paradigmas automotivos baseadas na eletrificação. De fato, já há esforços nessa direção no mercado brasileiro com o lançamento em 2019 de veículos híbridos *flex* e com o avanço de pesquisas e desenvolvimento de veículos elétricos a célula combustível a partir de etanol. O programa Rota 2030, lançado pelo governo, estruturou uma política que favorece as inovações na indústria automobilística.

Também as políticas de eficiência energética têm sido reforçadas no Brasil. O Programa de Etiquetagem, o Programa de Eficiência Energética da ANEEL, o PROCEL e o Rota 2030 (que sucedeu o Inovar Auto), entre outros programas, são políticas públicas que visam induzir maiores ganhos de eficiência energética no país.

Destaca-se também que há segmentos de difícil eletrificação, base da nova transição energética, como, por exemplo, os caminhões de longa distância, os navios e os aviões.

Os dois primeiros segmentos têm revelado dinâmicas de médio prazo favoráveis ao GNL em comparação, respectivamente, ao diesel (em corredores azuis, por exemplo) e ao

bunker marítimo. O Novo Mercado de Gás poderá criar o ambiente de negócios e as condições de competitividade para a disseminação dessas tecnologias no Brasil.

Em 2020, vários países anunciaram estratégias para desenvolvimento também de soluções de energia baseadas em hidrogênio. O Brasil deve se posicionar para ser um agente relevante nesse mercado, não apenas como supridor de recursos naturais, mas também tecnologia.

Aliás, o fortalecimento da governança de pesquisa, desenvolvimento e inovação em energia é apontado como fator crítico de sucesso do Brasil na transição energética. Torna-se cada vez mais importante conhecer como tem se dado a destinação de recursos para inovação, mas também integrar o esforço de inovação com a visão de planejamento e política energética.

É importante realçar que a NDC do Brasil seguiu uma abordagem de conjunto da economia (*economy wide*), ou meta global, e de caminhos flexíveis. Isso permite que o país busque as formas mais adequadas e vantajosas de atingimento de sua meta e ainda mantenha a flexibilidade de corrigir rumos à medida que outros caminhos se mostrem mais efetivos a partir das inovações.

Também é preciso ter claro que, além do setor energético, que tem contribuído de forma inequívoca, o atingimento dos compromissos assumidos pelo país no Acordo de Paris pode e deve ser compartilhado com outros setores da economia brasileira. Esse é o princípio da abordagem de meta global (*economy wide*), devendo-se buscar as soluções de menor custo de abatimento das emissões de carbono.



CONHEÇA A EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA

Desde a nossa criação, no ano de 2004, atuamos com excelência técnica e compromisso público para, ao lado de outras renomadas instituições governamentais, desempenhar relevante papel na governança do setor energético nacional. Nesta seção apresentamos um pouco da nossa história, o nosso modelo de negócios e as principais atividades que desenvolvemos.

POR QUE TER UMA EMPRESA COMO A EPE NO BRASIL?

A realização do planejamento energético no contexto de médio e longo prazos fazem parte da história do Brasil desde a década de 1960, com forte atuação verticalizada das empresas estatais do setor. Com a abertura dos mercados de energia no Brasil a partir da década de 1990, a criação da EPE decorreu de um amplo consenso entre agentes do setor energético sobre a necessidade de uma instituição nacional que implementasse uma abordagem integrada do planejamento energético.

O Projeto de Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro (RE-SEB), implantado em 1996 no âmbito da ampla reforma do setor elétrico coordenada pelo Ministério de Minas e Energia (MME), propôs a criação do Instituto para o Desenvolvimento do Setor Elétrico (IDSE), instituição que seria dedicada para desenvolver trabalhos técnicos de planejamento em suporte ao MME e ao então recém-criado Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

Em 1999, o governo federal optou pela criação do Comitê Coordenador do Planejamento da Expansão dos Sistemas Elétricos (CCPE), que, diferentemente da proposta do IDSE, era circunscrito ao MME e organizado na forma de comitês com a participação de diversos agentes, sobretudo a Eletrobras. Já em 2001, a importância de uma instituição como a EPE foi reforçada no Projeto RESEB-COM, uma complementação do RE-SEB, e no Relatório Kelman, que avaliou as causas estruturais e conjunturais que provocaram a crise elétrica de 2001. De acordo com esse relatório, o CCPE não contava com recursos técnicos suficientes, tampouco com quadro de pessoal permanente e motivado, e dependia da Eletrobras para realizar

suas funções, o que caracterizava evidente conflito de interesse.

O Novo Modelo do Setor Elétrico implementado a partir de 2004 provocou algumas alterações em relação às reformas iniciadas na década anterior, sem alterar, no entanto, as suas bases estruturais, como a abertura do mercado e a competição na geração e na comercialização de energia elétrica. Em consequência, as propostas levantadas desde 1996 sobre o IDSE, que posteriormente foi parcialmente efetivada por meio do CCPE, mantiveram sua validade. A crise de abastecimento elétrico de 2001 apenas reforçou a urgência de se criar tal instituição. A criação da EPE, efetivada em 2004, portanto, endereçou soluções defendidas pelo próprio setor energético como necessárias para assegurar os investimentos voltados para a expansão e a modernização do setor energético, imprescindíveis à sustentabilidade do crescimento econômico e social do país.

Além disso, a EPE não só foi concebida para preencher as lacunas deixadas na função dos estudos do planejamento indicativo do setor elétrico, mas também para abarcar todo o setor energético, de forma a viabilizar um planejamento efetivamente integrado no Brasil.

Para saber mais sobre o papel da EPE, acesse: <https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/serie-o-papel-da-epe>.

QUEM SOMOS?

Somos a Empresa de Pesquisa Energética, empresa pública federal de capital fechado vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). Com

Instituições semelhantes à EPE em outros países

O processo de reestruturação e liberalização do setor energético ocorreu não apenas no Brasil. O objetivo comum dessas reformas foi combater ineficiências por meio da implementação de um modelo orientado para o mercado, em grande medida oposto ao paradigma anterior de empresas verticalmente integradas e, em muitos casos, com forte participação estatal.

No entanto, a liberalização dos mercados de energia elétrica no mundo não prescindiu de uma atividade organizacional de planejamento setorial. Essa atividade é altamente valorizada em ambientes altamente liberalizados porque informação é elemento essencial para garantir a melhor alocação de recursos e é indispensável na tomada de decisão dos agentes sobre como e quanto consumir, produzir ou investir. Em condições ideais, informações dessa natureza deveriam estar disponíveis, acessíveis e com baixo ou nenhum custo de obtenção para todos os agentes do mercado.

Conheça alguns exemplos de instituições semelhantes à EPE existentes em outros países:

 <p>U.S. Energy Information Administration</p> <p>Estados Unidos</p> <p>Foi criado em 1977 como agência pública federal e assim se mantém até a atualidade. Coleta, analisa e publica informações energéticas de forma imparcial e independente, de forma a promover políticas energéticas sólidas, mercados eficientes e entendimento do público sobre energia e sua interação com a economia e o meio ambiente.</p>	 <p>Agency for Natural Resources and Energy</p> <p>Japão</p> <p>Parte da estrutura do Ministério da Economia, Comércio e Indústria, a agência é responsável pelo desenvolvimento de políticas energéticas desde 1973, quando foi criada. Um dos seus maiores desafios é apoiar estratégias para lidar com a forte dependência externa de energia.</p>	 <p>Swedish Energy Agency</p> <p>Suécia</p> <p>Vinculada ao Ministério de Infraestrutura, a agência recebe orçamento público aprovado pelo Parlamento e pelo Governo. Contribui com fatos, dados, análises e conhecimento do suprimento e uso de energia, além de ser responsável pelas estatísticas energéticas oficiais e pela gestão de instrumentos como o Sistema Europeu de Transações de Carbono. Também cuida do financiamento de pesquisas sobre temas de interesse do setor energético no país.</p>	 <p>Unidad de Planeación Minero Energética</p> <p>Colômbia</p> <p>Tem por objetivo planejar de forma integrada, indicativa, permanente e coordenada com os agentes do setor energético e de mineração, o desenvolvimento e aproveitamento dos recursos minerais e energéticos, produzir e divulgar informações necessárias para a formulação das políticas e tomadas de decisão, bem como apoiar o Ministério de Minas e Energia colombiano no alcance dos seus objetivos e metas.</p>	 <p>Danish Energy Agency</p> <p>Dinamarca</p> <p>Foi criada em 1976, tem cerca de 500 funcionários e faz parte da estrutura do Ministério de Energia Utilities e Clima da Dinamarca. A agência é responsável por atividades relacionadas a produção, suprimento e consumo de energia, bem como o esforço de redução das emissões de carbono. Também possui atuação em temas relacionados a disponibilidade hídrica e resíduos sólidos.</p>
---	---	---	--	--

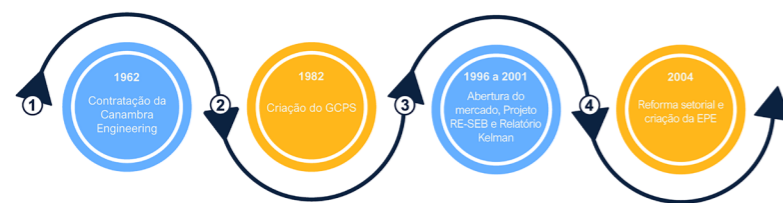
sede em Brasília e escritório central na cidade do Rio de Janeiro, local onde concentramos nossas atividades, desenvolvemos estudos, pesquisas e bases de informações que subsidiam a formulação, implementação e avaliação das políticas energéticas no Brasil.

Somos uma empresa pública estatal dependente, com nossas receitas tipicamente provenientes do Orçamento Geral da União. Destacamos

que a EPE é uma sociedade por ações regida por seu [Estatuto Social](#), especialmente, pela sua lei de criação ([Lei nº 10.847/2004](#)), pela [Lei nº 6.404/76](#), pela [Lei nº 13.303/2016](#), pelo [Decreto nº 5.184/2004](#) e pelo [Decreto nº 8.945/2016](#).

Nosso atual modelo de negócios contempla o Ministério de Minas e Energia como cliente. Apesar disso,

diversos agentes públicos e privados, assim como a sociedade em geral, são usuários ou se beneficiam direta ou indiretamente dos produtos e serviços que entregamos.



1 Primeiro mapeamento integrado do potencial hidroelétrico (Sudeste e Sul), com uso de novas metodologias de planejamento, consistindo no primeiro plano de expansão de longo prazo do país. Fortalecimento da Eletrobras.

2 Responsável pela preparação do planejamento de médio e longo prazo de geração e transmissão, o Grupo de Coordenação do Planejamento de Sistemas Elétricos orientou a expansão no sentido de uma maior interligação dos sub-sistemas, da operação coordenada pela Eletrobras e da introdução da dimensão ambiental no planejamento.

3 Visando à abertura do mercado elétrico no Brasil, o governo contratou consultorias para elaborar o Projeto RE-SEB (1997), que apontou para uma reestruturação da Eletrobras de forma a distribuir muitas de suas funções entre diversos novos agentes necessários para o funcionamento do mercado. Os estudos do RE-SEB defenderam a criação do Instituto para o Desenvolvimento do Setor Elétrico (IDSE), nova instituição com papel de desenvolver estudos técnicos e setoriais de desenvolvimento, assegurando suficiente capacitação técnica para embasar a análise das decisões políticas pelo MME e o CNPE. Essa necessidade foi reafirmada mais tarde, quando do diagnóstico das causas do racionamento em 2001.

4 Criação da EPE para desenvolver estudos técnicos em uma abordagem integrada do planejamento energético, de modo a conciliar, estrategicamente, pesquisas, exploração, uso e desenvolvimento dos recursos energéticos, dentro de uma política nacional unificada e ajustada às demandas do País. Nesse contexto, a reforma setorial manteve suas bases estruturais, com a abertura do mercado e a competição na geração e comercialização, todavia reforçando os instrumentos para garantir a viabilidade dos investimentos na expansão da infraestrutura.

O futuro da energia começa na EPE

Veja como nosso trabalho se traduz em energia para o Brasil



Realizar estudos e pesquisas de alta qualidade visando subsidiar o planejamento, o desenvolvimento e a política energética

Ser uma organização proativa, inovadora e reconhecida por sua excelência técnica em estudos e pesquisas no setor energético



Transformamos



Tomando como referência



Recursos

Dotações orçamentárias

Recursos humanos qualificados e especializados

Relacionamentos

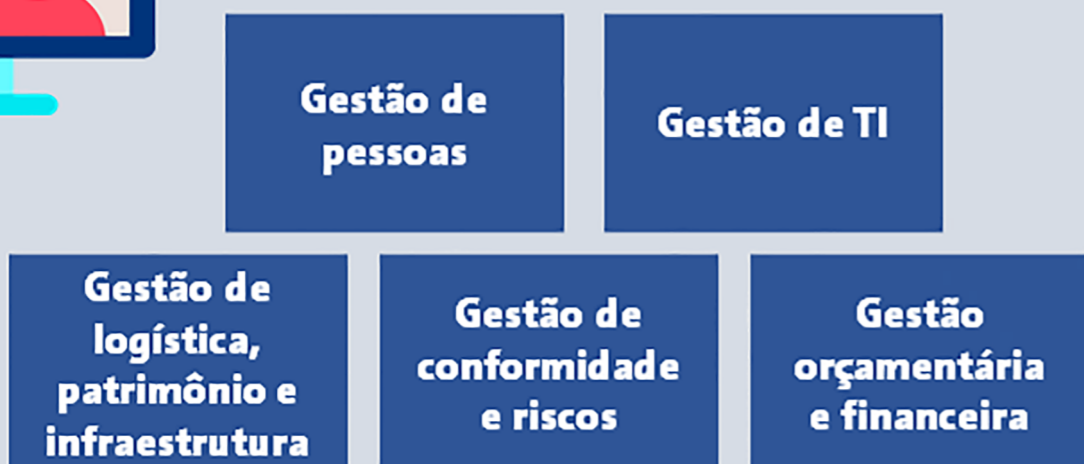
Diretrizes e demandas do MME (cliente)

Dados e informações de diversas fontes

Acordos e parcerias



Contando com suporte de



... atendendo com nossos estudos e informações às necessidades do Ministério de Minas e Energia e com isso gerando valor público por meio de...

Subsídios para a formulação de políticas de energia, de forma integrada e com perspectiva de longo prazo

Monitoramento, avaliação e comunicação dos resultados da Política Energética Nacional

Implementação da Política Energética Nacional

Redução de assimetria de informação no mercado e redução de barreiras de entrada

O QUE FAZEMOS?

Desde o início das nossas atividades em 2004, temos participado ativamente das grandes discussões que dizem respeito ao setor energético brasileiro. Além das diretrizes fixadas pelo MME, nossa atuação é orientada por diversas leis e normativos, de forma a garantir a conformidade das nossas atividades com o interesse público que justificou a criação da empresa.

A lei de criação da EPE estabelece expressamente que os estudos e pesquisas desenvolvidos pela empresa subsidiarão a formulação, o planejamento e a implementação de ações do Ministério de Minas e Energia, no âmbito da Política Energética Nacio-

nal, instituída pela Lei nº 9.478/1997.

Nessa linha, algumas das nossas atribuições legais podem ser sumariamente encontradas a seguir:

- Elaboração de estudos e projeções da matriz energética brasileira;
- elaboração do balanço energético nacional;
- identificação e quantificação dos potenciais de recursos energéticos;
- determinação dos aproveitamentos ótimos dos potenciais hidráulicos;
- obtenção da licença prévia ambiental e a declaração de disponibilidade hídrica;
- elaboração dos planos de expansão da geração e transmissão de

energia elétrica de curto, médio e longo prazos;

- elaboração de estudos para dar suporte ao gerenciamento da relação reserva e produção de hidrocarbonetos no Brasil, visando à autossuficiência sustentável;
- elaboração de estudos de mercado visando definir cenários de demanda e oferta de petróleo, seus derivados e produtos petroquímicos;
- elaboração de estudos para avaliar e incrementar a utilização de energia proveniente de fontes renováveis, inclusive, de eficiência energética.

Destacamos também outros normativos que regulamentam nossas atividades no âmbito do setor energético.

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997	Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.
Decreto nº 3.520, de 21 de junho de 2000	Dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE e dá outras providências.
Lei nº 10.848, de 14 de março de 2004	Dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, altera as Leis nºs 5.655, de 20 de maio de 1971, 8.631, de 4 de março de 1993, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências.
Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004	Regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica, e dá outras providências
Decreto nº 6.353, de 16 de janeiro de 2008	Regulamenta a contratação de energia de reserva de que trata o § 3º do art. 3º e o art. 3º-A da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, altera o art. 44 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, e o art. 2º do Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004, e dá outras providências.
Decreto nº 7.382, de 2 de dezembro de 2010	Regulamenta os Capítulos I a VI e VIII da Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009, que dispõe sobre as atividades relativas ao transporte de gás natural, de que trata o art. 177 da Constituição Federal, bem como sobre as atividades de tratamento, processamento, estocagem, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural
Decreto nº 9.187, de 1º de novembro de 2017	Regulamenta a prorrogação das concessões de geração de energia termelétrica de que trata a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e dá outras providências.
Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012	Regulamenta a Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.
Resolução CNPE nº 27, de 12 de dezembro de 2019	Institui o Comitê para Revitalização das Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres.
Resolução CNPE nº 17, de 8 de junho de 2017	Estabelece a Política de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural, define suas diretrizes e orienta o planejamento e a realização de licitações, nos termos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, e dá outra providência.
Portaria MME nº 403, de 29 de outubro de 2019	Institui o Comitê de Implementação da Modernização do Setor Elétrico no âmbito do Ministério de Minas e Energia.
Portaria MME nº 282, de 15 de julho de 2019	Institui a Comissão Permanente para Análise de Metodologias e Programas Computacionais do Setor Elétrico - CPAMP

Nossa atuação requer ampla articulação com diversos órgãos e instituições. Nesse sentido, empreendemos, no âmbito setorial, estreita articulação com o Ministério de Minas e Energia (MME), com as agências reguladoras – Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e Agência Nacional de Águas (ANA), com o Operador Nacional Sistema Elétrico (ONS) e com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Além disso, a EPE também tem assento em fóruns relevantes do setor energético, como o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE).

Apresentamos a seguir mais detalhes sobre o valor público gerado pelas nossas atividades institucionais.

OFERECEMOS SUBSÍDIOS PARA A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS DE ENERGIA, DE FORMA INTEGRADA E COM PERSPECTIVA DE LONGO PRAZO

Anualmente elaboramos o **Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE)**, que contém projeções, análises prospectivas, balanço estrutural de oferta e demanda, riscos de suprimento e cenários de investimento para o horizonte de longo prazo, de forma integrada e indicativa.

O PDE é utilizado pelo Ministério de Minas e Energia para priorização de ações, inclusive a proposição ao Congresso e ao Conselho Nacional de Política Energética de medidas de aperfeiçoamento dos marcos vigentes, mas também outras ações, como a realização de leilões para contratação de novos empreendimentos de geração e transmissão de energia

elétrica. No ano de 2020, além de termos finalizado as contribuições do PDE 2029, também consolidamos o PDE 2030, que foi disponibilizado para Consulta Pública pelo MME em dezembro de 2020.

Também elaboramos, o **Plano Nacional de Energia (PNE)**, com publicação prevista para cada cinco anos e que traz análises prospectivas e de cunho mais estratégico, baseadas em cenários de longo prazo (30 anos ou mais), considerando variáveis e incertezas críticas como evolução e ruptura tecnológica, mudanças estruturais na produção e consumo de energia e geopolítica da energia, entre outros aspectos.

O PNE orienta debates mais abrangentes, sobretudo relacionados a políticas com custos e benefícios auferidos em horizonte de longo prazo, a exemplo dos investimentos na energia nuclear, na política ambiental associada a grandes empreendimentos hidrelétricos, à estruturação de uma estratégia para os biocombustíveis, a definição de metas de descarbonização da matriz energética, entre outros. Em 2020, a partir das diretrizes fixadas pelo MME, estruturamos o PNE 2050, que atualizou as perspectivas anteriormente trazidas pelo PNE 2030. O estudo também foi objeto de Consulta Pública, tendo sido aprovado pelo MME em dezembro de 2020.

Em forte articulação com outros agentes setoriais (como o MME, o Procel e o INMETRO), também estruturamos os **Planos de Eficiência Energética**, visando identificar soluções de melhor relação custo e benefício para o país e para a competitividade da economia.

Além disso, visando identificar oportunidades e gargalos de infraestrutura de dutos no país, elaboramos os **Pla-**

nos de Expansão da Malha de Gasodutos e Oleodutos, que também contribuem para a redução da assimetria de informações que dificultam a coordenação dos investimentos necessários.

Além da nossa participação direta e do assessoramento que oferecemos ao **Conselho Nacional de Política Energética (CNPE)**, também assessoramos diretamente diferentes comitês, comissões, conselhos e iniciativas relacionadas a reformas setoriais ou construção de novas políticas.

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) é o órgão de assessoramento do Presidente da República para a formulação de políticas e diretrizes de energia.

Conforme definido no Decreto nº 3.520/2000, a EPE integra o CNPE, com direito a voto.

Recentemente, contribuimos ativamente para o RenovaBio, o Novo Mercado de Gás, o GT Modernização do Setor Elétrico, o Abastecer Brasil, o Programa REATE e o Programa BidSIM.

A nossa participação na formulação de políticas de energia se dá por meio de estudos técnicos imparciais e não capturados por interesses econômicos ou comerciais, que auxiliam o formulador na tomada de decisão, provendo evidências e fundamentos.

O adequado e preciso conhecimento dos recursos energéticos nacionais é fundamental para coordenar ações relacionadas ao investimento na infraestrutura viabilizadora do aproveitamento desses recursos de forma competitiva e sustentável, bem como para direcionar esforços de inovação tecnológica para áreas de maior inte-



O RenovaBio é uma política de Estado que reconhece o papel estratégico de todos os biocombustíveis (etanol, biodiesel, biometano, bioquerosene, segunda geração, entre outros) na matriz energética brasileira no que se refere à sua contribuição para a segurança energética, a previsibilidade do mercado e a mitigação de emissões dos gases causadores do efeito estufa no setor de combustíveis. Com isso, os biocombustíveis viabilizam uma oferta de energia cada vez mais sustentável, competitiva e segura.



O Novo Mercado de Gás visa à formação de um mercado de gás natural aberto, dinâmico e competitivo, promovendo condições para redução do seu preço e, com isso, contribuir para o desenvolvimento econômico do País. Coordenado pelo MME e desenvolvido em conjunto com a Casa Civil da Presidência da República, o Ministério da Economia, a ANP, a EPE e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), o programa abrange medidas para todos os elos da cadeia de valor do gás natural, desde o escoamento da produção até a distribuição, respeitando a competência dos Estados para a regulação dos serviços de gás canalizado.



A Portaria MME nº187, de 4 de abril de 2019, instituiu Grupo de Trabalho - GT para aprimorar propostas que viabilizam a Modernização do Setor Elétrico fundamentados nos pilares da governança, da transparência e da estabilidade jurídico-regulatória. Dentre os atos propostos por este GT, destaca-se a Portaria MME nº 403/2019, que instituiu o Comitê de Implementação da Modernização - CIM, que deverá reportar ao CNPE, trimestralmente, a evolução das atividades de Modernização estabelecidas no Plano de Ação.



A iniciativa Abastece Brasil, liderada pelo MME e pilar do CNPE, visa o desenvolvimento do mercado de combustíveis e a segurança do seu abastecimento, como foco na promoção da livre concorrência no setor. O Comitê Técnico Integrado para o desenvolvimento do Mercado de Combustíveis, demais Derivados de Petróleo e Biocombustíveis (CT-CB), instituído por meio do Decreto nº 9.928/2019 e do qual a EPE faz parte, é o principal instrumento para execução dos trabalhos da iniciativa Abastece Brasil, constituindo o foro adequado para a formulação de propostas voltadas para a promoção da concorrência, atuando na diversificação de atores e na atração de investimentos no setor de combustíveis.



O Programa de Revitalização de Atividade de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres - REATE 2020 é uma Política Nacional de fomento à atividade de exploração e produção de petróleo e gás natural em áreas terrestres no Brasil, de modo a propiciar o desenvolvimento regional e estimular a competitividade nacional.

resse nacional.

Nessa linha, realizamos o **mapeamento de recursos energéticos nacionais**, por meio de estudos específicos como o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás, o *Roadmap Eólica Offshore*, os Potenciais de Eficiência Energética, os Estudos de Inventário Hidrelétrico de Bacias Hidrográficas (para definição do aproveitamento ótimo da hidroeletricidade), as Bases de Dados Anemométricos (que reúnem medições de vento em inúmeros pontos do território nacional), entre outros.

CONTRIBUÍMOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA ENERGÉTICA NACIONAL

Elaboramos os **Estudos de Expansão do Sistema de Transmissão (Relatórios R)**, identi-

ficando o crescimento da demanda de energia, da geração de energia e os gargalos que porventura venham a surgir, apresentando a concepção básica da solução a ser futuramente licitada em leilão.

Realizamos a **habilitação técnica** dos projetos cadastrados para **Leilões de Energia Nova e de Energia de Reserva**. Além disso, também oferecemos apoio à definição das diretrizes gerais desse Leilões e ao preço-teto a ser praticado. Ainda no âmbito do apoio técnico que oferecemos ao MME, também realizamos os estudos técnicos de apoio às tratativas referentes ao **Anexo C do Tratado de Itaipu**.

A EPE também atua como agente operador na implementação de cooperações bilaterais e multilaterais,

dando suporte direto ao MME. A título de exemplo, a EPE atua na execução do **Programa de Trabalho do Brasil com a Agência Internacional de Energia (IEA)**, na execução da cooperação bilateral do Brasil com Alemanha, Reino Unido, EUA e outros, e na condução de atividades da *Clean Energy Ministerial* e *Mission Innovation*.

Destacamos que todas as ações aqui listadas estão intimamente relacionadas ao aproveitamento racional dos recursos energéticos disponíveis no país, inclusive os renováveis, e à garantia da segurança energética nacional, com competitividade e sustentabilidade ambiental.

REALIZAMOS O MONITORAMENTO, A AVALIAÇÃO E A COMUNICAÇÃO DOS RESULTADOS DA POLÍTICA ENERGÉTICA NACIONAL

TICA NACIONAL

Desenvolvemos diversos estudos e análises que identificam o impacto das decisões e políticas passadas e vigentes, contribuindo para o ciclo PDCA (*Plan, Do, Check, Act*) da Política Energética Nacional.

Nesses termos, anualmente elaboramos o **Balço Energético Nacional (BEN)**, o mais completo instrumento de monitoramento da Política Energética Nacional. O BEN disponibiliza pública e gratuitamente séries históricas consistidas e detalhadas de todas as cadeias energéticas, permitindo conhecer a evolução da participação de cada setor e cada fonte no suprimento energético do país. No ano de 2020, além da edição anual do BEN, também publicamos uma edição especial do Balço Energético Nacional, que completou 50 anos de séries históricas.

O Balço Energético Nacional também figura como documento de referência do Brasil para representar e comparar o país nas estatísticas energéticas internacionais. Além disso, mais recentemente, vem sendo adotado como base para a conta de energia nas Contas Econômicas Ambientais do Brasil para o setor energético, sob coordenação do IBGE.

Também publicamos os relatórios **Análise de Conjuntura dos Biocombustíveis** e **Boletim de Conjuntura da Indústria de Óleo e Gás**, documentos técnicos que contêm análise detalhada da evolução, das tendências, dos desafios setoriais e dos aspectos geopolíticos associados.

Anualmente também publicamos o **Anuário Estatístico de Energia Elétrica**, documento que

consolida, integra, organiza, analisa e divulga séries detalhadas do mercado de energia elétrica brasileiro. Por meio do Anuário é possível compreender a estrutura da regulação setorial, apoiando análises e recomendações para lidar com os desafios identificados.

Por fim, também possuímos participação ativa nos **Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE)** e **Comitê de Monitoramento do Novo Mercado de Gás**, apoiando os diagnósticos necessários para a garantia da segurança do suprimento de energia elétrica e de gás natural, respectivamente.

CONTRIBUÍMOS PARA A REDUÇÃO DA ASSIMETRIA DE INFORMAÇÃO NO MERCADO E PARA A REDUÇÃO DE BARREIRAS DE ENTRADA

A informação é elemento essencial para permitir a alocação eficiente de recursos e é indispensável na tomada de decisão dos agentes sobre como e quanto consumir, produzir ou investir. Em condições ideais, a informação deveria estar disponível, acessível, com baixo ou nenhum custo de obtenção para todos os agentes do mercado, porém os altos custos de obtenção da informação geram desincentivos para o seu compartilhamento entre os agentes. Estudos econômicos mostram que um mercado em que há informação completa e ampla e irrestritamente disponível para todos os agentes levaria a sociedade a uma situação de equilíbrio economicamente melhor do que um mercado em que há informação assimétrica.

Por sermos uma instituição pública com atuação imparcial, sem interesses econômicos próprios, somos capazes de disseminar a informação de

forma ampla e irrestrita a todos os agentes, contribuindo para a redução da assimetria de informação. Essa imparcialidade também nos possibilita ter acesso a informações confidenciais ou estratégicas de diversos agentes, com base em uma reputação de credibilidade e relacionamentos de confiança. Além disso, como provedores de informações públicas, temos a responsabilidade de garantir um conjunto de informações confiáveis, atualizadas, acessíveis e disponíveis para toda a sociedade.

A disponibilização e acessibilidade aos dados, informações e estudos que produzimos na EPE são elementos relevantes para a melhoria do funcionamento dos mercados de energia e para o aumento da confiança para decisões de investimento. Nesse contexto, a grande maioria dos estudos, projeções e bases de dados que produzimos ou mantemos são convertidos em publicações, sistemas de informação abertos a consulta e utilizados amplamente em apresentações, debates em eventos, entrevistas a diversos canais de comunicação, reuniões com agentes, vídeos, dentre outros.

Para conhecer os principais produtos que desenvolvemos em 2020 em cada uma dessas temáticas, veja a seção **Nosso Desempenho**.

Plano de Comunicação Externa

Como parte central da nossa contribuição para a redução da assimetria de informação no setor energético, redefinimos a nossa estratégia de comunicação de forma a ampliar o alcance dos nossos produtos e serviços para os nossos diferentes públicos de interesse.

Destacamos que todas as ações de comunicação da EPE são realizadas utilizando recursos próprios, não havendo gastos com campanhas publicitárias de qualquer natureza.

Com isso, internalizamos essa proposta no nosso Plano de Comunicação Externa e, nos últimos anos, começamos a estabelecer novos canais de comunicação com nossos diferentes públicos de interesse.

Complementarmente, intensificamos a produção de vídeos e o uso de infografia e similares no que se refere à linguagem visual para a apresentação dos principais resultados e conclusões dos nossos estudos e análises e para realizar a divulgação dos nossos produtos.

Para saber mais como interagimos com os nossos diferentes públicos de interesse, veja a seção Nossos Relacionamentos.



Plano de Comunicação Externa

NOSSA ESTRATÉGIA

Nesta seção apresentamos a construção do nosso planejamento estratégico visando a orientar as nossas ações, considerando a natureza do nosso negócio, nos horizontes de curto, médio e longo prazo. Esse planejamento se desdobra em dois níveis, sendo um estratégico mais geral, denominado Planejamento Estratégico Institucional (PEI), e outro em nível de projetos de cunho transformacional e/ou inovador, denominado Plano Diretor Institucional (PDI).

PRINCIPAIS REFERENCIAIS ADOTADOS

Com o apoio e facilitação da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), concebemos em 2019 com base na metodologia do *Balanced Scorecard* (BSC) o novo ciclo do nosso Planejamento Estratégico Institucional (PEI), referente ao período 2020-2023. O trabalho buscou refletir as lições aprendidas no ciclo anterior, o amadurecimento institucional, técnico e gerencial da empresa, bem como uma releitura abrangente do contexto nacional e internacional, sobretudo as oportunidades e desafios econômicos, políticos, geopolíticos, sociais e ambientais, além da intensa transformação tecnológica que atinge o setor energético.

Durante a construção do ciclo 2020-2023 do PEI, observamos as seguintes diretrizes:

- identificar e assimilar as melhores práticas já apontadas e utilizadas em outros ciclos do Planejamento Estratégico na EPE e em outras instituições similares

- de referência;
- estar alinhado ao Plano Plurianual (PPA 2020-2023) e ao Planejamento Estratégico do MME, nosso ministério supervisor;
- observar aspectos de conformidade, legalidade e gestão de riscos estratégicos;
- aperfeiçoar a integração dos instrumentos de gestão estratégica;
- aumentar a eficácia dos indicadores de resultado e de esforço, obtendo maior efetividade e celeridade no monitoramento;
- promover maior previsibilidade no planejamento de longo prazo;
- compatibilizar as visões *top-down* e *bottom-up*, com participação e envolvimento da Diretoria Executiva e principais lideranças da organização na concepção do Planejamento Estratégico;
- dar ampla transparência das etapas do processo de construção do Planejamento Estratégico aos colaboradores, incitando-os à participação via palestras e canais de comunicação construídos especificamente para esse fim (sítio eletrônico na intranet e e-mail), onde também foram disponibilizados diversos materiais e conteúdos associados ao planejamento estratégico e às oficinas;
- identificar os principais produtos de caráter estratégico; e
- otimizar e adequar a carteira de projetos aos recursos disponíveis.

No âmbito do planejamento estratégico, definimos nossa identidade institucional, os objetivos estratégicos, os indicadores e as metas estratégicas.

A estratégia abrange objetivos como:

- qualidade do assessoramento direto ao MME;
- promoção de uma transição

energética brasileira aderente às potencialidades, fragilidades e vantagens competitivas do país no cenário energético nacional, regional e internacional;

- implementação de processos de planejamento cada vez mais integrados; e
- redução das assimetrias de informação no mercado, diminuindo, assim, os custos de transação e as incertezas, além de promover um ambiente de maior confiança para investimentos no setor energético brasileiro, com novos entrantes e maior competição.

O fortalecimento dos processos internos de conformidade também é parte integrante da nossa estratégia.

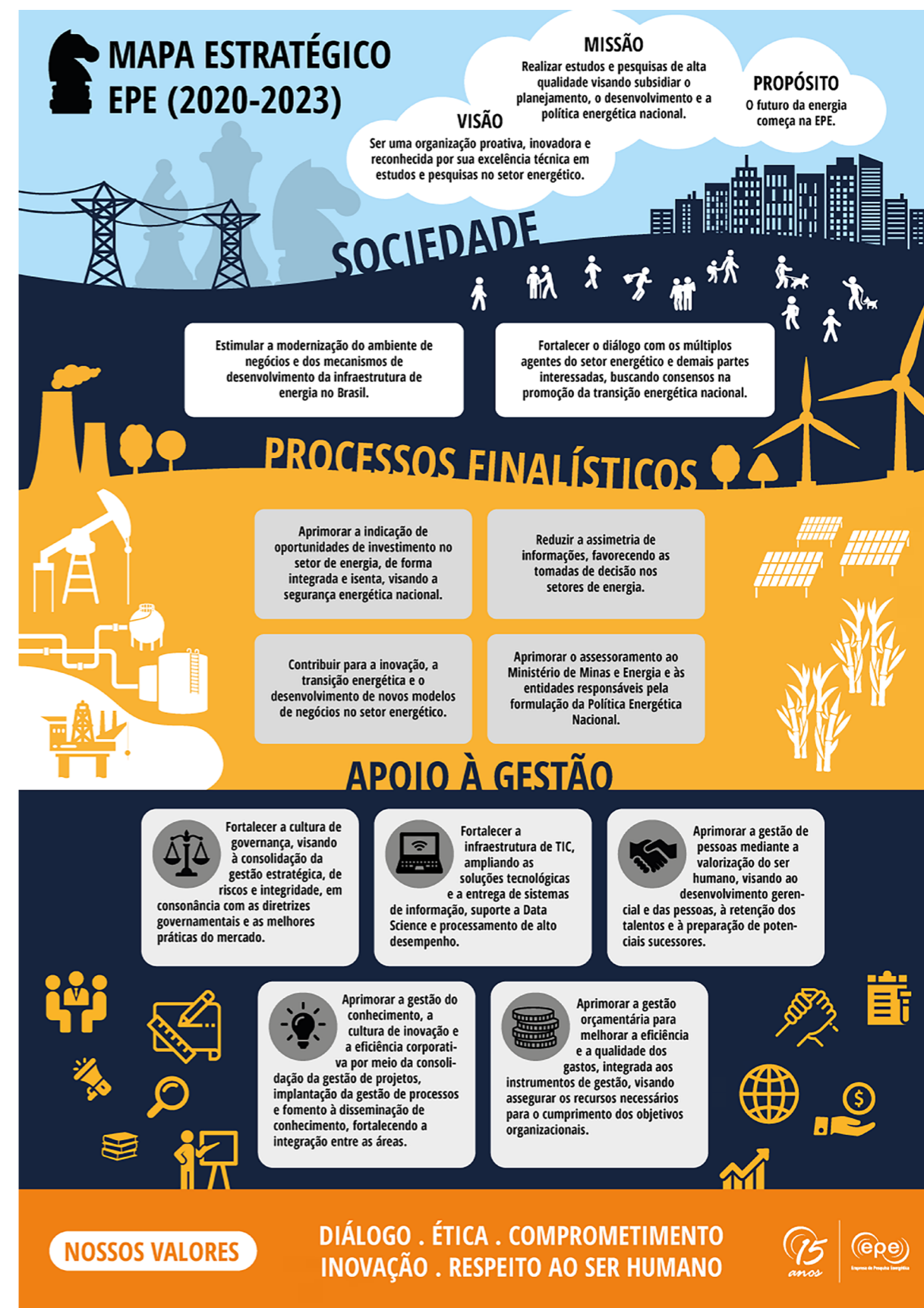
O PEI 2020-2023 foi aprovado pelo Conselho de Administração em dezembro de 2019, servindo como referência para as nossas atividades ao longo do ano de 2020. Dessa forma, para cumprir a nossa missão institucional, alcançar a nossa visão, com respeito aos nossos valores, ao longo de 2020 orientamos nossas ações em torno de onze objetivos estratégicos, dispostos em três perspectivas distintas: sociedade, processos finalísticos e apoio à gestão.

Missão: Realizar estudos e pesquisas de alta qualidade visando subsidiar o planejamento, o desenvolvimento e a política energética nacional.

Visão: Ser uma organização proativa, inovadora e reconhecida por sua excelência técnica em estudos e pesquisas no setor energético.

Propósito: O futuro da energia começa na EPE.

Valores: Comprometimento, diálogo, ética, inovação e respeito ao ser humano.



PEI
Planejamento Estratégico Institucional

- ✓ **Nível:** Estratégico
- ✓ **Competência:** Conselho de Administração
- ✓ **Revisões e ajustes:** Quadrienais e anuais, respectivamente
- ✓ **Contempla:** Identidade institucional, objetivos, indicadores e metas estratégicas

PDI
Plano Diretor Institucional

- ✓ **Nível:** Tático
- ✓ **Competência:** Diretoria Executiva
- ✓ **Revisões e ajustes:** Anuais e esporádicas, respectivamente
- ✓ **Contempla:** Ações estratégicas, indicadores e metas táticas

Planos Operacionais

De forma complementar ao PEI, também instituímos o Plano Diretor Institucional (PDI), que, por sua vez, contém as ações estratégicas (carteira de programas, projetos e operações) que viabilizarão o atingimento dos objetivos estratégicos e o alcance das metas.

Por se tratar de um planejamento mais específico, as ações do PDI são coordenadas e acompanhadas pela Diretoria Executiva e demais colaboradores que ocupam cargos gerenciais na empresa. Em outras palavras, enquanto o PEI tem enfoque estratégico, o PDI deve desdobrar essa estratégia em nível tático.

Com a finalidade de monitorar, tratar e propor políticas, diretrizes, planejamento e ações relativas a aspectos de gestão estratégica no âmbito das nossas atividades, foi criado em 2017 o Comitê Executivo de Gestão Estratégica (CGE-X), que possui natureza propositiva e consultiva.

O CGE-X é composto por um presidente, um secretário e, com vistas ao alinhamento institucional, por dois representantes tanto da Presidência quanto de cada uma das quatro diretorias da empresa, perfazendo um total de 12 membros.

Dentre as competências do CGE-X, destacamos: (a) propor o PEI e o PDI, bem como outros instrumentos de Gestão Estratégica previstos na legislação ou no normativo da empresa; (b) monitorar a execução do PEI e do PDI, realizando avaliações periódicas dos seus resultados; (c) propor, monitorar e avaliar estratégias, programas, projetos e ações consideradas prioritárias no âmbito da EPE; (d) emitir recomendações para o aprimoramento da Gestão Estratégica institucional; (e) promover o alinhamento entre os objetivos estratégicos da empresa e as atividades de governança, gestão de riscos e controles internos; e (f) monitorar as recomendações e orientações deliberadas pela Diretoria Executiva.

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA PARA O MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA

Os objetivos estratégicos listados no PEI 2020-2023 foram definidos pelo Conselho de Administração e são monitorados, por meio de indicadores de desempenho, pelo Comitê Executivo de Gestão Estratégica (CGE-X), o qual elabora balanços regulares para a Diretoria Executiva. Esta, por sua

vez, coordena o PDI, que contempla um conjunto de projetos e programas que, se executados conforme previsto, levarão ao alcance da visão e dos objetivos estratégicos do PEI.

Cada projeto ou programa do PDI possui um gerente, que pode ser qualquer colaborador da empresa. No entanto, o conjunto de projetos e programas de cada Diretoria é de supervisão e coordenação geral do respectivo Diretor. Aos membros do CGE-X, conforme Regimento Interno,

cabe o monitoramento e assessoramento nestas questões.

Periodicamente são elaborados balanços que demonstram o andamento da execução dos programas e projetos do PDI em termos de escopo e cronograma, assim como a execução dos indicadores relacionados aos objetivos estratégicos do PEI, em observância às metas definidas pelo Conselho de Administração para estes indicadores. Assim, entende-se que, uma vez alcançadas as metas e a execução dos

Programa/Projeto	Objetivos Estratégicos										
	S1	S2	PF1	PF2	PF3	PF4	AG1	AG2	AG3	AG4	AG5
Reestruturação e fortalecimento do Conselho Consultivo da EPE		■									
Consolidação da gestão estratégica na EPE							■				■
Valoração dos ativos tangíveis e intangíveis da EPE											■
Fortalecimento da Consultoria Jurídica nas questões regulatórias		■				■					
Aprimoramento dos procedimentos internos para celebração, gestão e prestação de contas de acordos celebrados pela EPE						■					
Consolidação da Ouvidoria				■			■				
Formação e assimilação de práticas associadas à cultura de governança, riscos, integridade e controles internos							■				
Aperfeiçoamento do processo de comunicação interna da EPE								■		■	
Ampliação e fortalecimento das ações de comunicação externa da EPE		■		■		■					
Avaliação de desempenho dos gestores										■	
Implantação do trabalho remoto										■	
Gestão do trabalho durante a pandemia										■	
Aprimoramento do processo de gestão orçamentária								■			■
Mudança do escritório central da EPE											■
Ampliação da infraestrutura de processamento de alto desempenho								■	■		
Ampliação da segurança da informação da EPE									■		
Modelo de integração de geração, transmissão e gás natural	■		■		■	■					
Proposta de novos desenhos de leilão	■				■						
Proposta de novo modelo de comercialização	■				■						

(Continuação)

Desenvolvimento de metodologia de avaliação dos ativos existentes nos estudos de planejamento	■		■	■	■	■							
Atualização dos critérios de planejamento da expansão da transmissão			■	■	■								
Realização de estudo para apoiar a negociação da compra da energia da UHE Itaipu						■							
Implementação dos novos critérios de suprimento nos estudos de planejamento			■	■	■								
Estudos econômico-energéticos	■	■	■	■	■	■							
Estudos socioambientais			■	■	■	■							
Estudos socioambientais da UHE Bem Querer			■										
Estudo Ambiental de Área Sedimentar na Bacia Terrestre do Solimões		■	■										
Construção de parcerias estratégicas		■			■								
Automação de processos e rotinas finalísticas							■	■	■	■			
Estruturação das bases de dados e sistemas de informação da DEA					■			■	■				
Desenvolvimento dos modelos do RenovaBio	■		■			■							
Desenvolvimento do Plano Indicativo de Oleodutos - PIO			■										
Novo modelo de abastecimento de derivados de petróleo	■		■										
Estudos sobre a indústria de gás natural	■			■									
Aprimoramento da análise de custos de exploração e produção - E&P					■			■					
Aprimoramento da análise de bacia sedimentar e modelagem de sistemas petrolíferos				■	■				■				
Ampliação da participação da EPE nos debates relativos às indústrias do petróleo, gás natural e biocombustíveis		■		■									

projetos, espera-se que os objetivos estratégicos a eles relacionados também tenham sido alcançados.

Adicionalmente a isso, a Área de Conformidade e Gerenciamento de Riscos (CGR) atua na identificação e no monitoramento, tanto para a Diretoria Executiva como para o Conselho de Administração, dos riscos associados à execução dos objetivos estratégicos do PEI.

RESULTADOS ESPERADOS E OBTIDOS NO ANO DE 2020

Para o atingimento dos nossos objetivos estratégicos para o ciclo 2020-2023 do PEI, definimos um conjunto de 37 ações (15 programas e 22 projetos) no âmbito do PDI 2020, que foram executados ao longo do exercício de 2020. O horizonte dos programas e projetos do PDI compreende geralmente o período de um a três anos.

Para fins de monitoramento do PDI 2020, consideramos apenas a parcela da execução prevista para o período entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2020. O monitoramento do PDI 2020, realizado pelo CGE-X, avaliou a

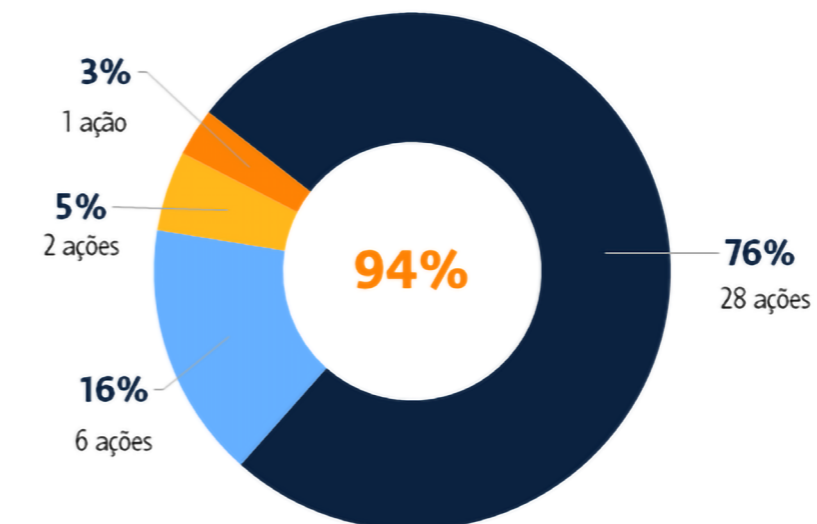
evolução física dos programas e projetos estratégicos previstos, em termos de percentual (%) de execução, ou seja, de quanto daquilo previsto para o ano foi realizado. Além disso, a cada balanço, avaliamos se o cronograma realizado ocorreu de acordo com aquele previsto na aprovação do PDI 2020. Em 2020, finalizamos o ano com 94% de execução das ações estratégicas previstas no PDI 2020.

Destacamos que em razão de haver programas e projetos estratégicos do PDI 2020 com escopo plurianual, alguns dos resultados obtidos em 2020 ainda não correspondem àqueles esperados com a execução do escopo total do programa ou projeto. Em alguns casos como esses, o ano de 2020 foi o de construção das bases que sustentarão as entregas previstas para os anos subsequentes, ou cujo impacto dos resultados apenas serão percebidos em meses, ou até mesmo anos, após as entregas. Tais etapas, fases e ações são necessárias para o alcance dos resultados esperados, que terão forte impacto no alcance da visão de longo prazo e dos objetivos e metas estratégicas.

Reconhecemos a importância de realizar o acompanhamento dos

resultados, como forma de avaliar se o conjunto de programas e a carteira de projetos previstos no PDI 2020 foram de fato executados e como o alcance dos nossos objetivos estratégicos tem evoluído. Nesse sentido, ressaltamos que o monitoramento e controle das ações do PDI 2020 tornaram possível a avaliação de quaisquer atrasos e postergações de projetos e programas estratégicos para além do horizonte 2020, aferindo o impacto não só na ação, mas também no alcance do(s) objetivo(s) estratégico(s) ao qual eles estejam vinculados.

Ademais, com vistas ao acompanhamento do indicador estratégico do PEI 2020-2023 pelo Conselho de Administração, realizamos pesquisa de satisfação e imagem junto a cerca de 100 autoridades do MME, nosso cliente. A partir das respostas oferecidas aos questionamentos desta pesquisa, avaliamos a percepção do Ministério quanto ao alcance dos objetivos estratégicos ligados às perspectivas da sociedade e dos processos finalísticos, bem como em relação ao alcance da nossa visão, ao cumprimento da nossa missão e ao nosso compromisso com os valores institucionais. Para o ano de 2020,



Avanço físico em 2020

- 0 a 49%
- 50 a 74%
- 75 a 99%
- 100%

SOCIEDADE		
Estimular a modernização do ambiente de negócios e dos mecanismos de desenvolvimento da infraestrutura de energia no Brasil	Fortalecer o diálogo com os múltiplos agentes do setor energético e demais partes interessadas, buscando consensos na promoção da transição energética nacional	
97%	87%	
PROCESSOS FINALÍSTICOS		
Aprimorar a indicação de oportunidades de investimento no setor de energia, de forma integrada e isenta, visando à segurança energética nacional	Reduzir a assimetria de informações, favorecendo as tomadas de decisão nos setores de energia	
98%	98%	
Contribuir para a inovação, a transição energética e o desenvolvimento de novos modelos de negócios no setor energético	Aprimorar o assessoramento ao MME e às entidades responsáveis pela formulação da Política Energética Nacional	
95%	96%	
APOIO À GESTÃO		
Fortalecer a cultura de governança, visando à consolidação da gestão estratégica, de riscos e integridade, em consonância com as diretrizes governamentais e as melhores práticas do mercado	Aprimorar a gestão do conhecimento, a cultura de inovação e a eficiência corporativa por meio da consolidação da gestão de projetos, implantação da gestão de processos e fomento à disseminação de conhecimento, fortalecendo a integração entre as áreas	
93%	96%	
Fortalecer a infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicações - TIC, ampliando as soluções tecnológicas e a entrega de sistemas de informação, suporte a <i>Data Science</i> e processamento de alto desempenho	Aprimorar a gestão de pessoas mediante a valorização do ser humano, visando ao desenvolvimento gerencial e das pessoas, à retenção dos talentos e à preparação de potenciais sucessores	Aprimorar a gestão orçamentária para melhorar a eficiência e qualidade dos gastos, integrada aos instrumentos de gestão, visando assegurar os recursos necessários para o cumprimento dos objetivos organizacionais
93%	92%	95%

alcançamos a média geral de 9,3 para o índice de satisfação do MME.

Visando aprimorar ainda mais a gestão da nossa estratégia e garantir conformidade junto aos principais instrumentos legais que disciplinam a nossa atuação, efetivamos ao final de 2020 a atualização do nosso planejamento estratégico e do nosso plano de negócios. Com isso, nossa estratégia

de longo prazo foi atualizada para contemplar o ciclo 2021 – 2025.

Para obter informações mais detalhadas sobre o nosso planejamento estratégico, acesse: <https://www.epe.gov.br/pt/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/planos-estrategicos-e-operacionais>.

Missão	Produtos e serviços	9,3
	Contribuição para o Planejamento Energético Nacional	9,3
	Contribuição para a Política Energética Nacional	9,3
Visão	Proatividade	9,3
	Inovação	9,0
	Excelência técnica	9,7
Valores	Comprometimento	9,7
	Diálogo	9,4
	Ética (credibilidade e transparência)	9,5
	Inovação	9,0
	Cordialidade	9,7
Objetivo estratégico S01 Estimular a modernização do ambiente de negócios e dos mecanismos de desenvolvimento da infraestrutura de energia no Brasil	Contribuição para a modernização do ambiente de negócios no Brasil	8,2
	Contribuição para os mecanismos de desenvolvimento da infraestrutura de energia no Brasil	8,4
Objetivo estratégico S02 Fortalecer o diálogo com os múltiplos agentes do setor energético e demais partes interessadas, buscando consensos na promoção da transição energética nacional	Contribuição para o fortalecimento do diálogo com os múltiplos agentes do setor energético e demais partes interessadas	9,4
	Contribuição para a busca de consensos na promoção da transição energética nacional	8,9
Objetivo estratégico PF01 Aprimorar a indicação de oportunidades de investimento no setor de energia, de forma integrada e isenta, visando à segurança energética nacional	Contribuição para o aprimoramento da indicação de oportunidades de investimento no setor de energia	8,7
	Contribuição de forma isenta (credibilidade)	9,8
	Contribuição para a segurança energética nacional	9,2
Objetivo estratégico PF02 Reduzir a assimetria de informações, favorecendo as tomadas de decisão nos setores de energia	Contribuição para a redução da assimetria de informações	8,8
	Contribuição para o favorecimento das tomadas de decisão nos setores de energia	9,1
	Contribuição para a inovação e a transição energética	8,9
Objetivo estratégico PF03 Contribuir para a inovação, a transição energética e o desenvolvimento de novos modelos de negócios no setor energético	Contribuição para a redução da intensidade de carbono	9,1
	Contribuição para o desenvolvimento de novos modelos de negócios no setor energético	8,0
	Contribuição para o desenvolvimento de novos modelos de negócios no setor energético	8,0
Objetivo estratégico PF04 Aprimorar o assessoramento ao Ministério de Minas e Energia e às entidades responsáveis pela formulação da Política Energética Nacional		9,3

NOSSA EQUIPE

Nossa atuação é predominantemente pautada no capital intelectual, tendo em vista o papel institucional que desempenhamos. Para tanto, contamos com um corpo técnico de alta qualificação, o que garante, na prestação dos nossos serviços, disponibilidade de conhecimento técnico especializado e multidisciplinar necessário ao desenvolvimento do setor energético brasileiro.

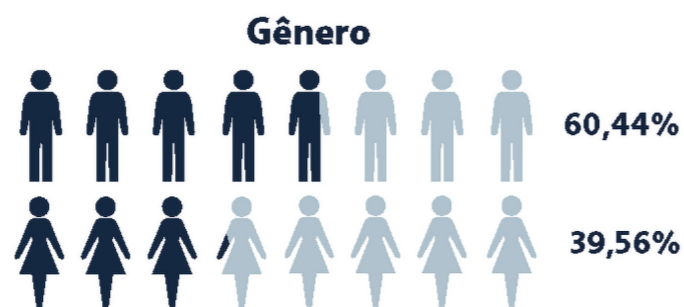
Além disso, orientamos nossos processos internos relacionados à gestão de pessoas mantendo a plena observância dos principais instrumentos legais e demais normativos que disciplinam o assunto. Conheça nesta seção o perfil do nosso corpo técnico e as principais ações que desenvolvemos para a sua gestão.

PERFIL DO CORPO TÉCNICO

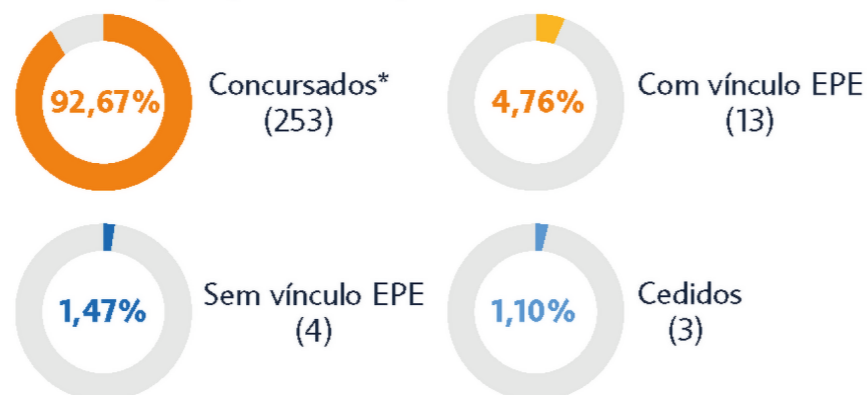
Encerramos o ano de 2020 mantendo em 298 o número de vagas aprovadas para o nosso quadro de pessoal, conforme autorizado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), vinculada ao Ministério da Economia.

Nosso quadro efetivo em 2020 foi de 273 empregados, dos quais 272 ficam lotados no nosso escritório central, na cidade do Rio de Janeiro, e somente um empregado lotado na nossa sede, em Brasília. Nosso quadro é composto por empregados concursados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), por empregados ce-

273 empregados

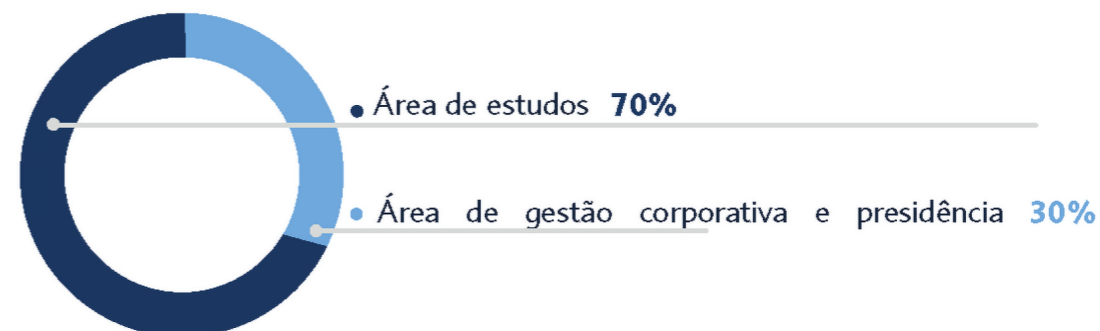


Composição da força de trabalho em 2020

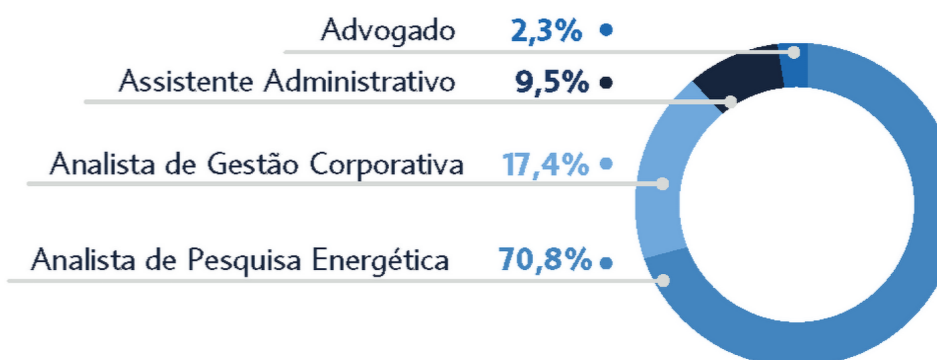


*contempla dois dirigentes concursados da EPE.

Distribuição dos profissionais por macro áreas



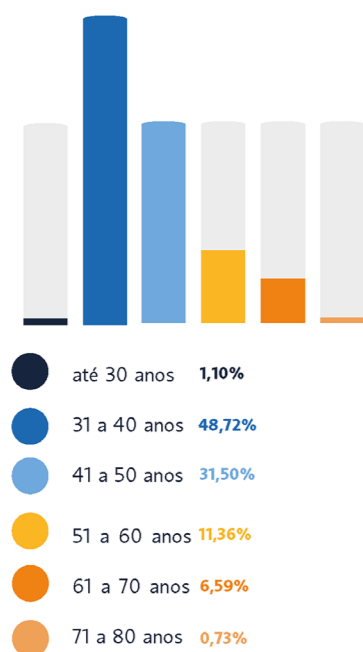
Distribuição do quadro de pessoal por cargo



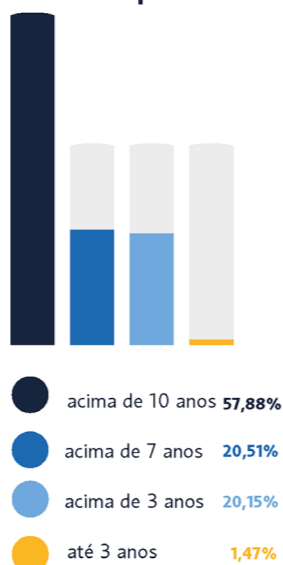
Qualificação acadêmica



Faixa etária



Tempo de EPE

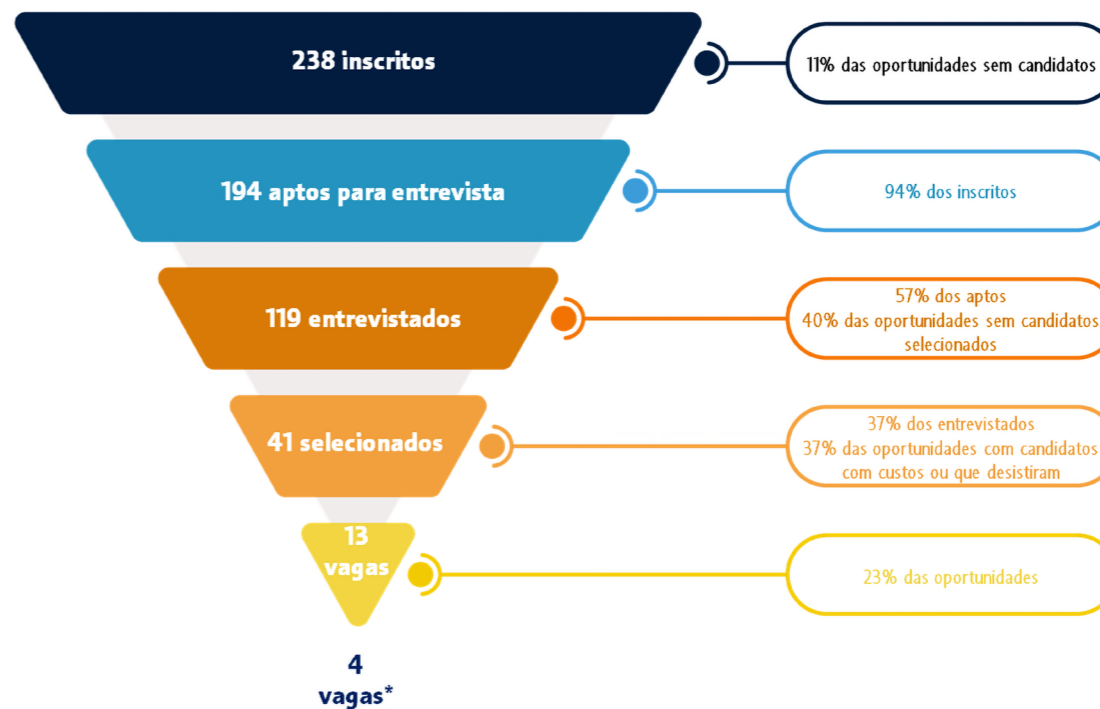
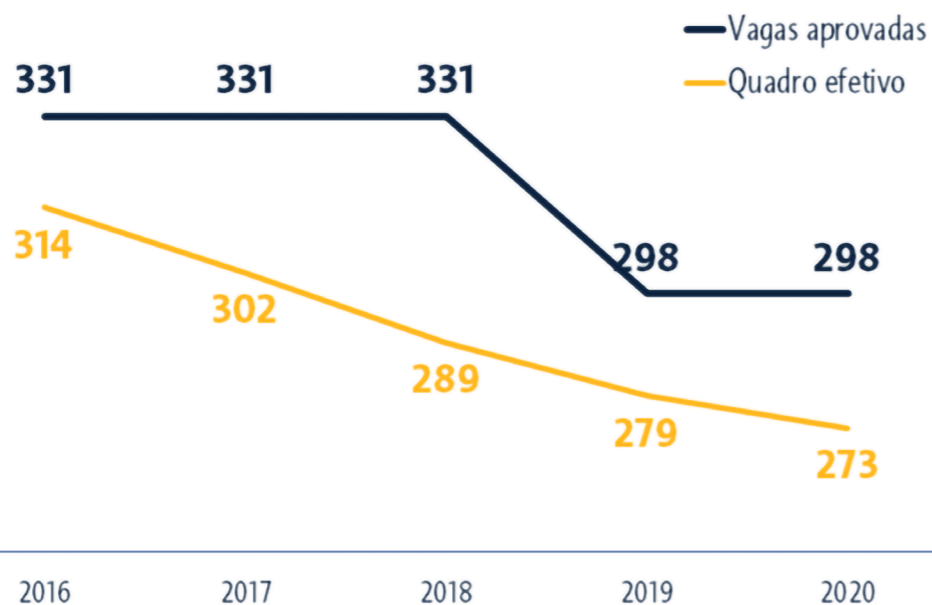


didados de outros órgãos e contratados por livre provimento, para o exercício de cargos comissionados.

Em 2020, tivemos a contratação de um profissional para ocupação de cargo em comissão de livre provimento e registramos sete desligamentos

em nosso quadro de empregados efetivos, que tem passado por significativas reduções ao longo dos anos. Destes, um foi voluntário, dois foram por restituição de empregados cedidos aos respectivos órgãos de origem e quatro, involuntários.

Além disso, temos dois empregados movimentados para outros órgãos da administração pública, por meio da Portaria nº 193/2018 e da Portaria nº 282/2020, e quatro empregados cedidos para outros órgãos da Administração Pública Federal.



* 9% das oportunidades (Portaria nº 282/2020)

Atualmente, o quadro de pessoal é composto por quatro cargos, sendo três de nível superior (Advogado, Analista de Gestão Corporativa e Analista de Pesquisa Energética) e um de nível médio (Assistente Administrativo).

Conforme definido em lei, o provimento de cargos na EPE se dá por meio de concursos públicos, sendo que o último ocorreu em 2014 e seu cadastro de reserva expirou em outubro de 2015. Em consonância com as diretrizes do Governo Federal, desde então não foram realizados novos concursos públicos para cadastro de reserva da EPE. Os desligamentos e a impossibilidade da realização de concurso público resultaram no déficit no quadro de pessoal de 7% em 2020.

Buscando reverter essa situação, publicamos em janeiro de 2020 o Edital nº 001/2020, o qual tratou da realização de processo seletivo de movimentação externa para

compor força de trabalho da EPE, à luz da Portaria nº 193/2018. Como resultado, tivemos a aprovação de 13 candidatos. No entanto, com a publicação em julho de 2020 da Portaria nº 282/2020, normativo que estabeleceu novos critérios para movimentação externa, foi possível dar prosseguimento a apenas quatro vagas, que se encontram atualmente em tramitação.

Fazendo frente aos propósitos de promoção da inclusão social e profissional através da formação técnico-profissional de jovens, fazemos parte do Programa Jovem Aprendiz, do qual participam dois aprendizes e, ainda, contratamos estagiários de nível superior de diferentes áreas do conhecimento, contemplando um total de 50 estudantes.

Por fim, mediante a celebração de contratos com fornecedores para a prestação de serviços, contamos com terceirizados para as atividades de serviços gerais, recepção, mensageria, secretariado executivo e motoristas,

sendo que esta última categoria não permanecerá em 2021.

GESTÃO DE PESSOAS E DO TRABALHO EM TEMPOS DE PANDEMIA

O ano de 2020 foi marcado por mudanças significativas nas nossas rotinas, incluindo as atividades laborais. Diante da nova realidade imposta pela pandemia da Covid-19, atuamos de forma diligente no sentido de garantir a segurança de todos os nossos colaboradores sem, no entanto, deixar de cumprir nossos compromissos. Nesse sentido, tivemos que tomar decisões importantes para alcançar esses objetivos.

Num primeiro momento, ainda em regime de trabalho presencial, preparamos e mobilizamos todas as áreas da empresa para fazer frente aos cuidados de proteção à saúde requeridos pelos órgãos oficiais, o que envolveu a adaptação do nosso ambiente físico

Criação da Sala de Situação Crise Covid-19

Formado por membros da Diretoria Executiva e por gestores de diferentes áreas da empresa, o grupo atuou na definição das ações de enfrentamento à pandemia na EPE.

Empréstimo, em comodato, de equipamentos e de mobiliário aos empregados

A medida objetiva melhorar as condições de ergonomia e de conectividade dos nossos colaboradores.

Adoção de plataformas colaborativas de trabalho

Com a virtualização do trabalho, institucionalizamos o uso de ferramentas colaborativas de trabalho, resultando em adaptação do trabalho remoto de forma célere.

Realização de campanhas de qualidade de vida

Voltadas à nova realidade de trabalho, essas ações objetivam na conscientização sobre como a pandemia impacta na vida pessoal e profissional dos nossos colaboradores.



Divulgação de informes sobre o estado de saúde dos nossos colaboradores

Envio de informes diários para o MME desde o começo da pandemia e disponibilização de informes semanais para os empregados.

Reforço nas ações de endomarketing

As ações de comunicação interna foram reforçadas com o intuito de manter a interação com a equipe sobre temas importantes, assim como o engajamento institucional.

Vacinação dos nossos colaboradores contra a gripe

Mantivemos nossa campanha institucional de vacinação contra a gripe, que foi adaptada para o sistema de drive-thru ou visita domiciliar.

Adaptação dos nossos processos de trabalho

Com a migração para o regime de trabalho remoto, adotamos em todas as áreas da empresa novos processos de trabalho, que foram adaptados para o ambiente virtual.

e a redefinição de alguns processos de trabalho. Em seguida, realizamos a migração de todo o nosso quadro de pessoal para o regime de trabalho remoto, o que também foi acompanhado por toda uma adaptação das questões logísticas, processuais e de gestão de pessoas com essa nova modalidade de trabalho. Diante dessa nova realidade, também adotamos novas formas de comunicação institucional com o nosso corpo funcional como forma de ampliar o engajamento e a divulgação dos processos de trabalho.

Em 2020 nos adaptamos à nova realidade que se apresentou no mundo. Agimos de forma proativa para adaptar nossas atividades rotineiras e garantir a continuidade de entrega dos nossos produtos e serviços mesmo diante das condições de trabalho diferenciadas impostas pela pandemia da Covid-19.

Dentre tantas transformações observadas em tão pouco tempo, aquelas afetas às relações de trabalho foram as que se apresentaram de forma mais intensa.

Reforçando o compromisso com a nossa equipe, intensificamos nossas ações de comunicação interna para garantir a proximidade entre os nossos colaboradores e para mantê-los informados sobre os principais acontecimentos institucionais durante o regime de trabalho remoto.

Com isso, além da contínua emissão de comunicados internos oficiais, em 2020 realizamos diversas transmissões ao vivo sobre assuntos internos de interesse dos nossos colaboradores, publicamos 12 edições do nosso boletim interno EPE Informa e realizamos 37 campanhas internas, incluindo palestras e encontros virtuais,

com temas voltados à saúde mental e física, programas de incentivo a hábitos saudáveis, vacinação e campanhas voltadas à conscientização de temas relevantes, tais como: Setembro Amarelo, Outubro Rosa e Novembro Azul.

Por meio do Programa EPE de Qualidade de Vida (PQV) buscamos promover condições adequadas de trabalho e valorizar, cuidar e reconhecer a importância da nossa força de trabalho, além de promover a saúde, a qualidade de vida e o equilíbrio entre vida pessoal e profissional dos nossos empregados.

O ano de 2020 foi marcado por uma integração de nossas diferentes áreas e grupos de trabalho, cuja atuação refletiu em ricos e importantes insumos e resultados voltados à melhoria da qualidade de vida dos nossos colaboradores. Nesse sentido, damos destaque à atuação da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) e do Comitê Interno de Gênero, Raça e Diversidade (CIGRAD), além da parceria instituída com a Associação de Empregados da EPE (AEPE).

O regime de trabalho remoto na EPE foi instituído em março de 2020, tendo por base o agravamento da situação da pandemia na cidade do Rio de Janeiro e o nosso compromisso em resguardar a saúde dos nossos colaboradores. A migração para o trabalho remoto foi realizada de forma assertiva e célere, sendo concluída no prazo de três dias úteis a partir da tomada de decisão.

Ao longo de todo o ano de 2020, efetuamos o monitoramento da adaptação dos nossos colaboradores regime de trabalho remoto e os possíveis impactos decorrentes do isolamento social ocasionado pelo contexto da pandemia.

Encerramos o ano de 2020 analisando a perspectiva de adoção, mesmo após a superação da pandemia, de trabalho em regime híbrido (combinando as modalidades remoto e presencial), a partir de uma leitura das práticas governamentais e de mercado, bem como da efetiva aderência à realidade do modelo de negócio da EPE.

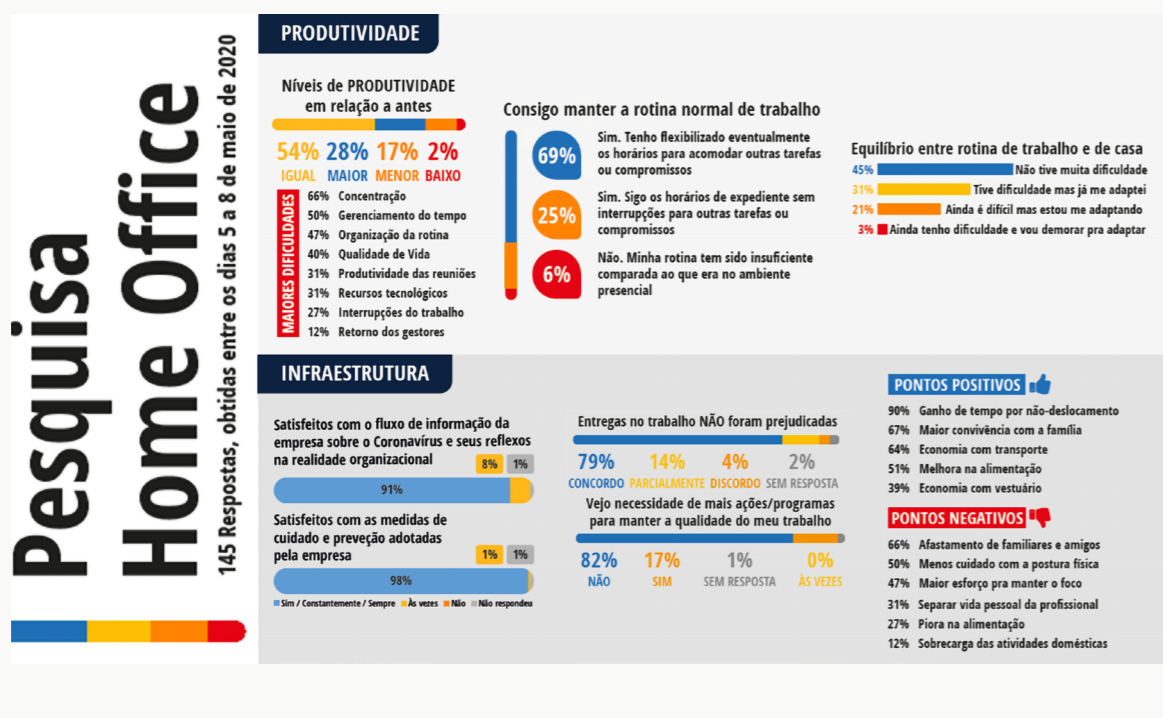
Além disso, fizemos o acompanhamento cuidadoso da legislação e de outros regramentos sobre esse tema que atendessem às necessidades da empresa e se conectassem com as tendências que se apresentaram para as instituições. Considerando o cenário pós-pandemia, destacamos a importância de conhecer de que forma a condição do trabalho remoto impacta a cultura das organizações e, no nosso caso em particular, quais os riscos e janelas de oportunidades se abrem diante das novas formas de gestão e relações de trabalho.

Adaptação ao trabalho remoto na EPE

Atentos aos impactos que a pandemia acarretou sobre a adaptação das pessoas às novas rotinas de vida e de trabalho, aplicamos três pesquisas junto aos nossos colaboradores no decorrer de 2020 para a avaliação do trabalho em regime remoto.

Os resultados dessas pesquisas contribuíram para a implementação de ações voltadas à gestão de pessoas, à gestão do trabalho, bem como à avaliação do clima organizacional. Destacamos a seguir as principais ações tomadas:

- o acompanhamento do bem-estar físico e mental;
- o controle da jornada;
- a atuação diferenciada dos gestores junto aos empregados afetadas de forma excepcional pela modalidade de trabalho e/ou pela natureza da pandemia;
- a realização de palestras de saúde mental;
- a realização de palestras voltadas à proteção da segurança física e ambiental no ambiente domiciliar;
- a análise das plataformas colaborativas utilizadas e os meios de comunicação adotados pelas equipes.



REMUNERAÇÃO E BENEFÍCIOS

De modo geral, nossa despesa de pessoal vem se mantendo estável, demonstrando uma constância do seu valor total. Embora o ano de 2020 apresente um aumento de gastos totais em 0,5% com relação ao ano de 2019, esta diferença é considerada imaterial. Observamos, ainda, uma re-

dução dos encargos sociais em função da não incidência da multa de 40% do FGTS nas indenizações ocorridas em 2020.

Nosso Plano de Cargos e Salários (PCS) estabelece que a avaliação de desempenho dos nossos colaboradores deverá ser realizada anualmente e as promoções concedidas de forma alternada, nas modalidades Tempo

de Serviço e Avaliação de Desempenho (mérito). No ano de 2020 foi aplicada a promoção por Avaliação de Desempenho, no valor global de 1% da folha salarial da EPE.

Concedemos como benefícios o auxílio refeição ou alimentação, vale transporte, auxílio creche, assistência médica e previdência complementar, esta última mediante patrocínio.

Oferecemos aos nossos empregados, mediante patrocínio, o plano de previdência complementar CV EPE, administrado pela Fundação Eletrobrás de Previdência Complementar (ELETROS). Além de complementar os benefícios previdenciários concedidos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), tal benefício representa importante mecanismo de retenção de pessoal, tendo em vista as vantagens percebidas pelos participantes e beneficiários. Com 11 anos de implantação, o Plano CV EPE possui 262 empregados participantes (96% do efetivo). Em 2020 o Plano CV EPE teve 10,87% de incremento em seu patrimônio.

O Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2020-2021, cuja vigência iniciou em 1º de maio de 2020, não teve negociação de cláusula econômica em decorrência das restrições impostas pela Lei Complementar nº 173/2020.

Destacamos que todos os nossos pleitos referentes à previdência complementar, política de pessoal, salários e benefícios são analisados previamente pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), do Ministério da Economia.

Os membros da Diretoria, dos Conselhos de Administração e Fiscal e do Comitê de Auditoria recebem honorários, à título de remuneração. Aos dirigentes também são concedidos, conforme opção, auxílio refeição

ou alimentação, assistência médica e previdência complementar, esta última mediante patrocínio.

Para os demais não há outros elementos de remuneração. Adicionalmente, a metodologia de cálculo e o reajuste da remuneração dos dirigentes é aprovado pela Assembleia Geral, mediante diretrizes da Sest, o que assegura a adoção de uma regra única para esta remuneração. Dentre as bases normativas para tais concessões, temos a Lei nº 12.813/2013, a Lei nº 13.303/2016, o Decreto nº 8.945/2016, o Decreto nº 9.745/2019, a Resolução CGPar nº 12/2016 e o Estatuto Social da EPE.

Para obter informações atualizadas sobre as nossas despesas de pessoal, acesse <https://www.epe.gov.br/pt/a-epe/aceso-a-informacao/empregados>.

PRINCIPAIS NORMATIVOS OBSERVADOS

Além da legislação vigente, em especial a CLT, seguimos o disposto nos nossos diferentes normativos internos (compreendendo regulamentos, políticas, normas, procedimentos) e com base em diferentes atos internos de gestão (como portarias e resoluções). A existência e aplicação dessa base normativa nos permite mitigar riscos trabalhistas, além de contribuir para maior transparência, celeridade e

Tipo/Ano	2020	2019
Gastos com Remunerações (R\$)	55.751	55.587
Encargos Sociais (R\$)	16.269	16.548
Benefícios (R\$)	9.046	8.887
Gastos com Pessoal Total (R\$)	81.066	81.022

Fonte: DRE/2020

uniformidade nos processos relacionados à gestão de pessoas.

Em 2020, um total de 35 atos ou instrumentos normativos orientaram os processos de gestão de pessoas na EPE.

Aprovado pelo Conselho de Administração, nosso Regulamento de Pessoal disciplina, em âmbito geral, as relações trabalhistas entre a empresa e os nossos empregados, em observância aos dispositivos legais aplicáveis. Já a Política de Pessoal, também aprovada pelo Conselho de Administração, estabelece as diretrizes gerais sobre as práticas de gestão de pessoas na empresa. No que concerne aos nossos principais normativos internos, estes regulam a jornada de trabalho, a concessão de benefícios e as ações de capacitação institucional.

Em 2020 o processamento da folha de pagamento da EPE foi realizado internamente, por meio do sistema TOTVS-RM. Para fazer frente a esta complexa rotina, foi elaborado o Manual da Folha de Pagamento, contendo as etapas a serem observadas no processamento da folha de pagamento no referido sistema. Assim, além de registrar a sequência e particularidade de cada ação, o que reflete as parametrizações do sistema, a disponibilização deste manual contribuiu para o controle da atividade e contém referenciais necessários à execução do trabalho.

Adicionalmente, ainda no sentido de efetivar o aprimoramento constante dos nossos controles internos, em 2020 contratamos serviços de consultoria trabalhista e previdenciária e de suporte técnico para o aperfeiçoamento do sistema TOTVS-RM, ambos a serem executados a partir de 2021. Tais serviços contribuirão para o aumento da eficiência operacional, da proteção

do patrimônio, do grau de confiança e exatidão de dados, com vistas a promover a eficácia no processamento da folha de pagamento da EPE em conformidade com a legislação.

CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO

A capacitação da nossa equipe é fator absolutamente crítico para o desenvolvimento dos nossos serviços e produtos. É necessário que nossos profissionais estejam atualizados em relação à intensa transformação tecnológica do setor energético, bem como tenham capacidade de desenvolver metodologias, domínio de ferramentas modernas de modelagem e de gestão de bases de dados. Além disso, as ações de capacitação contribuem para ganhos de produtividade que nos permitiram continuar ampliando as entregas, com qualidade, mesmo num contexto de redução do nosso efetivo de pessoal.

Nossas ações de capacitação são executadas conforme consta no nosso Plano de Capacitação Anual (PCA), que apresenta diretrizes que norteiam a formação dos profissionais durante o ano, sendo elaborado em alinhamento com o Planejamento Estratégico, a Política de Gestão Organizacional, a Política de Gestão de Pessoas e a Norma de Capacitação.

O Comitê de Capacitação instituído na EPE atua na análise e na formulação de proposições das ações de capacitação que integram o PCA, possibilitando a adoção de estratégias convergentes com o referido Plano e que reflitam as necessidades de treinamento de todas as áreas da empresa.

O levantamento das necessidades de capacitação, instrumento definido no PCA para o mapeamento das necessidades de desenvolvimento do conhecimento, é realizado pelas áreas da empresa, com aprovação posterior da Diretoria Executiva, tendo como referenciais seis linhas de desenvolvi-

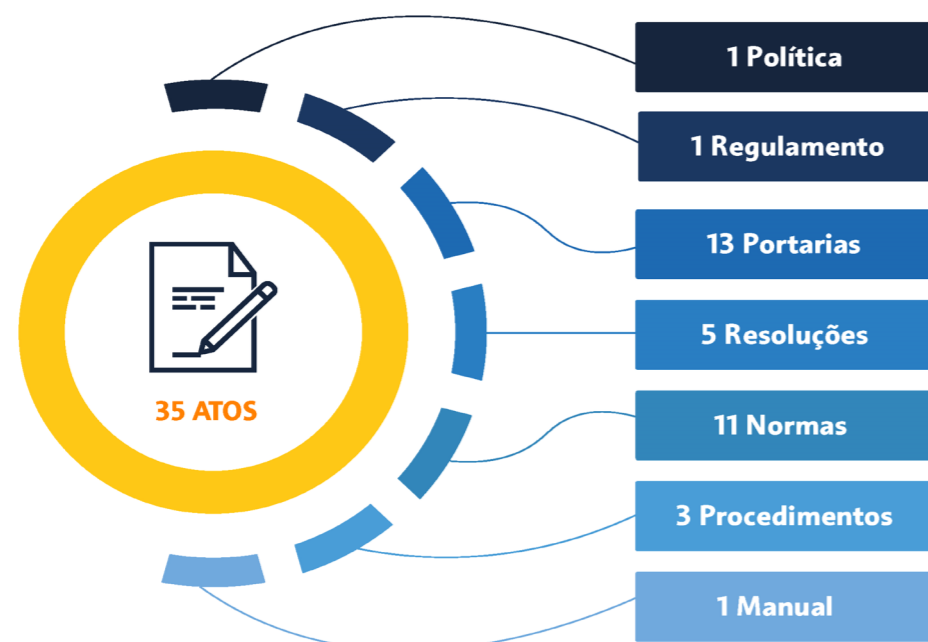
mento distintas, a saber:

- Excelência técnica;
- Governança corporativa;
- Conduta organizacional;
- Comunicação empresarial;
- Relações institucionais; e
- Gestão de pessoas.

Em 2020, devido à pandemia da Covid-19, adaptamos as necessidades de capacitação inicialmente previstas no PCA 2020 de forma a contemplar a realização de ações de capacitação na modalidade *online*.

Além das temáticas técnicas de estudos desenvolvidas, essenciais para o aprimoramento contínuo dos nossos colaboradores, destacamos também as seguintes ações de capacitação corporativas realizadas em 2020:

- Programa Alta Performance em Equipes;
- Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos;
- Aprimoramento em Governança para Dirigentes de Empresas Estatais, em conformidade com a Lei nº 13.303/2016; e



Fonte: Sistema Normativo e arquivo eletrônico Superintendência de Gestão de Pessoas (SGP)

261 ações de capacitação
216 cursos à distância
4 cursos presenciais
40 seminários/workshops/palestras
1 instrutoria interna



269 profissionais capacitados, dentre empregados e dirigentes

65 horas anuais de capacitação aplicadas, por empregado



R\$816.343
em investimentos para capacitação (inscrição exceto viagens).

- Oficinas de Mapeamento dos Riscos Estratégicos.

Adicionalmente, visando incentivar o autodesenvolvimento, a qualificação profissional e a atualização técnico-científica do nosso corpo funcional, apoiamos, com amparo em normativo interno, a realização de cursos de pós-graduação pelos nossos colaboradores.

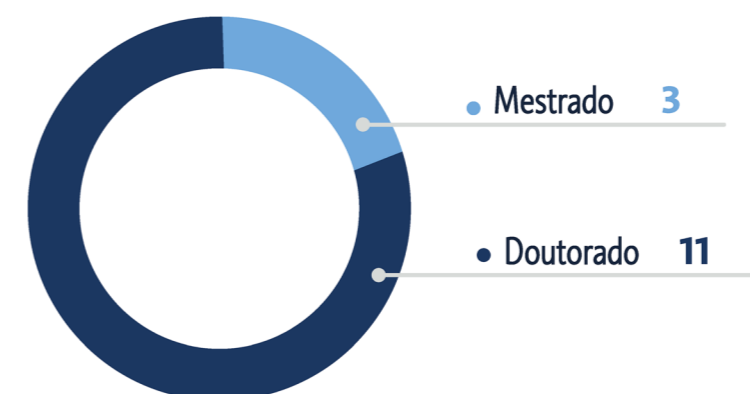
Em 2020, 14 empregados usufruíram dessa prerrogativa, sem investimento financeiro por parte da EPE. A concessão deu-se para 10 profissionais com a liberação parcial de horas semanais na jornada de trabalho enquanto cursando créditos e na elaboração de tese. Para os demais, foi concedida licença sem vencimentos, das quais três no exterior e uma

no Brasil.

DIVERSIDADE

Além de termos o respeito ao ser humano como um de nossos valores institucionais, somos uma empresa que enxerga a diversidade como o caminho para construir um ambiente de maior igualdade de direitos, maior pluralidade de ideias e menor discriminação no âmbito do desenvolvimento das nossas atividades.

Após 16 anos, o ano de 2020 foi marcado pela eleição das duas primeiras mulheres para integrar a Diretoria Executiva da EPE. Além disso, tivemos quatro colaboradoras selecionadas para participar de programas internacionais que promovem



ações afirmativas voltadas para maior participação feminina nas discussões técnicas do setor de energia.

De forma a promover ações internas alinhadas às políticas públicas voltadas para a diversidade, dispomos do Comitê Interno de Gênero, Raça e Diversidade (CIGRAD), composto por 11 profissionais de todas as áreas da empresa.

Com o suporte do Comitê, e integrado à uma ação já promovida pela EPE, em 2020 nossas colaboradoras também passaram a contar com uma sala exclusiva de apoio à amamentação nas nossas novas instalações. Nesse espaço, as colaboradoras da EPE que estejam em fase de aleitamento materno poderão, com conforto, privacidade e segurança, esvaziar as mamas, armazenando seu leite e oferecê-lo ao seu filho ou filha em momento oportuno.

Dentre as ações promovidas pelo CIGRAD em 2020, tivemos a realização de debates sobre a importância da diversidade nas empresas e sobre o racismo. O Comitê também esteve à frente da organização de palestras sobre vieses inconscientes e sobre o equilíbrio entre a vida profissional e a vida pessoal durante a quarentena.

NOSSOS RELACIONAMENTOS

Trazemos o diálogo, a ética, o comprometimento, a inovação e o respeito ao ser humano como nossos valores institucionais. Ano após ano, temos ampliado nossos níveis de transparência e buscamos continuamente estreitar nossa relação com os mais variados públicos a fim de nos tornarmos mais participativos, informativos e educativos no setor energético.

Além disso, participamos de eventos, mantemos parcerias com importantes agentes nacionais e internacionais, e colaboramos em fóruns bilaterais e multilaterais em que o Ministério de Minas e Energia e o Brasil têm tido destaque de atuação. Nesta seção, apresentamos as diferentes formas de relacionamento que mantemos junto ao MME, parceiros e os demais usuários dos nossos produtos e serviços.

OUVIDORIA E SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO (SIC)

Nossa Ouvidoria foi criada em 2017 e hoje conta com diferentes canais de atendimento junto aos cidadãos para receber e dar tratativas às manifestações, que são classificadas como reclamações, denúncias, sugestões, elogios e solicitações. Ela é vinculada diretamente ao nosso Conselho de Administração e possui papel importante na mediação de conflitos, buscando soluções efetivas para situações recorrentes.

Já o nosso Serviço de Informação ao

Canais de Atendimento

Atualmente o [Sistema FalaBR](#) é o principal canal de atendimento às demandas colocadas pelos nossos públicos interno e externo. Trata-se de um sistema informatizado que integra as manifestações da própria Ouvidoria e os pedidos de acesso à informação, sendo gerenciado diretamente pela Controladoria Geral da União (CGU).

Nossos demais canais de atendimento disponíveis são:

E-mails: ouvidoria@epe.gov.br e sic@epe.gov.br

Telefones: (21) 3512-3180 (Ouvidoria) e (21) 3512-3399 (SIC)

Endereço para correspondência e atendimento presencial: Praça Pio X, nº 54, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ. CEP: 20091-040.

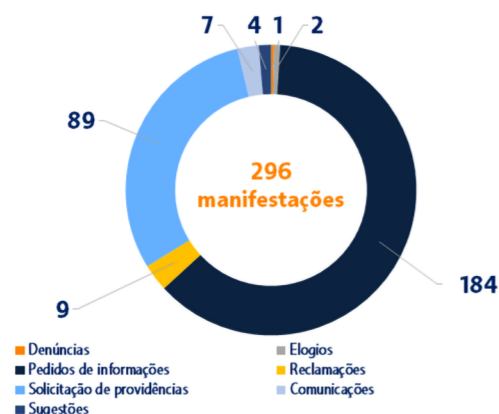
Cidadão (SIC), também coordenado pela Ouvidoria, tem como objetivo disponibilizar para consulta dados referentes a gestão da EPE e atender solicitações de órgãos públicos e da sociedade em geral, independente da origem da manifestação e da finalidade para qual está sendo solicitada, em atendimento à Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

Conheça nossa Carta de Serviços ao Usuário e acesse os relatórios publicados pela nossa Ouvidoria em: <http://www.epe.gov.br/pt/a-epe/ acesso-a-informacao/participacao-social/ouvidoria>.

SITE

O nosso site (www.epe.gov.br), disponível em português e em inglês, é constantemente atualizado com publicações dos nossos produtos (estudos, informes, boletins, entre outros), nossa participação em iniciativas de destaque no setor energético, **releases** à imprensa e eventos e projetos que participamos e promovemos, individualmente ou em parceria com outras instituições.

Além disso, também disponibilizamos em nosso site diferentes bases de dados em interface interativa, como é o caso do [Webmap EPE](#), que permite aos usuários a realização de consultas e **downloads** de dados



georreferenciados relacionados ao setor energético brasileiro, do Balanço Energético Nacional e do Anuário Estatístico de Energia Elétrica. Um formato inovador que também permite uma experiência customizada pelo usuário, alguns **storymaps** também estão disponíveis no site da EPE, como por exemplo o que apresenta o *Roadmap Eólica Offshore* Brasil, publicado em 2020.

Em 2020, o site da EPE teve 179.642 visualizações e tem passado por constantes atualizações em sua arquitetura e conteúdo visando melhorar nossa transparência ativa.

ATENDIMENTO À IMPRENSA

Nosso relacionamento com a imprensa é pautado pelo atendimento direto a jornalistas e veículos de comunicação em geral, como redes

de televisão, rádios, mídia impressa e digital, entre outras. Além disso, também contemplamos a veiculação de **releases** no nosso site institucional.

Ao longo de 2020 atendemos a mais de 100 demandas dos veículos de comunicação e contabilizamos 1.039 matérias únicas na imprensa com alguma menção à EPE e, se considerarmos aquelas que foram replicadas, registramos um total de 3.030 matérias.

REDES SOCIAIS

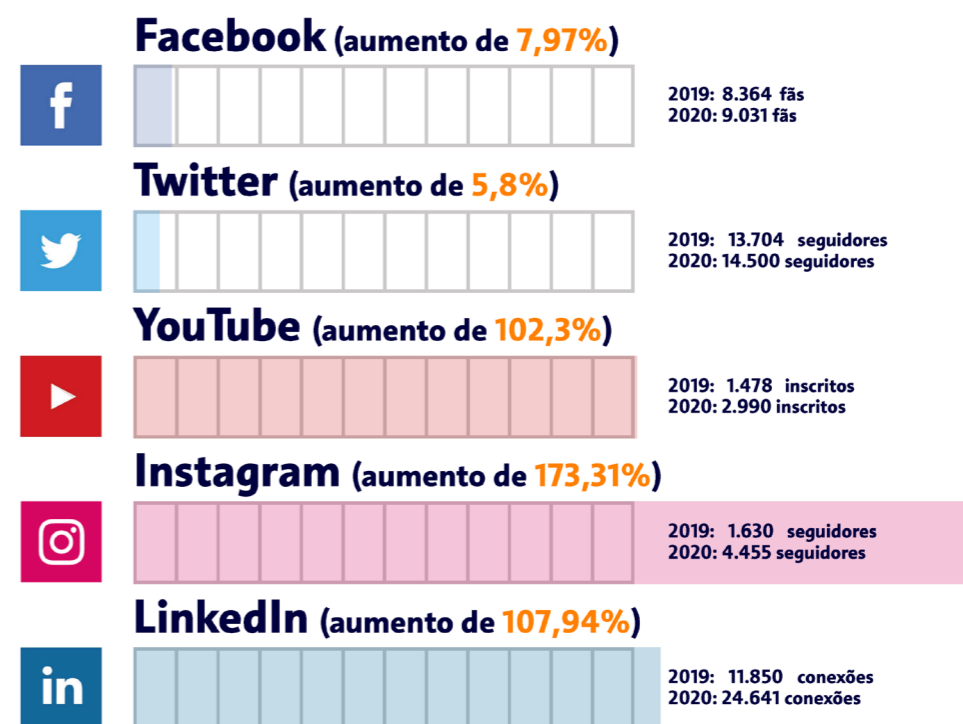
Estamos presentes nas principais redes sociais atualmente disponíveis. Em 2020, fomos mencionados por terceiros 1.414 vezes nas redes sociais. Para aumentar nosso alcance e obter níveis de engajamento positivo, mantemos nossas redes constantemente atualizadas e investimos na criação gráfica de nossas postagens,

que passaram a contar com linguagem visual mais moderna e atrativa para os usuários.

Além disso, em 2020 ampliamos nossa participação nas redes sociais com a divulgação de **podcasts** no Spotify para disseminar as mensagens mais relevantes dos principais produtos que lançamos no período. Até o fim do ano, nosso perfil nessa rede social já contava com 1.318 acessos, tendo uma média de 41 ouvintes por **upload**.

EVENTOS INSTITUCIONAIS

Em 2020, organizamos vários eventos institucionais, como workshops e **webinars**, sobre temas relevantes para o setor energético, a maioria deles no formato virtual por conta da pandemia da Covid-19. Dentre esses, destacamos que as 18 transmissões



ao vivo que realizamos em 2020 alcançaram 11.538 visualizações. Obtivemos uma média de 640 visualizações por transmissão, sendo que a menos popular teve 228 reproduções e a mais popular, 1.645.

Além disso, pela primeira vez disponibilizamos um novo formato para disseminar conhecimentos sobre como os principais estudos e análises que realizamos servem de base para o planejamento energético nacional.

Para saber mais sobre os webinars promovidos pela EPE, veja a seção Nosso Desempenho.

APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS EM CONGRESSOS E SEMINÁRIOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS

Reforçamos nossa contribuição para as principais discussões técnico-científicas relacionadas ao setor energético por meio da apresentação de 44 trabalhos nos principais fóruns técnicos em 2020.

Além de permitir a atualização da nossa equipe sobre os temas em que atuamos, a participação nesses eventos nos proporciona maior proximidade com importantes públicos de interesse, como representantes da academia e agentes de mercado.

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS EXTERNOS

Ao longo de 2020 estivemos presentes nos principais eventos organizados por terceiros para debater questões relevantes para o setor energético nacional. Ao todo, nossos colaboradores participaram de 148 eventos externos, ampliando a dis-

seminação de informações sobre as perspectivas para o setor de energia.

Nesse âmbito, um destaque foi a campanha de divulgação do Plano Nacional de Energia 2050, elaborado pela EPE e colocado em consulta pública pelo MME antes da sua aprovação em dezembro de 2020.

A EPE participou ao longo do segundo semestre, com elevado nível de representação, de mais de 12 webinars transmitidos ao público para apresentar e/ou debater o PNE 2050, abrangendo distintos perfis de interessados. Somando as reuniões e eventos fechados, foram mais de 20 eventos de comunicação sobre o Plano.

INTERAÇÃO COM A POPULAÇÃO LOCAL

Como forma de ampliar a transparência e garantir o acesso à informação sobre a UHE Castanheira e a UHE Bem Querer, projetos de usinas hidrelétricas cujos estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental estão sob a responsabilidade da EPE, disponibilizamos diferentes canais de comunicação com as populações locais e demais partes interessadas.

Para tanto, desenvolvemos sites específicos para cada projeto (www.uhecastanheira.com.br e www.uhebemquerer.com.br), ambos com o intuito de dar clareza sobre as características técnicas e a atualização do andamento dos processos de licenciamento ambiental cada usina.

No caso da UHE Bem Querer, usina em fase inicial de obtenção da licença prévia ambiental, reforçamos a produção de diferentes materiais audiovisuais para continuar mantendo

a população local informada mesmo durante a pandemia. Com isso, um conjunto de vídeos e de ferramentas interativas foram disponibilizados em 2020. Além disso, também realizamos ações de capacitação demandadas pela sociedade civil local sobre o planejamento energético.

INTERAÇÃO COM ÓRGÃOS DE CONTROLE E DE FISCALIZAÇÃO

Prestamos esclarecimentos e informações sobre nossas atividades e nossa atuação institucional em auditorias direcionadas diretamente à EPE pelos principais órgãos de controle e supervisão, como é o caso do Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria-Geral da União (CGU), oferecendo suporte também ao MME nos casos pertinentes.

Também oferecemos informações e esclarecimentos junto ao Ministério Público (Federal e Estadual) a respeito dos estudos que conduzimos no âmbito do planejamento energético e sobre o andamento dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) das usinas hidrelétricas Castanheira e Bem Querer, ambos sob a nossa responsabilidade.

ACORDOS E PARCERIAS

Por ampliarem o acesso a dados e recursos técnicos, a manutenção de acordos e parcerias é parte fundamental das nossas atividades institucionais.

Além dos acordos estabelecidos nos anos anteriores, em 2020 celebramos novo acordo operacional com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e firmamos acordo de cooperação com o Centro

Instituição	Tipo de acordo	Objetivos	Vigência
Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS)	Operacional	Visa estabelecer diretrizes e regras básicas necessárias ao efetivo relacionamento cooperativo entre a EPE e a ONS, visando a integração para realização dos trabalhos, o intercâmbio de informação e de dados, e buscando a máxima sinergia das atividades dessas instituições, preservadas suas distintas atribuições e competências legais e regulamentares	20/12/2016 a 20/12/2021
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)	Operacional	Visa estabelecer as condições e diretrizes para fins de: (a) integração e cooperação, (b) harmonização de procedimentos e utilização de práticas coordenadas, e (c) definição de regras de relacionamento técnico entre as partes, visando ao fornecimento e ao adequado tratamento dos dados, elementos e subsídios a serem disponibilizados pelas mesmas.	08/07/2020 a 28/07/2025
Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	Cooperação	Apoiar o desenvolvimento de cenários de longo prazo para a transição energética no Brasil.	31/07/2020 a 31/07/2023
Câmara de Comércio Árabe-Brasileira (CCAB)	Cooperação	Estabelecer uma estrutura prática e formal, a fim de desenvolver cooperação recíproca para o aprimoramento da execução de objetivos comuns.	19/02/2020 a 19/02/2025

Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para apoiar o desenvolvimento de cenários de longo prazo para a transição energética no Brasil.

Também mantivemos importantes parcerias e colaborações com instituições de referência no cenário internacional para o setor de energia, como é o caso da Agência Internacional de Energia (IEA), da Comissão Econômica para a América Latina e o

Caribe (CEPAL), o Fórum Econômico Mundial, a *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* (GIZ), o *National Renewable Energy Laboratory* (NREL), entre outros.

A EPE colabora ativamente ainda em arranjos e iniciativas internacionais tais com a *Clean Energy Ministerial, Mission Innovation*, Plataforma Biofuturo e Fórum Técnico Regional de Planejadores de Energia da América Latina e Caribe.

Para apoiar nessas frentes de colaboração internacional, a EPE conta com o apoio do Núcleo de Coordenação da Agenda Internacional (NCAI).

Saiba mais sobre a nossa agenda internacional em: <https://www.epe.gov.br/pt/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/ncai>.



GOVERNANÇA, ÉTICA E TRANSPARÊNCIA

Além de termos a ética como um dos nossos valores institucionais, desenvolvemos nossas atividades com amplo senso de espírito público e em observância às melhores práticas de governança. Disponibilizamos nesta seção informações sobre nossa estrutura de governança e as principais ações e iniciativas da gestão em relação à ética, à transparência e à integridade.

NOSSA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

A EPE é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva. Antes de ocuparem seus cargos, todos os membros desses dois órgãos estatutários são avaliados conforme os requisitos e as vedações relacionados no nosso Estatuto Social e nos principais marcos legais que disciplinam a questão (Lei nº 6.404/1976, Lei nº 13.303/2016 e Decreto nº 8.945/2016).

As competências de todos os nossos órgãos estatutários estão definidas no nosso Estatuto Social, cuja última aprovação ocorreu na 8ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 18 de dezembro de 2020. Ao todo, realizamos 97 reuniões junto aos membros dos nossos órgãos estatutários durante o ano de 2020.

Contamos com uma Secretária-Geral que organiza e presta suporte ao funcionamento dos nossos órgãos estatutários, além de facilitar a comunicação entre esses órgãos e o restante da estrutura interna da EPE.

Para obter informações mais detalhadas os nossos órgãos estatutários, acesse <https://www.epe.gov.br/pt/a-epe/aceso-a-informacao/institucional/orgaos-estatutarios>.

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

Publicada anualmente pelo nosso Conselho de Administração, a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa demonstra, com elementos objetivos, a aderência das nossas atividades e resultados alcançados aos objetivos da política pública vigente, especialmente em relação à política energética nacional. Sua divulgação visa o atendimento ao nosso Estatuto Social, assim como à Lei nº 13.303/2016 e ao Decreto nº 8.945/2016.

A Carta também apresenta informações relevantes sobre as atividades que desenvolvemos, nossa estrutura de controle, nossos fatores de risco, nossos dados econômico-financeiros, comentários dos nossos administradores sobre desempenho, nossas políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da nossa administração, além de descrever a nossa atual estrutura de governança.

Para conhecer a edição 2020 da Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa da EPE, acesse: https://www.epe.gov.br/sites-pt/aceso-a-informacao/institucional/Documents/CartaGovernan%20c3%a7a2020_atualizada_dez2020.pdf.

INDICADOR DE GOVERNANÇA

Recebemos a nota máxima e mantivemos o Nível 1 de governança

durante o último ciclo de avaliação do IG-Sest, indicador de governança das empresas estatais implementado pela Sest, realizado em 2019.

O principal objetivo desse indicador é de contribuir para o funcionamento efetivo das estruturas de governança, de forma a acompanhar e mensurar a qualidade dos mecanismos exigidos pela Lei nº 13.303/2016, a lei das Estatais. O indicador contempla três dimensões, a saber: (i) gestão, controle e auditoria; (ii) transparência das informações; e (iii) conselhos, comitês e diretoria.

Não houve avaliação desse indicador pela Sest em 2020. Apesar disso, atuamos em 2020 primando pela manutenção da qualidade e pelo constante aprimoramento dos nossos requisitos e instrumentos de governança, como, por exemplo, no aperfeiçoamento dos nossos instrumentos normativos internos. Além disso, também empreendemos esforços na elaboração de novos instrumentos para aperfeiçoar nossos processos internos de gestão de riscos, agregando valor ao processo decisório.

Para saber mais sobre nosso processo de gestão de riscos, veja a seção Gestão de Riscos e Controles Internos.

COMO ESTAMOS ORGANIZADOS INTERNAMENTE

Nossa atual estrutura organizacional interna, aprovada pelo Conselho de Administração em 2019, está definida no nosso Regimento Interno, que será atualizado em 2021 de forma a contemplar as alterações trazidas pelo nosso novo Estatuto Social em dezembro de 2020.

Além da Presidência, estamos organi-

Nossos órgãos estatutários

Assembleia Geral

A Assembleia Geral é o órgão máximo da empresa, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao seu objeto, inclusive quanto à sua competência para alterar o nosso capital social e o nosso estatuto social. Composta por um único acionista com direito a voto, a União (representada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN), a Assembleia Geral é realizada ordinariamente uma vez por ano, na forma da lei, ou extraordinariamente, sempre que necessário.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o nosso órgão de orientação superior, composto por seis membros representantes do Poder Executivo, conforme estabelecido no estatuto social da empresa, indicados pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, pelo Ministro de Estado da Economia e pelos empregados, e eleitos pela Assembleia Geral. Os membros do Conselho de Administração possuem prazo de gestão unificado de dois anos, permitidas, no máximo, até três reconduções consecutivas.

Diretoria Executiva

A nossa Diretoria Executiva é composta de um Presidente e quatro Diretores, indicados pelo Ministro de Estado de Minas e Energia e eleitos pelo Conselho de Administração. A Diretoria Executiva possui prazo de gestão unificado de dois anos, permitidas, no máximo, até três reconduções consecutivas.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é o nosso órgão permanente de fiscalização. De atuação colegiada e individual, ele é composto por três membros efetivos e respectivos suplentes, que serão indicados pelo Ministro de Estado de Minas e Energia e pelo Ministro de Estado da Economia, e eleitos pela Assembleia Geral. O prazo de atuação dos membros do Conselho Fiscal é de dois anos, admitidas, no máximo, até duas reconduções consecutivas.

Conselho Consultivo

Formado por representantes da sociedade civil ligados ao setor energético brasileiro e suas entidades de classe ou ainda à comunidade científica respectiva, os membros titulares e suplentes do Conselho Consultivo são designados pelo Ministro de Estado de Minas e Energia para um mandato de três anos, admitida a recondução.

Comitê de Auditoria

Composto por três membros, que são eleitos pelo Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria é o órgão de suporte do Conselho de Administração no que se refere ao exercício de suas funções de auditoria e de fiscalização sobre a qualidade das demonstrações contábeis e efetividade dos sistemas de controle interno e de auditorias interna e independente.

Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração

O Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração é estatutário e visa auxiliar o acionista e o Conselho de Administração na verificação da conformidade do processo de indicação e de avaliação dos administradores, conselheiros fiscais e membros do Comitê de Auditoria, além de acompanhar a política de pessoal, o plano de sucessão e a remuneração dos administradores. Esse comitê é constituído por três membros, integrantes do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria, tendo sido instituído na EPE em 2020 em substituição ao Comitê de Elegibilidade, com a atualização do nosso Estatuto Social.

zados em quatro diretorias distintas: a Diretoria de Estudos Econômico-Energéticos e Ambientais (DEA), a Diretoria de Estudos de Energia Elétrica (DEE), a Diretoria de Gestão Corporativa (DGC) e a Diretoria de Estudos do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (DPG). Vinculadas às diretorias, temos atualmente 11 superintendências.

Além disso, visando garantir maior transparência e controle interno às nossas atividades, também dispomos de três unidades internas de governança, previstas no nosso Estatuto Social: a Área de Conformidade e Gerenciamento de Riscos, que se vincula diretamente ao Presidente da EPE, e a Auditoria Interna e a Ouvidoria, que se vinculam diretamente ao Conselho de Administração.

Dessa maneira, destacamos que a EPE hoje dispõe de um sistema de governança que integra as áreas de governança e de gestão da empresa,

de forma a alcançar nossos objetivos institucionais de forma adequada.

Com base no nosso desenho organizacional, contamos com áreas de governança que visam garantir que as nossas ações planejadas sejam executadas de tal maneira que atinjam os objetivos e resultados de forma transparente, com efetividade e economicidade.

Complementarmente, também contamos com áreas responsáveis pela gestão, que cuidam do funcionamento das nossas ações planejadas e atuam diariamente na implementação da nossa estratégia, das nossas políticas, dos nossos processos, levando em consideração a eficácia e a eficiência durante a sua atuação.

ÉTICA E INTEGRIDADE

Como agentes públicos, consideramos a ética e a integridade questões

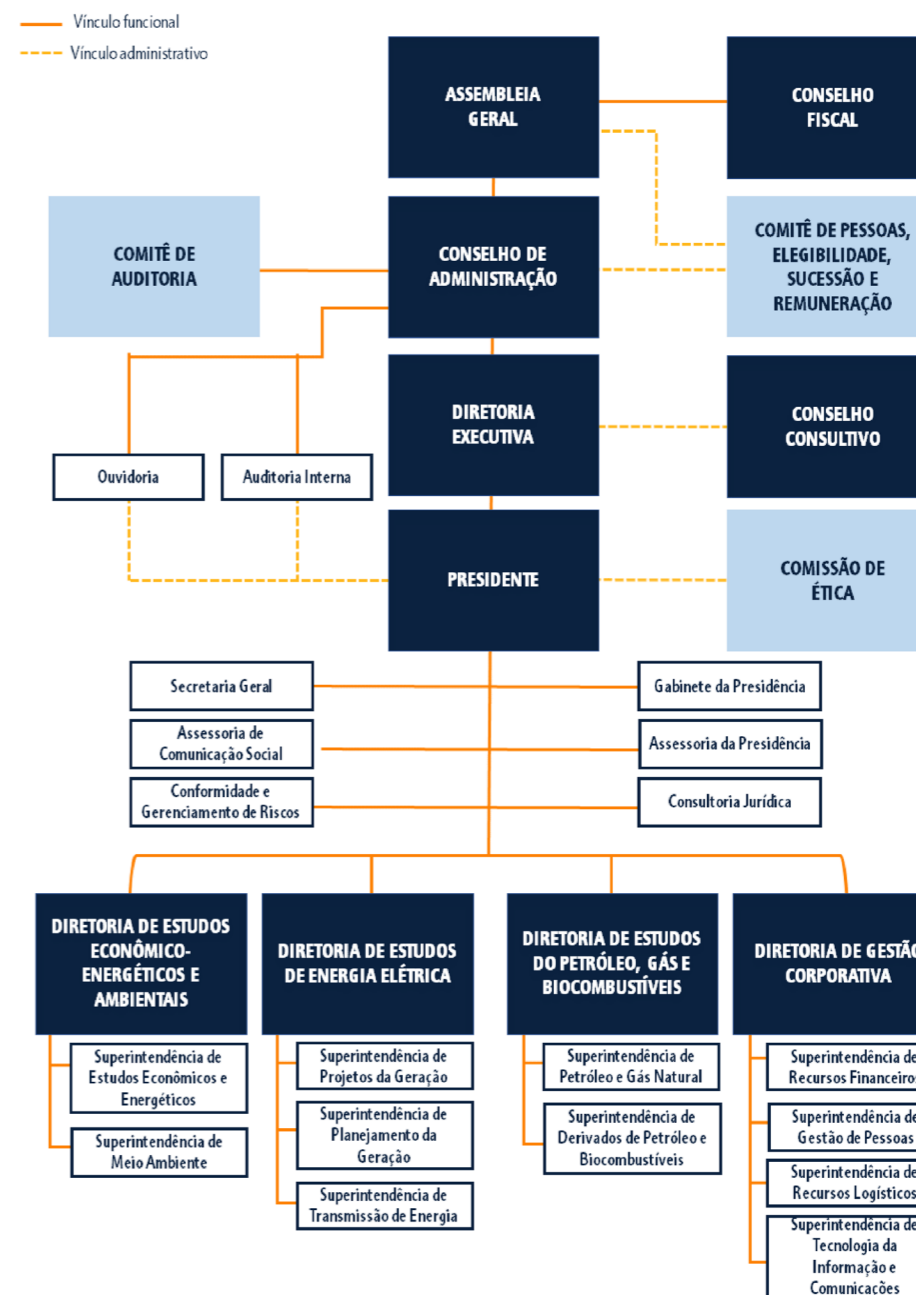
centrais no contexto da nossa atuação institucional. Para tanto, trazemos a ética dentre os nossos valores institucionais e dispomos do Código de Ética, Conduta e Integridade, documento que estabelece os princípios éticos e orienta a conduta de todos aqueles que estão profissionalmente vinculados à EPE, seja de forma permanente, temporária ou excepcional. Indicada como uma boa prática pela Comissão de Ética Pública (CEP), apesar de voluntária, registramos a adesão de mais de 60% dos nossos colaboradores ao "Termo de Compromisso" presente no nosso Código de Ética, Conduta e Integridade até o momento.

COMISSÃO DE ÉTICA

Em cumprimento ao Decreto nº 1.171/1994, dispomos de uma Comissão de Ética, que possui a finalidade de orientar, aconselhar e atuar na gestão sobre a ética profissional dos empregados e profissionais vinculados à EPE e no tratamento com as pessoas e patrimônio público. Em atuação desde 2005, a Comissão de Ética da EPE tem mantido contínuo processo de amadurecimento e desenvolvimento, agindo de forma preventiva, orientando suas atividades no sentido promover a vivência ética no nosso ambiente de trabalho, e contribuindo, desta forma, para a qualidade profissional da esfera pública, pautada pela probidade e boa-fé.

Nesse sentido, a Comissão desenvolveu, conforme indicado no Plano de Trabalho 2020-2021, ações com vistas a consolidar a cultura ética no âmbito da EPE, com ênfase nas funções educativa, consultiva e preventiva, fortalecendo a conduta ética no ambiente de trabalho.

Para o ano de 2020, destacamos



dois eventos internos realizados pela Comissão de Ética da EPE sobre o tema:

- Roda de Conversas com gestores sobre Liderança Ética – conduzido pela Coordenadoria de Saúde do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), o evento abordou comportamentos e conflitos de trabalho que suscitam dúvidas quanto a assédio moral, assédio

sexual e atos discriminatórios, bem como outras situações de violência laboral;

- Mesa redonda sobre Ética e Mídias Sociais – evento com a participação de cinco especialistas externos que versaram sobre comportamentos e condutas éticas em redes sociais, boas práticas, separação do ambiente pessoal do profissional e parti-

cipação em videoconferências e facilidades.

Os novos membros da Comissão de Ética da EPE também participaram do curso "Apuração e Gestão da Ética Pública" promovido pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República (CEP), garantindo que toda a Comissão tenha sido capacitada sobre o assunto. Além disso, os membros

da Comissão também participaram do XXI Seminário de Ética na Gestão, promovido pela Secretaria Executiva da Comissão de Ética Pública do Poder Executivo Federal, em novembro de 2020.

Destacamos a seguir os resultados alcançados pela Comissão de Ética no ano de 2020, considerando os aspectos supervisionados pela CEP, conforme previsto no Plano de Trabalho 2020-2021.

AUDITORIA INTERNA

De acordo com a Instrução Normativa SFC nº 03/2017, a auditoria interna governamental é uma atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização. No caso da EPE, essa atividade é realizada pela Auditoria Interna, uma das unidades

internas de governança previstas no nosso Estatuto Social, cuja missão é auxiliar a EPE a realizar seus objetivos institucionais, a partir da aplicação de abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos nossos processos de governança, gerenciamento de riscos e controles internos.

Para contribuir para o aperfeiçoamento desses processos, a Auditoria Interna elabora anualmente, em consonância com as diretrizes normativas da Secretaria Federal de Controle Interno (SFC/CGU), o Plano de Auditoria Interna (PAINT), o qual contempla os projetos e ações que a área pretende desenvolver no exercício seguinte, tendo por base nossos objetivos estratégicos, prioridades, metas, riscos a que nossos processos estão sujeitos, expectativas da alta administração, dentre outros.

A conclusão desses trabalhos resulta em Relatórios ou Notas de Auditoria, os quais podem contemplar achados de auditoria e para os quais são expedidas recomendações, com vistas ao aprimoramento dos processos de governança, gerenciamento de riscos e controles internos. Além disso, compete também à Auditoria Interna, nos termos do nosso Regimento Interno e do nosso Estatuto Social, realizar a interface institucional com os órgãos de controle (TCU e CGU) no que se refere aos trabalhos de auditoria e fiscalização realizados pelos referidos órgãos junto à EPE, bem como, acompanhar o cumprimento e a implementação das recomendações e/ou determinações expedidas.

Em 2020, a pandemia da Covid-19 implicou na reprogramação e na exclusão de alguns projetos previstos. Apesar disso, a Auditoria Interna, além de atender a uma série de

demandas dos órgãos de controle junto à EPE, realizou trabalhos cujos resultados foram muito positivos para a instituição, dentre os quais destacamos os projetos de Gestão da Segurança da Informação e de **Compliance** e Integridade, onde foram identificados achados relevantes e expedidas diversas recomendações aos gestores e à alta administração da empresa. Os achados resultaram em aprimoramentos da governança, da gestão de riscos, dos controles internos, da transparência, além de conferir conformidade e aderência dos atos de gestão ao nosso Estatuto Social, aos nossos normativos internos e à legislação aplicável. Destacamos ainda que o monitoramento da implementação das recomendações expedidas também é objeto de ação da nossa Auditoria Interna.

Os resultados dos trabalhos realizados em 2020 pela Auditoria Interna foram consolidados e apresentados à CGU, ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho Fiscal da EPE, por meio do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT).

Para obter mais informações sobre o PAINT e o RAIN, acesse <https://www.epe.gov.br/pt/a-epe/aceso-a-informacao/auditorias/auditoria-interna>.

DEMAIS AÇÕES DE SUPERVISÃO E CONTROLE

Observamos rigorosamente o dever de apurar eventuais irregularidades cometidas por nossos colaboradores e, se for o caso, de responsabilizar e sancionar, em estrita observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa. Caso se faça necessário, atuamos pontualmente para apurar eventuais responsabilidades, com

base nas orientações e nos procedimentos recomendados pela CGU e em conformidade com a legislação aplicável, naquilo que seja cabível ao caso da EPE.

Não houve instauração de processo administrativo disciplinar ou de sindicância com o intuito de apurar dano ao erário, fraude ou corrupção, nem em relação a outros assuntos disciplinares em 2020. Também não foi necessário aplicarmos procedimentos correicionais no período.

Em abril de 2020, visando instruir de forma adequada o processo de apuração de denúncias recebidas pela EPE, foi aprovado pelo Conselho de Administração o Procedimento para o Fluxo de Denúncias da EPE. Além de trazer maior previsibilidade para a apuração de eventuais irregularidades, a divulgação do fluxo de denúncias tornou mais claro quais são as ações e os papéis que devem ser assumidos pela Ouvidoria, Auditoria Interna e Comissão de Ética. Em 2020 recebemos uma denúncia por meio da Ouvidoria da EPE, que não foi admitida após análise conduzida pela Auditoria Interna.

Além disso, de forma preventiva, contamos com o apoio da Consultoria Jurídica na elaboração de pareceres jurídicos sobre os mais variados temas de interesse da EPE. Em 2020, foram emitidos 178 pareceres jurídicos, dos quais 111 tiveram como objeto a análise das contratações da EPE, 62 analisaram questões diversas, sobretudo trabalhistas e orçamentárias, e cinco tiveram como objeto a análise de acordos já celebrados ou a serem celebrados pela EPE.

INTEGRIDADE

Nossas principais diretrizes em

relação à integridade encontram-se descritas na nossa Política de Integridade. Visando garantir um ambiente corporativo cada vez mais íntegro, fortalecer os valores da ética, honestidade e transparência das nossas atividades e aprimorar a nossa governança institucional, desde 2018 dispomos na EPE do Programa e do Plano de Integridade.

O nosso Programa de Integridade está estruturado em 12 macro etapas, que contêm as ações a serem implementadas para mitigação dos riscos de fraude e corrupção:

- Adequação do ambiente de gestão;
- Governança, riscos, integridade e controles internos;
- Estruturas normativas, tais como Políticas, Normas e Procedimentos;
- Comissão de Ética;
- Processo decisório;
- Compras e contratação de terceiros (fornecedores e prestadores de serviços);
- Doações;
- Escrituração contábil e demonstrações financeiras;
- Cultura de integridade;
- Monitoramento;
- Transparência; e
- Fiscalização pela sociedade e pelo Estado.

Já o Plano de Integridade contém o mapeamento de todos os riscos relacionados à integridade, trazendo também as ações que devem ser implementadas para a sua mitigação. Ao todo, foram identificados nove riscos de integridade na EPE.

As ações de tratamento e mitigação do nosso Plano de Integridade foram monitoradas em 2019. Além de auxiliar a manutenção e o estabelecimento de um conjunto de medidas

Ação	Atividade	Resultados
Regramento ético	Solicitar às áreas responsáveis a inclusão de cláusula sobre leitura e observância ao Código de Ética, Conduta e Integridade nos contratos de trabalho dos colaboradores e prestadores de serviço da EPE	Solicitação concluída em março/2020
Comunicação	Disponibilizar 1 texto por mês sobre Ética para reflexão	Textos disponibilizados mensalmente por e-mail
Educativa	Promover e ampliar o acesso ao Código de Ética, Conduta e Integridade da EPE	Mais de 60% dos colaboradores entregaram o Termo de Compromisso assinado
	Realizar palestras sobre ética e assuntos afins ao tema	Realização de 2 palestras
	Capacitar os membros da Comissão de Ética	100% dos membros treinados
	Elaborar e disponibilizar cartazes educativos sobre Ética	Material disponibilizado no site da Comissão de Ética na intranet
Consultiva	Atender a solicitações de esclarecimentos e orientações	6 consultas atendidas
Apuração de conduta ética	Apurar desvios de conduta ética	Não houve recebimento de denúncia no período
Divulgação	Divulgar plano de trabalho e resultados das ações desenvolvidas	Divulgação na página da Comissão de Ética da intranet
Monitoramento	Realizar reunião mensal para acompanhamento das atividades	12 reuniões ordinárias e 2 reuniões extraordinárias realizadas
	Responder questionário de Avaliação da Comissão de Ética Pública sobre o Atendimento da Prática da Ética	Questionário respondido em junho/20
Planejamento	Elaborar o Plano de Trabalho da Comissão de Ética	Elaborado plano referente ao período 2020-2021

organizadas para prevenir, detectar e remediar as ocorrências da quebra da integridade, o monitoramento do Plano de Integridade possibilitou o fortalecimento dos nossos controles internos e o aprimoramento da nossa capacidade de identificação de possíveis novos riscos. Com isso, destacamos o processo de monitoramento do plano como um importante compromisso com a nossa missão, nossos valores e nossos objetivos estratégicos.

Sob a coordenação da nossa Área de Conformidade e Gerenciamento de Riscos (CGR), no início de 2020 foram concluídos os relatórios de monitoramento do Programa de Integridade da EPE, fechando o ciclo PDCA desse processo. Para 2021, está prevista a conclusão da revisão tanto do Programa como do Plano de Integridade da EPE, acrescentando melhorias ao ambiente de integridade da empresa.

Para conhecer o Programa e o Plano de Integridade da EPE, acesse <https://www.epe.gov.br/pt/a-epe/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/governanca-riscos-integridade-e-controles-internos>.

COMBATE À CORRUPÇÃO

Em dezembro de 2020, realizamos evento interno para celebrar o Dia Internacional de Combate à Corrupção. Aproveitamos a ocasião para reforçar os aspectos principais do Programa de Integridade da EPE a serem observados por todos os nossos colaboradores e para apresentar os principais aspectos relacionados ao Fluxo de Denúncias.

Além disso, também em dezembro de 2020 iniciamos a nossa adesão ao Pacto Empresarial pela Integridade

Nepotismo	Assédio moral	Vazamento de informação
Abuso de posição ou de poder em favor de interesses privados	Conflitos de interesses	Solicitação ou recebimento de propina / pagamento indevido
Pressão ilegal ou antiética para influenciar agente público / privado	Falhas na apuração de responsabilidades funcionais	Fraude e corrupção

e Contra a Corrupção, iniciativa mantida pelo Instituto Ethos. A iniciativa é um compromisso voluntário assumido por empresas privadas e públicas, cujo objetivo é uni-las na promoção de um mercado mais íntegro e ético e reduzir as diferentes práticas de corrupção.

Ao se tornarem signatárias do pacto, as empresas assumem o compromisso de divulgar a legislação brasileira anticorrupção para seus funcionários e partes interessadas, a fim de que seja cumprida integralmente. Adicionalmente, as empresas se comprometem a vedar qualquer forma de suborno e primar pela transparência de informações e colaboração em investigações, quando necessário.

TRANSPARÊNCIA

Ao longo de 2020, promovemos várias ações em prol da transparência ativa, do controle social, da gestão orçamentária (principalmente quanto à adequação e à redução dos gastos) e da gestão corporativa.

Sobre as nossas Demonstrações Financeiras, além do arquivo em

formato .pdf assinado e auditado pela auditoria externa, a partir de 2020 também passamos a disponibilizar no nosso site os arquivos editáveis em formato .xls e em formato .doc para as Notas Explicativas, de modo a propiciar a consulta e a conferência dos dados pelos usuários e, por conseguinte, favorecer o controle social.

Em 2020, disponibilizamos nossa Política de Transações com Partes Relacionadas, que traz diretrizes que aperfeiçoam o nosso ambiente de integridade e que complementam o normativo interno relacionado à Ética e Integridade. Também disponibilizamos a nossa Política de Distribuição de Dividendos, de modo a facilitar o controle social decorrente do atendimento ao princípio da transparência. Também foram instituídos grupos de

DIA NACIONAL DE Combate à Corrupção

10. DEZEMBRO
9:30 ÀS 10:30
TEAMS

CLIQUE AQUI PARA ACESSAR!

OUVIDORIA CGR

trabalho internos para a elaboração da nossa Política de Porta Vozes e da nossa Política de Divulgação de Informações, com publicações previstas para 2021.

Em relação aos contratos e termos aditivos que mantemos junto aos nossos fornecedores, a divulgação dos editais e dos contratos no nosso site já vinha sendo praticada. No final de 2020, passamos a divulgar os termos aditivos e respectivas datas de publicação também no Diário Oficial da União (DOU).

Além disso, realizamos atualização constante das informações de pessoal no nosso site, tais como honorários de conselheiros e diretores, remuneração dos empregados, tabelas de cargos e salários, entre outros dados pertinentes.

ACESSO À INFORMAÇÃO

O nosso site é o nosso principal instrumento de transparência ativa. Nele, os cidadãos podem encontrar todas as informações que produzimos, com exceção daquelas enquadradas como sigilosas, conforme determina a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

Visando aprimorar nossa transparência ativa, em abril de 2020, como resposta ao processo de Monitoramento do Sistema de Transparência Ativa interposto pela CGU, demos início ao levantamento das informações necessárias para preenchimento do Sistema de Transparência Ativa (STA). Nesse processo, executamos as seguintes atividades:

- realização de avaliação dos nossos mecanismos de transparência;

- estabelecimento de interfaces com gestores de diferentes áreas da EPE; e
- implementação de mecanismos de transparência que ainda faltavam à EPE, bem como o aprimoramento dos mecanismos existentes, de acordo com o formulário da CGU.

Em 2020, também estivemos sujeitos ao processo de fiscalização sobre o tema Transparência Ativa instituído pelo TCU, que teve como objetivo acompanhar a aderência dos portais na internet dos diversos órgãos públicos aos critérios legais e boas práticas relacionadas ao tema Transparência.

Como resultado de ambos os processos, efetivamos melhorias no nosso site de forma a facilitar a visualização e o acesso às informações que geramos pelos usuários.

INFORMAÇÕES CLASSIFICADAS

Contamos com o apoio do Comitê Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos (CPADS), formado por nossos colaboradores, para opinar sobre a classificação quanto ao sigilo dos documentos produzidos pela EPE. Os critérios considerados para a classificação dos documentos pelo Comitê seguem o preconizado na legislação pertinente, incluindo a Lei de Acesso à Informação.

Detalhes sobre as informações classificadas da EPE podem ser obtidos em <https://www.epe.gov.br/pt/aceso-a-informacao/informacoes-classificadas>.

ADEQUAÇÃO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

Em janeiro de 2020, instituímos um

Grupo de Trabalho (GT) para elaboração da proposta de tratamento da EPE sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018).

Para a consecução das suas atividades, o GT contou com o apoio de uma consultoria especializada e utilizou documentos orientativos publicados pela Secretaria de Governo Digital (SGD) do Ministério da Economia, órgão central do Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação (SISIP).

As atividades do GT foram concluídas em dezembro de 2020, ocasião em que foi apresentado o Plano de Trabalho para Adequação da EPE à LGPD, além de proposta de cronograma de execução para o plano, já considerando os efeitos decorrentes da Lei nº 14.010/2020.

Dentre as ações previstas no Plano de Trabalho, temos a institucionalização do Programa de Governança em Privacidade na EPE, que possui uma série de etapas a serem cumpridas. Ao longo de 2021 implementaremos as ações propostas no Plano de Trabalho no sentido de garantir o pleno atendimento à legislação sobre o tema.

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Temos a gestão de riscos como elemento central para a realização das nossas atividades institucionais. Para tanto, buscamos identificar e monitorar os riscos aos quais estamos expostos realizando o acompanhamento contínuo dos nossos controles internos e do ambiente externo. Nesta seção, apresentamos as principais informações sobre o processo de gerenciamento de riscos que adotamos na EPE.

COMO GERENCIAMOS Nossos Riscos

Contamos com a atuação da Área de Conformidade e Gerenciamento de Riscos (CGR), que integra a nossa estrutura organizacional desde 2017, para auxiliar as demais áreas da EPE e os nossos órgãos estatutários na

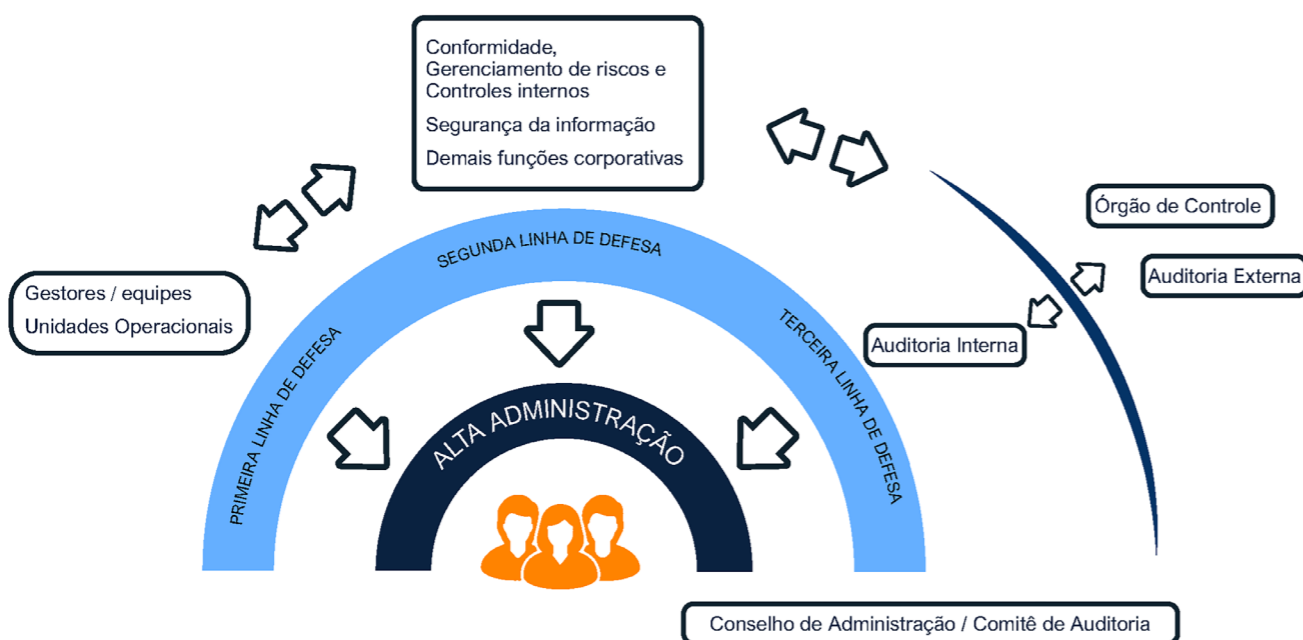
gestão de riscos. Vinculada diretamente ao Presidente da EPE, a CGR é uma de nossas unidades internas de governança, atuando como a nossa segunda linha de defesa dentro dos nossos controles internos.

Destacamos que o Conselho de Administração é responsável pela aprovação das nossas políticas de conformidade e de gerenciamento de riscos, bem como pela determinação da implantação e da supervisão dos nossos sistemas de gestão de riscos e de controles internos para a prevenção e mitigação dos principais riscos aos quais estamos expostos.

Dessa forma, visando manter os nossos órgãos estatutários continuamente informados sobre a gestão de riscos que adotamos na EPE, a CGR elabora relatórios periódicos de suas atividades, submetendo-os à Diretoria Executiva, ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal e ao Comitê de Auditoria. Para tanto,

a área dispõe do apoio do Comitê Executivo de Governança, Riscos, Integridade e Controles Internos (CGRIC-X), formado por representantes de todas as áreas da empresa, e do Comitê Estratégico de Governança, Riscos, Integridade e Controles Internos (CGRIC-E), formado pela Diretoria Executiva.

Além da legislação aplicável, dispomos ainda de um sistema normativo interno, que contempla políticas, normas, regulamentos, regimentos e procedimentos para disciplinar as nossas atividades, garantindo legalidade, padronização e aderência às melhores práticas e à estratégia corporativa. Como exemplos para o gerenciamento de riscos, temos a Política de Gestão de Riscos e a Política de Controles Internos da Gestão e de Conformidade.



MAPEAMENTO DE RISCOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 2020, em cumprimento à recomendação expedida pela Auditoria Interna, foi realizado o levantamento dos riscos e vulnerabilidades existentes no processo de elaboração das nossas demonstrações financeiras. Além disso, foram mapeados os respectivos controles internos que precisam ser implementados ou aprimorados para mitigar os riscos identificados e, com isso, evitar falhas ou distorções que não sejam contidas no âmbito da primeira linha de defesa.

O relatório, desenvolvido pela CGR em parceria com a Superintendência de Recursos Financeiros, identificou seis riscos, trazendo também a indicação de 15 planos de tratamento para a mitigação dos riscos mapeados.

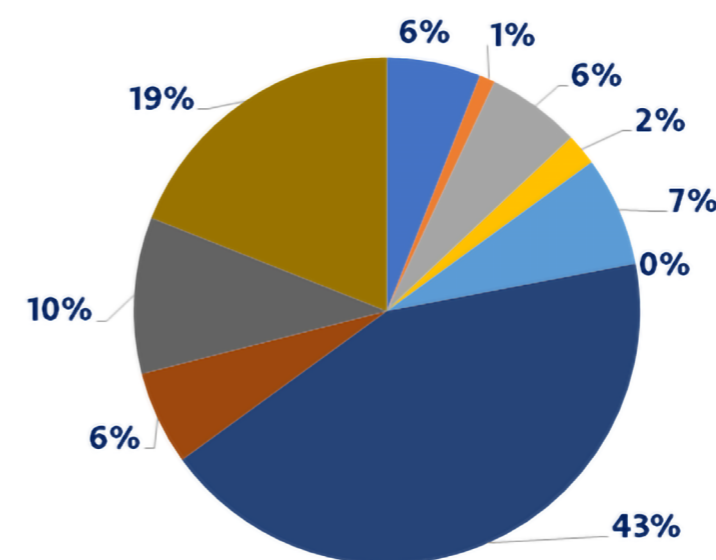
MONITORAMENTO TRIMESTRAL DE RISCOS

O monitoramento de riscos possui elevada relevância institucional, pois ele assegura o comprometimento com

a melhoria contínua e com a otimização dos nossos processos. A partir dos principais riscos identificados pelas áreas da EPE ainda em 2019, foi realizado em 2020 o monitoramento trimestral de um total de 15 produtos/processos relacionados a tais riscos. Esse processo tem contribuído para importantes aprendizados e consolidação dos instrumentos e de uma cultura de gestão de riscos, resultando, em última instância, em fortalecimento dos nossos resultados.

A realização do monitoramento de riscos, a maioria categorizados como riscos operacionais, envolve várias etapas, dentre as quais destacamos (i) o acompanhamento dos riscos identificados; (ii) o acompanhamento da efetivação dos planos de respostas aos riscos; (iii) o acompanhamento dos riscos residuais; (iv) a identificação de novos riscos; e (v) a avaliação da eficácia da gestão de riscos durante todo o ciclo de vida do processo.

Para que o gerenciamento dos riscos seja de fato eficaz, é importante que as recomendações sugeridas sejam efetivamente aplicadas e monitoradas pelos gestores das áreas, que atuam na primeira linha de defesa.



Categoria dos riscos

- Estratégicos
- Financeiros/Orçamentários
- Imagem/Reputação
- Integridade
- Legais
- Meio Ambiente
- Operacionais
- Pessoas
- SIC
- TIC

A partir do monitoramento realizado até o terceiro trimestre de 2020, observamos que houve aumento da implementação dos controles pelas áreas, fato que acarretou na redução da criticidade de parte dos riscos residuais inicialmente identificados. Além disso, o processo de monitoramento possibilitou a identificação de novos riscos, que tiveram seus planos de tratamento propostos.

REVISÃO DA MATRIZ DE RISCOS CORPORATIVOS

A visualização da forma clara e precisa dos principais riscos corporativos é parte importante para avaliação do atingimento dos nossos objetivos estratégicos. Nesse sentido, em 2018 foram identificados 13 riscos corporativos, distribuídos em cinco categorias distintas.

Diante do estabelecimento do ciclo 2020 – 2023 do PEI e seguindo uma recomendação da CGU, verificamos a necessidade de realizar a revisão da matriz de riscos corporativos da EPE. Para tanto, tomando como referência os onze objetivos estratégicos definidos no PEI 2020 – 2023, no

Risco	Ações Relacionadas	Status
Sobrevivência da EPE	Monitoramento e execução de ações para a manutenção do nível de excelência em Governança Corporativa visando uma gestão eficaz e eficiente, transparência e efetividade na gestão do orçamento público	Concluído
	Monitoramento e incentivo à atuação do Núcleo de Coordenação da Agenda Internacional (NCAI)	Concluído
	Fortalecimento da publicidade e transparência dos estudos, informações e bases de dados	Concluído
	Execução de Ações para fortalecimento dos acordos operacionais e de iniciativas conjuntas	Concluído
Perda da Credibilidade	Monitoramento do Programa de Integridade e do Plano de Integridade da EPE	Concluído
	Monitoramento e incentivo à atuação do Núcleo de Coordenação da Agenda Internacional (NCAI)	Concluído
	Fortalecimento da publicidade e transparência dos estudos, informações e bases de dados	Concluído
	Execução de Ações para fortalecimento dos acordos operacionais e de iniciativas conjuntas	Concluído
Perda de qualificação técnica/profissional	Workshop do Mercado da COPAM	Concluído
	Execução de um maior Controle sobre o orçamento de capacitação sempre observando as diretrizes e prioridades definidas na LNC anual (Levantamento de Necessidades de Capacitação)	Concluído
	Estabelecimento de Parcerias nacionais e internacionais visando a capacitação do corpo técnico	Concluído
Perda da continuidade do negócio	Execução do projeto Trilhas do Conhecimento, Café na EPE e capacitação dentro do Programa de Instrutoria Interna	Concluído
	Workshop do Mercado da COPAM	Concluído
	Estudo de viabilidade e implementação de ações iniciais de fomento para implementação do processo de gestão de continuidade	Em andamento
Perda de capital humano (turnover)	Execução dos Planos de Ação relacionados à Clima Organizacional	Em andamento
	Condução de projeto de Movimentação Externa	Em andamento
Contingenciamento do Orçamento	Aperfeiçoar o processo de planejamento e execução orçamentária visando o aumento na eficiência do processo e agregar valor ao processo de tomada de decisão para priorização dos itens constantes no orçamento	Em andamento
	Execução de reuniões periódicas com toda a gestão para discussão da execução orçamentária	Concluído
Ineficiência na execução de processos / procedimentos	Contratação de solução de software para Gestão Documental e mapeamento de fluxo de processos	Em andamento
Obsolescência Tecnológica	Planejamento orçamentário a longo prazo, visando a postergação controlada dos investimentos	Em andamento
Inexistência de Inovação	Ainda sem ação proposta. Em avaliação da reconsideração do Plano de Tratamento.	-
Perda de requisitos de integridade	Monitoramento do Programa de Integridade e do Plano de Integridade da EPE	Concluído

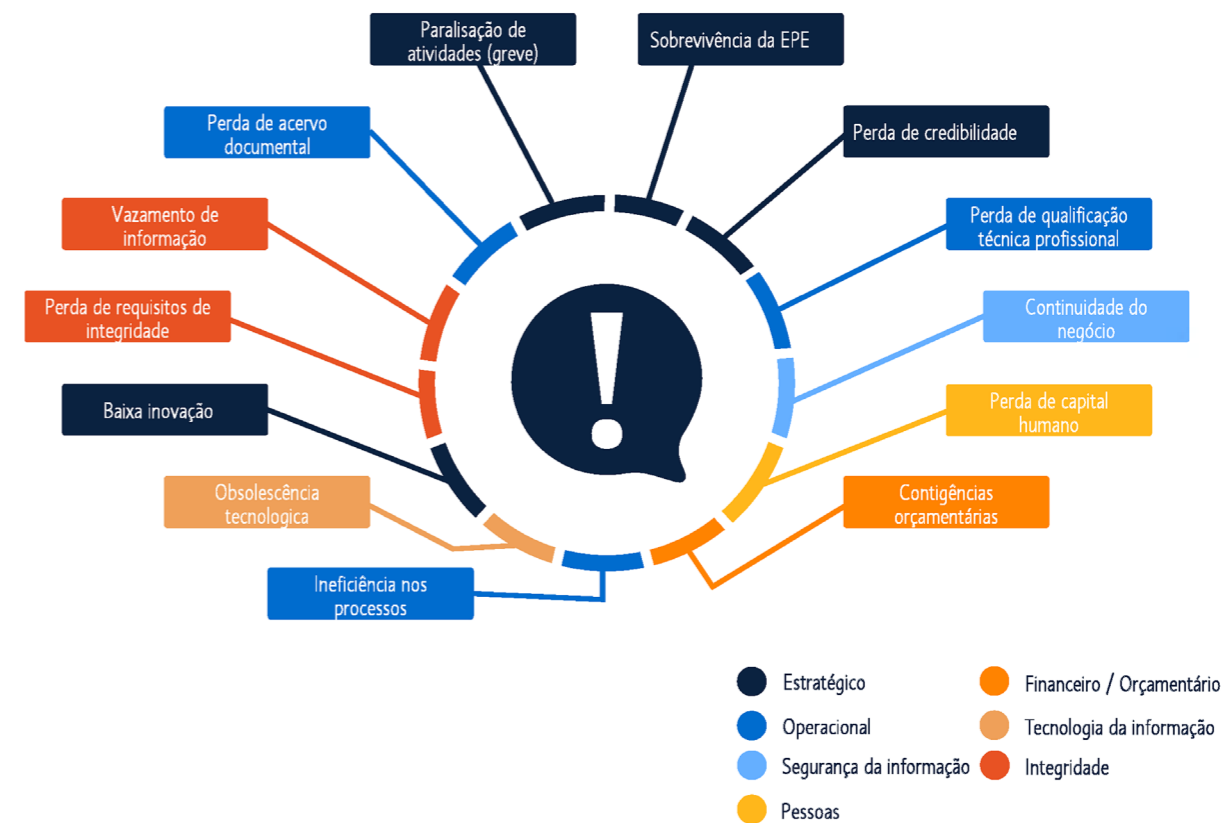
(Continuação)

Vazamento de informação	Aprimoramento das campanhas de conscientização de SIC	Em andamento
	Melhoria de ferramentas anti-malware	Concluído
	Aprimoramento das regras de firewall	Concluído
	Aprimoramento das funções antimalware (antivírus, anti-phishing)	Em andamento
	Adoção de tecnologia de VPN mais segura	Concluído
Perda do acervo e do controle documental	Implementação de técnicas mais seguras de autenticação (segunda autenticação)	Concluído
	Contratação de solução de software para Gestão Documental e mapeamento de fluxo de processos	Em andamento
Paralisação das atividades normais (Greve)	Execução dos Planos de Ação relacionados à Clima Organizacional	Em andamento

segundo semestre de 2020 iniciamos a construção da matriz de riscos estratégicos.

Com previsão de conclusão para o primeiro semestre de 2021, a elaboração

da nova matriz de riscos estratégicos da EPE contou com o apoio técnico e a facilitação da Enap em oficinas de trabalho que envolveram todo o nosso quadro gerencial.



GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Consideramos a Tecnologia da Informação (TI) como insumo extremamente necessário para o cumprimento da nossa missão e atingimento dos nossos objetivos. Além disso, dado que a informação é um dos nossos principais ativos, reconhecemos a importância da Segurança da Informação (SIC) para a condução e execução das nossas atividades. Nesta seção, apresentamos as principais ações adotadas para a gestão da tecnologia da informação na EPE.

GOVERNANÇA DE TI E SIC

O nosso modelo de governança de Tecnologia da Informação e Comunicação foi estabelecido com base no Guia de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (GovTIC) do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP). Dessa forma, temos a atuação de dois comitês internos, quais sejam: Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CTIC-E) e Comitê Executivo de Tecnologia da Informação (CTIC-X). Adicionalmente, em termos de Segurança da Informação, também contamos com a atuação do Comitê de Segurança de Informação e Comunicações (CSIC).

O CTIC-E é formado pela Diretoria Executiva e conduzido pelo Presidente da EPE, tendo como competências principais o alinhamento entre as atividades de TI e os objetivos estratégicos da EPE, a aprovação das diretrizes para a formulação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações (PDTI) e a definição da prioridade de execução dos projetos e

investimentos de TI na empresa. Já o CTIC-X é formado por colaboradores de diferentes áreas da EPE e possui natureza consultiva. Sua principal finalidade é tratar e aconselhar sobre políticas, diretrizes, planejamento e ações relativas à Tecnologia da Informação e Comunicações no âmbito das nossas atividades.

Considerando o histórico de tratamento de questões relativas à gestão da segurança da informação no âmbito da Administração Pública Federal, estabelecidas pelo Decreto nº 9.637/2018 e do Decreto nº 10.222/2020, e a forma como o tema vem sendo tratado no contexto das nossas atividades, em abril de 2020 a Diretoria Executiva designou um novo gestor de Segurança da Informação e Comunicações para a EPE e recompôs o Comitê de Segurança da Informação e Comunicações (CSIC) da EPE.

Além disso, no final de 2020 reforçamos nossa atuação em governança de TI com a alocação de alguns de nossos colaboradores da Superintendência de Tecnologia da Informação e de Comunicações para (i) cuidar do aperfeiçoamento das ferramentas de controle e monitoramento de indicadores estratégicos e de desempenho; (ii) oferecer apoio à elaboração do PDTI; (iii) auxiliar na execução do planejamento e controle orçamentário dos investimentos em TI; (iv) atuar no mapeamento e implantação de processos; (v) dar suporte aos Comitês de Tecnologia da Informação e de Segurança da Informação; e (vi) acompanhar a implantação dos controles de mitigação e revisão periódica da matriz de riscos de TI e SIC.

Asseguramos a conformidade legal da nossa governança de TI e de SIC por meio do acompanhamento e apli-

cação de boas práticas, regras e diretrizes estabelecidas ou referenciadas pelo Governo Federal. Além disso, também orientamos nossas ações em TI e SIC a partir de políticas, normas e procedimentos internos que tratam do assunto.

Para conhecer as políticas e normas da EPE voltadas para TI e SIC, acesse <https://www.epe.gov.br/pt/a-epe/acesso-a-informacao/institucional/politicas-e-normas>.

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Em atendimento à demanda colocada pelo Conselho de Administração ao final de 2019, ao longo de 2020 foram identificados os riscos relativos aos ativos, produtos e serviços de TI e os riscos de SIC que possam comprometer a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade das informações geradas no âmbito das nossas atividades.

Por meio desse levantamento, foram identificados 10 riscos, dentre os quais um deles se materializou em virtude do incidente cibernético que a EPE sofreu em julho de 2020. O plano de tratamento prevê a execução de 22 ações, dentre elas o aprimoramento das campanhas internas de conscientização em segurança da informação. A elaboração do relatório também possibilitou a inclusão de algumas ações de tratamento no contexto do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) da EPE para o ano de 2021.

Incidente cibernético

Na onda de eventos ocorridos em decorrência do aumento da virtualização do trabalho observada ao redor do mundo, a EPE foi alvo de um incidente cibernético em julho de 2020. Nossas equipes conseguiram superar o incidente sem maiores consequências à execução dos nossos trabalhos.

O incidente aumentou o nosso foco sobre a segurança da informação, resultando na execução de diversas ações ainda em 2020.



PRINCIPAIS INICIATIVAS, AÇÕES E RESULTADOS EM TI

Em alinhamento com os objetivos estratégicos voltados para a gestão de TI, desenvolvemos diversas ações tanto na infraestrutura de TI como no desenvolvimento de novos sistemas e recursos tecnológicos, assim como de aplicações em *data science*, ao longo de 2020.

Além disso, o estabelecimento do regime de trabalho remoto e a virtualização do trabalho, ambos decorrentes

da pandemia da Covid-19, ensejaram na implementação de novas soluções em TI e SIC nas nossas rotinas de trabalho. Nesse sentido, tivemos a viabilização da infraestrutura para o trabalho remoto, visando oferecer suporte e condições tecnológicas para a execução do trabalho no novo regime pelos nossos colaboradores. Também realizamos a migração do nosso serviço de correio eletrônico para a nuvem como forma de oferecer maior flexibilidade e integração com os demais serviços e ferramentas de trabalho disponíveis em nuvem.

Como consequência da nossa adaptação ao regime de trabalho remoto, também identificamos a necessidade de ampliação das funcionalidades dos nossos sistemas administrativos internos. Dessa forma, em 2020 viabilizamos a migração dos nossos processos físicos internos para o ambiente virtual, conferindo maior organização e transparência aos processos administrativos internos.

Destacamos também a mudança para o novo endereço do escritório central no Rio de Janeiro, que demandou

esforços de planejamento da migração do nosso *data center* visando a incidência dos menores impactos possíveis no desenvolvimento das atividades da empresa.

Diversas iniciativas relacionadas à gestão de TI foram realizadas ao longo de 2020, agregando ainda mais valor aos produtos e serviços que mantemos atualmente na EPE. Destacamos

na tabela a seguir as principais.

Iniciativas	Resultados obtidos
Anuário Estatístico Interativo	Organização das informações e transparência para o público externo
Dashboard do Balanço Energético Nacional Interativo	Organização das informações e transparência para o público externo
Implantação do software FME (Feature Manipulation Engine) Desktop Professional	Facilidade de integração, transformação e carga de informações a serem utilizadas nos estudos georreferenciados
Implantação do novo Webmap EPE	Disponibilização de uma versão mais moderna do nosso Webmap, permitindo uma melhor experiência para os usuários
Dashboard de análise e projeções de coleta de consumo dos consumidores livres	Organização das informações e facilidade de obtenção e tratamento dos dados consumidores livres
Implantação do software Que\$tor	Melhoria na estimativa de custos para projetos de O&G onshore e offshore, com maior aderência às condições vigentes no mercado no momento da avaliação, além de maior acurácia e detalhamento
Implantação de modelo de regressão de previsão do volume de prospectos de petróleo	Maior facilidade na visualização dos resultados e oportunidade de aperfeiçoamento do modelo matemático utilizado
Dashboard com os dados de geração verificada, recebidos por meio do acordo de cooperação técnica mantido com a CCEE	Organização das informações e disponibilização de visualização gráfica para realização de análises mais eficientes
Disponibilização de serviços de troca de informações relacionadas à transmissão de energia com o ONS e a Aneel	Colaboração entre ONS, EPE e Aneel na troca e na simetria de informações do setor elétrico
Suporte à contratação e implantação do novo software de análises voltadas para a transmissão de energia	Realização de análises mais completas da operação do Sistema Interligado Nacional (SIN), com ganhos de eficiência na elaboração dos estudos de planejamento da expansão da rede elétrica
Dashboard dos dados de CAPEX e OPEX dos empreendimentos de geração	Organização e visualização das informações, permitindo inúmeras ações de análises exploratórias dos dados
Implantação do Sistema de Acompanhamento dos Sistemas Isolados	Organização e análise integrada das informações coletadas para os estudos de acompanhamento dos sistemas isolados
Dashboard de análise dos dados do Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE)	Consolidação e organização das informações, possibilitando a análise dos resultados e dados de entrada do processamento dos modelos utilizados para a elaboração do PDE
Desenvolvimento de solução de upload de arquivos no processo de cadastramento e de habilitação técnica dos leilões de geração de energia	Tramitação de documentos mais ágil, para os agentes e para os analistas, permitindo uma análise mais eficiente dos projetos durante o processo de cadastramento e de habilitação técnica dos leilões
Integração da base do sistema SAPD com o sistema AEGE	Padronização das informações inseridas no sistema, simplificando tanto o trabalho de análise como a inserção dos dados pelos agentes

Além da administração de uma série de contratos de manutenção e de garantia de software e hardware, executamos novas contratações de recursos de TI anualmente em virtude

da necessidade de modernização e atualização tecnológica.

Nesse sentido, destacamos na tabela a seguir as contratações mais relevan-

tes ocorridas em 2020.

Fornecedor	Descrição da contratação	Valor do contrato (R\$)
Brassoftware Informática Ltda.	Renovação e aquisição de novas licenças da Microsoft	2.694.540,65
Microware Tecnologia da Informação Ltda.	Aquisição de novos servidores para o ambiente corporativo e processamento de alto desempenho	1.152.000,00
Gartner do Brasil Serviços de Pesquisa	Renovação do Gartner com a ampliação de assinaturas	532.700,00
KONO IT Consultoria e Tecnologia Eirele ME	Consultoria de desenvolvimento de sistemas para implantação da esteira DevOps e aprimoramento do uso de metodologias ágeis	42.720,00

Apesar do cenário orçamentário definido para a EPE na LOA 2020, realizamos contratações estratégicas

em TI durante o ano de 2020, resultando em uma execução orçamentária satisfatória.

Grupo de despesa	Valores empenhados (R\$)	Valores pagos (R\$)	Restos a pagar (R\$)
Custeio	4.057.169,00	2.922.734,00	1.134.435,00
Investimento	3.352.998,00	2.117.093,00	1.235.905,00
Total	7.410.167,00	5.039.827,00	2.370.340,00

NOSSO DESEMPENHO



PNE 2050
aprovado

definindo a estratégia de longo prazo do setor para o país



mais de **50** publicações técnicas produzidas



mais de **4 mil km** de gasodutos estudados no **PIG**



novo **acordo** de cooperação firmado para apoio à **transição energética** no Brasil



PDE 2030 concluído, com previsão de **R\$ 2,7 trilhões** em investimentos no país para os próximos 10 anos



participação em diversos **comitês** do setor (RenovaBio, REATE, CIM, CNMG e outros), colaborando com diversos **estudos técnicos**

1.686 projetos cadastrados nos **leilões de energia** totalizando mais de **130 GW** de oferta, com destaque para fotovoltaica e eólica



10 mil km de novas **linhas de transmissão** e 23 novas subestações estudadas, perfazendo **R\$ 20 bilhões** em investimentos

PNE - Plano Nacional de Energia | PIG - Plano Indicativo de Gasodutos | PDE - Plano Decenal de Expansão de Energia

A pandemia da Covid-19 causou impactos em diferentes frentes e vem acelerando transformações no mundo e no Brasil. Nesse contexto, os estudos de planejamento do setor energético, com seus cenários e projeções, têm sido fundamentais para orientar as ações de resposta às incertezas e promover o desenvolvimento social e econômico, com sustentabilidade.

Mesmo com os desafios que se apresentaram, tanto em termos de gestão orçamentária como em relação às questões do setor de energia, efetuamos importantes entregas ao longo de 2020, reforçando nosso compromisso institucional. Nesta seção, apresentamos os resultados que alcançamos em 2020.

DE QUE FORMA SUBSIDIAMOS O MME NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS DE ENERGIA, DE FORMA INTEGRADA E COM PERSPECTIVA DE LONGO PRAZO, EM 2020?

PLANO NACIONAL DE ENERGIA 2050

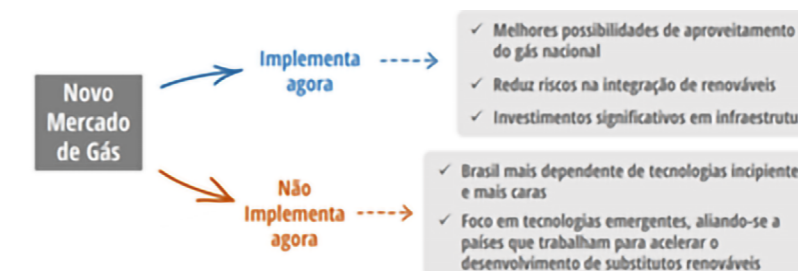
A partir das diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético (SPE), vinculada ao MME, elaboramos os estudos de base do **Plano Nacional de Energia (PNE) 2050**. O objetivo principal do plano é permitir avaliar os possíveis caminhos da expansão e desenvolvimento da infraestrutura energética nacional e orientar estratégias

na formulação de políticas setoriais, conforme disposto na Portaria MME nº 6, de 7 de janeiro de 2020.

O PNE 2050 apresenta um conjunto de recomendações e diretrizes a serem seguidas no horizonte de 30 anos, tendo como base os princípios da atuação do Governo, que buscam direcionar o aprimoramento do arcabouço legal e infralegal dentro de uma visão de longo prazo pautada na promoção do melhor uso dos recursos energéticos nacionais, no desenho de mercados competitivos e efetiva governança institucional, permitindo a inserção de inovações e a transição energética, a fim de construir o desenvolvimento sustentável de longo prazo do Brasil.

Para isso, foram elaborados dois grandes cenários de demanda de energia, formando um cone de incertezas para o desenho da estratégia de longo prazo. Entretanto, o cenário chamado "Desafio da Expansão" é o foco das análises do plano, por refletir os maiores desafios em termos de atendimento ao crescimento da demanda de energia. Além de reforço e aperfeiçoamento dos mecanismos e políticas vigentes, o cenário imprime a necessidade de soluções inovadoras, atendendo critérios de segurança energética, retorno adequado aos investimentos, disponibilidade de acesso à população e socioambientais.

Assim, considerando condicionantes da política energética e analisando pontos fortes e vulnerabilidades do



setor energético nacional, o plano buscou construir consensos em torno de grandes questões e caminhos para o setor energético nacional. Além disso, o plano sinaliza para movimentos importantes a serem feitos no sentido de perseguir a visão de futuro.

Especialmente no que se refere a evolução das fontes, o PNE 2050 não apresenta uma única matriz elétrica para o horizonte 2050. Contudo, explora cenários e consequentes desdobramentos e desafios, sendo uma importante abordagem no subsídio à formulação de políticas. Um dos principais resultados do PNE 2050 foi o delineamento de vários "mapas do caminho", com recomendações apresentadas por decênio para o horizonte de estudo 2020-2050 para cada um dos principais desafios identificados associados a questões transversais,

Questões Transversais	Fontes e tecnologias	Infraestrutura de Transporte de Energia
<ul style="list-style-type: none"> • Transição Energética • Mudanças Climáticas • Descarbonização • Descentralização • Comportamento do Consumidor de Energia • Economia do Compartilhamento • Digitalização na Produção e Uso de Energia • Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação • Integração Energética Sul-americana 	<ul style="list-style-type: none"> • Hidreletricidade • Energia Eólica • Energia Solar • Bioenergia • Energia Nuclear • Carvão Mineral • Potência Complementar • Recursos Energéticos Distribuídos • Eficiência Energética • Tecnologias de Armazenamento • Geração Distribuída • Energia de Resíduos Sólidos Urbanos • Exploração e Produção de Petróleo • Derivados de Petróleo • Gás Natural • Tecnologias Disruptivas (Hidrogênio, Energia dos Oceanos, Etanol Lignocelulósico ou de 2ª geração, Biorrefinaria, Navio Plataforma, <i>Small Modular Reactors</i> (SMR), Fusão Nuclear, Geotermia Superficial, Transmissão de Energia Elétrica sem fio (<i>Wireless Transmission</i>)) 	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de Transmissão de Eletricidade • Malha de Gasodutos • Setor de Transportes • Indústria • Edificações

fontes e tecnologias e infraestrutura de transporte de energia.

A consulta pública do plano durou três meses. Durante esse período, realizamos diversas apresentações do seu conteúdo, de forma a ampliar a comunicação com diversos públicos e reduzir assimetria de informações. Após análise de mais de 60 contribuições recebidas, o PNE 2050 foi aprovado em dezembro de 2020, conforme Portaria MME nº 451/2020.

Para conhecer os principais resultados do PNE 2050, acesse: <https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/Plano-Nacional-de-Energia-2050>.

PLANO DECENAL DE EXPANSÃO DE ENERGIA

Os estudos do **Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE)** subsidiam a tomada de decisão executiva sobre

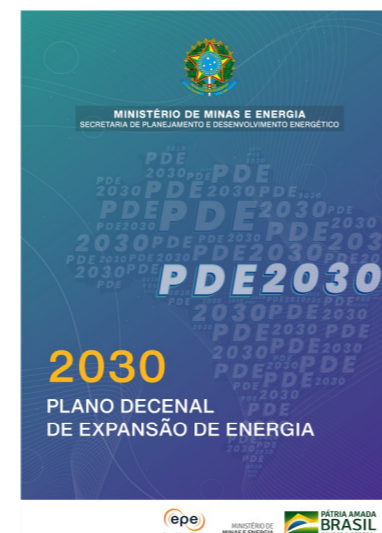
execução de leilões, planejamento de setores com interfaces com o sistema de geração, destacando-se os segmentos de transmissão de energia e de gás natural, e políticas públicas do setor. Entretanto, considerando seu caráter indicativo, a expansão de capacidade de geração resultante não determina diretamente os investimentos, cabendo aos agentes contestar a visão apresentada no plano através de suas decisões de investimento.

Além disso, o PDE anualmente fornece ao mercado informações úteis e relevantes, que permitem a análise do desenvolvimento do sistema elétrico e das condições de adequabilidade de suprimento sob diferentes cenários futuros possíveis.

No momento que o mundo atravessa a pandemia da Covid-19, o alto grau de incerteza trouxe desafios adicionais ao planejador. Assim, aumentou a importância de serem avaliados distintos cenários e análises de sensibilidade,

de forma a melhor apoiar as tomadas de decisão em situações complexas. Foi com base nessas perspectivas que elaboramos o PDE 2030, que foi colocado em consulta pública pelo MME em dezembro de 2020.

Além de um cenário de demanda de energia elétrica de referência para o horizonte decenal, foram elaborados um cenário inferior e um superior. No



Novo formato de comunicação para o PDE

A elaboração dos estudos do PDE por sua natureza exige a integração e harmonização de diversas análises específicas para produzir cenários de expansão de oferta de energia, que normalmente são organizadas em diferentes Notas Técnicas. Os principais temas são:

- Atividade macroeconômicas e setorial;
- Consumo de energia e seus condicionantes de penetração (competitividade econômica, logística, preferência de consumidor, efeito de políticas públicas) em diversos setores de consumo final;
- Análise de cenários de expansão de indústrias de rede (eletricidade e gás natural);
- Contribuição dos recursos energéticos distribuídos (eficiência energética, autoprodução, micro e mini geração etc.) ao atendimento da demanda por energia;
- Análise ambiental individualizada e integrada das fontes energéticas do Plano Decenal;
- Avaliação processual e elaboração dos custos socioambientais de usinas hidrelétricas;
- Subsídios socioambientais para a previsão da curva de produção de petróleo e gás natural;
- Cálculo e análise das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).

Além das inovações implementadas nas análises técnicas, a partir de 2020 passamos a utilizar um novo formato de comunicação dos resultados obtidos no âmbito do PDE 2030. Por meio da divulgação dos Cadernos do PDE antecipamos para os principais agentes do setor as discussões que permeiam diferentes assuntos abordados no plano.

Dessa forma, ampliamos o debate sobre as projeções contidas no PDE, que ganharam conotação especial em virtude das incertezas no cenário econômico em decorrência da pandemia, qualificando mais apropriadamente o processo de Consulta Pública do documento. Para o PDE 2030, foram publicados 14 cadernos.

cenário inferior a crise sanitária possui caráter mais intenso e prolongado, com dificuldades na aprovação de reformas e maior nível de desemprego. No cenário superior, considerou-se uma maior efetividade das políticas de combate à crise do novo coronavírus, aumento do nível de investimento em decorrência de importantes reformas e recuperação mais vigorosa da confiança dos agentes.

Como consequência, além da oferta já contratada, os estudos indicativos de expansão da geração apontam para uma necessidade de crescimento da oferta que pode variar entre 11 e 55 GW de capacidade instalada no horizonte decenal, a depender do crescimento da demanda.

Apesar disso, os estudos indicam baixo arrependimento da expansão de

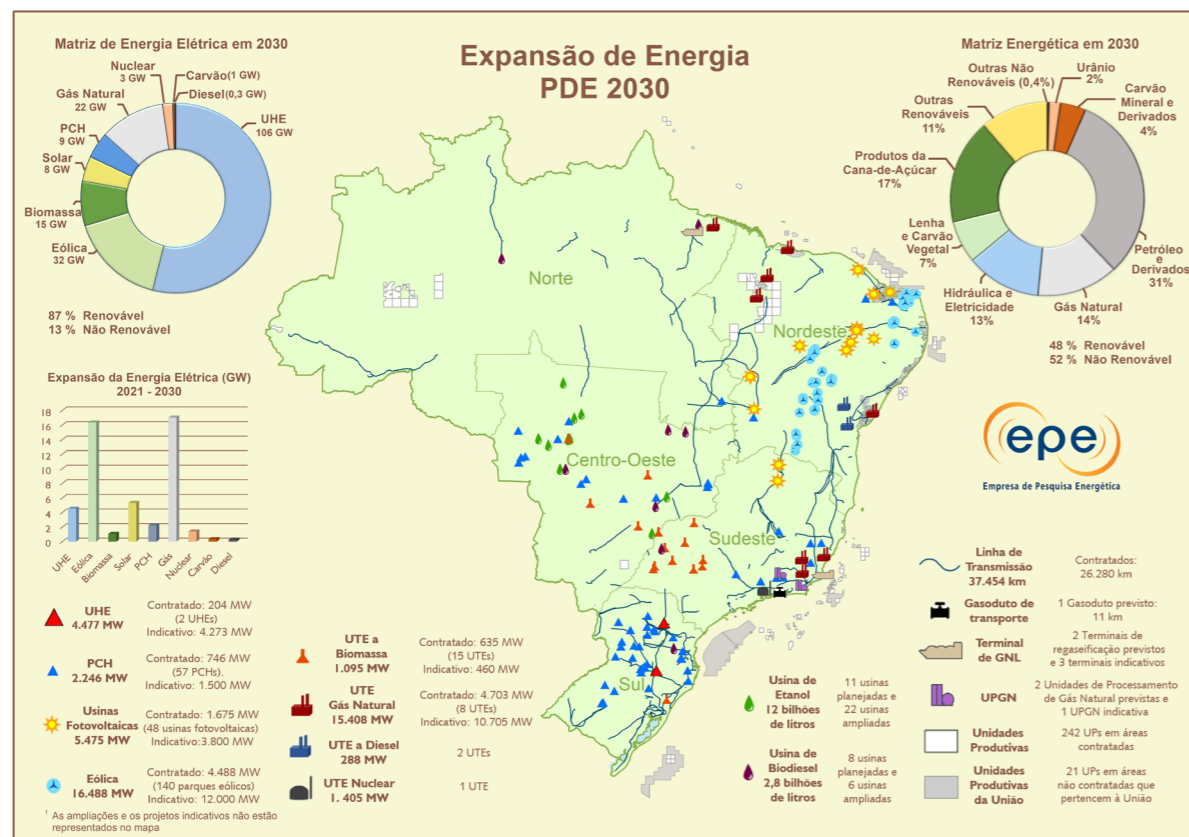
referência e constatam, independente do cenário, tanto a manutenção do perfil renovável da matriz quanto a necessidade do Sistema Interligado Nacional (SIN) por tecnologias que aumentem sua capacidade de potência, agregando pouca ou nenhuma energia.

Para este ciclo do PDE, foram implementadas uma série de inovações. Resíduos sólidos urbanos (RSU), usinas fotovoltaicas flutuantes, resposta da demanda e a ampliação e modernização do parque hidrelétrico existente foram, pela primeira vez, considerados como tecnologias candidatas para o cenário de referência. Foi apresentada também análise inicial considerando uma curva de carga horária, assim como também foi abordada a relação entre a contratação dos requisitos do sistema

e a separação de lastro e energia, tendo como base os novos critérios de garantia de suprimento.

Para micro e minigeração distribuída (MMGD), foi apresentado um cone de possibilidades de expansão e elaborados dois cenários contidos no referido cone, considerando a incerteza relacionada à definição do mecanismo de compensação de energia e ao modelo tarifário na baixa tensão. Tal abordagem é importante para que seja possível desenvolver diferentes estratégias para os possíveis desdobramentos das questões.

No que se refere a expansão do sistema de transmissão, o PDE 2030 também buscou avaliar três cenários possíveis para o horizonte do plano, que se diferenciam com base em hipóteses de implantação dos empre-



endimentos sem outorga, mantendo-se a programação de execução dos empreendimentos com outorga.

A Análise Socioambiental também passou a ter uma perspectiva mais abrangente e, a partir da análise do conjunto de projetos e dos temas socioambientais, foram identificadas questões que poderiam representar riscos ou oportunidades para a expansão energética prevista. Como resultado, foram indicados os principais desafios e oportunidades socioambientais estratégicos associados à expansão do plano.

Além das inovações, foi dada continuidade à agenda de discussões relevantes para o setor energético nacional, como a integração entre os setores de gás natural e energia elétrica e os temas relacionados a modernização do setor elétrico brasileiro. Sobre a modernização, é importante

reforçar que o plano foi desenvolvido simultaneamente aos estudos do plano de ação estabelecido no âmbito do Comitê de Implementação da Modernização do Setor Elétrico - CIM, evidenciando o caráter cíclico e adaptativo do processo de planejamento.

A integração entre os mercados de gás e energia elétrica tem destaque ao longo dos capítulos do plano,

cabendo destacar estimativa de volumes adicionais de gás natural que poderiam ser disponibilizados com uma maior abertura do mercado promovida pelo programa Novo Mercado de Gás (NMG).

A estimativa de investimentos, considerando desembolso no horizonte decenal e tendo como base o cenário de referência, supera R\$ 2,7 trilhões.



Para conhecer os principais resultados do PDE 2030, acesse: <https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/plano-decenal-de-expansao-de-energia-pde>.

ASSESSORAMENTO TÉCNICO EM INICIATIVAS GOVERNAMENTAIS, COMISSÕES, COMITÊS E GRUPOS DE TRABALHO DO SETOR DE ENERGIA

Ao longo de 2020, oferecemos assessoramento técnico para a implementação de diferentes reformas em curso no setor energético.

No contexto da **Modernização do Setor Elétrico** (iniciativa do Ministério de Minas e Energia, que reúne de forma integrada ações de aperfeiçoamento do mercado de energia elétrica), a EPE atuou em 2020 no desenvolvimento de metodologias para definição dos requisitos de energia e potência, para especificação dos produtos a serem comercializados e para as contribuições, individual ou típica, de lastro de produção e de capacidade. Diversos trabalhos estão sendo elaborados em parceria com a GIZ, agência alemã de cooperação, no marco das relações bilaterais.

Também estivemos presentes nos vários *webinars* sobre mecanismos de adequação do suprimento, realizados entre abril e junho de 2020, nos quais

as equipes da Agência Internacional de Energia (IEA) e da EPE puderam discutir a fundo a experiência da Colômbia e do México, ressaltando as possibilidades e limitações das diferentes alternativas e como a experiência internacional lidou com os desafios impostos.

Além disso, lideramos a discussão sobre a revisão do critério de garantia de suprimento no Grupo de Trabalho de Modernização do Setor Elétrico (Portaria MME nº 187/2019) e no Comitê de Implantação da Modernização - CIM (Portaria MME nº 403/2019). Nossa atuação compreendeu a realização de duas consultas públicas pelo MME, que culminou na proposição de novas métricas e parâmetros para a composição do critério, aprovados e estabelecidos, respectivamente, na Resolução CNPE nº 29/2019 e na Portaria MME nº 59/2020. Além disso, aplicamos o critério nos estudos de planejamento, onde destacamos seu uso no cálculo de garantia física e no Plano Decenal de Expansão de Energia - PDE 2030, e pelo ONS no Plano da Operação Energética - PEN 2020.

O Relatório Final de critério de garantia de suprimento, divulgado em dezembro de 2020, consolida todas essas etapas, sendo, portanto, importante instrumento de consulta

sobre este tema tão relevante na discussão da Modernização do Setor Elétrico, fundamental para o avanço de outras frentes de trabalho no escopo do Comitê de Implementação da Modernização do Setor Elétrico (CIM).



De modo a ampliar a comunicação e entendimento sobre o novo critério, produzimos e divulgamos uma série de documentos que apresentam as adaptações realizadas no processo de cálculo de garantia física para incorporar o novo critério.

Mais informações podem ser obtidas em: <https://www.epe.gov.br/pt/areas-de-atuacao/energia-eletrica/modernizacao-do-setor-eletrico/criterio-de-garantia-de-suprimento>.

Ao longo de 2020 também reforçamos nossas contribuições na **Comissão Permanente para Análise de Metodologia e Programas Computacionais do Setor Elétrico (CPAMP)**, participando ativamente das discussões e de estudos sobre diversos temas, dentre os quais destacamos a implantação do preço horário no mercado de curto prazo através do modelo DESSEM, a revisão da taxa de desconto nos modelos, a geração de cenários hidrológicos, a modelagem das fontes renováveis variáveis (eólicas) no NEWAVE e a validação do SUSHI hidrotérmico.

A participação da EPE nesse importante fórum de discussão e implementação de aperfeiçoamentos nas metodologias utilizadas nos modelos computacionais contribui para a segurança do suprimento e o desenvolvimento do setor a partir de uma visão de longo prazo e em linha com os elementos da Modernização do Setor Elétrico que vem sendo conduzidas pelo MME.

No âmbito dos programas Modernização do Setor Elétrico e Novo Mercado de Gás, conduzidos pelo MME, foi instituído o Grupo de Trabalho de Integração entre os Setores de Gás Natural e Eletricidade, visando a obtenção de propostas de aprimoramen-

tos normativos que permitam maior integração entre os setores. Ao longo de 2020 estivemos presentes nas dezenas de reuniões realizadas, que buscaram discutir diversos aspectos dessa integração e propor soluções, como aquelas anunciadas para os leilões de energia em 2021.

Como contribuições à integração energética nacional, apresentamos algumas medidas para eliminação de barreiras de acesso do gás natural nacional ao setor elétrico. Com impacto direto nos leilões de energia, destacam-se as seguintes medidas propostas pela EPE:

- flexibilização da comprovação de combustível para termelétricas com soluções de suprimento de gás de origem nacional;
- redução dos volumes de gás necessários para comprovação de combustível na etapa dos leilões de energia;
- redução dos horizontes rolantes para comprovação de combustível ao longo dos CCEAR;
- eliminação do limite de inflexibilidade para termelétricas a gás natural nos leilões de energia elétrica; e
- redução dos prazos contratuais de CCEAR.

Uma vez implementadas, espera-se que estas medidas contribuam para a redução de custos afundados nas atividades de exploração de campos de gás natural de origem nacional para a viabilização de projetos termelétricos (ampliando a competitividade do gás nacional frente ao GNL) e maior alinhamento entre as dinâmicas de exploração e produção do setor de gás e as exigências contratuais de lastro de combustível do setor elétrico. Espera-se, ainda, que surjam modelos de negócio mais diversificados de geração termelétrica em função das soluções

de suprimento de combustível.

Para subsidiar as discussões sobre esse assunto, também publicamos as seguintes notas técnicas: **Subsídios para revisão da limitação de inflexibilidade de usinas termelétricas; Propostas de aprimoramentos para os leilões de geração de 2021; e Integração dos Setores Elétrico e de Gás Natural (com foco na geração termelétrica);** e o **Fact Sheet Nova Lei do Gás – Esclarecimentos Técnicos sobre o PL 6.407/2013.**

Ainda no âmbito do Novo Mercado de Gás, a EPE integra o **Comitê de Monitoramento do Novo Mercado de Gás**, tendo participado de dezenas de reuniões ao longo de 2020 e sendo diretamente responsável pela elaboração dos Relatórios Trimestrais de Acompanhamento da Abertura do Mercado de Gás Natural.

Em 2020, ainda, ocorreram as reuniões do Programa **BidSIM (Programa para Aprimoramento das Licitações de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural)**. Criado pelo Decreto nº 10.320/2020, o programa tem o objetivo de propor aperfeiçoamentos na governança e na metodologia das rodadas de licitações de exploração e produção de petróleo e gás natural e estudar ações para aumentar a competitividade e a atratividade das rodadas futuras. A EPE participa como convidada do Comitê coordenado pelo MME, e além de integrar todos os subcomitês do Programa, é diretamente a responsável pelas implementações de algumas das ações atribuídas ao Subcomitê 1 do programa, em especial na interação desse Subcomitê com o mercado e na elaboração de metodologia que avalia o impacto/complexidade de itens relacionados aos regimes de licitação adotados no país.

Além disso, também colaboramos ativamente com o MME na estruturação da licitação dos volumes excedentes ao contrato de cessão onerosa nas áreas de Sépia e Atapu através do envio de subsídios técnicos e interações com agentes de mercado e do governo para subsidiar o planejamento de ações para aumentar a atratividade da nova licitação.

Ainda, também marcamos presença nas atividades do programa de **Revitalização das Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres (REATE 2020)**. A EPE integra o Comitê desse programa, instituído pela Resolução CNPE nº 27/2019, com representantes nos quatro subcomitês. Destacamos a nossa atuação na coordenação do Subcomitê 3 – Potencial de óleo e gás onshore, que teve a missão de liderar a implementação de ações estabelecidas para alcançar os objetivos do subcomitê.

Foram mais de 20 reuniões realizadas para encaminhar as ações consideradas prioritárias. Encerrando a primeira fase do REATE 2020, em julho de 2020 foram disponibilizados ao MME quatro relatórios. Um dos relatórios elaborados embasou a Nota Técnica sobre **Monetização de Gás Natural Onshore no Brasil**, publicada pela EPE também em julho de 2020. Essa nota técnica encontra-se alinhada com os objetivos dos programas Novo Mercado de Gás e REATE 2020, que buscam fomentar o aumento da produção de gás natural bem como buscar alternativas de monetização para essa produção de gás. Ainda no âmbito do Reate 2020 a EPE participou da primeira Mesa Reate, iniciativa instituída pelo MME na segunda fase do REATE 2020, além de ter dado início ao Plano de Trabalho para mapeamento do potencial de

óleo e gás onshore no país, sob nossa coordenação.

Por fim, tivemos participação ativa também no **Grupo de Trabalho de Infraestruturas Críticas de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (GTSIC PEGANBIO)**, atuando em algumas atividades de geoprocessamento.

MAPEAMENTO DE RECURSOS ENERGÉTICOS E IDENTIFICAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS

Em fevereiro de 2020, publicamos o **Roadmap Eólica Offshore**, estudo que teve o objetivo de identificar possíveis barreiras e desafios a serem enfrentados para o desenvolvimento da fonte eólica *offshore* no Brasil, ainda inédita no país, além de compreender melhor os aspectos relativos a essa fonte, de forma a considerá-la adequadamente no planejamento energético brasileiro. Dentre as análises realizadas, efetuamos o mapeamento do potencial eólico *offshore* para o Brasil, estimado em cerca de 700 GW para locais com profundidade de até 50 m.

Considerando a existência de projetos dessa tecnologia em fase inicial de licenciamento ambiental no Brasil, esse estudo estabeleceu um ponto



de partida para as discussões sobre a fonte eólica *offshore* no contexto nacional, servindo de referência para estimular futuras discussões sobre o tema, de forma mais detalhada e específica, para os pontos considerados mais relevantes.

Em alinhamento com a tendência observada para outros países e diante da existência de vários projetos de P&D no Brasil sobre esse assunto, também em fevereiro de 2020 publicamos uma nota técnica sobre **Sistemas fotovoltaicos flutuantes**, que apresentou os principais aspectos relacionados a tecnologia dos sistemas solares flutuantes, bem como discutir suas potenciais vantagens e desafios, considerando as particularidades do Brasil. Aspectos socioambientais, jurídicos e de competitividade também foram abordados nesse estudo.

O Brasil possui o maior rebanho bovino do mundo e isso representa um enorme potencial energético em áreas rurais. Os dejetos excretados são ricos em matéria orgânica e nutrientes para o solo. Através da biodigestão anaeróbia dos dejetos pode-se obter o biogás, rico em metano, e o digestato, um biofertilizante. Atentos à possibilidade de utilização desse potencial, publicamos uma nota técnica sobre o **Potencial de Metano na Pecuária Bovina**.

A partir dos resultados, concluímos que na pecuária de subsistência, por exemplo, cerca de 1,8 milhão de estabelecimentos pecuários enquadrados como agricultura familiar ou como de médio porte poderiam se beneficiar desta tecnologia para substituir a compra com gás de cozinha. Nas pecuárias leiteira e de terminação, com confinamento, foi avaliado o aproveitamento do metano no biogás para projetos de micro e minigeração

distribuída (MMGD). A depender da tecnologia utilizada, poderiam ser instalados entre 164 MW e 298 MW para geração de eletricidade. Nessa nota técnica, também avaliamos a possibilidade de uso dos resíduos para produção de biometano veicular.

Além disso, também publicamos o informe técnico sobre o **Potencial Energético os Resíduos da Pecuária de Corte**. Desde a publicação do SI Energia (Sistema de Informações para Energia), temos desenvolvido novos módulos para expandir as funcionalidades do sistema. Em 2020, utilizamos o SI Energia para avaliar o potencial energético dos resíduos da pecuária de corte no Brasil, identificando um grande potencial de aproveitamento energético através da produção da biodigestão anaeróbia. O módulo desenvolvido no sistema para este trabalho informa, por município, dados da produção pecuária, a quantidade de biomassa e energia que poderia ser transformada em combustível, a partir da biodigestão.

No contexto dos estudos de inventário hidrelétricos, em setembro de 2020 encaminhamos ao MME a **Síntese dos Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do rio Negro**, cuja parte nacional localiza-se, predominantemente, no norte do estado do Amazonas e tem como característica a grande extensão, o alto grau de preservação ambiental, acessos precários e extensão expressiva de áreas legalmente protegidas. Os estudos cartográficos e os estudos preliminares de identificação de aproveitamentos foram realizados pela nossa própria equipe da EPE com base em dados recentes existentes, compreendendo uma área de aproximadamente 338.000 km².

Além disso, também encaminhamos

ao MME a **Síntese dos Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do rio Trombetas**, que revisa e complementa a versão anterior e disponibiliza os resultados do mapeamento. A bacia hidrográfica do rio Trombetas localiza-se no noroeste do estado do Pará. Tendo em vista seu potencial hidrelétrico, a EPE iniciou, em 2005, os Estudos de Inventário Hidrelétrico da bacia. No entanto, em decorrência das dificuldades encontradas na execução dos serviços de campo em áreas de proteção legal, sobretudo em função da dinâmica socioterritorial na bacia, os estudos de inventário hidrelétrico foram paralisados. Ainda assim, realizamos de forma integral os estudos cartográficos e alguns estudos socioambientais.

EXPANSÃO DA TRANSMISSÃO

Semestralmente publicamos o **Programa de Expansão da Transmissão/Plano de Expansão de Longo Prazo (PET/PELP)**, relatório gerencial que contém todas as obras de expansão do SIN recomendadas nos estudos de planejamento coordenados pela EPE e que ainda não tenham sido autorizadas ou licitadas.

Esse documento consiste em uma importante referência considerada pelo MME no estabelecimento das instalações a serem implantadas no SIN nos próximos anos. Além disso,

as informações que constam no relatório são importantes para os agentes em geral, sobretudo por trazer uma visão geral acerca dos investimentos previstos no sistema.

A primeira edição do PET/PELP 2020, emitida em abril de 2020, apresentou a recomendação de investimentos totais de R\$ 16,1 bilhões em novas linhas de transmissão e de R\$ 13,5 bilhões em novas subestações e/ou novos pátios. Posteriormente, a edição do PET/PELP referente ao 2º semestre de 2020, de dezembro de 2020, apresentou a recomendação de investimentos totais de R\$ 19,9 bilhões em novas linhas de transmissão e de R\$ 17,1 bilhões em novas subestações e/ou novos pátios.

INTEGRAÇÃO DE RENOVÁVEIS NA MATRIZ ELÉTRICA

As fontes renováveis, principalmente a eólica e solar, têm uma participação cada vez mais elevada na matriz de geração de energia elétrica do Brasil. Suas características de sustentabilidade, custos competitivos e sem emissão de gases de efeito estufa impulsionam esta participação. Entretanto, a integração em larga escala destas fontes nos sistemas elétricos resulta em uma série de desafios ao planejamento e operação do sistema, sejam técnicos, regulatórios, de mercado, entre outros.

Nesse contexto, a EPE, juntamente com o MME, o ONS e a GIZ coordenaram a elaboração do estudo **Integração de Fontes Renováveis Variáveis na Matriz Elétrica do Brasil**. Finalizado em outubro de 2020, o estudo foi organizado em seis produtos que abordaram a integração das fontes renováveis variáveis sob a óptica dos aspectos tecnológicos, de procedimento de rede, de estudos energéticos e elétricos, metodológicos e de ferramentas de planejamento para sistemas elétricos, incluindo resultados de um estudo de caso hipotético que realizou uma análise eletroenergética do SIN para um horizonte futuro, sob a ótica da segurança e confiabilidade, utilizando metodologias e ferramentas analíticas de estado da arte sob o paradigma da massiva inserção de fontes renováveis variáveis na matriz elétrica.

Os principais resultados do estudo foram apresentados em um webinar, organizado pela EPE. O estudo foi realizado no âmbito da "Cooperação Brasil Alemanha para o Desenvolvimento Sustentável", pelo "Programa Sistemas de Energia do Futuro", coordenado pelo MME e pelo Ministério para Cooperação Econômica e Desenvolvimento da Alemanha (BMZ), e foi executado pelo consórcio internacional formado pelas empresas Lahmeyer International, Tractebel ENGIE e PSR.

PETRÓLEO E GÁS NATURAL

Durante o ano de 2020, visando oferecer subsídios ao PNE 2050, atualizamos as **previsões de produção de petróleo e gás natural no horizonte 2050** com a disponibilização de cenários, assim como dos desafios e recomendações acerca das

projeções apresentadas. A perspectiva de produção de petróleo no Brasil aponta na direção da consolidação da posição de grande produtor e exportador de petróleo no horizonte até 2050. Contudo, a manutenção dos altos níveis de produção que se espera atingir entre 2030 e 2050 está associada à perspectiva de recuperação de áreas em declínio e à continuidade da atividade de exploração com previsibilidade de oportunidades de aquisição de portfólio, fundamental para o planejamento dos investidores.

Ainda no contexto do horizonte de longo prazo, encaminhamos ao MME a **previsão de investimentos de áreas contratadas** até 2050 para as áreas arrematadas nas rodadas de licitação realizadas em 2019 (16ª Rodada de Licitações, na 6ª Rodada de Partilha da Produção e na Rodada para o Volume Excedente da Cessão Onerosa). A metodologia atualmente utilizada para investimentos em E&P considera a projeção baseada na correlação do histórico de investimentos com as previsões de produção de petróleo e gás natural.

Neste caso, a projeção foi baseada nas previsões mais atuais realizadas na área, e que compunham estudos para o PDE 2030. Em geral a correlação é feita até 2050, podendo haver investimentos posteriores que não foram contemplados nesta simulação. Os volumes utilizados nas previsões de produção são estimativas de Volumes Recuperáveis Finais, que por não serem reservas declaradas, possuem incerteza inerente à categoria de recursos a que pertencem.

Ao longo do segundo semestre de 2020 enviamos ao MME diversos documentos técnicos com o objetivo discutir os custos de E&P no Pré-sal brasileiro e as projeções de preços de

petróleo e gás natural no cenário de médio e longo prazos. Os documentos apoiam o MME no cálculo da compensação devida à Petrobras pelos investimentos realizados nos campos de Sépia e Atapu e integram as contribuições da empresa na estruturação da licitação dos volumes excedentes ao contratado no âmbito da Cessão Onerosa.

Em setembro de 2020, lançamos a nota técnica **Monetização de Gás Natural Offshore no Brasil**, que apresenta as principais tecnologias para monetização de gás natural produzido em ambiente marítimo no Brasil. A publicação também apresenta estudos de caso que permitam avaliar cada uma das tecnologias estudadas e realizar uma análise comparativa destas alternativas para projetos *offshore*. Além dos parâmetros técnicos dessas tecnologias, o estudo também aborda os custos e as diferentes características que podem apresentar dependendo das necessidades do projeto.

Com o intuito de subsidiar as discussões sobre integração energética no contexto regional, em julho de 2020 publicamos a nota técnica **Indústria de Gás Natural na Argentina**. Essa nota teve por objetivo apresentar os panoramas socioeconômico, energético e da indústria de gás natural na Argentina, além das perspectivas de aumento da produção de gás natural em Vaca Muerta e os investimentos associados aos planos de exportação de gás do governo argentino.

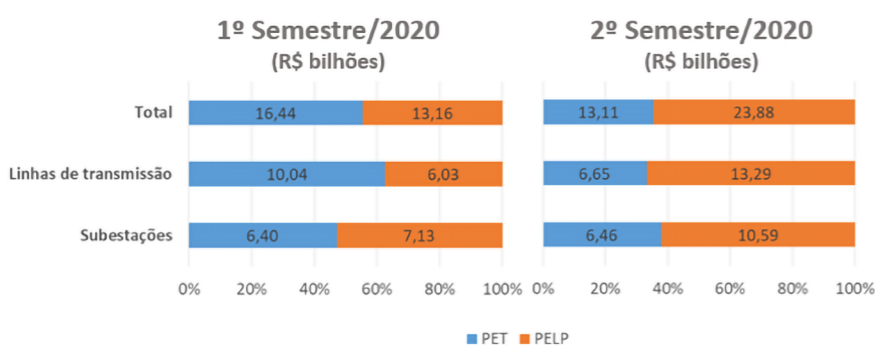
Tanto a Argentina como o Brasil possuem os dois maiores mercados consumidores de gás natural na América do Sul. O aumento da integração entre as suas indústrias de gás natural poderia trazer diversas vantagens dentre as quais destacamos o fortalecimento da economia

desses dois países, com a geração de investimentos e postos de trabalho, e a diversificação de ofertas de gás para a região Sul do Brasil, que hoje é dependente, em parte, do gás natural boliviano. Além disso, as informações e discussões presentes na nota técnica contribuem nas análises técnicas de projetos brasileiros de infraestrutura de gás natural.

Em atendimento à demanda do MME, em março de 2020 elaboramos o informe técnico **Panorama de E&P da Bacia do Solimões para Gás Natural**, que teve como objetivo apresentar o potencial de exploração e produção da Bacia do Solimões, a partir do panorama atual de reservas, recursos e previsão de produção de gás natural nesta bacia. O informe contextualizou a Bacia do Solimões, apontando que alternativas para o aproveitamento do gás natural de áreas remotas na Bacia do Solimões são essenciais para o desenvolvimento das atividades de Exploração e Produção (E&P) na região.

Ainda em relação à Bacia do Solimões, finalizamos em 2020 o **Estudo Ambiental de Área Sedimentar da Bacia Terrestre do Solimões (EAAS Solimões)**, que avaliou os aspectos ambientais e sociais nas áreas que provavelmente possuem petróleo e gás natural no subsolo da região.

Em janeiro de 2020, realizamos a consulta pública presencial nas cidades amazonenses de Carauari, Tefé, Coari e Manaus, que contou com a participação de mais de 300 representantes de povos indígenas, comunidades tradicionais, academia, órgãos públicos, dentre outros setores. O estudo teve como objetivo apoiar a decisão sobre o planejamento de políticas públicas de petróleo e gás natural e apresentar recomendações para que a exploração



deses recursos seja feita da melhor forma possível do ponto de vista ambiental e social.

Com o intuito de apresentar oportunidades de investimentos em gasodutos de transporte no Brasil e subsidiar o planejamento do setor de gás natural nacional, publicamos em novembro de 2020 o **Plano Indicativo de Gasodutos de Transporte (PIG)**. No PIG, apresentamos e analisamos alternativas de gasodutos de transporte indicativos que possam interligar as ofertas e as demandas potenciais de gás natural à malha integrada, ou mesmo conectá-las entre si, no caso de sistemas isolados.

Neste ciclo do PIG, foram estudados cinco projetos de gasodutos de transporte, totalizando cerca de 4.380 km. A soma dos investimentos referentes a todos os projetos estudados alcança o patamar de R\$ 44 bilhões.

Por meio da publicação da nota técnica **Terminais de GNL no Brasil**, apresentamos as evoluções dos princi-

pais projetos de terminais de GNL em desenvolvimento no Brasil, juntamente com o estágio de maturidade de cada empreendimento. Além de apresentar o panorama da indústria de GNL no país, a nota também abordou os custos de terminais para as configurações de ancoragem e descarregamento utilizadas no Brasil, com base no Sistema de Avaliação de Terminais e Instalações de Regaseificação de GNL (SATIR) da EPE.

Além disso, divulgamos em janeiro de 2020 a nota técnica **Acesso de Terceiros a Infraestruturas Essenciais**, que discute o arcabouço legal e regulatório do acesso de terceiros à luz da Doutrina de Infraestruturas Essenciais (DIE) e das experiências internacionais a fim de derivar lições para o Brasil, cuja estrutura legal e regulatória está em andamento. Foram também abordadas as mudanças regulatórias e contratuais advindas do Termo de Compromisso de Cessação de Prática (TCC) entre PETROBRAS e CADE.

DERIVADOS DO PETRÓLEO E BIO-

COMBUSTÍVEIS

Em 2020 realizamos um estudo de caso sobre a instalação de uma **refinaria de pequeno porte no estado do Espírito Santo**. Além das características dos petróleos, terrestre e marítimo, produzidos nas bacias capixabas, o estudo abordou a viabilidade técnico-econômica e os incentivos que poderiam ser aplicados na instalação desse tipo de refinaria de pequeno porte no estado.

No contexto do estudo sobre **Cenários de Oferta de Etanol e Demanda do Ciclo Otto**, identificamos as oportunidades e ameaças ao abastecimento nacional dos veículos leves de ciclo Otto, assim como para a discussão acerca das alternativas de políticas públicas. O documento apresentou três cenários de oferta de etanol e seus desdobramentos para a demanda do ciclo Otto e sobre o balanço nacional de gasolina A, até o horizonte de 2030. Além disso, nesse estudo estimamos a contribuição do setor sucroenergético para a redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) no setor de energia. Por outro lado, as emissões evitadas de GEE pelo uso do etanol para fins carburantes (apenas de cana de primeira geração) e pela participação da bioeletricidade chegam a 57 MtCO₂ (cenário de crescimento baixo), 60 MtCO₂ (cenário de crescimento médio) e 62 MtCO₂ (cenário de crescimento alto) em 2030.

Em 2020, também disponibilizamos o estudo **Investimentos e Custos Operacionais e de Manutenção no Setor de Biocombustíveis**, que apresenta as premissas e estimativas de investimentos (CAPEX) e custos operacionais e de manutenção (OPEX) relativas ao etanol de cana-de-açúcar (1G, 2G), etanol de milho, biodiesel,

biogás (setor sucroenergético) e BioQAV/Diesel Verde para o período de 2021 a 2030.

Nesse estudo, calculamos o montante necessário para que os volumes de biocombustíveis projetados no PDE sejam alcançados, contribuindo para as discussões relacionadas às políticas públicas nacionais. Como resultados, estimamos que os investimentos e os custos operacionais para etanol, biodiesel, biogás/biometano e BioQAV/Diesel Verde serão da ordem de R\$ 68,5 e 839 bilhões, respectivamente. Considerando os investimentos relativos à produção de açúcar (cana 1G), o CAPEX totaliza R\$ 90 bilhões.

Além disso, lançamos em 2020 o informe sobre **Demanda de Energia dos Veículos Leves**, que visa apresentar cenários de demanda de ciclo Otto até o horizonte de 2030, de forma a contribuir para a identificação de oportunidades e ameaças sobre o abastecimento nacional de combustíveis. Consideramos diferentes trajetórias de licenciamento no estudo em função do cenário econômico e de avanços tecnológicos, como a penetração de veículos híbridos e elétricos. A participação dos combustíveis (gasolina A, etanol anidro e hidratado) no abastecimento dos veículos é obtida com base na oferta interna de etanol, no preço doméstico da gasolina C, no perfil da frota de leves e na evolução da eficiência veicular.

Visando contribuir com as discussões acerca de combustíveis renováveis para motores do ciclo Diesel, publicamos em março de 2020 a nota técnica **Combustíveis renováveis para uso em motores do ciclo Diesel**. O estudo faz uma breve análise das características dos biocombustíveis renováveis para o ciclo Diesel (ésteres e hidrocarbonetos), avaliando possibi-

lidades de diversificação e ampliação da parcela renovável do diesel B.

Além disso, o estudo trata sobre aspectos de emissões veiculares, abordando também as experiências internacionais, e aponta os desafios e oportunidades da sua utilização para o abastecimento nacional. Dessa forma, contribuimos para a garantia da segurança do abastecimento em alinhamento às políticas ambientais.

GERAÇÃO DISTRIBUÍDA

No intuito de apoiar a formulação de políticas sobre Geração Distribuída (GD), encaminhamos ao MME documento preparatório que buscou avaliar a **distribuição da geração distribuída por faixa de renda no Brasil**. Utilizando dados disponíveis publicamente, realizamos uma avaliação nacional com os dados de renda média por setor censitário, através do cruzamento de informações de 303 mil setores censitários com mais de 100 mil sistemas de microgeração distribuída residenciais.

Também em caráter preparatório, diante da possibilidade de revisão da Resolução Aneel nº 482/2012, preparamos um informe para o MME no qual avaliamos a **competitividade da modalidade "geração remota"**, que tende a ser mais impactada com a revisão da resolução, sob diferentes cenários. As análises foram elaboradas a partir da construção de fluxos de caixa com dados técnicos e econômicos de diversas plantas de geração distribuída remota, incluindo a fonte solar fotovoltaica, eólica, térmica a biogás e CGH.

Além disso, dando continuidade ao estudo que avaliou como o sistema elétrico do Brasil precisa se preparar para suportar o aumento da participa-

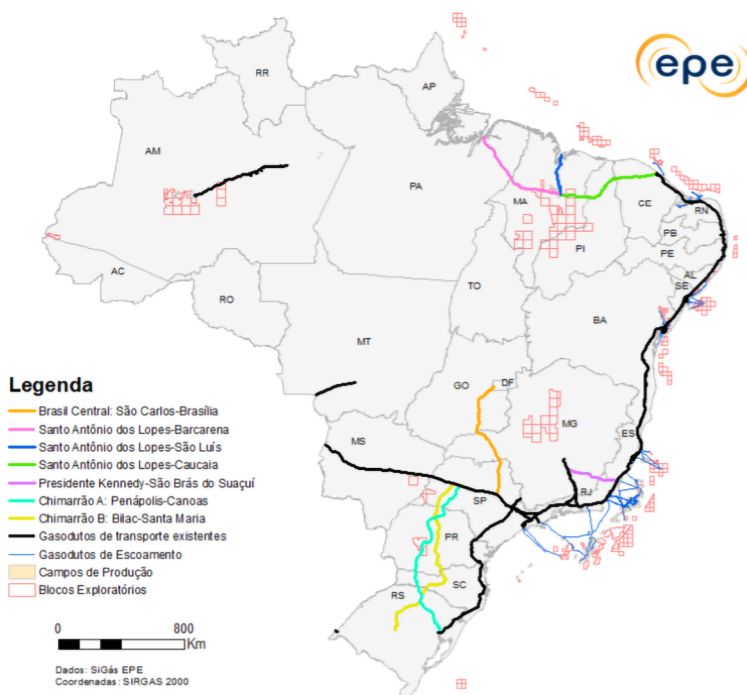
ção das energias renováveis com geração variável, também participamos da segunda fase do **Programa Sistemas Energéticos do Futuro**, agora com foco em **Recursos Energéticos Distribuídos (RED)**.

Semelhante ao observado no mundo, o setor elétrico brasileiro vem sentindo as alterações na sua estrutura nos últimos anos e testemunha a ruptura da sua constituição tradicional, que era de um sistema centralizado de geração, com cargas de demanda passivas e fluxos unidirecionais fluindo da rede de transmissão para a rede de distribuição. Diante desse contexto, faz-se necessário aprofundar os estudos sobre RED na matriz elétrica nacional.

O projeto, realizado em cooperação com a GIZ e a Aneel, e executado pela PSR e SIGLASUL, busca avaliar a integração dos RED na matriz elétrica brasileira. Especificamente, temos atuado nos produtos relacionados à modelagem dos RED endogenamente aos modelos de expansão de capacidade de geração e transmissão utilizados no planejamento energético. O primeiro produto concluído trouxe uma revisão bibliográfica dos principais modelos utilizados internacionalmente para a modelagem de RED, com suas vantagens e desvantagens para a aplicação no Brasil. O próximo produto, que engloba uma proposta de metodologia e execução de um estudo de caso, se encontra em elaboração.

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

As edificações brasileiras (residências, comerciais e públicas) respondem por cerca de 50% do consumo de energia elétrica no Brasil. Equipamentos presentes no dia a dia dessas edificações, tais como condicionadores de ar e



chuveiros elétricos, impactam também a demanda por potência do sistema elétrico durante o horário de ponta, reforçando a importância de avaliar propostas para eficiência energética nessas edificações.

Nesse contexto, em 2020 publicamos a nota técnica **Ações de Eficiência Energética em Edificações Brasileiras**, que apresentou proposta de mapa do caminho para implantação de ações de eficiência energética específicas nas edificações brasileiras. Nesse estudo, destacamos o conjunto de etapas nesse caminho, sua governança, potenciais de economia de energia e os custos associados a cada ação proposta.

Adotamos iniciativa semelhante para propor ações de eficiência energética específicas nas indústrias do país, que responde por mais de 30% do consumo final de energia e quase 40% da eletricidade consumida no Brasil. O conjunto de etapas no processo de implementação, suas premissas básicas, potenciais de economia de energia e custos associados a cada ação proposta estão reunidas no estudo **Roadmap de Ações de Eficiência Energética: Propostas de Medidas no Setor Industrial Brasileiro**, publicado também em 2020.



Além disso, para os estudos de planejamento energético é importante identificar as mudanças estruturais que impactarão o uso de energia nas cidades no longo prazo. De acordo com a IEA, cidades respondem por 64% do uso global de energia primária e 70% das emissões globais de CO₂. Esse aspecto evidencia o papel central que as cidades têm e terão na determinação do padrão de uso de energia e de emissões de carbono dos países e do mundo.

Nesse sentido, considerando o contexto de transição energética nas cidades, temas como uso do espaço urbano e impactos sobre o bem-estar coletivo, mudanças climáticas, os objetivos do desenvolvimento sustentável e a economia circular assumem papel relevante para pensar o uso da energia em "Cidades Inteligentes e Sustentáveis". Com isso, lançamos em 2020 o informe técnico **O que são Cidades Inteligentes e Sustentáveis?** para debater aspectos importantes no contexto da energia.

Ainda no contexto da transição energética em áreas urbanas, também publicamos em 2020 a nota técnica **Avaliação técnico-econômica de ônibus elétrico no Brasil**. O estudo teve como principal objetivo avaliar a viabilidade técnico-econômica da substituição de ônibus urbanos movidos a diesel por modelos equivalentes elétricos, que utilizam bateria. A análise da alternativa de ônibus elétricos com bateria se deveu ao fato desta tecnologia proporcionar emissões locais de GEE nulas, o que tem se revelado fundamental para a melhoria da qualidade do ar em diversas áreas urbanas do país, além de contribuir para a diversificação da matriz energética nacional.

Nessa nota técnica apresentamos os

motivadores e os principais aspectos da discussão sobre a adoção de ônibus elétricos, destacando itens relativos à aquisição e à operação das alternativas tecnológicas. Além disso, apresentamos uma proposta de como avaliar as alternativas de motorização a diesel e elétrica nos ônibus, incluindo os diversos parâmetros que devem ser considerados nesta análise.

Em 2020 também integramos a iniciativa **Energy Big Push (EBP) Brasil**. Estabelecida a partir da convergência de motivações e de esforços sinérgicos nas atividades que permeiam os temas da inovação, do desenvolvimento sustentável, da transição energética e da cooperação internacional, a iniciativa é conduzida pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) em parceria com a Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (Cepal). O projeto contou ainda com a participação de partes interessadas de especial relevo para inovação e para energia, como o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), o MME e a IEA.

Somado a esses esforços, e reconhecendo a importância das discussões sobre transição energética e cidades, em março de 2020 submetemos o projeto **Uso sustentável da infraestrutura de energia nas cidades e transição energética** para o Euroclima+, principal programa de cooperação da União Europeia em sustentabilidade ambiental e mudanças climáticas na América Latina. Em novembro de 2020 nosso projeto foi selecionado para integrar o programa, que deverá se iniciar em 2021 e terá a GIZ como a implementadora.

O objetivo do projeto é desenvolver estudos para subsidiar o desenho de políticas públicas eficientes, visan-

do estimular o uso sustentável da infraestrutura de energia no contexto das cidades brasileiras, identificando potenciais modelos de negócios capazes de alinhar o padrão de consumo de energia nas cidades à transição energética.

COMO AUXILIAMOS O MME NA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA ENERGÉTICA NACIONAL EM 2020?

LEILÕES DE GERAÇÃO DE ENERGIA

Leilão de Energia Nova A-4 (2020)		
	Projetos	Oferta (MW)
Eólica	659	20.825
Fotovoltaica	794	28.667
UHE	4	177
PCH	39	591
CGH	11	33
Termelétricas a biomassa	21	1.145
Leilão de Energia Existente A-4 e A-5 (2020)		
	Projetos	Oferta (MW)
Termelétricas a carvão	5	1.197
Termelétricas a gás natural	71	35.027

Aperfeiçoamentos no cadastramento dos leilões

Em 2020 efetuamos a revisão das Instruções da EPE, documentos que contêm os requisitos técnicos e documentais para avaliação dos empreendimentos, para diversas fontes energéticas. Além disso, implementamos melhorias do Sistema AEGE, ferramenta de apoio às análises e de comunicação com os empreendedores. Dentre os principais avanços, destacamos o desenvolvimento de solução de armazenamento em nuvem para permitir o cadastramento dos documentos dos projetos pelos agentes todo em ambiente virtual, evitando a necessidade de entrega de documentos de forma presencial.

Com o intuito de esclarecer dúvidas dos agentes relativas ao cadastramento e ao processo de habilitação técnica para os leilões, disponibilizamos para os empreendedores o canal de institucional de comunicação aege@epe.gov.br. Por meio desse canal, esclarecemos mais de 1.600 perguntas, além do envio de informações relevantes ao processo. Dessa forma, os empreendedores têm acesso rápido às informações a partir de uma fonte oficial e neutra, aumentando a qualidade dos projetos e elevando o nível de competição, o que se reverte diretamente em benefício para a sociedade.

Conforme estabelecido pelo Decreto nº 5.163/2004, a EPE é responsável pela realização da **habilitação técnica dos empreendimentos candidatos à participação nos leilões de energia**, que são organizados pelo MME. O objetivo desse processo é mitigar os riscos de contratação de projetos que não reúnam condições mínimas de honrar os compromissos assumidos.

Em 2020, em razão dos impactos decorrentes da pandemia da Covid-19, os leilões de energia foram suspensos pelo Ministério de Minas e Energia no final de março e definitivamente

cancelados em dezembro. Apesar da suspensão, concluímos o processo de habilitação técnica dos empreendimentos dos Leilões de Energia Existente A-4 e A-5, além do Leilão de Energia Nova A-4.

Dessa forma, foram cadastrados e analisados durante o ano de 2020 mais de 1.686 projetos, totalizando mais de 130 GW de oferta, demonstrando que o Brasil possui uma carteira de projetos para atendimento adequado à necessidade de expansão de geração.

Ao longo de 2020 implementamos **aperfeiçoamentos no processo de cadastramento e habilitação técnica** dos projetos para os leilões de energia. Também realizamos estudos para aprimoramentos das diretrizes e sistemáticas dos leilões de energia, que estão compilados na nota técnica **Aprimoramentos para os Leilões de Geração de 2021**, como a redução dos prazos contratuais e a flexibilização dos requisitos de comprovação de combustíveis para empreendimentos a gás natural, considerando a utilização de recursos contingentes.

Além disso, na nota técnica **Subsídios para Revisão do Limite de Inflexibilidade** avaliamos o impacto da eliminação do limite de inflexibilidade operativa nos leilões, o que possibilitará o aumento da concorrência nos certames, uma vez que amplia o número de potenciais candidatos. Nesse estudo, propusemos a inserção de mecanismos de proteção aos consumidores, de forma a mitigar os riscos associados à elevação dos preços dos combustíveis para a geração termelétrica.

Para obter maiores informações sobre os leilões de geração de energia, acesse: <https://www.epe.gov.br/pt/leiloes-de-energia/leiloes>.

No ano de 2020, apesar de não terem sido realizados leilões de energia nova, encaminhamos ao MME nota técnica contendo análises da evolução dos índices relevantes, como preços dos combustíveis, para o cálculo do **Custo Variável Unitário (CVU)**. O documento também apresentou uma proposta para o valor máximo a ser adotado para o CVU para empreendimentos termelétricos participantes dos Leilões de Energia Nova.

No início do ano encaminhamos para o MME a nota técnica contendo o estudo para a definição do **Custo Marginal de Referência (CMR)** referente aos Leilões de Energia Existente A-4 e A-5. A nota técnica descreve os procedimentos e parâmetros utilizados para o cálculo desse valor. Este documento possui um grau de sigilo classificado como reservado, nos termos da lei.

Além disso, elaboramos, juntamente com a CCEE, nota técnica contendo a recomendação dos **preços máximos de aquisição de energia para o produto "quantidade" no Leilão de Energia Existente A-1** de 2020, realizado em dezembro. Nessa nota, apresentamos a metodologia adotada para o cálculo do preço máximo, além de uma revisão conceitual e da apresentação dos valores de projeção do PLD e de preços de referência do mercado para o período. Este documento foi encaminhado ao MME e possui grau de sigilo classificado como reservado, nos termos da lei.

Os leilões de energia com entrega de energia no horizonte de mais curto prazo têm sido realizados consideran-

do uma disputa prévia pela capacidade de escoamento do SIN na região dos pontos de conexão cadastrados. Nesses casos, requer-se conhecer, previamente aos leilões, as margens de transmissão do sistema nas regiões envolvidas no cadastramento e as premissas consideradas na definição dessas margens.

Nesse contexto, elaboramos duas notas técnicas conjuntas com o ONS referentes à metodologia, premissas, critérios e configuração do sistema elétrico para a definição da **capacidade de escoamento de instalações da Rede Básica, Demais Instalações de Transmissão (DIT) e Instalações de Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada (ICG)**, como subsídios para a realização dos Leilões de Energia Existente A-4/2020 e A-5/2020 e do Leilão de Energia Nova A-4/2020. Destacamos a importância que esses estudos trazem para os agentes, pois fornecem elementos que permitem realizar estimativas quanto à capacidade de escoamento de energia do SIN, auxiliando no estabelecimento das suas estratégias comerciais.

GARANTIA FÍSICA DE ENERGIA

Em conformidade com o Decreto nº 5.163/2004 e outras portarias editadas pelo MME, realizamos os cálculos de **garantia física de energia** para o Ambiente de Contratação

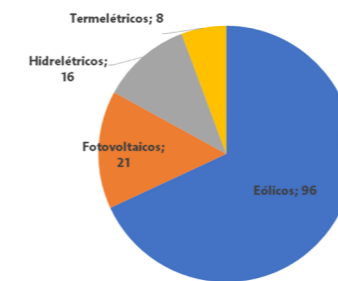
Tipo de Processo	Usinas analisadas
Cálculo de GF para ACL (EOL e UFV)	135
Revisão de GF por alterações de Características Técnicas (EOL, UFV e UTE)	431
Revisão de GF por Geração Verificada (EOL, UFV e UTE com CVU nulo)	53
Cálculo de GF para fins de privatização (UHE)	4
TOTAL	623

Livre (ACL), as revisões de garantia física de energia por alterações de características técnicas e por geração verificada, bem como cálculos de garantia física de UHEs existentes com fins de privatização. Em 2020, nossas análises contemplaram mais de 620 empreendimentos de geração.

Adicionalmente, realizamos análises de impactos sobre as garantias físicas e sobre o balanço de necessidade de energia de reserva decorrentes de alterações de regras operativas, como o caso da UHE Belo Monte em virtude de proposta de novo hidrograma a ser liberado na volta grande do rio Xingu.

Sobre esse tema, destacamos ainda a nossa contribuição no processo de regulamentação da Lei do GSF (Lei nº 14.052/2020), que estabelece compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE pelos efeitos causados pelas UHE estruturantes em decorrência de antecipação de garantia física. Em 2020 elaboramos informe técnico, que indicou que essa compensação se dará por meio de extensão do prazo de concessão, em cujo cálculo será considerada a discretização por unidade geradora das garantias físicas vigentes no período de motorização das UHEs estruturantes Santo Antônio, Jirau e Belo Monte.

ALTERAÇÃO DE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS



Conforme a Portaria MME nº 481/2018, atuamos em conjunto com a Aneel e o MME na aprovação dos processos de **alteração de características técnicas dos empreendimentos de geração**, considerado de vital importância para a efetiva implantação dos empreendimentos de geração que atenderão todo o país.

Durante esse processo, avaliamos se as alterações propostas pelos empreendedores não desrespeitam as regras do Edital do leilão. Os critérios avaliados são:

- Capacidade instalada;
- Potência habilitada;
- Número de unidades geradoras,
- Parâmetros de cálculo da garantia física de energia;
- Ponto de conexão;
- Sistema de transmissão de interesse restrito;
- Compartilhamento de infraestrutura de transmissão;
- Localização.

Para o ano de 2020 avaliamos 141 processos de alteração de característica técnica, dos quais 91% foram aprovados.

PROJEÇÃO DE PREÇOS PARA O ACL

Em atendimento a solicitação feita pelo MME, em setembro de 2020 emitimos nota técnica que documenta as premissas utilizadas para o cálculo das **projeções de preço de energia no ACL**, considerando o horizonte de

2021 a 2033 e resultados prévios do PDE 2030, assim como referências de preços de energia do mercado, e apresenta o resultado dessas projeções para o preço de energia elétrica.

SISTEMAS ISOLADOS

Conforme definido no Decreto nº 7.246/2010 e na Portaria MME nº 67/2018, a EPE é responsável pela avaliação do planejamento do atendimento aos Sistemas Isolados, bem como pela análise e habilitação técnica das propostas de solução de suprimento candidatas nos leilões para expansão ou substituição da geração nesses sistemas.

Em 2020, recebemos e analisamos os dados submetidos pelas distribuidoras no Sistema de Acompanhamento dos Sistemas Isolados (SASI), ferramenta que desenvolvemos para intercâmbio de informações. Os resultados das análises serão consolidados no Relatório de Planejamento para Atendimento aos Sistemas Isolados, documento publicado anualmente que apresenta, para toda a sociedade, os dados de localização, expectativa de crescimento dos mercados, previsões de interligação, resumo do parque gerador instalado e análise de balanço entre oferta e demanda para cada localidade.

Com base nos estudos de planejamento que desenvolvemos ao longo de 2019 e 2020, está programado para abril de 2021 o Leilão para Atendimento aos Sistemas Isolados de 2021, do qual participamos ativamente do seu desenho, incluindo a definição dos requisitos técnicos para habilitação das soluções de suprimento. Como forma de dar suporte ao certame, publicamos uma série de documentos, incluindo as Instruções Gerais, Instruções Específicas, Informe

Técnico de Preço de Referência, FAQ com perguntas e repostas, além da realização de workshop com as agentes. Para o leilão de 2021, está prevista a contratação de soluções de suprimento para atendimento a 23 localidades de cinco estados, totalizando cerca de 97 MW.

Ainda em 2020, a fim de dar suporte à CCEE nas estimativas de previsão orçamentária da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), estimamos os preços dos combustíveis líquidos usados na geração de energia elétrica em Sistemas Isolados para o ano de 2020. A partir desse documento a CCEE deverá publicar o Relatório de Orçamento das Contas Setoriais 2021.

Além disso, em 2020 também realizamos estudos para avaliar os benefícios da antecipação da interligação de sistemas isolados do Acre e de Rondônia. A análise foi realizada com base na redução dos dispêndios futuros da CCC, o que beneficia os consumidores de energia elétrica de todo país. Os estudos serviram de base para a que o MME publicasse as Portarias MME nº 204/2020 e nº 101/2020, autorizando as distribuidoras a executarem as obras de interligação dessas localidades, e a terem acesso de forma antecipada aos recursos da CCC.

ESTUDOS DE VIABILIDADE TÉCNICA, ECONÔMICA E AMBIENTAL DE UHES

Atualmente a EPE desenvolve os estudos ambientais necessários para a obtenção da Licença Prévia ambiental da UHE Castanheira e da UHE Bem Querer, ambas qualificadas no âmbito do Programa de Parceria de Investimentos (Decreto nº 10.116/2019).

Os estudos socioambientais da **UHE Castanheira** são compostos pelo

Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), desenvolvido nos termos do Contrato CT-EPE-019/2013, e pelo Estudo do Componente Indígena (ECI), desenvolvido nos termos do Contrato CT-EPE-019/2015.

O EIA/RIMA foi finalizado e protocolado em 2015 na Secretaria de Meio Ambiente de Mato Grosso (Sema/MT), responsável pelo licenciamento ambiental da Usina, e a finalização do respectivo contrato depende da realização da vistoria e das Audiências Públicas a serem agendadas pelo órgão de licenciamento.

O ECI foi protocolado na Fundação Nacional do Índio (Funai) em 2018, mas para a conclusão do contrato é necessário que a Funai, em articulação com as comunidades indígenas, realize o agendamento das reuniões de apresentação do estudo para essas comunidades. Realizadas as reuniões com os indígenas, espera-se que a Funai se manifeste, perante à Sema/MT, sobre a viabilidade do empreendimento considerando a ótica do componente indígena.

Em março de 2020, juntamente com a Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos (SPPI) e o MME, realizamos interações com a Casa Civil do Governo do Estado de Mato Grosso, Sema/MT, Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual do Mato Grosso sobre o licenciamento ambiental da UHE Castanheira. Após estas interações houve pouca evolução no processo, principalmente devido às restrições impostas pela pandemia da Covid-19. Adicionalmente, realizamos interações virtuais com a Funai e a SEMA/MT no sentido de buscar soluções para o andamento do processo de licenciamento da UHE Castanheira, porém, com poucos resultados efetivos.

Já em relação a **UHE Bem Querer**, o EIA/RIMA está sendo desenvolvido nos termos do Contrato CT-EPE-002/2018 e encontra-se em andamento. O ECI, por sua vez, está sendo realizado nos termos do Contrato CT-EPE-001/2018, que se encontra suspenso em razão da ausência de manifestação da Funai sobre o agendamento das reuniões de apresentação do Plano de Trabalho para as comunidades indígenas.

De modo geral, o desenvolvimento desses estudos sofreu impactos da pandemia da Covid-19. No âmbito do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), grande parte dos levantamentos de campo foi suspensa em virtude das medidas locais de isolamento social. Diante disso, realizamos interações com o Ibama, órgão ambiental responsável pelo licenciamento ambiental da usina, para propor a revisão do cronograma do projeto e a renovação de autorizações para a realização das campanhas de campo, que tiveram que ser postergadas para 2021.

Em junho de 2020, concluímos e submetemos à avaliação do Iphan o "Relatório da avaliação de impactos ao patrimônio arqueológico e aos bens culturais tombados, valorados e culturais na área de influência da UHE Bem Querer".

No âmbito do ECI, a ausência de posicionamento da Funai e das comunidades indígenas em relação às reuniões para apresentação do Plano de Trabalho comprometeram o avanço dos trabalhos no ano de 2020. Tal situação foi agravada pelas medidas temporárias de prevenção à infecção e propagação do novo coronavírus, impossibilitando o contato com as comunidades indígenas e por sua vez, a realização de reuniões presenciais. Apesar disso, em articulação com

o MME, SPPI e Funai, realizamos reuniões virtuais com lideranças das principais associações indígenas presentes na região dos estudos.

Por fim, também elaboramos informe técnico sobre as **Análises socioambientais para o ajuste de traçado da Linha de Transmissão de Uso Exclusivo da UHE Bem Querer**, que teve como objetivo registrar os estudos de alternativa realizados para o traçado da linha de uso exclusivo da usina, visando à redução de impactos ambientais na região.

Além disso, em agosto de 2020 encaminhamos ao MME a **Síntese dos Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica da UHE Prainha**, incluindo as bases cartográficas finais. Em decorrência do arquivamento do processo de licenciamento ambiental, informado pelo IBAMA em 2017, as contratações dos estudos de engenharia e socioambientais não foram possíveis, de forma que os estudos e levantamentos realizados no âmbito do EVTE da UHE Prainha, localizada no Amazonas, ficaram restritos aos Estudos Cartográficos elaborados para subsidiar o desenvolvimento de EVTE.

AVALIAÇÃO TÉCNICA E ORÇAMENTÁRIA DE UHES

Conforme estabelecido na Lei nº 12.783/2013 e no Decreto nº 7.805/2012, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, relativo às parcelas não amortizadas ou não depreciadas dos empreendimentos de geração elétrica vinculados a contratos de concessão vincendos, outorgadas anteriormente à Lei nº 8.987/1995 deve utilizar como base a metodologia de **Valor Novo de Reposição (VNR)**, que é calculado pela EPE.

Em 2020 encaminhamos ao MME os relatórios contendo os cálculos do VNR da UHE Governador Bento Munhoz da Rocha Netto (Foz do Areia) e da UHE Itaúba, além da revisão dos cálculos da UHE São Domingos. Além dessas hidrelétricas, também realizamos avaliações técnicas e orçamentárias, para fins de indicação no PDE 2030, dos projetos de ampliação da UHE Curuá-Una e da UHE Coaracy Nunes.

PLANEJAMENTO DA TRANSMISSÃO

Por meio dos **Relatórios R1** apresentamos os resultados dos estudos de planejamento da expansão da transmissão realizados pela EPE (viabilidade técnico-econômica) com o objetivo de solucionar problemas elétricos previamente identificados no SIN. Esses estudos consistem no principal insumo para a instrução dos processos posteriormente conduzidos pelo MME e pela ANEEL, que resultam na outorga das novas instalações do SIN, seja por meio de autorizações específicas ou através de processo licitatório.

Durante o ano de 2020, emitimos um total de 22 Relatórios R1, com recomendação total de 99 linhas de transmissão novas (10.170 km) e 23 subestações novas, sendo 58 desses empreendimentos localizados em regiões metropolitanas. Os investimentos previstos para a implantação dos projetos indicados são estimados em torno de R\$ 20 bilhões.

Para a Região Norte, destacamos o estudo que avaliou a viabilidade técnica para a conexão de 1 GW de geração adicional no sistema elétrico responsável pelo suprimento de energia elétrica à capital do estado do Amazonas.

Já para a Região Nordeste, damos

destaque aos seguintes estudos: (i) revisão do estudo de escoamento de geração na área sul da região nordeste; (ii) avaliação de compensação reativa na área leste da região nordeste; (iii) estudo referente à expansão da SE Bongí – parte 2; (iv) estudo de escoamento de geração na região nordeste da Bahia; (v) avaliação do controle de tensão e suprimento ao extremo sul da Bahia; e (vi) estudo de atendimento à região de Barreiras.

Também desenvolvemos vários estudos para a Região Sudeste/Centro-Oeste, com destaque para: (i) reavaliação do estudo de atendimento a Cuiabá; (ii) estudo de atendimento à região norte de Goiás; (iii) revisão do estudo de atendimento à região central de Goiás; (iv) estudo de atendimento a Ipatinga; (v) estudo para o aumento da capacidade de escoamento de geração solar da região de Jaíba e Janaúba; (vi) estudo para expansão da capacidade de transmissão da região norte de Minas Gerais; (vii) avaliação de reforços para a região industrial de Mairiporã, Jaguari e São José dos Campos; (viii) estudo de atendimento ao complexo Porto do Açú e Santo Amaro; (ix) estudo de atendimento à região de Italva; e (x) revisão do estudo de atendimento às regiões de Niterói, Magé e São Gonçalo.

Em relação a Região Sul, os seguintes estudos podem ser destacados: (i) revisão do estudo de atendimento à região de Naviraí; (ii) estudo de atendimento à região metropolitana de Curitiba e Litoral; (iii) estudo de atendimento às regiões sul e extremo sul de Santa Catarina; e (iv) revisão do estudo de atendimento à região metropolitana de Porto Alegre.

Além do Relatório R1, os estudos prévios ao processo licitatório das

obras de transmissão, que é conduzido pela Aneel, compreendem mais quatro relatórios, que complementam a caracterização das instalações a serem implantadas. Esses relatórios são denominados de R2 (Detalhamento Técnico da Alternativa), R3 (Definição da Diretriz de Traçado e Análise Socioambiental), R4 (Caracterização do Sistema Existente) e R5 (Custos Fundiários).

A maior parte desses relatórios é elaborada pelas empresas transmissoras, por demanda do MME, cabendo à EPE auxiliar o Ministério ao longo dessa atividade. Nesse contexto, realizamos diversas interações com as empresas e procedemos à **avaliação da conformidade dos Relatórios R2, R3, R4 e R5**, de forma a evitar eventuais inconsistências.

Ao longo de 2020, avaliamos os Relatórios R2 referentes a 22 empreendimentos de transmissão. Dentre os estudos de R1 com empreendimentos de transmissão recomendados para licitação, foram dispensados, após nossa análise sobre a pertinência ou não da elaboração de estudos específicos de engenharia, os Relatórios R2 associados a 13 subestações com transformadores de potência e 26 empreendimentos referentes a linhas de transmissão novas e seccionamentos, totalizando 39 empreendimentos. Complementarmente, emitimos 33 pareceres para Relatórios R3 e 17, para Relatórios R5 de linhas de transmissão e subestações.

A elaboração dos Relatórios R1, R2, R3, R4 e R5 está apoiada em um conjunto de diretrizes técnicas que, em última instância, consolidam a caracterização das obras a serem posteriormente encaminhadas à ANEEL para fins de licitação. Em dezembro de 2020, emitimos uma proposta

de **atualização das diretrizes para elaboração dos Relatórios R** contemplando não apenas aprimoramentos previamente identificados internamente, mas também contribuições advindas do MME, da Aneel, do ONS e de empresas transmissoras que têm participado no trabalho de elaboração desses relatórios.

Além do desenvolvimento dos estudos de planejamento das novas instalações de transmissão, também oferecemos importante apoio ao MME e à Aneel ao longo do processo de preparação dos Leilões de Transmissão. Em outubro de 2020, realizamos o workshop conjunto MME/ANEEL/EPE/ONS **Esclarecimentos – Leilão de Transmissão nº 01/2020**, com o objetivo de dirimir as principais dúvidas em relação aos aspectos técnico-econômicos e socioambientais dos empreendimentos que vieram a compor os lotes do leilão de 2020.

MODERNIZAÇÃO DE ATIVOS DE TRANSMISSÃO EXISTENTES

Os elos de corrente contínua em alta tensão (CCAT) associados à UHE Itaipu iniciaram sua operação em 1984 e 1987, respectivamente, atingindo, portanto, cerca de 37 anos (bipolo 1) e 34 anos (bipolo 2). Tais valores são bastante superiores aos da experiência internacional quanto à idade média de bipolos CCAT até o momento de sua modernização, da ordem de 26 anos, segundo a pesquisa abrangendo todos os fabricantes tradicionais de CCAT.

Dentro desse contexto, com o objetivo de fornecer elementos para orientar as decisões do MME, em junho de 2020 emitimos uma nota técnica conjunta com o ONS na qual apresentamos análises sobre os aspectos eletroenergéticos e técni-

cos associados à modernização das conversoras, particularmente quanto à importância dos **bipolos CCAT de Itaipu** no médio/longo prazo para o desempenho do SIN, considerando-se ainda possíveis cenários de redução de exportação da energia do Paraguai para o Brasil.

Em junho de 2020 também emitimos uma nota técnica conjunta com o ONS, à luz da regulamentação existente sobre concessões de interligações internacionais, com o objetivo de apresentar ao MME uma avaliação em relação às instalações da **Conversora de Frequência Uruguaiana**, equiparadas aos serviços públicos de transmissão até julho de 2021 e já em final de vida útil regulatória depreciada. As análises versaram quanto à necessidade de modernização das instalações da conversora, de investimentos que estendam a sua vida útil ou, até mesmo, a recomendação pelo descomissionamento.

AUMENTO DA SEGURANÇA DO SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA DO AMAPÁ

No dia seguinte a ocorrência na subestação Macapá, que levou à interrupção no fornecimento de energia a 14 municípios do estado do Amapá, o MME instituiu, por meio da Portaria MME nº 403/2020, o Gabinete de Crise, composto por representantes da ANEEL, ONS, LMTE (empresa transmissora local), Eletronorte, CEA (empresa distribuidora local), além do próprio MME.

Acompanhando as ações de gestão da crise junto ao MME e ao CMSE, por meio da Resolução nº 25/2020/PR/EPE instituímos um Grupo de Trabalho interno com o propósito de apresentar e discutir com o

MME alternativas para apoiar, sob a ótica do planejamento da geração e transmissão, decisões sobre medidas de reforço da segurança de suprimento de energia elétrica ao estado no médio e longo prazo.

Como resultado disponibilizamos ao MME, em novembro de 2020, a nota técnica **Mapeamento de Possibilidades para o Aumento da Segurança do Suprimento de Energia Elétrica a Macapá e Localidades Interligadas – Análise sob a ótica do Planejamento de Longo Prazo da Transmissão e Geração**, contendo as alternativas de transmissão e geração para o aumento da confiabilidade no suprimento energético ao estado do Amapá.

As alternativas identificadas foram descritas, de forma preliminar, quanto ao custo e sua alocação, prazo de implementação, características técnicas e impactos vislumbrados, considerando as condições específicas do Amapá, permitindo subsidiar discussões e elencar as mais promissoras para aprofundamentos futuros. Como complemento ao estudo, em dezembro de 2020 encaminhamos ao MME uma avaliação da disponibilidade hídrica para as UHEs existentes no rio Araguari/AP.

DE QUE MANEIRA AUXILIAMOS O MME NO MONITORAMENTO, NA AVALIAÇÃO E NA COMUNICAÇÃO DOS RESULTADOS DA POLÍTICA ENERGÉTICA NACIONAL EM 2020?

BALANÇO ENERGÉTICO NACIONAL (BEN)

A organização, sistematização e consolidação de estatísticas econô-

50 anos do Balanço Energético Nacional



Ao longo de 50 anos, as estatísticas energéticas constituíram-se como singular base de dados para os estudos relacionados ao planejamento energético nacional, subsidiando não apenas o MME, responsável por formular os princípios básicos e definir as diretrizes da política energética nacional, mas também universidades e instituições diversas. Podemos dizer que o Balanço Energético Nacional se tornou uma espécie de censo anual do setor energético brasileiro. Prova de sua relevância para o setor energético e para a sociedade é a marca atingida em 2019 de aproximadamente 56 mil visualizações, o colocando entre as publicações da EPE com maiores registros de pesquisas e visualizações no site da instituição.

Ao compilar, em uma única publicação, os dados estatísticos energéticos nacionais das últimas cinco décadas, o BEN 50 Anos lança luz não somente sobre o setor energético nacional, mas também sobre toda a trajetória do desenvolvimento da sociedade brasileira neste período, a qual experimentou intensas transformações sociais, demográficas e econômicas, com significativo reflexo sobre modo de vida e hábitos de consumo dos brasileiros.

Assim, através do BEN 50 Anos, apresentamos para a sociedade brasileira como produzimos, transformamos e consumimos energia ao longo das décadas, fruto das transformações e escolhas da sociedade e das consequentes políticas públicas adotadas ao longo desta trajetória, que certamente desperta interesse não só para o público do setor energético, mas para todo aquele interessado em retratos de nossa sociedade em constante transformação.

mico-energéticas contribui para a compreensão da trajetória do setor energético brasileiro.

Nesse sentido, disponibilizamos o **Relatório Consolidado do Balanço Energético Nacional 2020 – BEN 2020**, que documentou e divulgou extensa pesquisa e a contabilidade relativas à oferta e consumo de energia no Brasil, referentes ao ano de 2019, contemplando as atividades de extração de recursos energéticos primários, sua conversão em formas secundárias, a importação e exportação, a distribuição e o uso final da energia.

Também publicamos a Matriz Energética Nacional, as Séries Históricas Completas e o Relatório Síntese, que apresentou um resumo dos dados

relativos à contabilização da oferta, transformação e consumo final de produtos energéticos no Brasil.

Em 2020 o BEN completou **50 anos de série histórica** e, por conta disso, organizamos as principais informações em uma edição especial desse produto.

Para conhecer os principais resultados apresentados no BEN 50 anos, acesse: <https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/Documents/BEN%2050%20anos.pdf>.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE ENERGIA ELÉTRICA

Por meio do **Anuário Estatístico de Energia Elétrica**, divulgamos anualmente dados relacionados ao

consumo de energia elétrica na rede de distribuição nos últimos cinco anos, resultado do trabalho cooperativo com os agentes do mercado de energia, realizado no âmbito da Comissão Permanente de Análise e Acompanhamento do Mercado de Energia Elétrica (COPAM), sob a coordenação da EPE.

No âmbito desse projeto, os seguintes produtos foram disponibilizados à sociedade no ano de 2020:

- Relatório final: contendo as informações relevantes de produção e uso de energia elétrica através de tabelas e conteúdo gráfico;
- **Fact sheet**: informe executivo que aborda temas de destaque do Anuário; e
- **Workbook**: arquivo de tabelas editáveis do Anuário que permite maior facilidade na manipulação e análise dos dados por parte do

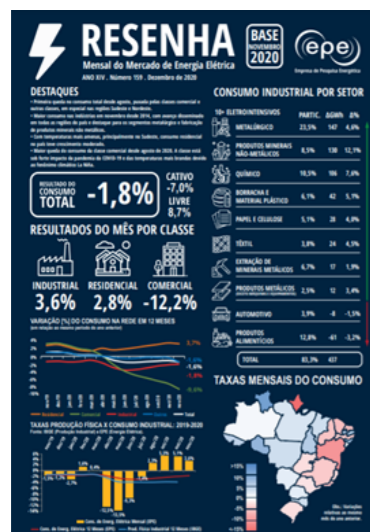
usuário.

Além dos produtos acima, também disponibilizamos o **Anuário Interativo**, ferramenta de visualização e análise de dados que, além de possibilitar o download dos dados, também permite o uso de filtros para a personalização da análise de cada usuário de modo dinâmico.

CONSUMO E CARGA DE ENERGIA ELÉTRICA

No ano de 2020, elaboramos, em conjunto com o ONS a CCEE, as **Revisões Quadrimestrais das projeções do consumo e da carga do Sistema Interligado Nacional (SIN)**, visando a subsidiar o Planejamento Anual da Operação Energética do ONS. Tais trabalhos foram documentados através de publicações conjuntas ONS-EPE-CCEE (Boletins Técnicos e Notas Técnicas), três delas cobrindo o período 2020-2024 e uma delas referente ao período 2021-2025.

Destacamos que, após a divulgação dos resultados da 1ª Revisão Quadrimestral no fim de março de 2020, considerando-se a alta incerteza provocada pela pandemia da Covid-19 e a rápida alteração das perspecti-



vas econômicas, as três instituições (EPE-ONS-CCEE) julgaram necessário levar à ANEEL solicitação de anuência em autorizar uma Revisão Extraordinária, que foi divulgada ao final de maio/2020.

Como forma de manter a contínua troca de informações e experiências com os agentes do setor elétrico, promovemos três **reuniões da Comissão Permanente de Análise e Acompanhamento do Mercado de Energia Elétrica (COPAM)** em 2020, reunindo concessionárias de energia e instituições do setor elétrico. Entre os objetivos deste fórum, objetiva-se discutir caminhos e alternativas para aprimoramento das metodologias utilizadas nos estudos do setor e a melhoria constante na qualidade dos dados fornecidos pelas empresas a partir dos sistemas SIMPLES/SAM, dos quais são produzidas as estatísticas utilizadas em diversos produtos que elaboramos.

Ao longo de 2020, publicamos as **Resenhas Mensais do Mercado de Energia Elétrica**, que apresentam as consolidações do consumo de energia elétrica por classe e regiões, além de uma análise do comportamento do mercado.

Com o objetivo de complementar a Resenha Mensal do Mercado de Energia Elétrica criamos em 2020 o **Boletim Trimestral de Consumo de Eletricidade**, através da análise dos principais movimentos nas classes de consumo industrial, residencial e comercial. Tais análises são realizadas em associação à conjuntura econômica verificada no período, buscando gerar a compreensão da dinâmica do mercado de eletricidade no Brasil e em suas regiões.

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NO BRASIL

Com a publicação do **Atlas de Eficiência Energética no Brasil – Relatório de Indicadores** em janeiro de 2020, apresentamos os resultados de monitoramento do progresso de eficiência energética no país, como instrumento importante na indicação da contribuição histórica dos ganhos de eficiência energética no Brasil.

Adicionalmente, ao longo do ano de 2020 desenvolvemos uma nova versão para agregar, desta vez, análise comparativa internacional da indústria de cimento brasileiro. Além disso, nessa nova versão também exploramos os impactos da crise da pandemia da Covid-19 e medidas relacionadas ao consumo e eficiência energética em diferentes setores econômicos do Brasil. Essa publicação é resultado de uma cooperação detalhada sobre dados e políticas entre a EPE e a IEA.

ANÁLISES DE CONJUNTURA

Anualmente publicamos o documento **Análise de Conjuntura dos Biocombustíveis**, que apresenta a síntese dos eventos mais relevantes no mercado de combustíveis renováveis, que ocorreram no ano anterior à sua publicação.

Nesse documento, analisamos os indicadores técnico-econômicos do etanol, do biodiesel e da bioeletricidade, assim como aspectos ligados ao mercado internacional de biocombustíveis, às emissões de GEE evitadas pela utilização dessas fontes renováveis de energia e à Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), auxiliando na compreensão dos fatores que impactam este segmento.

Além disso, publicamos mensalmente os **Fatos Relevantes da Indústria de Óleo e Gás** e a cada seis meses, o **Boletim de Conjuntura da Indústria**

do Óleo & Gás, que apresentam análises dos principais temas da indústria petrolífera mundial, com ênfase em aspectos técnicos, econômicos e geopolíticos.

Entre os temas abordados pelo Boletim, destacamos os condicionantes e desafios econômicos, técnicos e geopolíticos relevantes para a dinâmica do mercado mundial de petróleo e derivados. São apresentadas as estratégias de internacionalização, a reestruturação e a diversificação de indústrias petrolíferas, a importância dos projetos de recursos não-convencionais e em fronteiras exploratórias, além das questões sobre integração energética regional. A publicação também busca contribuir para a análise do mercado global através de dados estatísticos pertinentes com vistas à análise das tendências recentes e perspectivas futuras da indústria petrolífera no Brasil e no mundo.

MONITORAMENTO DA POLÍTICA DE E&P

De acordo com a Resolução CNPE nº 17/2017, cabe ao MME, com apoio da ANP e da EPE, monitorar em assessoramento ao CNPE, a eficácia de implementação da Política de Exploração e Produção, por meio do acompanhamento de evolução de alguns indicadores, incluindo o percentual de participação das exportações brasileiras de petróleo no mercado internacional e o percentual de participação no Brasil dos investimentos anuais da indústria do petróleo em exploração e produção no mundo.

Deste modo, em 2018 publicamos a nota técnica que apresenta a estruturação de metodologia de avaliação dos **indicadores de monitoramento da política de E&P**, e, desde então, atualizamos anualmente os indicado-

res no formato de Informe Técnico. Em outubro de 2020, com o objetivo de divulgar a atualização dos indicadores selecionados para o ano base de 2019, também publicamos em formato de **fact sheet**.

EMPREENDIMENTOS EÓLICOS

Em março de 2020, publicamos a nota técnica **Projetos eólicos nos Leilões de Energia**, que apresenta um retrato dos empreendimentos eólicos cadastrados na EPE para os diversos Leilões de Energia que contaram com a participação dessa fonte. Com destaque para os certames mais recentes, registramos as evoluções observadas ao longo dos 13 anos (2007 a 2019) em que realizamos o processo de habilitação técnica desses empreendimentos.

São discutidos aspectos sobre o cadastramento e habilitação técnica, as principais características dos projetos ao longo dos anos (recurso eólico, equipamentos, produção de energia e custos de investimento), bem como os montantes contratados e preço da energia.

Além disso, ao longo de 2020 estruturamos análises relacionadas ao **fim da vida útil de empreendimentos eólicos**. Considerando que os contratos da fonte eólica nos leilões têm, em geral, duração de 20 anos, prazo equivalente à vida útil de projeto dos equipamentos, percebe-se que os empreendimentos em operação desde os anos 90 já atingiram essa idade. Já os primeiros projetos contratados no âmbito do PROINFA atingirão esse tempo nos próximos 5 anos. Até 2030, mais de 50 parques completarão mais de 20 anos de operação, o que representa mais de 600 aerogeradores e 940 MW de potência.

A principal proposta dessa nota técnica é reunir informações que possibilitem a discussão tanto com o MME como com os agentes sobre as possíveis ações a serem tomadas com o fim da vida útil desses projetos, sejam de manutenção, modernização ou descomissionamento dos parques eólicos instalados.

IMPACTOS DA PANDEMIA NO SETOR ENERGÉTICO BRASILEIRO

Objetivando fornecer suporte ao MME para a tomada de decisão, diante da gravidade da situação de pandemia, no final de março iniciamos uma série de estudos sobre os impactos da Covid-19.

Para analisar suas consequências no comportamento do mercado brasileiro de combustíveis, projetamos três trajetórias, de 2020 até 2022, que contemplam hábitos de consumo da população e períodos de isolamento social. As projeções foram apresentadas na nota técnica **Impactos da Pandemia de Covid-19 no Mercado Brasileiro de Combustíveis**.

Visando estender as análises sobre os impactos da pandemia para todo o setor energético, em agosto de 2020 também publicamos o estudo **Balanco Covid-19 – Impactos nos mercados de energia no Brasil: 1º semestre de 2020**. Partindo do retrato do setor energético em 2019, neste caderno traçamos a evolução da carga e da demanda de combustíveis ao longo dos seus primeiros meses de 2020, o que permitiu uma leitura abrangente do choque causado pela pandemia. Também incluímos ainda uma contabilidade de como essas reduções na demanda de energia se refletiram em termos de emissões de GEE no setor elétrico e no setor de transportes do país.

QUAL FOI A NOSSA CONTRIBUIÇÃO PARA A REDUÇÃO DA ASSIMETRIA DE INFORMAÇÃO NO MERCADO E REDUÇÃO DE BARREIRAS DE ENTRADA EM 2020?

Entendemos a comunicação como o caminho para disseminar as informações consideradas relevantes para o setor energético no país. Ao mesmo tempo, reconhecemos que o objeto do nosso negócio por vezes envolve conceitos que são complexos e altamente específicos, tornando o processo de comunicação como peça fundamental para auxiliar os mais variados agentes em seus processos de tomada de decisão e, com isso, possibilitar a redução da assimetria de informação.

Nesse sentido, tomando como referência o nosso papel no setor energético brasileiro e o valor público que geramos a partir das nossas atividades, ao longo de 2020 desenvolvemos novas iniciativas para intensificar o alcance desse objetivo.

Em função da pandemia da Covid-19, intensificamos a realização de eventos online como forma de divulgar os principais resultados dos estudos que elaboramos em 2020. Por meio dos

webinars e workshops interagimos com os mais variados públicos e, graças ao formato online, obtivemos maior alcance na disseminação das informações e no esclarecimento de dúvidas. Além disso, contamos com a parceria de diferentes instituições, públicas e privadas, para a realização desses eventos. Destacamos também a participação de importantes agentes nacionais e internacionais nos debates promovidos.

Dentre as diversas iniciativas nessa frente realizadas em 2020, damos destaque para a série de webinars sobre a indústria do petróleo e gás natural do país, como os de Monetização de Gás Natural *Onshore* e *Offshore* no Brasil e o de lançamento do Plano Indicativo de Gasodutos. Além disso, tivemos a **websérie Construindo o Futuro**, que teve o objetivo de criar um canal de informação acessível e de diálogo com a sociedade, através de mensagens claras e objetivas sobre o papel da EPE nas atividades de planejamento da expansão da geração e transmissão de energia elétrica.

Lançada em setembro de 2020, a websérie contou com oito episódios transmitidos ao vivo, nos quais nossa equipe abordou diferentes e relevantes temas do setor elétrico como leilões, garantia física, modernização

do setor, desafios do planejamento no processo de transição energética, desafios para garantir a qualidade e suprimento de energia elétrica, modelos energéticos, o valor da transmissão, dentre outros.

Alinhados com a tendência de digitalização dos dados, também disponibilizamos diferentes **ferramentas interativas** no nosso site ao longo de 2020 para facilitar o acesso aos dados, assim como a manipulação e visualização das informações que geramos. Damos destaque ao **BEN Interativo**, ferramenta que permite a visualização e análise de dados referentes às séries históricas de energia nos moldes das versões anuais publicadas no BEN. O BEN Interativo ainda permite que o usuário faça o download dos dados completos em planilha em diferentes formatos.

Concretizamos em 2020 a reestruturação do **Webmap EPE** para trazer ainda mais informação, transparência e acessibilidade à sociedade sobre o setor energético brasileiro. A base georreferenciada de empreendimentos planejados e existentes do setor de energia é constituída por milhares de registros que podem ser relacionadas a temas transversais de Meio Ambiente, especialmente áreas legalmente protegidas. A ferramenta permite aos

usuários realizar consultas, download em formatos vetorial e raster, medições de áreas e distâncias e adicionar seus próprios dados. Nessa edição, a interação com o usuário foi ampliada ao permitir o compartilhamento das camadas geográficas como serviço WMS e a consulta aos metadados de qualquer camada, conferindo maior confiabilidade no uso da geoinformação. Disponibilizamos detalhes sobre as demais ferramentas interativas elaboradas em 2020 na tabela anterior.

Investimos também em **novos formatos de apresentação dos resultados** dos nossos estudos. Nessa linha, publicamos diversos **Fact Sheets**, documentos que utilizam uma linguagem visual mais atrativa para facilitar a compreensão das informações a partir dos destaques dados aos principais resultados e conclusões que alcançamos.

Além disso, disponibilizamos um conjunto de estudos e publicações técnicas visando disseminar as **metodologias, premissas e critérios** que adotamos nas nossas análises. Adicionalmente, elaboramos várias publicações no sentido de contribuir para a **disseminação de conceitos técnicos e das principais tendências** observadas para o setor tanto no cenário nacional como no internacional. Também elaboramos estudos, alguns deles em parceria com outras instituições, que são úteis para oferecer o



posicionamento sobre o contexto do setor energético nacional e conferem **esclarecimentos técnicos sobre temas relevantes**, possibilitando o diálogo com diferentes agentes. Adicionalmente, em 2020 ampliamos nossos esforços para disponibilizar **a versão em inglês das nossas principais publicações** com o intuito de comunicar os resultados dos nossos estudos também para diferentes agentes internacionais.

Destacamos a seguir, de forma não exaustiva, as principais iniciativas nessa frente:

- Brazilian Oil & Gas Industry Report
- Série de Formação de Preços de Combustíveis
- Experiências internacionais em modelos do abastecimento de derivados de petróleo
- Leilões de Óleo e Gás no Mundo: 2020 e 2021
- Doing Business with the Brazilian Onshore Environment
- Estudo sobre o aproveitamento do gás natural do pré-sal
- Informe técnico sobre modelos de negócio para o aproveitamento energético dos resíduos sólidos urbanos
- Garantia Física de usinas associadas eólico-fotovoltaicas: proposta metodológica
- Nota técnica Metodologia: Projeção de curva de carga horária
- Circuitos Simples x Circuitos Duplos
- Projected Costs of Generating Electricity 2020

Por fim, de forma a garantir a transparência das informações, disponibilizamos diversos **bancos e bases de dados** em nosso site. Dessa maneira, possibilitamos que os usuários tenham acesso tanto aos dados de entrada que consideramos nos nossos estudos

como também aos dados que geramos por meio deles.

Dentre as várias bases disponibilizadas, destacamos o **Balanco de Energia Útil**, que permite a análise das informações e consumo final por setor e fonte, disponíveis no Balanço Energético Nacional (BEN), estruturando-as em energia útil por setor, fonte e serviço energético, além de possibilitar a estimativa de potenciais de eficiência energética.

Já no contexto dos estudos de transmissão de energia, em outubro de 2020, disponibilizamos uma nova versão do **Banco de Preços da Aneel**, importante instrumento utilizado no desenvolvimento dos estudos de planejamento e na elaboração de diversos relatórios gerenciais, como o PDE e o PET/PELP. Também atualizamos e disponibilizamos as **bases de dados para a simulação do desempenho elétrico do SIN** (fluxo de potência, dinâmica e curto-circuito), que servem de referência para a realização dos estudos de planejamento da expansão da transmissão a ser iniciados ao longo de 2021, considerando os horizontes de médio e longo prazo.

Em atendimento à demanda do MME, em 2020 visando reunir informações sobre **investimentos realizados em pesquisa e desenvolvimento (P&D) no setor de energia no Brasil**, empreendemos esforços para construir parcerias com intuito de viabilizar a construção desta plataforma de dados, que será hospedada na EPE. O projeto, iniciado em dezembro de 2020, conta com a parceria do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) e do Programa de Energia para o Brasil do Fundo de Prosperidade do Reino Unido para garantir recursos necessários para a sua implementação.

Ferramenta de Balanço de Potência	Para avaliação dos montantes de potência necessários nos momentos em que o sistema apresenta demanda máxima instantânea, e assim, verificar as condições de seu atendimento.
GeoUHR I e GeoUHR II	Para identificação e mapeamento de locais com condições favoráveis à implantação de Usinas Hidrelétricas Reversíveis (UHR).
Ferramenta para avaliação de viabilidade de ônibus elétrico	Novas funcionalidades foram implementadas em relação à versão anterior, onde se destacam a possibilidade de uso em português, inglês ou espanhol e a possibilidade de realizar o download dos parâmetros da sua simulação em arquivos .xlsx.
Storymap sobre o Roadmap Eólica Offshore	Página na internet com conteúdo interativo sobre o Roadmap Eólica Offshore, onde é possível encontrar de forma rápida as principais informações de cada um dos temas que foram abordados no documento.
Storymap sobre o R1 de Curitiba	Mapa interativo com os empreendimentos planejados no estudo de expansão da Transmissão na Região Metropolitana de Curitiba e Litoral, com as principais características socioambientais das regiões atravessadas.

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

Com o intuito de alcançar maior equilíbrio entre as receitas e as despesas, o orçamento da União para o ano de 2020 foi elaborado no sentido de cumprir a meta fiscal, desenhada para reduzir o déficit das contas públicas, estabelecida pelo Governo Federal. Com isso, parte do orçamento aprovado para o período se deu na forma de créditos condicionados para diversos órgãos e instituições que integram a administração pública federal, sendo esta realidade também imposta à EPE.

As condições restritivas impostas em virtude da realidade fiscal do país implicaram na continuidade e na ampliação dos nossos esforços de redução de despesas durante o ano de 2020. Complementarmente, foram empreendidos esforços no sentido de desenvolver estratégias de criação e de fortalecimento de parcerias como forma de reduzir a pressão sobre o orçamento federal. No entanto, com

a decretação do estado de calamidade pública no país em decorrência do agravamento da pandemia da Covid-19, por meio da Emenda Constitucional nº 106/2020 foi estabelecido regime fiscal e financeiro extraordinário. A quebra da "regra de ouro" trouxe um novo cenário para a EPE, tornando possível a suplementação da dotação orçamentária e a liberação de créditos condicionados a partir do segundo semestre de 2020.

A seguir, descrevemos os principais resultados obtidos em termos de gestão orçamentária e financeira para o ano de 2020.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O orçamento de 2020 da EPE foi executado pelos seguintes programas de governo previstos no Plano Plurianual 2020 – 2023, instituído pela Lei nº 13.971/2019, e pelas ações orçamentárias estabelecidas pela Lei Orçamentária Anual (LOA) 2020 (Lei nº 13.978/2020) descritas na tabela

Programas de Governo		Ações orçamentárias	
Nº	Nome do programa	Nº	Nome da ação
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	2000	Administração da Unidade
		2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes
		212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes
		216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio Moradia a Agentes Públicos
		4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
		20TP	Ativos Civis da União
0901	Operações Especiais: Cumprimento de sentenças judiciais	0022	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais
3001	Energia Elétrica	20LI	Estudos para o Planejamento do Setor Energético
		20LF	Estudos de Inventário e Viabilidade para Expansão da Geração Hidrelétrica
3003	Petróleo, Gás, Derivados e Biocombustíveis	213E	Estudos Ambientais de Áreas Sedimentares
		21BC	Estudos da indústria de petróleo e gás natural
		21BD	Estudos da indústria de biocombustíveis

abaixo.

A LOA 2020 destinou dotações orçamentárias para EPE no exercício 2020, cujo valor inicial aprovado foi de R\$ 102 milhões, 30% inferior ao exercício anterior. Além disso, foram consignados créditos no valor de R\$ 13,2 milhões condicionados à aprovação legislativa, constante do art. 4º, inciso VI, da LOA 2020.

Em virtude da decretação de calamidade pública causada pela pandemia, por meio da Lei nº 14.008/2020 foi autorizada a suplementação de dotações orçamentárias e a liberação de créditos condicionados. Assim, a dotação orçamentária final da EPE para o exercício de 2020, após efetivação de todas as suplementações e alterações orçamentárias, ficou em R\$ 121,9 milhões.

A dotação final da EPE em 2020 foi inferior aos exercícios de 2019 e 2018. Contudo, o valor total empenhado foi superior ao exercício de 2019 e apenas 10% inferior ao montante de 2018.

Da dotação final disponibilizada, 92% foi empenhado, sendo R\$ 86 milhões de despesas de pessoal, encargos e benefícios e R\$ 26 milhões de despesas discricionárias. O montante final liquidado foi R\$ 101 milhões, representando 91% das despesas empenhadas.

Apesar de ter tido uma boa realização orçamentária no exercício de 2020, tivemos que adequar o nosso planejamento orçamentário por diversas vezes ao longo do ano. O valor total aprovado na LOA para as despesas discricionárias foi de R\$ 19.713.743, 53% inferior à LOA inicial para essas despesas no ano anterior.

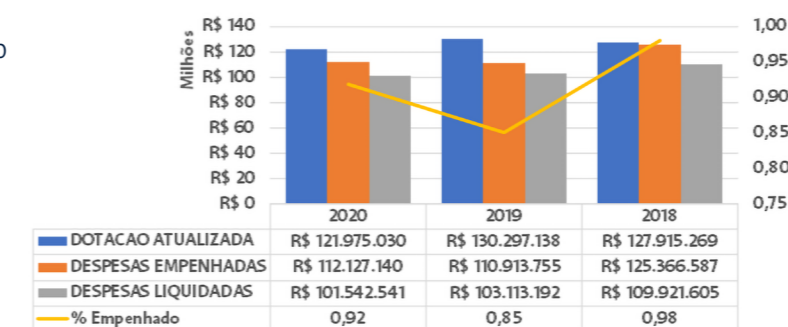
Para adequar nossos gastos ao orçamento disponibilizado, adotamos algumas medidas de contenção. A medida mais significativa foi a mudança de endereço do escritório central da EPE, que gerou uma economia mensal de 30%.

Em junho de 2020, com a liberação dos créditos condicionados, a disponibilidade orçamentária para as despesas discricionárias foi ampliada em R\$ 11.307.242, um montante de 57% do valor inicial. Assim, ajustamos todo o nosso planejamento de gastos para possibilitar a realização desses valores.

Com o envio do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2021 pelo Ministério da Economia ao Congresso Nacional em agosto de 2020, verificamos que 65% da proposta orçamentária da EPE para despesas discricionárias havia sido incluída em créditos condicionados. Nesse sentido, mais uma vez realizamos ajustes no nosso planejamento para evitar que as contratações tivessem distribuição de gastos para o ano de 2021 acima do que esse orçamento

	Dotação inicial (R\$)	Dotação final (R\$)
LOA 2020	102.193.954	121.975.030
Créditos condicionados	13.226.522	0

Fonte: Tesouro Gerencial



	Dotação final (R\$)	Despesas empenhadas (R\$)	% Empenhado ¹	Despesas liquidadas (R\$)	% Liquidado ²
Despesas Obrigatórias	87.437.239	86.121.769	98%	81.224.874	94%
Despesas Discricionárias	34.537.791	26.005.371	75%	20.317.667	78%
Total	121.975.030	112.127.140	92%	101.542.541	91%

1- Despesas Empenhadas/Dotação Final
2- Despesas Liquidadas/Despesas Empenhadas
Fonte: Tesouro Gerencial

pucesse suportar.

As diversas mudanças de planejamento de gastos ao longo do exercício de 2020 fizeram com que a execução orçamentária da EPE fosse extremamente desgastante, havendo elevada concentração de contratações, liquidações e pagamentos no segundo semestre do ano, o que inviabilizou a gestão plenamente eficiente dos recursos. Apesar disso, foi possível encerrar o exercício de 2020 com bom desempenho.

Em relação às despesas discricionárias, o valor da LOA atualizada para

o exercício de 2020 foi de R\$ 34,5 milhões, dos quais 75% foi empenhado e 78% do valor empenhado foi liquidado.

No Programa 0032 – Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo são alocadas todas as despesas de funcionamento, tecnologia da informação, capacitação e auxílio moradia da EPE.

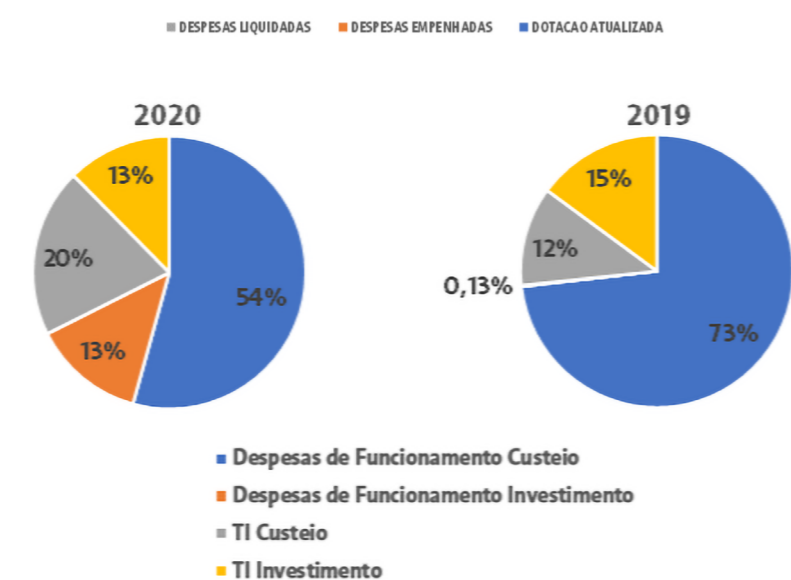
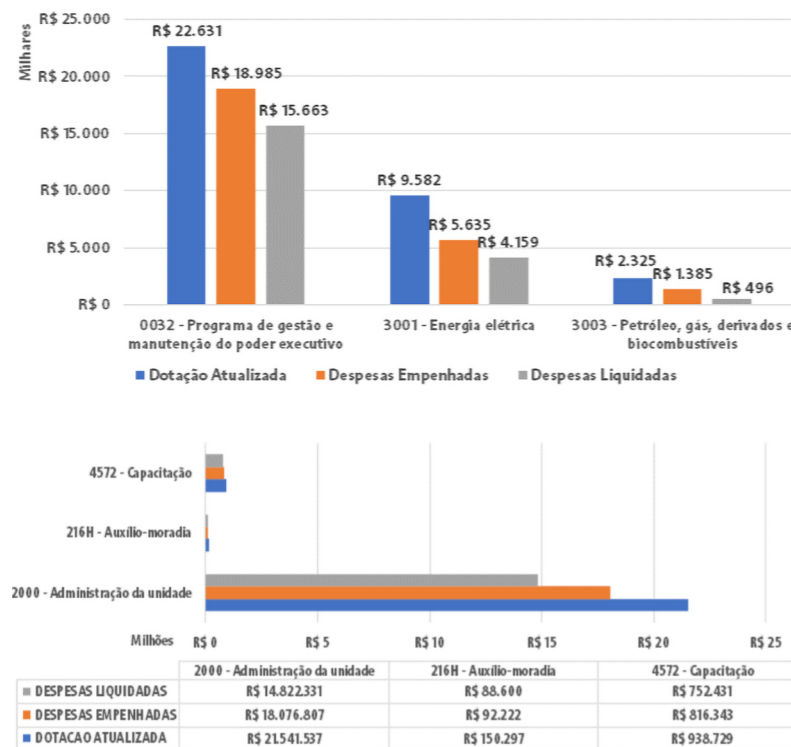
Na ação orçamentária 4572 – Capacitação, o valor total empenhado compreendeu R\$ 816.343. Apesar da necessidade implementação do regime de teletrabalho e da liberação

dos créditos condicionados apenas em junho, o total empenhado nessa ação foi 87% do valor da dotação final. Foram priorizados cursos online e educação à distância. Parte da despesa empenhada nessa ação orçamentária foi descentralizada para Enap para a realização de cursos e instrutoria, no montante total de R\$ 38.642,44.

Na ação orçamentária 2000 – Administração da Unidade foram alocadas todas as despesas de funcionamento da unidade e de TI. O valor da LOA atualizada foi de R\$ 21,5 milhões. Desse valor, 34% foram alocados em despesas de TI.

Com relação ao exercício anterior, houve uma mudança na estrutura de custos nas despesas de funcionamento da EPE. Isso se deu principalmente pela mudança de endereço do escritório central para redução de seus custos fixos. Assim, 73% das despesas da ação orçamentária 2000 em 2019 foram gastos com despesas de funcionamento em custeio, já em 2020 esse percentual ficou em 54%. O valor total empenhado para as despesas de locação de imóveis e condomínios em 2019 foi R\$ 5,3 milhões, enquanto em 2020 esse valor foi de R\$ 3,9 milhões.

Em contrapartida, as despesas de investimento para funcionamento da empresa no exercício de 2020 representou 13% do valor dessa ação, enquanto em 2019 foi de 0,13%. Essa variação é facilmente explicada pela necessidade de realização de obras no novo imóvel locado, cujo valor total de benfeitorias em imóveis de terceiros contabilizou R\$ 2,3 milhões. Ressaltamos que esse valor gasto em investimento foi dispendido apenas em 2020 e que nos demais anos a EPE irá usufruir da economia planejada.



Fonte: Tesouro Gerencial

Os valores gastos com energia elétrica, manutenção de bens, estagiários e passagens aéreas no país foram menores em 2020 em função da redução da utilização desses serviços em decorrência da pandemia da Covid-19. O aumento das despesas de restituições é referente à variação das despesas

de restituição de IPTU, que em 2020 foi de R\$ 466 mil e em 2019, R\$ 333 mil. As principais despesas de funcionamento em custeio estão detalhadas no quadro a seguir.

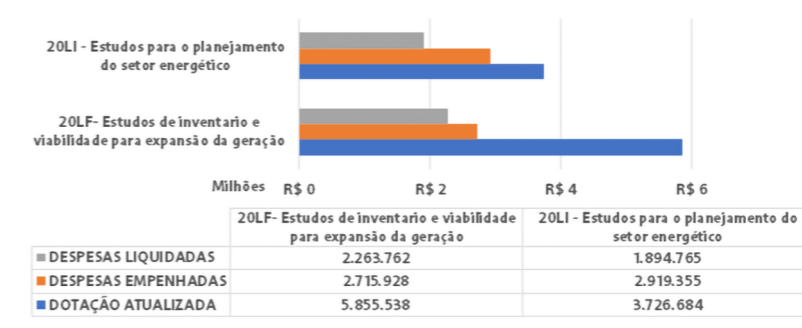
		Despesas empenhadas 2020 (R\$)	% valor total empenhado	Despesas empenhadas 2019 (R\$)	% valor total empenhado	Redução em 2020
1	Locação de imóveis	2.635.035	27%	4.126.203	29%	36%
2	Manutenção e conservação de bens imóveis	1.453.729	15%	1.547.186	11%	6%
3	Condomínios	1.315.946	13%	1.154.060	8%	-14%
4	Apoio administrativo, técnico e operacional	703.017	7%	783.955	5%	10%
5	Serviços de energia elétrica	686.358	7%	1.166.375	8%	41%
6	Estagiários	541.950	6%	757.412	5%	28%
7	Restituições	499.537	5%	340.645	2%	-47%
8	Contribuição social s/ lucro	240.233	2%	505.036	4%	52%
9	Imposto de renda	192.108	2%	1.041.423	7%	82%
10	Passagens para o país	105.395	1%	851.226	6%	88%
11	Outros	1.443.227	15%	1.988.106	14%	27%
	Total	9.816.534	100%	14.261.627	100%	31%

Fonte: Tesouro Gerencial

Dos valores gastos com despesas de TI em 2020 na ação orçamentária 2000, 61% (R\$ 3,6 milhões) foi em custeio e 39% (R\$ 2,2 milhões) em investimento. Das despesas de custeio, R\$ 1,8 milhões foram gastos com manutenção de softwares, R\$ 113 mil com serviços técnicos em TI, R\$ 96 mil com suporte de infraestrutura de TI, R\$ 94 mil com locação de software, entre outros. Das despesas de investimento, R\$ 1,1 milhões foram gastos com aquisição de servidores e R\$ 1 milhão com aquisição de softwares, entre outros.

O Programa de Energia Elétrica (3001) tem como objetivo a elaboração de estudos para assegurar o suprimento de energia elétrica ao mercado brasileiro em condições adequadas de qualidade e equilíbrio entre segurança e preço, de forma sustentável.

Na ação orçamentária 2011, são



Fonte: Tesouro Gerencial

executadas todas as despesas relacionadas realização de estudos prospectivos de curto, médio e longo prazos das necessidades de energia para o desenvolvimento sustentável do país, envolvendo:

- levantamento dos potenciais dos recursos energéticos disponíveis, de forma coerente e equilibrada entre os agentes setoriais e os interesses da sociedade;
- análise da evolução do mercado ajustado aos cenários socioeconômicos;
- análise da evolução da infraes-

trutura de geração e transporte para o suprimento do mercado;

- dimensionamento dos investimentos associados à expansão e estudos de empreendimentos.

A ação visa o desenvolvimento de estudos para elaboração e aplicação de metodologias, instrumentos e procedimentos associados aos seguintes temas:

- política de meio ambiente do setor elétrico;
- avaliação ambiental integrada de empreendimentos energéticos

de alternativas de expansão da oferta de energia;

- estudos de localização de usinas térmicas;
- gestão do processo de licenciamento ambiental;
- cadastramento dos empreendimentos de geração de energia elétrica para participação nos leilões;
- análise dos documentos de cada projeto e dos requisitos essenciais à participação nos leilões;
- emissão de habilitação técnica dos empreendimentos;
- estabelecimento de parâmetros para o edital de licitação.

Foram realizadas nessa ação orçamentária despesas com assinatura de periódicos, no valor de R\$ 648 mil, e consultorias técnicas, no valor de R\$ 169 mil. As despesas de TI que dão suporte a essas atividades são alocadas em plano orçamentário específico na ação orçamentária 2000. Como exceção, tivemos as despesas realizadas em TI com execução orçamentária a partir da Emenda nº 50180004, de autoria da Comissão de Minas e Energia (CME) da Câmara dos Deputados. Com a aprovação do autor dessa emenda, adquirimos ferramentas computacionais para os estudos de planejamento da expansão da rede elétrica brasileira e contratamos serviços associados, no valor de R\$ 1.499.000.

Na ação orçamentária 20LF - Estudos de inventário e viabilidade para expansão da geração, são realizados os estudos de inventário, para o conhecimento do potencial hidrelétrico de bacias hidrográficas, e de viabilidade técnica e econômica de empreendimentos novos, visando à ampliação da capacidade de geração de energia elétrica.

Emenda	Ação	GND ¹	Valor (R\$)	Total (R\$)
50180004	25.121.3001.20LI.0001 Estudos para o Planejamento do Setor Energético Nacional	3	1.036.433	2.072.865
		4	1.036.432	

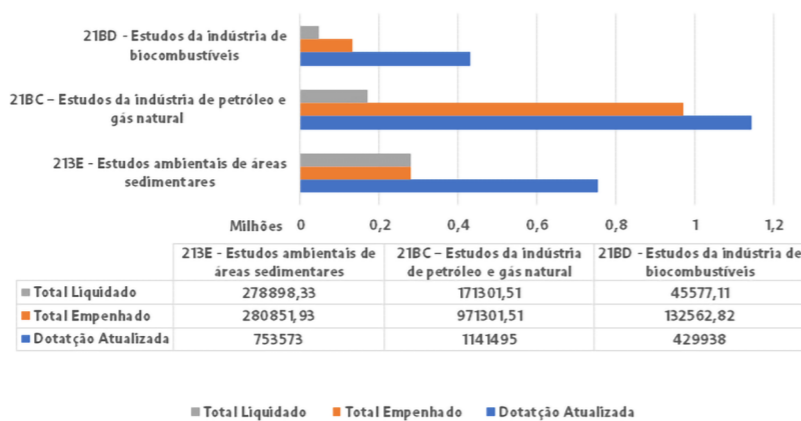
¹- Grupo de Natureza de Despesa: 3 = Custeio; 4 = Investimento
Fonte: LOA 2020

Em 2020 foram empenhados R\$ 2,6 milhões, dos quais R\$ 139 mil em investimento para aquisição de software e o restante em custeio no âmbito dos estudos da UHE Bem Querer, que tiveram a execução de suas atividades afetadas pela pandemia da Covid-19. Com isso, tanto o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) como o Estudo do Componente Indígena (ECI) da UHE Bem Querer foram realizados com valores inferiores aos previstos pela impossibilidade de realização de campanhas de campo e de viagens ao local estudado. Nesse contexto, apenas 46% do valor da dotação atualizada dessa ação orçamentária foi empenhado. Além disso, do valor total empenhado, cerca de 83% foi liquidado e o restante, inscrito em restos a pagar.

O Programa de Petróleo, Gás, Derivados e Biocombustíveis (3003) tem como objetivo desenvolver estudos sobre as indústrias do petróleo, gás natural e seus derivados e dos biocombustíveis, com vistas à garantia do abastecimento nacional.

Na ação orçamentária 213E – Estudos ambientais de áreas sedimentares são realizados estudos multidisciplinares de abrangência regional, que envolvem pesquisas, investigações e levantamentos de dados técnicos e socioambientais, nas bacias sedimentares brasileiras terrestres ou marinhas. Seu objetivo principal é a preservação ambiental de áreas nas quais serão realizadas atividades ou empreendimentos de exploração e produção (E&P) de petróleo e gás natural, por meio da identificação dos potenciais impactos socioambientais decorrentes da execução das atividades mencionadas.

Os diversos estudos ambientais de áreas sedimentares serão consolidados em relatório técnico que visa classificar a área sedimentar quanto à sua aptidão para outorga de blocos exploratórios (dividindo-se em áreas aptas, não aptas ou com indicação de moratória), de forma a subsidiar o planejamento estratégico de políticas públicas do setor e a definição de blocos exploratórios a serem oferta-



Fonte: Tesouro Gerencial

dos por licitação para E&P.

No ano de 2020, o total empenhado para essa ação foi 37% do valor da dotação final. O valor foi gasto no âmbito do Estudo Ambiental de Área Sedimentar do Solimões, que foi finalizado nesse exercício, não havendo necessidade de realização da dotação total disponível.

A ação orçamentária 213C – Estudos da indústria de petróleo e gás natural tem as seguintes finalidades:

- a realização de estudos sobre a indústria de petróleo e gás natural do país, considerando perspectivas de prospecção, exploração, produção, oferta e demanda, planos de investimentos de agentes econômicos, informações de mercado e formação de preços;
- a identificação das necessidades de expansão e/ou fomento dos projetos de construção/ampliação de infraestruturas, subsidiariamente ao Ministério de Minas e Energia;
- o fornecimento de subsídios para o planejamento indicativo da indústria, visando a redução das assimetrias de informação dos agentes econômicos e a promoção de investimentos.

Em 2020, a realização dessa ação orçamentária foi de 85%. Do valor total empenhado, R\$ 800 mil foram destinados à contratação de consultoria e R\$ 171 mil para assinatura de periódicos.

Já a ação orçamentária 213D – Estudos da indústria de biocombustíveis tem a finalidade de realização de estudos da indústria de biocombustíveis do país, considerando perspectivas de oferta e demanda, planos de investimentos de agentes econômicos,

informações de mercado e diretrizes do Ministério de Minas e Energia, a fim de identificar as necessidades de expansão e/ou do fomento de projetos de construção e/ou ampliação da capacidade produtiva de biocombustíveis, fornecendo subsídios ao planejamento indicativo da indústria de biocombustíveis, visando a redução das assimetrias de informação dos agentes econômicos e a promoção de investimentos.

No ano de 2020, foram empenhados R\$ 132 mil nessa ação orçamentária, com despesas de serviços técnicos profissionais, assinaturas de periódicos e outros.

DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

Ressaltamos que a EPE tem adotado medidas redução de despesas de funcionamento ao longo dos anos em função dos sucessivos contingenciamentos, havendo atualmente, pouquíssima margem para ajustes. Diante das situações de restrições orçamentárias, além da adoção de novos instrumentos para o gerenciamento da questão orçamentária, buscamos priorizar despesas diretamente associadas à entrega dos nossos estudos, como as contratações de bancos de dados, de serviços técnicos profissionais e aquisição e manutenção das ferramentas computacionais que utilizamos.

A execução do orçamento de 2020 da EPE esteve inserida em circunstâncias que afetaram diretamente seu resultado, quais sejam:

- 1. Aprovação da LOA 2020 com valores de créditos condicionados no montante de R\$ 11,3 milhões nas despesas discricionárias:** Com isso, ajustamos as nossas despesas para que o valor

aprovado suportasse os gastos de 2020. Além disso, medidas agressivas de ajuste tiveram de ser adotadas, dentre as quais destacamos o cancelamento de contrato de telefonia móvel, a não renovação de contrato de *service desk*, a não renovação do contrato de motorista e de abastecimento de veículo, a alteração do escritório central da empresa ara redução de custos fixos.

- 2. Suplementação do orçamento da EPE e liberação dos créditos condicionados:** Com a liberação dos créditos condicionados em junho de 2020, tivemos a suplementação de R\$ 11,3 milhões em despesas discricionárias. Assim, ajustamos toda a nossa programação de gastos para que o orçamento das despesas discricionárias fosse realizado no segundo semestre com incremento de aproximadamente 57%, considerando que cortes severos haviam sido realizados no semestre anterior. Essa situação gerou uma forte pressão nas áreas responsáveis pelas licitações, contratações e execução orçamentária.

- 3. Pandemia:** Os protocolos de isolamento social gerados pelo agravamento da pandemia da Covid-19 no país tiveram consequências diretas em algumas de nossas atividades. A mais impactada foi a realização dos estudos de viabilidade da UHE Bem Querer. Os estudos de impacto ambiental e os estudos do componente indígena tiveram suas execuções física e financeira atrasadas pela impossibilidade de realização de campanhas de campo e das viagens das equipes ao local de instalação da usina.

Plano de Contingência Orçamentário

Em abril de 2020, frente ao cenário orçamentário desafiador para o ano, a Diretoria Executiva estabeleceu, com o apoio de diversas áreas da empresa, um Plano de Contingência que teve como objetivo definir as linhas de ação a serem seguidas para que EPE pudesse responder aos riscos iminentes de falta de recursos para a continuidade das nossas atividades e do pleno atendimento ao MME. O Plano de Contingência é instrumento previsto na nossa Política de Gestão de Riscos.

Por meio da descrição de possíveis cenários, com a contextualização, as justificativas inerentes a cada caso e a especificação dos impactos e consequências, foi possível propor planos de ação para mitigar os impactos esperados. Dentre as ações tomadas, destacamos a mudança de endereço do nosso escritório central, localizado na cidade do Rio de Janeiro. O novo endereço permitiu não só uma grande economia no valor mensal da locação do imóvel, mas também o uso mais eficiente e adequado do espaço às necessidades da EPE.

A partir do levantamento contido no plano também foram elaboradas notas técnicas sobre a situação orçamentária da EPE para instruir negociações junto ao MME e ao Ministério da Economia, além de interações com a Câmara dos Deputados para execução de emenda parlamentar e a elaboração de pedidos de suplementação orçamentária. O plano também serviu para orientar a postergação de compromissos com rebatimento no orçamento, de forma preventiva.

A listagem abaixo apresenta uma série de possíveis impactos, efeitos e consequências, que não chegaram a se materializar devido às ações tomadas pela EPE:

- Impacto direto nas metas e nos resultados estabelecidos no planejamento estratégico;
- Interrupção do programa de estágio, com impacto direto nos estudos e produtos da área técnica e nas atividades de suporte da empresa;
- Obsolescência de recursos de hardware, como computadores, equipamentos de rede e telecomunicações;
- Interrupção das aquisições e instalação de soluções de segurança (antivírus, firewall, entre outros);
- Descontinuidade da manutenção do nível de atualização tecnológica frente às inovações constantes de TI;
- Descontinuidade das atualizações de versão, manutenção e suporte técnico dos principais softwares utilizados pelas áreas técnicas (ArcGIS, Cplex, Cymcap, Matlab, Vensim), com possíveis impactos nas entregas da empresa;
- Descontinuidade das atualizações de versão, manutenção e suporte técnico dos principais softwares utilizados pelas áreas de suporte da empresa, com possíveis impactos nas atividades de TI, pessoal, contabilidade, manutenção, sendo os mais significativos o RM-TOTVS e a Microsoft;
- Incidência de encargos financeiros por atrasos de pagamentos;
- Redução dos serviços terceirizados, impactando diferentes processos e projetos, inclusive a mudança de imóvel;
- Perda de credibilidade dos fornecedores e incidência de preços superiores ao de mercado (sobrepço) nos produtos e serviços contratados pela EPE.

4. PLOA 2021: Em agosto de 2020, o Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2021 foi encaminhado ao Congresso Nacional com aprovação de 30,9% dos valores previstos para a EPE na Proposta Orçamentária. Com isso, tivemos que rever todo o nosso

planejamento de contratações de 2020, com intuito de garantir que as contratações que fossem realizadas em 2020 e tivessem previsões de gastos em 2021 fossem plenamente acomodadas no PLOA de 2021. Dessa forma, algumas contratações tiveram

que ser canceladas e adiadas.

Apesar dos desafios enfrentados, a realização total do orçamento da EPE foi de aproximadamente 92%, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Rubricas	LOA 2020 atualizada (R\$)	Total empenhado (R\$)	Total liquidado (R\$)	Total Pago (R\$)	% Empenho
1 - Pessoal + Encargos + Previdência privada	80.589.200	80.455.557	76.187.248	72.746.449	99,8%
2 - Benefícios	5.828.039	5.656.384	5.027.797	4.843.881	97,1%
3 - Despesas discricionárias	34.537.791	26.005.371	20.317.667	20.263.317	75,3%
3.1 - Custeio	25.918.527	19.722.262	15.599.163	15.553.055	76,1%
3.2 - Investimento	6.546.399	4.784.108	3.474.334	3.466.092	73,1%
3.3 - Custeio - Emenda	1.036.433	524.650	299.800	299.800	50,6%
3.4 - Investimento - Emenda	1.036.432	974.350	944.370	944.370	94,0%
4 - Operações Especiais	1.020.000	9.829	9.829	9.829	1,0%
4.1 - Pagamento de Depósitos Recursais	25.000	9.829	9.829	9.829	39,3%
4.2 - Cumprimento de Sentenças Judiciais	995.000				
Total	121.975.030	112.127.140	101.542.541	97.863.476	91,9%

GESTÃO DE CUSTOS

O cenário de restrições orçamentárias e o aumento de pressão sobre os gastos públicos induziram a adoção de instrumentos de governança que auxiliam a tomada de decisão do gestor e propiciam maior transparência aos recursos consumidos pela EPE.

Atualmente, nosso sistema de custos está estruturado de forma setorial, classificado em Unidade Gestora de Recursos ou Centro de Custos (UGR) em atendimento às exigências do art. 50, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000 e da Portaria STN nº 157/2011. Nesse contexto, em 2020 o sistema de custos da EPE foi composto por 25 centro de custos.

O sistema de custos tem como propósito contribuir para a mensuração, controle e avaliação dos gastos da EPE. Além disso, o seu objetivo é de alavancar a avaliação da qualidade do gasto público, sendo mecanismo de apoio à tomada de decisão, permitindo também análises setoriais, centrais e globais dos custos.

No caso da EPE, os gastos apropriados pelas áreas finalísticas são

Centro de Custo (UGR)	Área	Representação
1100	Gabinete da Presidência	Suporte
1101	Escritório de Brasília	Suporte
1102	Auditoria Interna	Suporte
1103	Consultoria Jurídica	Suporte
1104	Assessoria de Comunicação Social	Suporte
1105	Conselho Administrativo e Fiscal	Suporte
1106	Secretaria Geral	Suporte
1107	Governança, Riscos, Integridade e Controle	Suporte
1108	Ouvidoria	Suporte
1109	Comitê de Auditoria	Suporte
1200	Gabinete da Diretoria de Estudos Econômico-Energéticos e Ambientais	Finalístico
1201	Superintendência de Estudos Econômicos e Energéticos	Finalístico
1204	Superintendência de Meio Ambiente	Finalístico
1300	Gabinete da Diretoria de Estudos de Energia Elétrica	Finalístico
1301	Superintendência de Transmissão de Energia	Finalístico
1320	Superintendência de Planejamento da Geração	Finalístico
1321	Superintendência de Projetos de Geração	Finalístico
1400	Gabinete da Diretoria de Estudos do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	Finalístico
1404	Superintendência de Petróleo e Gás Natural	Finalístico
1405	Superintendência de Derivados de Petróleo e Biocombustíveis	Finalístico
1500	Gabinete da Diretoria de Gestão Corporativa	Suporte
1501	Superintendência de Recursos Financeiros	Suporte
1502	Superintendência de Recursos Logísticos	Suporte
1503	Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicações	Suporte
1504	Superintendência de Gestão de Pessoas	Suporte

classificados como custos dos serviços prestados, já os gastos apropriados pelas áreas de suporte ou demais áreas são classificados como despesas operacionais. Disponibilizamos ao lado a distribuição dos recursos consumidos entre as setoriais finalísticas e de suporte da EPE no ano de 2020, comparado ao ano de 2019.

RESULTADOS FINANCEIROS

A partir da publicação da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2008, estabelecida pela Lei nº 11.647/2008, a EPE passou a integrar o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Na qualidade de empresa pública dependente, vinculada ao MME, a empresa, a partir de abril de 2008, passou a receber subsídios públicos para custeio e investimento de suas atividades comerciais.

Em 2020 a receita bruta de venda de produtos e serviços foi nula, tendo como outras receitas operacionais o montante de R\$ 100.848 mil, representadas por:

- R\$ 99.877 mil de subvenção governamental para custeio;
- R\$ 221 mil de reembolso de leilão ANEEL;
- R\$ 650 mil de receitas financeiras; e
- R\$ 100 mil de outras receitas operacionais.

O montante de R\$ 100.848 mil é 6,7% inferior à apresentada em 2019, que foi na ordem de R\$ 108.134 mil.

A receita com reembolso de leilão ANEEL é referente ao direito adquirido de 90% do Contrato de Concessão nº 031/2018-ANEEL – Solaris Transmissão de Energia S.A, totalizando R\$ 221 mil.

Os custos e despesas operacionais em

Custos e Despesas por função (em mil Reais)	31/12/2020	31/12/2019
Custos dos serviços prestados	67.772	64.265
Despesas operacionais	33.714	42.273
Total	101.486	106.538
Custos e Despesas por Natureza (em mil Reais)		
Com pessoal (i)	81.066	81.022
Materiais	125	116
Serviços de Terceiros (ii)	8.659	9.693
Gerais de Funcionamento das instalações (iii)	7.926	8.990
Gerais da Administração (iv)	3.183	5.781
Impostos, Taxas e Contribuições	527	428
Provisões para Contingências	-	508
Total	101.486	106.538

(i) Incluem as remunerações, representadas por salários (R\$ 45.442 mil), aviso prévio e indenizações (R\$ 9 mil), provisões de férias (R\$ 5.363 mil), abono pecuniário de férias (R\$ 388 mil), 13º salário (R\$ 4.204 mil), encargos sociais - INSS, FGTS e Contribuição Sindical (R\$ 16.269 mil), salário maternidade e licença paternidade - prorrogação (R\$ 305 mil), outras remunerações (R\$ 40 mil) e benefícios - previdência privada, auxílio alimentação, transporte, moradia, creche, assistência médica e vale cultura (R\$ 9.046 mil) de todos os empregados da EPE, apropriadas até o mês de dezembro/2020.

(ii) Os valores apropriados até dezembro/2020, referem-se, aos serviços de consultorias (R\$ 3.870 mil), serviços de apoio técnico profissional (R\$ 836 mil), aquisição de pessoal (R\$ 578 mil), treinamentos (R\$ 995 mil), estagiários (R\$ 531 mil), serviços prestados por pessoas físicas (R\$ 23 mil) processamento de dados (R\$ 847 mil), manutenção de equipamentos de informática (R\$ 332 mil), serviço fiscal/tributário (R\$ 111 mil), locação de veículos (R\$ 184 mil), despesa com jovem aprendiz (R\$ 34 mil), serviço de clipping/mídia (R\$ 46 mil), cessão temporária e manutenção de softwares (R\$ 233 mil) e reforma das instalações (R\$ 39 mil).

(iii) Os custos e despesas contabilizados nestas contas incluem os valores apropriados até dezembro/2020, relativos a alugueis (R\$ 2.971 mil), manutenções e reparos (R\$ 4 mil), energia elétrica (R\$ 651 mil), telecomunicações (R\$ 81 mil), correios e malotes (R\$ 6 mil), reproduções (R\$ 11 mil), depreciação do ativo imobilizado e amortização do ativo intangível (R\$ 1.672 mil), Alugueis de equipamentos (R\$ 94 mil), serviços de limpeza e higiene (R\$ 765 mil), serviços gerais (R\$ 492 mil), condomínio (R\$ 1.175 mil) e conduções e lanches (R\$ 4 mil).

(iv) Referem-se à honorários da diretoria (R\$ 1.697 mil), honorários conselhos (R\$ 396 mil), viagens de empregados a serviço da empresa (R\$ 251 mil), assinaturas de bancos de dados e portais eletrônicos (R\$ 687 mil), despesas legais e judiciais (R\$ 14 mil), honorários comitê auditoria (R\$ 127 mil) e outras despesas (R\$ 11 mil) apropriadas no período de janeiro/20 a dezembro/2020.

2020 somaram R\$ 101.486 mil e em 2019, R\$ 106.538 mil. Dessa forma, 2020 foi 4,7% inferior se comparado ao exercício anterior. A diminuição nos gastos foi fortemente impactada pela implantação do regime de trabalho remoto para 100% dos colaboradores da empresa, reflexo derivado da pandemia da Covid-19, ocasionando uma economia nas contas de funcionamento das instalações e de gastos gerais da administração, comparados ao exercício anterior.

Ressalta-se que a ação de instituir o regime de trabalho remoto foi decor-

rente de um planejamento de atuação rápida na prevenção da repentina propagação da pandemia Covid-19 ocorrida no primeiro trimestre de 2020, onde as providências adotadas pela administração não apresentaram efeitos negativos operacionais, financeiros e patrimoniais. A finalidade da empresa de prestar serviços ao Ministério de Minas e Energia (MME) na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético permaneceu em pleno funcionamento.

A empresa divulgou ao mercado,

colaboradores e demais interessados, as medidas de segurança e isolamento adotadas nas suas rotinas de trabalho, a fim de garantir a saúde de seus colaboradores e a manutenção das atividades, conforme disponível no seu sítio eletrônico.

As despesas financeiras totalizaram R\$ 390 mil, impactadas pelas despesas com atualizações monetárias sobre Riscos Fiscais – Provisões para Contingências – e a diferença de R\$ 69 mil de multa e juros sobre recolhimento de tributos pelo regime de competência incidente sobre a receita de reembolso de leilão ANEEL, referente a 90% do Contrato de Concessão nº 031/2018-ANEEL, reconhecido no atual exercício corrente.

A Secretaria Especial da Receita

Federal do Brasil (RFB) efetua o monitoramento econômico-tributário dessa pessoa jurídica em função do enquadramento nos parâmetros de maiores contribuintes. Com isso, o regime tributário enquadrado para o exercício fiscal foi o Lucro Real Anual com Antecipação Mensal por Estimativa. Em 2020 apurou uma base de cálculo negativa de (R\$ 1.343 mil), tendo recolhimento por antecipação mensal por estimativa ao longo do exercício o valor total de R\$ 199 mil de IRPJ e CSLL, o que corresponde uma diminuição de 62% comparado ao ano de 2019, que foi de R\$ 526 mil.

A tabela a seguir apresenta o demonstrativo do resultado do exercício 2020 comparativo.

	2020	2019
RECEITA BRUTA	-	-
Prestação de serviços a Órgãos Públicos	-	-
Receita de vendas de mercadorias	-	-
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	-	-
(-) Tributos incidentes s/ vendas	-	-
RECEITA LÍQUIDA	-	-
Custos dos serviços prestados	(67.772)	(64.265)
RESULTADO BRUTO	(67.772)	(64.265)
Despesas Operacionais	(33.714)	(42.273)
Outras Receitas Operacionais	100.198	107.873
RESULTADO ANTES DAS REC. E DESP. FINANC.	(1.288)	1.335
Receitas Financeiras	650	261
Despesas Financeiras	(390)	(285)
LUCRO ANTES IRPJ E CSLL	(1.028)	1.311
Despesa com IRPJ e CSLL	(199)	(526)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(1.227)	785

O resultado apurado no exercício 2020 demonstra um prejuízo de (R\$ 1.227 mil), impactado pelo registro dos recursos recebidos para AFAC (R\$ 5.667 mil) não transitarem pelo resultado como receita e sim, apropriado diretamente no Patrimônio Líquido.

No exercício 2020 foi apurado prejuízo de R\$ 1.227 mil, sendo totalmente absorvido pelas reservas de lucros, conforme determina o art. 189 da Lei nº 6.404/76, não havendo dividendos a distribuir ao acionista em 2020, conforme quadro disponível na página seguinte.

Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)

Em atendimento ao exposto na Ata da 4ª Assembleia Geral Ordinária da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), realizada em 24 de abril de 2020, com base em entendimentos firmados pela Sest, os subsídios para fins de investimentos estão registrados como Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC). O total de recursos recebidos pela EPE para AFAC até dezembro de 2020 foi de R\$ 5.667 mil.

Entende-se que para as empresas com capital 100% público, os AFAC transferidos a partir de 1º de janeiro de 2017 podem ser classificados como instrumentos patrimoniais, desde que os repasses sejam capitalizados até a Assembleia Geral Ordinária (AGO) do exercício subsequente (art. 2º, § único, Decreto nº 2.673/1998),

Com isso, a Assembleia Geral Extraordinária da EPE deliberará sobre a integralização do AFAC. O aumento do capital social proposto é de R\$ 5.666.774,06 (cinco milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, setecentos e setenta e quatro reais e seis centavos), compreendendo os valores efetivamente recebidos e aplicados pela EPE, referentes aos créditos da União para investimentos em 2020.

Após o aumento proposto, a nova composição do capital social da EPE será:

Capital Social antes da proposta	R\$ 20.544.366,92
Valor recebido em 2020 como AFAC	R\$ 5.666.774,06
Valor do novo Capital Social após o aumento	R\$ 26.211.140,98

Uma vez aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária, o novo capital social da EPE precisará ser atualizado no seu Estatuto Social. Sendo assim, o art. 7º do Estatuto Social da EPE passará a ter a seguinte redação: "O capital social da Companhia é de R\$ 26.211.140,98 (vinte e seis milhões, duzentos e onze mil, cento e quarenta reais e noventa e oito centavos), totalmente subscrito e integralizado pela União."

(-) Prejuízo Acumulado 2020	(R\$ 1.227 mil)
(+) *Reserva Especial para dividendos	R\$ 424 mil
(+) *Reserva Legal	R\$ 803 mil
(=) Prejuízo Acumulado após Compensações das Reservas de Lucros	-

* Utilizado o total das Reservas de Lucro para absorver o saldo de prejuízo acumulado em atendimento a Lei nº 6.404/1976, art. 189, parágrafo único.

A tabela da página seguinte apresenta os indicadores que foram utilizados para avaliar o desempenho para o ano de 2020 de modo a alinhar a tomada de decisão à estratégia da empresa.

A EPE continua a demonstrar capacidade satisfatória para honrar seus compromissos de curto e longo

prazo, conforme aplicação dos índices de liquidez. Em relação ao índice de endividamento, houve uma melhora provocada pelo aumento do saldo final do capital próprio em R\$ 2.656 mil, que foi superior ao aumento do saldo final de capital de terceiros em R\$ 2.398 mil, ambos comparados com exercício anterior.

No final do exercício 2020, o montante em disponibilidade foi de R\$ 31.403 mil, sendo 3,9% menor se comparado ao montante final de 2019, de R\$ 32.678 mil. Saldo em disponibilidade representa os valores que só podem ser utilizados com a devida autorização via LOA.

Índice	Ano 2020	Ano 2019	Ideal	Considerações sobre 2020
Liquidez Corrente	2,03	2,08	Ideal > 1	Demonstra que a empresa possui disponibilidade imediata para reverter e honrar suas dívidas a curto prazo. Importante salientar que, como empresa dependente do orçamento fiscal, o uso das disponibilidades está condicionado à aprovação em lei orçamentária.
Liquidez Geral	1,60	1,74	Ideal > 1	Representa a capacidade da empresa de honrar seus compromissos de curto e de longo prazo, sem alienação dos imobilizados e intangível.
Endividamento	1,00	1,02	Ideal < 1	É a representação de quanto a empresa tem em dívida com terceiros sobre seu patrimônio próprio. Há uma melhora no indicador comparado ao ano anterior impactada pelo AFAC.

Em 2020, a EPE não realizou nenhuma operação de crédito e, por ser empresa estatal dependente do Governo Federal, recebeu recursos oriundos do Orçamento Fiscal Federal. Entre esses recursos, há o recebimento de recursos com a fonte específica 0144, pela emissão de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional. A seguir, é apresentado o detalhamento das fontes de recursos financeiros liberados para utilização no exercício 2020:

- 0100 – Recursos do Tesouro - Exercício Corrente – Ordinários: Concentra os recursos que podem ser empregados livremente pelo Executivo, pois não têm vinculação específica. A arrecadação de impostos está contemplada dentro dessa fonte.
- 0144 – Recursos do Tesouro - Exercício Corrente – Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações: Recursos captados pela emissão dos seguintes títulos ao Mercado: Letras do Tesouro Nacional, Letras Financeiras do Tesouro, Notas do Tesouro Nacional e Certificados Financeiros do

Tesouro. São fontes de financiamento para algumas despesas do Governo Federal.

- 0151 – Recursos do Tesouro - Exercício Corrente – Recursos Livres da Seguridade Social: Recursos arrecadados com a finalidade de financiamento da Seguridade Social.
- 0188 – Recursos do Tesouro - Exercício Corrente – Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional: Recursos recebidos pelo rendimento do Saldo Disponível na Conta Única do Tesouro, ou outras contas correntes da União, pela taxa média referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic).
- 0250 – Recursos de Outras Fontes - Exercício Corrente – Recursos Próprios Não-Financeiros: Recursos diretamente arrecadados pelo MME, e que não são decorrentes de rendimentos em aplicações financeiras.
- 0300 – Recursos do Tesouro - Exercícios Anteriores – Recursos Ordinários: São os saldos apurados em balanço patrimonial,

originários da fonte 0100, e que não foram utilizados em exercícios anteriores.

- 0650 – Recursos de Outras Fontes - Exercícios Anteriores – Recursos Próprios Não-Financeiros: São os saldos apurados em balanço patrimonial, originários da fonte 0250, e que não foram utilizados em exercícios anteriores.

A EPE possui apenas uma entidade contábil. Em 2020, assim como em 2019, a empresa não apresentou fundos de investimentos.

A totalidade das demonstrações contábeis da EPE para o ano de 2020 está disponível no Apêndice e o Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis para o período, no Anexo.

Os balanços, demonstrações contábeis e notas explicativas da EPE podem ser acessados em: <https://www.epe.gov.br/pt/a-epe/aceso-a-informacao/receitas-e-despesas>.

LICITAÇÕES E CONTRATOS

Nesta seção, disponibilizamos as principais informações sobre as licitações e contratos que realizamos em 2020.

Realizamos a gestão de licitações e contratos na EPE em observância à legislação pertinente, assim como aos nossos normativos internos que disciplinam o assunto, com destaque para o [Regulamento de Licitações e Contratos da EPE](#).

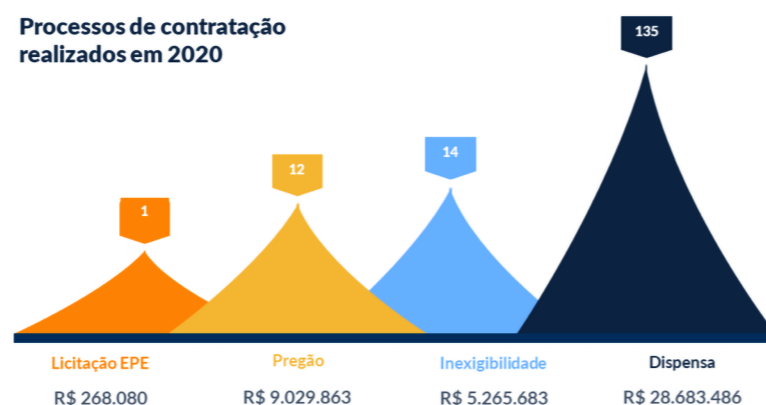
Vinculada às disposições do Regulamento de Licitações e Contratos da EPE, também dispomos da [Política de Aquisições](#), a partir da qual orientamos a aquisição de bens e serviços para cumprir a nossa missão institucional e o interesse público, levando em consideração os princípios da administração pública ao longo de todo o processo.

Como fruto dessa política temos o Plano Anual de Aquisições (PAAq), que contém os requisitos para as licitações, tais como a proposta orçamentária e a matriz de riscos. O PAAq tem como propósito aprimorar a nossa capacidade de planejamento das aquisições, organizando as demandas das áreas, garantindo a devida instrução de processos e o cumprimento tempestivo dos prazos pactuados no documento.

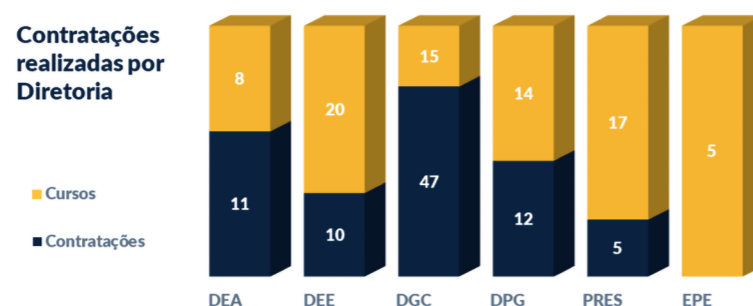
Com base nessas premissas, concretizamos 162 processos de contratação em 2020, a maioria deles na modalidade de dispensa de licitação, totalizando cerca de R\$ 43,2 milhões no período.

Dentre as mais relevantes, destacamos a contratação de serviços de consultoria sobre linhas de transmissão subterrâneas/subaquáticas, a contratação de ferramentas compu-

Processos de contratação realizados em 2020



Contratações realizadas por Diretoria



tacionais para os estudos de expansão do sistema de transmissão, e a aquisição de Licenças da Microsoft para manutenção do parque computacional da EPE.

Nosso Regulamento de Licitações e Contratos abarca duas formas de contratação direta na EPE: a dispensa de licitação e a inexigibilidade de licitação. As premissas e critérios para o enquadramento nessas duas modalidades são observados à risca durante a instrução processual de cada contratação, que deve conter as devidas justificativas para a contratação do produto ou serviço nessas modalidades, respeitando também as alçadas de contratação indicadas no Regulamento.

Dentre as contratações firmadas por meio de inexigibilidade de licitação em 2020, damos destaque à contratação, pelo valor de R\$ 308 mil, do software ArcGIS, programa destinado à produção de soluções em geoprocessamento pelas áreas de estudo da EPE, possibilitando a realização de trabalhos de planejamento energético com base em informações geográficas precisas e de qualidade. Além de ser a principal ferramenta de Sistema de Informações Geográficas disponível no mercado, o software vem sendo utilizado pela EPE na realização de vários trabalhos desde 2006.

Nessa mesma modalidade, também destacamos a contratação do software Que\$tor, plataforma de cálculo de

estimativas de custo de despesas de exploração e produção (E&P) de óleo e gás natural, pelo valor de R\$ 1,8 milhão. O software permite a geração de estimativas de custo de CAPEX, OPEX e ABEX para projetos de E&P de óleo e gás natural, além de possuir uma extensiva base de dados de custos, que é permanentemente consultada para a geração das estimativas. Dessa forma, a contratação dessa plataforma trará melhorias nas nossas estimativas de custos para projetos *onshore* e *offshore* de óleo e gás natural.

Em relação à dispensa de licitação, realizamos em 2020 a contratação,

pelo valor de R\$ 62 mil, do banco de dados FGVDADOS PREMIUM, um dos mais relevantes bancos de dados de índices econômicos do mercado. Por meio dessa contratação, temos acesso aos indicadores da FGV/IBRE, auxiliando a elaboração de cálculos para o acompanhamento e projeção conjuntural, a atualização e reajuste de valores, a avaliação e análise de custos, dentre outras.

Além disso, também nessa mesma modalidade, contratamos pelo valor de R\$ 17 mil uma maquete 3D contendo a apresentação simplificada da matriz elétrica do país. Esse material será utilizado para subsidiar

apresentações e discussões sobre o contexto da UHE Bem Querer no planejamento da expansão da matriz elétrica brasileira. Além de facilitar a compreensão dos diferentes grupos de interesse sobre as características e a participação das diferentes fontes de energia na matriz elétrica brasileira, a maquete busca fortalecer o diálogo com a sociedade e reduzir a assimetria de informações.

Para mais informações sobre as licitações realizadas pela EPE, acesse: <https://www.epe.gov.br/pt/a-epe/ acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos>.

Contratação	Modalidade	Descrição	Valor do contrato (R\$)
Consultoria sobre LTs Subterrâneas / Subaquáticas	Licitação EPE	Serviço de consultoria para contemplar a atividade de suporte na elaboração de uma metodologia de orçamento, modulação e precificação, além de ferramenta computacional, para estimativa de custos de Linhas de Transmissão Subterrâneas e/ou Subaquáticas (LTS). A análise preliminar dos resultados produzidos dessa consultoria será feita por meio de avaliação de estimativas de custos sob a forma de estudos de caso de soluções típicas para linhas de transmissão com cabos isolados elaborados pela EPE	268.080,00
Ferramentas computacionais para os estudos de expansão do sistema de transmissão	Pregão eletrônico	As ferramentas computacionais adquiridas permitirão análises mais completas, possibilitando tomada de decisão em função de resultados mais bem fundamentados para os estudos de expansão do sistema de transmissão. Trata-se de uma ferramenta robusta, que integra num único ambiente as várias análises elétricas necessárias para o planejamento, disponibilizando funcionalidades integradas de gerenciamento de base de dados e o uso de linguagem de programação de alto nível, fornecendo maior flexibilidade e agilidade ao usuário na execução do programa e no gerenciamento das bases de dados	1.499.000,00
Licenças da Microsoft para manutenção do parque computacional da EPE	Pregão eletrônico	A EPE tem seu parque computacional baseado na tecnologia Microsoft. Desde sua criação, a EPE fez investimentos na compra de licenças perpétuas do software, contratando também o serviço de Software Assurance, que estende as licenças de uso para as versões mais recentes, disponibilizadas pelo fabricante ao longo da vigência do contrato. A contratação objetivou estender as licenças de uso para o próximo período de 3 anos, a fim de que garantir o perfeito funcionamento da rede computacional, bem como adquirir novas licenças e contratar serviços por assinatura	2.694.540,65

GESTÃO DO PATRIMÔNIO E DA INFRAESTRUTURA

No ano de 2020 investimos um total de R\$ 6.021.575,00 em aquisições de bens. As licenças de software representaram a maior fatia, com 42%. Já os equipamentos de TI, como computadores e sistemas de rede, compuseram 20% do total.

A EPE não possui imóveis próprios e em 2020 passou a ocupar seis andares do Edifício Marques dos Reis, situado na Praça Pio X, nº 54, no centro da cidade do Rio de Janeiro. O imóvel está alugado junto à Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI).



Com a mudança do escritório central para o novo endereço, houve a necessidade de realização de investimentos em melhorias, considerando todas as adequações necessárias para a ocupação do novo espaço. Além disso, também houve a necessidade de efetuar gastos com a desmobilização do Edifício RB1, local onde estávamos instalados anteriormente. Com isso, registramos 38% de investimentos em ativo imobilizado no período.

Em relação a nossa sede em Brasília, desde 2017 estamos instalados no prédio do MME, ocupando uma área de 40 m². O uso do espaço foi viabilizado por meio do Contrato Cessão de Uso Gratuito de Bem Público nº 07/2017-MME, firmado com o Ministério de Minas e Energia.

Nenhuma doação foi realizada no ano de 2020. Além disso, as ações de levantamento do nosso inventário patrimonial foram temporariamente interrompidas no ano de 2020 em razão do quadro gerado pela pandemia da Covid-19, do regime de trabalho

remoto implementado na empresa desde março de 2020 e da mudança do escritório central ao longo do ano. No entanto, pretendemos retomar tais atividades ainda no primeiro semestre de 2021.

PRINCIPAIS CONTROLES EM GESTÃO PATRIMONIAL

No contexto do monitoramento do processo de gestão de riscos concernentes à gestão patrimonial, definimos um conjunto de ações para o controle interno dos riscos operacionais ou legais identificados já considerando o novo endereço do nosso Escritório Central.

De forma a garantir a conformidade legal do processo de gestão patrimonial, além da legislação aplicável, tomamos como referência nossos normativos internos, dentre os quais destacamos a [Política de Gestão Organizacional](#) e a [Norma de Gestão Patrimonial](#). Além disso, realizamos o

acompanhamento das principais iniciativas governamentais sobre o tema, como é o caso do Sistema Integrado de Gestão Patrimonial, avaliando também o impacto das novas medidas sobre as nossas rotinas institucionais.

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

As contratações (de serviços gerais, manutenção predial, veículos, manutenção de ar-condicionado, equipamentos e fornecimentos) que realizamos em 2020 observaram, sempre que possível, os parâmetros dispostos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010 e legislações complementares.

Também dispomos na EPE do Plano de Logística Sustentável (PLS), instrumento de gestão e de planejamento que institui práticas de sustentabilidade ambiental e de racionalização dos gastos e dos processos administrativos. Ele é estruturado em programas, iniciativas e metas de curto e médio prazos e tem como alvo fundamental estabelecer diretrizes e um conjunto de instruções para a implantação de características de sustentabilidade na gestão da logística, visando a redução dos efeitos contrários ao meio am-

Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (SIADS)

Atualmente, a EPE utiliza o módulo patrimonial do sistema de gestão empresarial da TOTVS, que é integrado com o módulo de contabilidade da EPE no mesmo sistema.

Entretanto, até o final de 2021, será obrigatório para as empresas públicas federais, conforme disposto pela Portaria nº 232/2020, a utilização do SIADS, solução desenvolvida pelo SERPRO para o gerenciamento das informações de custos na gestão de materiais de consumo (almoxarifado), de materiais de natureza permanente (patrimônios), frota de veículos e bolsa de materiais, com abrangência de atuação em todas as unidades gestoras do Órgão contratante. A solução tem interface online com o Sistema de Administração Financeira (SIAFI), permitindo a execução dos lançamentos de movimentações contábeis de forma automática.

Além da obrigatoriedade do uso do sistema pelos órgãos, os bens que não estejam sendo utilizados e que tenham potencial de reaproveitamento deverão ser anunciados na plataforma oficial de doações do Governo Federal, o reuse.gov.

biente. Em 2020, foram designados os novos integrantes da Comissão Gestora do PLS da EPE, que tem a atribuição de elaborar, monitorar, avaliar e revisar o PLS.

Realizamos a distribuição de canecas aos nossos colaboradores, o que reduziu drasticamente o uso de copos de plástico. Além disso, com inspiração no projeto Água na Jarra, que tem como principal filosofia o hábito de dar preferência ao consumo de água filtrada por ser mais simples, mais seguro, mais barato e mais sustentável do ponto de vista ambiental,

substituímos as garrafas PET por jarras de água.

Com a adoção de medidas simples, como a substituição de galões por purificadores de água e a realização de campanhas para estimular o uso racional de água, foi possível registrar uma redução de consumo. Quanto ao consumo de energia elétrica, o regime de trabalho remoto juntamente com a mudança do escritório central ensejou na redução do nosso consumo de energia elétrica em mais de 300.000 kWh, resultando numa economia de quase R\$ 300 mil no ano de 2020.

Locação de Imóvel

Mudança do Edifício RB1 para o Edifício Marques dos Reis.

Novo Escritório Central
Edifício Marques dos Reis, de propriedade da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI, localizado à Praça Pio X, 54, Centro, Rio de Janeiro/RJ.

Ampliação da Área Total
Locação de 6 pavimentos, de aproximadamente 790 m² cada, totalizando 4.717,63 m² de área total.

Movimentação Externa
Mais espaço para a acomodação de novos funcionários em eventuais movimentações externas.

Redução do Custo
Com a mudança para o novo imóvel, a EPE deixou de gastar um montante aproximado de R\$ 15 milhões em 10 anos, que é o período de locação.

Novos Espaços
Instalação de novos ambientes, como Sala Sísmica, destinada a estudos de Petróleo e Gás, Lactário, Sala de Treinamento, Ouvidoria e a nova área de Conformidade e Gestão de Riscos (CGR).

Economia Mensal
Os gastos com locação passaram de R\$ 96 por metro quadrado, em 2020, para R\$ 40 por metro quadrado a partir de janeiro de 2021.

Sede em Brasília
Desde 2017, a EPE mantém sua sede em Brasília, instalada no prédio do MME ocupando 40 m² através de um contrato de cessão de uso que propiciou uma redução mensal em R\$ 31.000 no valor do aluguel, que é de R\$ 1.000 atualmente.

Riscos	Ações de mitigação
Furtos de bens patrimoniais	<ul style="list-style-type: none"> Sistema de CFTV está em fase de implantação no novo escritório central O novo sistema de CFTV passará a ser gerido pela Superintendência de Recursos Logísticos, com atuação dos agentes prediais
Perdas desconhecidas de bens patrimoniais	<ul style="list-style-type: none"> Realocação e organização dos bens precisam ser aceleradas após a mudança para o novo escritório central Após a organização do escritório deverá ser feito o Inventário Anual
Mal uso de bens patrimoniais	<ul style="list-style-type: none"> Criação e execução de campanha de comunicação visando a conscientização de boas práticas no uso dos bens da empresa Delegação de responsabilidades com emissão do Termo de Carga Patrimonial
Ausência de Termo de Carga Patrimonial	<ul style="list-style-type: none"> Emissão dos Termos de Carga Patrimonial atualizados aos superintendentes, após o Inventário Anual
Atraso no inventário	<ul style="list-style-type: none"> Procedimentos de atualização permanente (mensal) do cadastro de bens no sistema de gestão patrimonial, envolvendo a Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicações e a Superintendência de Recursos Logísticos. Atualização do cadastro de bens

DESAFIOS E PERSPECTIVAS

O ano de 2021 ainda será marcado pelos impactos da pandemia da Covid-19 em variados contextos, impondo em novos desafios. Esse fato, por si só, apenas reforça a necessidade de continuidade e fortalecimento das ações e iniciativas estabelecidas ao longo de 2020.

Pelo lado da gestão, a retenção da nossa qualificada força de trabalho e, oportunamente, a recomposição do quadro após enxugamento dos últimos anos são itens críticos para garantir a sustentabilidade das nossas entregas e resultados, reduzir riscos de continuidade e no processo de gestão do conhecimento e de sucessão, além de crescentes exigências legais em termos de governança e conformidade (exemplos recentes são requisitos para cumprimento da LGPD e garantia da segurança da informação), requerendo quadro de pessoal compatível.

Somado a isso, temos o desafio de estabelecer, no pós-pandemia, novo modelo de gestão de pessoas e práticas híbridas (presencial-virtual), algo em intensa discussão em muitas

empresas e também na EPE. A adoção de adequados protocolos para preservação da saúde da nossa equipe também deverá exigir nossa atenção em 2021. Nesse sentido, desenvolver ações para otimizar e modernizar nossos processos de trabalho serão fundamentais.

Analogamente, o processo de virtualização do trabalho não vem desacompanhado da necessidade da adoção de soluções em TI, como o aumento da capacidade de alto processamento em nuvem, e de reforços na segurança da informação, o que demanda a ampliação de investimentos em recursos tecnológicos que ampliem a segurança da nossa rede e sistemas para garantir a continuidade do negócio.

Gerenciar a manutenção dos contratos vigentes, assim como as novas contratações, será um dos grandes desafios para o ano de 2021 dado que aproximadamente 70% do nosso orçamento previsto na PLOA 2021 ter sido condicionado à aprovação legislativa, sem perspectiva clara sobre a efetiva disponibilidade desses

créditos orçamentários.

Em virtude dos contingenciamentos e redução de limites orçamentários ocorridos ao longo dos exercícios passados, temos empreendido ações agressivas para reduzir nossas despesas de manutenção e funcionamento da empresa, mas as perspectivas de impacto negativo sobre os resultados finalísticos e atendimento ao MME são bastante concretas.

Um importante passo foi dado no exercício de 2020 com a mudança do nosso escritório central visando à redução dos custos com aluguel e do peso representado por essa rubrica no nosso orçamento. Após todos os esforços empreendidos, hoje temos pouquíssima margem para novas reduções dessas despesas, o que apenas reforça a urgência da necessidade de recomposição e diversificação das fontes de receita da EPE.

A aprovação do Plano de Negócios 2021 em dezembro de 2020 reforça nosso compromisso com os estudos e entregas para o MME, nosso cliente, viabilizando benefícios para a socie-

dade, em linha com nosso modelo de negócios. Nesse sentido, pretendemos avançar e aprimorar nosso processo de gestão de custos.

Em 2021 teremos muitas responsabilidades para apoiar ações destinadas à garantia da segurança energética do país. Importante mencionar o setor elétrico, com toda sua complexidade e estrutura de governança, que exigirá atenção redobrada da EPE para que possamos aperfeiçoar a gestão do suprimento frente a eventos climáticos severos, conflitos pelo uso da água e contingências diversas. O evento ocorrido no Amapá e o estresse hídrico, além de eventos observados também em outros países, nos oferecem lições importantes.

Em 2021 daremos continuidade às diversas iniciativas estabelecidas no setor energético, como a elaboração de estudos para a implementação das ações visando à modernização do arcabouço legal-regulatório do setor elétrico, no âmbito do Comitê de Implementação da Modernização do Setor Elétrico (CIM), no monitoramento e execução de ações visando ao atendimento das diretrizes do CNPE, na participação nas atividades do Programa REATE e BidSIM, dentre diversas outras iniciativas. Estaremos também mobilizados em ações para implementação dos comandos previstos na MP 998/2020, a ser convertida em lei.

Diversas ações iniciadas em 2020 terão impactos positivos nas nossas atividades no decorrer dos próximos anos. De forma a aprimorar nosso assessoramento ao MME, efetuamos em 2020 a contratação de uma série de modelos e ferramentas computacionais que nos fornecerão melhores condições de realização dos nossos estudos e análises a partir de 2021,

em especial se considerarmos as mudanças estruturais que vêm sendo observadas no setor energético nos últimos anos.

Destacamos a aquisição de novos modelos de suporte ao planejamento do sistema de transmissão, que permitirão aprimorar as avaliações acerca do desempenho da rede elétrica diante das transformações do sistema, e a aquisição de novos softwares voltados para estimativas de custos de projetos de exploração e produção de petróleo e gás natural, auxiliando também nas análises de infraestrutura necessária para campos terrestres e marítimos, bem como a logística associada.

Além disso, com o apoio de consultorias especializadas contratadas em 2020, também estamos desenvolvendo metodologia para a estimativa de custos de linhas de transmissão subterrâneas e/ou subaquáticas (LTS) e atuando na validação de algumas funcionalidades do sistema eletro-energético do SDDP (modelo de suporte ao planejamento de sistema elétrico).

Para o ano de 2021, também serão efetuados esforços para fortalecimento de aplicações de *data science* na EPE, como forma de aumentar a qualidade e a agilidade das nossas análises, bem como ampliar a disponibilização ao público geral de dados e informações em interface interativa e fácil de usar.

Em 2021 esperamos ampliar nosso escopo de parcerias e acordos com renomadas instituições nacionais e internacionais e já temos algumas ações em curso nesse sentido, como é o caso dos acordos firmados com a Agência Internacional de Energia Atômica (IAEA) e com o IBGE já no

início de 2021.

Em razão da transição energética em curso e das perspectivas tecnológicas transformadoras do setor energético, seguiremos atuando no sentido de antecipar discussões sobre as oportunidades de ganho de competitividade do Brasil, de forma a apoiar um posicionamento proativo dos formuladores da política energética. Na construção dessas discussões, buscaremos maior sinergia com pautas que permeiam a competência de vários setores da economia, como é o caso do mercado de carbono, a governança da pesquisa, desenvolvimento e inovação em energia, a economia do hidrogênio, inserção de novos combustíveis renováveis ou de baixo carbono, a transformação digital e a bioeconomia.

Apesar dos desafios que se apresentam, todas as ações aqui listadas fortalecem a nossa missão e reforçam a nossa visão de futuro, que é ser uma organização proativa, inovadora e reconhecida por sua excelência técnica em estudos e pesquisas no setor energético.



APÊNDICES

DECLARAÇÃO DO CONTADOR



DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA EPE.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa		Código do Órgão	
EPE – EMPRESA DE PESQUISA ENERGETICA		32314	
<p>DECLARO QUE OS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS CONSTANTES DO BALANÇO PATRIMONIAL, DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO, DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE, DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO, DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA, DEMONSTRAÇÃO DO VALOR AGRAGADO E NOTAS EXPLICATIVAS, REGIDOS PELA LEI N.º 6.404/76, LEI 4.320/64 E PELA NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE NBC TG 1000, RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2020, REFLETEM ADEQUADA E INTEGRALMENTE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA EPE - EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA QUE APRESENTA NO RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO.</p> <p>ESTOU CIENTE DAS RESPONSABILIDADES CIVIS E PROFISSIONAIS DESTA DECLARAÇÃO.</p>			
Local	RIO DE JANEIRO	Data	17/02/2021
Contador Responsável	SANDRO DA SILVA ABILIO	CRC n°	093927/O-RJ

SANDRO DA SILVA
 ABILIO:04750118729
 729

Assinado de forma digital por SANDRO DA SILVA ABILIO:04750118729
 Dados: 2021.02.17 17:08:47 -03'00'

1

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA 2020



Empresa de Pesquisa Energética - EPE
 CNPJ 06.977.747/0001-80
Balanço Patrimonial em
 (em mil reais)

		31/12/2020	31/12/2019
ATIVO			
Circulante			
Caixa e Equivalentes	Nota 4	31.403	32.678
Conta a Receber - Leilões ANEEL	Nota 5	-	814
Tributos a Recuperar ou Compensáveis	Nota 6	133	271
Adiantamentos Concedidos	Nota 7	584	493
Despesas Antecipadas	Nota 8	3.195	880
Outros Créditos		14	22
		35.329	35.158
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Tributos a Recuperar ou Compensáveis	Nota 6	322	-
Depósitos Judiciais	Nota 9	3.854	3.642
Imobilizado	Nota 10	4.675	1.965
Intangível	Nota 11	5.086	3.447
		13.937	9.054
TOTAL DO ATIVO		49.266	44.212
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante			
Fornecedores Nacionais	Nota 12	909	1.220
Obrigações Fiscais	Nota 13	804	859
Obrigações Trabalhistas e Sociais	Nota 14	12.819	12.099
Provisões p/ Contingências	Nota 15	2.183	2.022
Obrigações com a Cessão de Pessoal	Nota 16	25	62
Previdência Privada Complementar	Nota 17	617	616
		17.357	16.878
Não Circulante			
Provisões para Contingências	Nota 15	5.535	5.400
		5.535	5.400
Patrimônio Líquido			
Capital Integralizado	Nota 18	20.544	20.544
Reserva Legal	Nota 19	163	966
Reserva Especial p/ Dividendos	Nota 20	-	424
Adiant para Futuro Aumento de Capital	Nota 21	5.667	-
		26.374	21.934
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		49.266	44.212

As Notas Explicativas são parte integrantes das Demonstrações Financeiras.

2



Empresa de Pesquisa Energética - EPE
CNPJ: 06.977.747/0001-80
Demonstração do Resultado em
(em mil reais)

	31/12/2020	31/12/2019
RECEITA BRUTA		
Receita de Vendas de Serviços	-	-
Receita de Vendas de Mercadorias	-	-
Outras Receitas Operacionais	-	-
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		
(-) Tributos Incidentes s/ Vendas	-	-
RECEITA LÍQUIDA		
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS		
Nota 23		
Remunerações	(38.428)	(37.924)
Encargos Sociais	(11.231)	(11.262)
Benefícios	(6.184)	(6.034)
Materiais	-	(47)
Serviços de Terceiros	(5.411)	(5.425)
Gerais de Funcionamento das Instalações	(4.375)	(17)
Gerais da Administração	(1.815)	(3.554)
Impostos, Taxas e Contribuições	(328)	(2)
	(67.772)	(64.265)
RESULTADO BRUTO	(67.772)	(64.265)
DESPESAS OPERACIONAIS		
Nota 23		
Remunerações	(17.323)	(17.663)
Encargos Sociais	(5.038)	(5.296)
Benefícios	(2.862)	(2.853)
Materiais	(125)	(69)
Serviços de Terceiros	(3.248)	(4.268)
Despesas Tributárias	(199)	(426)
Provisões para Contingências	-	(508)
Gerais de Funcionamento das Instalações	(3.551)	(8.973)
Gerais da Administração	(1.368)	(2.227)
	(33.714)	(42.273)
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		
Nota 23		
Recursos Recebidos do Tesouro Nacional	99.877	106.905
Nota 25		
Reembolso de Custos e Despesas - Leilões ANEEL	221	788
Reversão de Provisões para Contingências	23	167
Recuperação de Despesas e Custos	77	11
Doações Recebidas	-	2
	100.198	107.873
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRA	(1.288)	1.335
Receitas Financeiras	650	261
Despesas Financeiras	(390)	(285)
LUCRO ANTES DO IRPJ E DA CSLL	-1.028	1.311
Despesa com Provisões de IRPJ e CSLL	(199)	(526)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(1.227)	785

As Notas Explicativas são parte integrantes das Demonstrações Financeiras.

3



Empresa de Pesquisa Energética - EPE
CNPJ: 06.977.747/0001-80
Demonstração do Resultado Abrangente em
(em mil reais)

	31/12/2020	31/12/2019
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(1.227)	785
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(7)	17
Ajuste de Exercícios anteriores	-	(965)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	(1.234)	(163)

As Notas Explicativas são parte integrantes das Demonstrações Financeiras.

4

Empresa de Pesquisa Energética - EPE
CNPJ: 06.977.747/0001-80
Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido em
(em mil reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Especial Proposto	Dividendo Adicional Proposto	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31/12/2018	20.544	966	-	453	-	-	21.963
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	(180)	-	-	(785)	(965)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	785	785
Dividendos Mínimo Obrigatório	-	-	151	-	-	-	151
Dividendos Adicional proposto	-	-	453	(453)	-	-	-
Saldos em 31/12/2019	20.544	966	424	-	-	-	21.934
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	(1.227)	(1.227)
Reserva Legal	-	(803)	-	-	-	803	-
Reserva Especial Proposto	-	-	(424)	-	-	424	-
Dividendos Mínimo Obrigatório	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos Adicional proposto	-	-	-	-	-	-	-
Adiant. para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	5.667	-	5.667
Saldos em 31/12/2020	20.544	163	-	-	5.667	-	26.374

As Notas Explicativas são parte integrantes das Demonstra es Financeiras.

Empresa de Pesquisa Energética - EPE
CNPJ: 06.977.747/0001-80
Demonstração dos Fluxos de Caixa
(em mil reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) do exercício	(1.227)	785
Ajuste de Reclassificação - Recebimento de Subvenções	(99.877)	(106.905)
Itens que não afetam as disponibilidades		
Depreciação / Amortização	1.672	1.118
Doações e Baixas	-	(2)
Provisões para contingências	-	341
Atualização monetária das Provisões para Contingências	297	284
Recuperação de custos	-	(788)
Atualização Monetária de Dividendos a Pagar/tributos a compensar/Depósitos Judiciais	(224)	(232)
Rendas com multas aplicadas referente baixa de contratos	-	(14)
Varição nos saldos de ativos e passivos		
Conta a Receber - Leilões ANEEL	814	-
Redução (aumento) de adiantamentos concedidos	(91)	7
Redução (aumento) de despesas antecipadas	(2.315)	(301)
Redução (aumento) de depósitos judiciais	(61)	(226)
Redução (aumento) dos impostos a recuperar	(184)	(195)
Redução (aumento) de outros ativos circulantes e não circulantes	8	(16)
Aumento (redução) de fornecedores	(311)	612
Aumento (redução) de obrigações tributárias	(54)	(69)
Aumento (redução) de obrigações trabalhistas e sociais	720	20
Aumento (redução) de outras obrigações	36	13
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(100.797)	(105.568)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
(Aquisição) Venda de Intangível	(2.519)	(2.149)
(Aquisição) Venda de Imobilizado	(3.502)	(619)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(6.021)	(2.768)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recursos recebidos do Tesouro Nacional	99.877	106.905
Adiant. p/ Futuro Aumento de Capital	5.667	-
Pagamentos de dividendos	-	(151)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de	105.544	106.754
Varição caixa e equivalentes de caixa	(1.274)	(1.582)
Demonstração da variação do caixa e equivalentes No fim do exercício		
No fim do Exercício	31.404	32.678
No início do exercício	32.678	34.260
Varição caixa e equivalentes caixa	(1.274)	(1.582)

As Notas Explicativas são parte integrantes das Demonstrações Financeiras.

6

Empresa de Pesquisa Energética - EPE
CNPJ: 06.977.747/0001-80
Demonstração do Valor Adicionado em
(em mil reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas	100.098	107.075
Subsídios Públicos	99.877	106.906
Outras Receitas	221	169
Insumos	12.753	15.744
Materiais, utilidades, serviços de terceiros e outros	12.753	15.744
Valor Adicionado Bruto	87.345	91.331
Depreciação e Amortização	1.672	1.118
Valor Adicionado Líquido produzido	85.673	90.213
Valor Adicionado recebido em transferência	750	1.060
Receitas Financeiras	650	261
Reversão de Custos e Despesas	100	799
Valor Adicionado Total a Distribuir	86.423	91.273
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	71.536	71.628
Remuneração Direta	57.971	57.985
Benefícios	9.046	8.887
FGTS	4.519	4.756
Governos (Impostos, taxas e contribuições)	12.475	12.747
Federais (inclui a contribuição previdenciária e sindicais)	12.008	12.412
Estaduais (inclui IPVA)	1	1
Municipais	466	334
Remuneração do capital de terceiros	3.639	6.113
Juros e multas	306	285
Aluguéis	3.249	5.310
Outras	84	518
Remuneração dos Capitais próprios	(1.227)	785
Lucros retidos / Prejuízo do exercício	(1.227)	785
Valor Adicionado Total Distribuído	86.423	91.273

As Notas Explicativas são parte integrantes das Demonstrações Financeiras.

7

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando identificado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa de Pesquisa Energética – EPE é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME e constituída nos termos da Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004, e regulamentada pelo Decreto nº 5.184 de 16 de agosto de 2004.

A EPE tem como atividade principal prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, tais como: energia elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados, carvão mineral, fontes energéticas renováveis e eficiência energética, dentre outras.

Compete também a EPE:

- Elaborar e publicar o balanço energético nacional;
- Identificar e quantificar os potenciais de recursos energéticos;
- Dar suporte e participar das articulações relativas ao aproveitamento energético de rios compartilhados com países limítrofes;
- Obter a licença prévia ambiental e a declaração de disponibilidade hídrica necessárias às licitações envolvendo empreendimentos de geração hidrelétrica e de transmissão de energia elétrica selecionados.

O atual Estatuto Social da EPE foi aprovado na 8ª. Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 18 de dezembro de 2020.

A partir da publicação da Lei Orçamentária Anual – LOA nº 11.647, de 24 de março de 2008, a EPE passou a integrar o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Na qualidade de empresa pública dependente, vinculada ao MME, a Empresa, a partir de abril de 2008, passou a receber subsídios públicos para custeio e investimento de suas atividades comerciais.

A EPE declara que está adotando as Leis de nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e que optou pela adoção da NBC TG 1000(R1) - CONTABILIDADE PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS.

1.1 COVID-19

A rápida e repentina propagação da pandemia do Coronavírus (Covid-19) ocorrida a partir do 1º trimestre/2020, não acarretou impacto significativo nas demonstrações financeiras. As providências adotadas pela administração não apresentaram efeitos significativos financeiros e patrimoniais. A finalidade da empresa de prestar serviços ao Ministério de Minas e Energia (MME) na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético permanece em pleno funcionamento.

A empresa divulgou ao mercado, colaboradores e demais interessados, as medidas de segurança e isolamento adotadas nas suas rotinas de trabalho, a fim de garantir a saúde de seus colaboradores e a manutenção das atividades, conforme disponível em epe.gov.br.

2 BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A) DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As Demonstrações Contábeis foram preparadas em conformidade com a NBC TG 1000(R1) - CONTABILIDADE PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS. Detalhes sobre as políticas contábeis da Empresa estão apresentadas na nota explicativa 3. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

8

B) MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Os itens incluídos nas Demonstrações Contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua ("moeda funcional"). As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da EPE, e a sua moeda de apresentação.

C) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com a NBC TG 1000(R1) - CONTABILIDADE PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS exige que a Companhia utilize julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados dos ativos e passivos, das receitas e despesas e divulgações. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua.

D) BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros não derivativos que são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

3 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis da EPE estão de acordo com a NBC TG 1000(R1) - CONTABILIDADE PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade. As políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

Para atender a Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964 e a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal, e considerando todas as alterações introduzidas nestes dispositivos legais, a EPE vem praticando, a partir de 2008, também a Contabilidade aplicada ao setor público por intermédio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, que permite o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros.

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa registrados na conta única do Tesouro Nacional. A partir da migração do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais para o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, ocorrida em 2008, os saldos disponíveis em conta bancária junto ao Banco do Brasil, aplicados no Fundo de Renda Fixa BB-Extra mercado FAE, provenientes de recursos gerados pela EPE, foram recolhidos ao Tesouro Nacional, em conta única, identificados em fonte de recursos próprios e vinculação específica na Unidade Gestora da Empresa.

Também foram alocados na Conta Única como recursos próprios os valores recebidos do MME, relativos aos créditos decorrentes de prestações de serviços realizados até março de 2008 e liquidados após a migração para Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, bem como os valores dos custos de estudos de viabilidade de projetos hidrelétricos e de transmissão reembolsados pelas concessionárias de energia elétrica vencedoras de licitações de energia e de redes de transmissão.

A partir do recolhimento dos recursos próprios para a Conta Única os valores disponíveis não estão sendo remunerados pelo Tesouro Nacional.

3.2 INSTRUMENTOS FINANCEIROS BÁSICOS

A EPE possui instrumentos financeiros não derivativos que são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, registrado no grupo do patrimônio - Ativo Não Circulante - Realizável Longo Prazo.

3.3 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

A EPE não possui Contas a Receber de Clientes desde sua migração do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais para o Orçamento Fiscal e da Seguridade, ocorrida em abril de 2008, quando deixou de emitir faturamentos.

9

3.4 IMOBILIZADO

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis aos bens necessários para uso da administração.

Reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos serão revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

Em conformidade com o NBC TG 1000 (R1), Seção 27 Redução ao Valor Recuperável de Ativos e tendo como último laudo do teste de impairment datado de 31 de dezembro de 2019, elaborado pela empresa contratada Framar Contabilidade Ltda, a administração não identificou qualquer evidência de falta de recuperabilidade dos ativos imobilizados para o exercício 2020.

3.5 ATIVOS INTANGÍVEIS - SOFTWARE

As licenças adquiridas separadamente são registradas pelo custo histórico. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das licenças.

As licenças de software adquiridas são capitalizadas também com base nos custos incorridos para a elaboração do ativo para a finalidade pretendida. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de amortização dos ativos serão revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

3.6 FORNECEDORES

As contas a pagar aos fornecedores são reconhecidas pelo valor atualizado até a data do balanço. Na rubrica de Fornecedores estão apropriadas as obrigações com as compras de insumos e de Ativo Imobilizado e Intangível, além das obrigações por serviços prestados por fornecedores nacionais.

3.7 PROVISÕES

A Empresa é parte envolvida em processos judiciais em andamento de natureza trabalhista, cível e tributária, com indicativo de perda provável na avaliação da Consultoria Jurídica da EPE.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando:

- A Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados;
- É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- O valor possa ser estimado com segurança.

3.8 PASSIVO CONTINGENTE

A Empresa é parte envolvida em diversos processos judiciais em andamento com possibilidades de perda remota, possível e provável, na avaliação da Consultoria Jurídica da EPE.

Seguindo-se aos critérios estabelecidos na NBC TG 1000(R1), seção 21, as ações judiciais com possibilidade de perda remota, não foram divulgadas nas demonstrações financeiras em Notas Explicativas, uma vez que são remotas as probabilidades de saída de recursos.

3.9 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

PREVIDÊNCIA PRIVADA

A partir das aprovações pelos órgãos internos da Empresa, compreendendo a Diretoria Executiva e os Conselhos de Administração e Fiscal e pelos órgãos externos da administração pública a quem se subordina, neles incluídos o Ministério de Minas e Energia – MME, a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) e a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, a EPE, na

condição de Patrocinadora, celebrou Convênio de Adesão com a Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS visando ingressar no Plano de Previdência denominado “Plano EPE”, estruturado na modalidade de Contribuição Variável – CV. Para custear o referido Plano, a EPE contribui mensalmente, paritariamente com os empregados e dirigentes ou aqueles em exercício de função, denominados Participantes, com parcelas calculadas sobre as remunerações, inclusive o 13º salário, conforme estabelecido no Plano de Custeio.

Para os empregados que optaram em contribuir a partir de sua admissão, a título de tempo de serviços passados, a EPE contribui com a mesma importância, nas condições estabelecidas no Regulamento Específico do Plano de Previdência ELETROS/EPE.

Foram definidas as seguintes contribuições previdenciárias para os participantes e a patrocinadora:

- 3% (três por cento) da parcela de remuneração mensal compreendida até o valor do teto de contribuição da Previdência Social e,
- 11% (onze por cento) da parcela de remuneração que exceder o limite do teto da Previdência Social.

Por opção do Participante, a contribuição mensal poderá ser reduzida semestralmente em 25% (vinte e cinco por cento) ou 50% (cinquenta por cento), ocorrendo também à redução da contribuição básica da Patrocinadora.

Dado às características definidas no Plano CV não existem obrigações adicionais da Patrocinadora após efetuar os pagamentos das contribuições.

As contribuições feitas pela Patrocinadora são reconhecidas como despesas de benefícios concedidos a empregados.

3.10 RECONHECIMENTO DA RECEITA

A EPE tem como atividade principal estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, tais como: energia elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados, carvão mineral, fontes energéticas renováveis e eficiência energética, dentre outras.

A Empresa reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

A) RECEITA DE SUBSÍDIOS PÚBLICOS

As receitas da EPE são oriundas de dotações orçamentárias, para custeio de despesas e investimentos, através do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. A Empresa poderá futuramente prestar serviços a terceiros, ensejando a emissão de Notas Fiscais de Serviços.

B) RECEITA FINANCEIRA

A receita financeira é decorrente da atualização da taxa Selic de tributos a compensar, da atualização monetária dos depósitos judiciais, dos descontos obtidos em pagamentos a fornecedores e atualização de direitos a receber.

4 CAIXA E EQUIVALENTES

Os Recursos estão identificados por fontes e vinculações oriundas do Tesouro Nacional (a) e por fontes de origem próprias (b), destinam-se principalmente ao pagamento de fornecedores, pessoal próprio e pessoal cedido de outras empresas estatais e de órgãos públicos, encargos sociais e previdência privada, vencíveis no início do mês seguinte, em consonância com as Programações Financeiras enviadas ao MME.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
A - Recursos do Tesouro Nacional (Conta Limite de Saque)	3.860	5.815
B - Recursos Próprios	27.543	26.863
Total	31.403	32.678

5 CONTAS A RECEBER – LEILÕES ANEEL

Reembolso de leilão ANEEL, em 2020 recebido R\$ 814 mil no mês de janeiro referente aos contratos de concessão 02 e 03/2019 - EKT 3 SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA SPE S.A

6 TRIBUTOS A RECUPERAR OU COMPENSÁVEIS

Os créditos tributários a recuperar ou a compensar originaram-se de:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
COFINS a Recuperar	1	-
IRPJ a Compensar	197	146
CSLL a Compensar	120	2
Antecipação de IRRF - 0561	104	82
IRRF a compensar	5	29
IRRF a restituir	19	-
CIDE a restituir	4	4
COFINS a restituir	-	3
ISS a restituir	5	5
Totais	455	271

Opostou-se por realocar os créditos referentes a IRPJ a compensar, CSLL a compensar e ISS a restituir para o longo prazo por não existir previsão no curto prazo para utilização dos referidos créditos, os demais foram mantidos no curto prazo, ficando assim distribuídos:

• Curto Prazo

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
COFINS a Recuperar	1	-
IRPJ a Compensar	-	146
CSLL a Compensar	-	2
Antecipação de IRRF - 0561	104	82
IRRF a compensar	5	29
IRRF a restituir	19	-
CIDE a restituir	4	4
COFINS a restituir	-	3
ISS a restituir	-	5
Totais	133	271

• Longo Prazo

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
IRPJ a Compensar	197	-
CSLL a Compensar	120	-
ISS a restituir	5	-
Totais	322	-

7 ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS

	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamento a Empregados	584	489
Adiantamento a Terceiros	-	4
Total	584	493

O saldo da conta adiantamento a empregado refere-se a adiantamento de férias.

8 DESPESAS ANTECIPADAS

12

Despesas antecipadas: Saldo residual de R\$ 3.195 mil referente às assinaturas, anuidades e contratos firmados para o exercício de 2020. Este valor será amortizado ao longo do exercício, de acordo com o princípio de competência.

9 DEPÓSITOS JUDICIAIS

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Previdenciárias (i)	3.488	3.286
Trabalhistas (ii)	221	220
Cíveis (iii)	145	136
Total	3.854	3.642

(i) Depósitos Judiciais – Previdenciários

A Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB realizou no exercício de 2009 o Mandado de Procedimento Fiscal nº 01.1.01.00.2009.001203-0, visando ao cumprimento das obrigações previdenciárias relativas à remuneração dos segurados empregados e contribuintes individuais.

Ao finalizar o Procedimento Fiscal, foi constituído crédito previdenciário e lavrados os autos de infração DECAB nº. 37.200.111-4, 37.200.112-2, 37.200.113-0, 37.200.114-9, 37.200.115-7, 37.200.116-5, 37.200.117-3, e 37.262.717-0, face ao entendimento da RFB de descumprimentos de obrigações principais e acessórias, imputando à empresa o lançamento de contribuições previdenciárias acrescidas de juros e multas. A decisão da RFB no processo administrativo tributário foi no sentido de manter o lançamento e tornar definitiva a constituição do crédito tributário.

Em razão de tais fatos, a EPE ingressou na 13ª. Vara Federal de Brasília - DF, ajuizando ação ordinária, com pedido de antecipação de tutela, resultando no Processo nº. 18936-44.2010.01.3400, visando suspender a exigibilidade do crédito tributário de forma a restabelecer a Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa das Contribuições Previdenciárias e de Terceiros até decisão definitiva da demanda judicial.

Por decisão da Justiça Federal da 13ª. Vara de Brasília - DF o pedido de antecipação de tutela foi indeferido, facultando à EPE o direito de realizar o depósito integral do débito controvertido, a fim de gerar de imediato os efeitos legais para suspensão da exigibilidade da cobrança e a garantia do juízo.

Em 14 de junho de 2010, após autorização da Diretoria Executiva da Empresa, realizou-se o depósito judicial, no valor de R\$ 1.887.652 com a finalidade de suspender a exigibilidade do crédito tributário discutido nos autos da ação anulatória de débito fiscal nº. 18936-44.2010.4.01.3400 em curso perante a 13ª Vara Federal de Brasília – DF. Tal depósito possibilitou a emissão da Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e de Terceiros em nome da EPE, em 25 de junho de 2010.

A Partir de 2016, os valores passaram a ser atualizados pelo Índice de Correção IPCA-e.

(ii) Depósitos Judiciais – Trabalhistas

Pagamentos de depósitos recursais e encargos processuais, que ao final dos processos serão revertidos. Até outubro/2017 os valores foram atualizados pelo índice do FGTS - TR + 3% ao ano - e a partir desta data pelo índice da Poupança.

(iii) Depósitos Judiciais – Cíveis

Refere-se ao pagamento de Depósito Judicial do Processo n. 2.9575-77-2017.4.01.3400, referente à multa de rescisão contratual do imóvel de Brasília/DF. Valor atualizado pelo Índice de Correção IPCA-e.

10 IMOBILIZADO

O imobilizado está avaliado ao custo de aquisição e sua depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada como segue:

Instalações – dez anos
Máquinas e Equipamentos – dez anos
Equipamentos de Informática – cinco anos
Móveis e Utensílios – dez anos

Taxa anual	Custo	Depreciação	31.12.2020	31.12.2019
------------	-------	-------------	------------	------------

13

Descrição	de depreciação	Corrigido	Acumulada	Líquido	Líquido
Instalações	10%	90	(90)	-	-
Máquinas e Equipamentos	10%	774	(673)	101	149
Equipamentos de Informática	20%	6.742	(4.673)	2.068	1.547
Móveis e Utensílios	10%	2.128	(1.924)	204	269
Benfeitorias em Andamento	-	2.302	-	2.302	-
Total		12.036	(7.360)	4.675	1.965

A movimentação do período está apresentada a seguir:

Descrição	31.12.2019 Líquido	Adições	Baixas	Depreciação	Baixa de Depreciação	31.12.2020 Líquido
Instalações	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	149	-	-	(48)	-	101
Equipamentos de informática	1.547	1.200	(1)	(679)	1	2.068
Móveis e utensílios	269	-	-	(65)	-	204
Benfeitorias em Andamento	-	2.302	-	-	-	2.302
Total	1.965	3.502	(1)	(792)	1	4.675

l) Baixas e permutas de bens tangíveis em 2020:

a) Equipamento de informática:

- Em 03/02/2020, doação conforme processo administrativo nº 4800.02.000405.2020.02, valor histórico de R\$ 1 mil totalmente depreciado.

11 ATIVOS INTANGÍVEIS

Os itens classificados como intangíveis no âmbito da EPE se referem às aquisições de licenças de softwares, de acordo com a norma emitida pelo CFC, NBC TG 1000(R1) – Seção 18.

A amortização do Ativo Intangível é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada em cinco anos.

Descrição	Taxa anual Amortização	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	31.12.2020 Líquido	31.12.2019 Líquido
Software	20%	10.950	(5.864)	5.086	3.447
Total		10.950	(5.864)	5.086	3.447

A seguir posição do intangível com a movimentação do período:

Descrição	31.12.2019 Líquido	Adições	Baixas	Amortização	Baixa de Amortização	30.12.2020 Líquido
Software	3.447	2.519	-	(880)	-	5.086
Total	3.447	2.519	-	(880)	-	5.086

12 FORNECEDORES NACIONAIS

Na rubrica de Fornecedores estão apropriadas as obrigações com as compras de insumos e de Ativo Imobilizado e Intangível, além das obrigações por serviços prestados por fornecedores nacionais.

Seu montante de R\$ 909 mil tem como principais fornecedores a serem pagos em janeiro de 2020: Brasoftware Informática (R\$ 898 mil) e diversos (R\$ 11 mil).

Em 21/12/2016 foi publicada portaria 443/2018, incorporada ao decreto 9.507/2018, art. 8º, V-b, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão que dispõe sobre as garantias contratuais ao trabalhador na execução indireta de serviços e os limites à terceirização de atividades, no âmbito da administração pública Federal direta, autárquica e fundacional e das empresas estatais federais controladas pela União.

14

Desta forma, em obediência a legislação vigente, a EPE a partir de 2017, passou a fazer as devidas retenções sobre os pagamentos das respectivas notas fiscais para depósitos em conta garantia vinculada ao CNPJ dos fornecedores, conforme quadro abaixo:

Fornecedor	Saldo remanescente
Industec Comercial e Serviços Ltda.	120,6
Kantro Serviços Terceirizados Ltda	175,4
RJ Locação de Veículos e Serviços	39,2
CIEE - RIO	3,8

13 OBRIGAÇÕES FISCAIS

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Retenções tributárias (i)	803	779
IRPJ e CSLL	-	4
PIS e COFINS (ii)	1	76
Total	804	859

(i) Valor referente à INSS s/ notas fiscais de fornecedores (R\$ 46 mil) e IRRF s/ salários (R\$ 757 mil) com vencimento no mês seguinte.

(ii) Valor referente ao PIS e COFINS sobre receitas financeiras. O saldo final é corresponde ao mês de dezembro/2020, com vencimento em janeiro/2021.

14 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

Os pagamentos das obrigações trabalhistas e sociais, tais como férias, 13º salário e os respectivos encargos incidentes (INSS, FGTS e Outros), são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Salários a pagar	3.015	3.035
Provisões de Férias e Encargos Sociais a Pagar	8.727	8.009
INSS a recolher	1.077	1.055
Total	12.819	12.099

15 PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A EPE é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária.

A administração, com base em pareceres de seus consultores jurídicos internos e consultores tributários externos, provisiona integralmente os processos cujo risco de perda seja classificado como provável. No passivo circulante estão os processos em terceira instância considerados como prováveis e com alta probabilidade de realização no exercício seguinte, sendo os demais processos prováveis a longo prazo.

As ações judiciais existentes na EPE estão assim apresentadas:

A) AÇÕES COM PERDAS PROVÁVEIS

O valor provisionado leva em consideração o valor da condenação indicado na decisão contrária a EPE e não necessariamente o valor da causa.

A decisão de provisionar considera a fase processual das ações judiciais e da própria natureza das demandas (ambiental, trabalhista ou cível). Em regra, solicita-se o provisionamento considerando a expectativa da execução do valor devido pela EPE. Considera-se apenas o risco classificado como provável.

15

Até dezembro de 2020 constituiu-se a Provisão de R\$ 7.718 mil de demandas judiciais, sendo R\$ 2.183 mil a curto prazo e R\$ 5.535 a longo prazo, com base no parecer da Consultoria Jurídica da EPE que realizou avaliação como perda provável, conforme abaixo:

Descrição	31/12/2019	Atualizações	Adições	*Reversões e Baixas	31/12/2020
Trabalhistas	2.306	56	-	(23)	2.339
Cíveis	144	6	-	(2)	148
Tributárias	4.972	259	-	-	5.231
Total	7.422	321	-	(25)	7.718

*Reversão trabalhistas e baixas cíveis

De acordo com análise dos riscos fiscais realizada pela CONJUR, a seguir as ações consideradas como perdas prováveis classificadas no Passivo Circulante, com estimativa de realização até dezembro/2021, e Passivo Não Circulante, com estimativa de realização a longo prazo, até a data do balanço:

Trabalhista – Passivo Circulante: R\$ 2.183 mil

Processo nº 00004852-08.2011.5.01.0027

Objeto: Diferenças salariais, reintegração com pagamento de salários e danos morais. Em primeira instância o pedido foi julgado procedente em parte, para deferir a reintegração ao emprego com pagamento de salários vencidos e vincendos, bem como a diferença salarial, sendo improcedente o pedido de danos morais. Em segundo grau, foi dado parcial provimento ao recurso da EPE, excluindo o pedido de diferenças salariais, mantendo-se a reintegração e pagamento de salários. O processo seguiu para o TST e posteriormente ao STF, onde aguarda julgamento de Agravo Interno na RLC 31532, estando concluso ao Relator.

Provisão: R\$ 920 mil

Processo nº: 0011113-21.2015.01.0244

Objeto: Pedido de Responsabilidade Subsidiária da EPE. Julgado procedente em parte. A EPE interpôs RO em 29/06/2016. Negado provimento ao RO. Interposto Recurso de Revista e Agravo de Instrumento em Recurso de Revista pela EPE. Aguardando julgamento.

Provisão: R\$ 62 mil

Processo nº: 0100803-91.2016.5.01.0061

Objeto: Pedido de Responsabilidade Subsidiária da EPE. A EPE foi condenada de forma subsidiária em 08/12/2016. Negado provimento ao recurso ordinário da EPE. Interposto Recurso de Revista e Agravo de Instrumento em Recurso de Revista, tendo sido improcedentes.

Provisão: R\$ 51 mil

Processo nº: 0101376-93.2016.5.01.0073

Objeto: Pedido de Reintegração com pagamento de salários de dano moral e subsidiariamente a reversão da justa causa.

Provisão: R\$ 600 mil

Processo nº: 0101581-53.2017.5.01.0020

Objeto: Pedido de diferenças de gratificação pelo exercício da função de contador responsável e correspondentes reflexos.

Provisão: R\$ 495 mil

Processo nº: 0100187-33.2017.5.01.0045

Objeto: Pedido de reintegração com pagamento de salários vencidos e vincendos, mais consectários. Pedido de dano moral. Eventualmente, a reversão da justa causa.

Provisão: R\$ 55 mil

Trabalhista - Passivo Não Circulante: R\$ 156 mil

Processo nº: 0100723-64.2019.5.01.0048

Objeto: Incorporação de Gratificação. Sentença favorável ao Autor. EPE está recorrendo ao TRT da 1ª Região. RO do autor em 30/04/2020.

Provisão: R\$ 156 mil

Cível - Passivo Não Circulante: R\$ 148 mil

Processo nº: 43042-75.2007.4.01.3400

Objeto: Edital 01/2007/EPE-atribuir ao autor mais 10,5 pontos na avaliação de títulos pelo exercício de nove anos de atividade profissional de nível superior. 10/03/2009 - Deferimento da Tutela Antecipada (para atribuir ao autor mais 9 pontos a título de experiência). 31/03/2009 - Al. 23/02/2010 - Sentença desfavorável para a EPE (confirmou a tutela) para que no concurso público para o cargo de Analista de Gestão Corporativa Jr Área de Finanças e Orçamento disciplinado pelo Edital nº 012007-EPE sejam atribuídos ao autor mais 9 pontos a título de experiência e em consequência seja ele contratado para o cargo de Analista de Gestão Corporativa Jr Área de Finanças e Orçamento. 15/03/2010 - AP interposto pela EPE. 04/12/2010 - Autos remetido para o TRF. Aguardando julgamento do recurso (27/06/2013 - recurso no gabinete do Des. Fed. Kassio Marques) 30/05/2018 - concluso para relatório e voto (6ª Turma) 11/01/2020 - processo migrado para o PJE. 14/12/2020: incluído em pauta para 08/02/2021.

Provisão: R\$ 1 mil

Processo nº: 5045000-02.2019.4.02.5101

Objeto: Cobrança de pagamento de remuneração e Participação nos Lucros - PL, em razão de da cessão de 3 empregados da Petrobrás S.A. Audiência de conciliação no processo realizada em 12/09/2019, sem acordo. Valor envolvido: R\$ 116.063,05 (R\$ 96719,21 referentes ao valor cobrado da EPE e R\$ 19.343,84 referentes a honorários advocatícios de sucumbência)

EPE apresentou contestação e reconvenção. Em 08/10/2019 foi negado pedido de suspensão do registro do devedor/EPE no CADIN (tendo em vista que a EPE não está inscrita no CADIN no momento, a CONJUR avaliou que não havia interesse em recorrer da decisão. SRF está monitorando a situação da inscrição da EPE no CADIN e, caso a PETROBRAS venha a incluir o nome da EPE neste cadastro no decorrer da demanda, a CONJUR formulará novo pedido de antecipação de tutela noticiando este fato novo).

Petrobras contestou a reconvenção apresentada pela EPE. EPE apresentou réplica. Em 10/09/2020, autos conclusos para sentença.

Provisão: R\$ 125 mil

Processo nº: 0029575-77.2017.4.01.3400

Objeto: Multa por extinção de Contrato de Locação de Imóvel em DF. Apresentação de Embargos à Execução em 09/2017, com depósito em Juízo do valor executado. Determinada a suspensão da Execução em 01/02/2019 até o julgamento definitivo dos Embargos.

Provisão: R\$ 22 mil

Processo nº: 0015181-23.2010.4.02.5101 (2010.51.01.015181-6)

Objeto: Participação dos empreendimentos EOL Pelado, EOL Lanchinha e EOL Serra de Santana I, II, III e IV no Leilão de Energia de Reserva e no Leilão de Fontes Alternativas de 2010. Sentença assegurou a participação dos empreendimentos EOL Lanchinha e EOL Serra de Santana I, II, III e IV no LER e no LFA de 2010. A sentença foi mantida pelo TRF2. EPE optou (decisão da Diretoria, encampada pela Presidência) por não apresentar REsp ou RE. Processo prossegue para apreciação do REsp interposto pela ANEEL. REsp da ANEEL foi inadmitido no TRF2. ANEEL apresentou Agr em REsp, que foi inadmitido monocraticamente. ANEEL apresentou AgrInt, ao qual foi negado seguimento. Decisão já transitou em julgado e autos foram remetidos ao TRF2. Processo com baixa em 29/10/2018 (GESTAMP não formulou judicialmente requerimento de cumprimento do julgado).

Provisão: Valor envolvido zero na medida em que não há condenação da EPE ao pagamento de honorários advocatícios.

Processo nº: 0003947-44.2012.4.01.3600

Objeto: Revogação De Licença Ambiental da UHE TELES PIRES - consulta Prévia aos índios Suspensão do Licenciamento. Em 12/12/2014, prolatada sentença julgando procedente o pedido, impondo aos réus obrigação de não fazer consistente no impedimento de prosseguir no licenciamento e nas obras da Usina Hidrelétrica Teles Pires até realização, pelo Congresso Nacional, de consulta aos povos indígenas afetados, Kayabi, Munduruku e Apiaká, tal como determina o art. 231, § 3º, da Constituição Federal. Na Apelação nº 0003947-44.2012.4.01.3600, em 14/03/2017 foi proferido acórdão conformando os termos da sentença. Apresentando Embargos de Declaração pelas apelantes, o processo foi remetido à Procuradoria Geral de Justiça no dia 18/10/2017. Acórdão publicado em 03/08/2018. Elaboração e protocolo do Recurso Especial e Extraordinário em 27/08/2018. 09/11/2019 – contrarrazões. 27/02/19 – Vistas à AGU. 03/07/2019 – Contrarrazões pela Procuradoria Regional da República. 10/10/19. Processo remetido à Vice-presidência do TRF1 para juízo de admissibilidade do RE e RESp (04/02/2020).

Provisão: Valor envolvido zero na medida em que não há condenação da EPE ao pagamento de honorários advocatícios.

Processo nº: Nº 1007-E COFIS/CGFIS/DIPRO 822/2008 PROCESSO Nº 02001.000822/2009-71

Objeto: Coletar 7.418 espécimes da fauna silvestre nativa, em desacordo com as autorizações obtidas (nº 61/2009, nº 116/2009 e nº 234/2009), sendo 97 indivíduos de espécies constantes de listas oficiais de fauna brasileira ameaçada de extinção ou da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção – CITES. Infração de acordo com o art. 70, parágrafo 1º c/c artigo 72, inciso II da Lei Federal nº 9.605/98 e artigo 3º inciso II c/c artigo 24, inciso I, II e parágrafo 6º do decreto federal nº 6.514/08. Interposto recurso em 25/04/2014. Aguardando julgamento.

Provisão: Valor envolvido zero pois não é necessário provisionar o valor levando em consideração que a questão ainda se encontra em âmbito administrativo.

Processo nº: 5030045-63.2019.4.02.5101

Objeto: Habilitação do empreendimento EOL Paineira Wind Farm para participar do Leilão SI - Boa Vista/2019. Juiz deferiu a Liminar. EPE interpôs Agravo de Instrumento (5003834-64.2019.4.02.0000) em 24/05/2019, cujo pedido liminar de suspensão dos efeitos da tutela foi rejeitado em 28.05.2019. EPE apresentou Informações em 31/05/2019. Sentença julgou o processo extinto sem exame do mérito. ENERPLAN opôs ED. Contrarrazões opostas em 28/10/2019. Em 19/02/2020, foi proferida sentença em ED, anulando a sentença anteriormente proferida, concedendo a segurança e reconhecendo o direito de o empreendimento participar do leilão. Apelação da EPE foi protocolada em 12/03/2020 (evento 72 dos autos).

Provisão: Sem quantificação de valor: A despeito da procedência do pedido, não houve condenação para o pagamento de quaisquer valores por parte da EPE.

Tributárias - Passivo Não Circulante: R\$ 5.231 mil

Processo nº: 04/354158/2008

Objeto: Auto de Infração. Lançamento de ISS sobre a contrapartida devida pela EPE em convênios realizados com o Ministério de Minas e Energia. Em 11 de outubro de 2019 a Secretaria Municipal de Fazenda anunciou os benefícios do programa CONCILIA RIO 2019, retomado pela Lei nº 6.640/2019, com prazo de adesão até 02 de janeiro de 2020. A diretoria executiva decidiu pela não adesão, permanecendo o débito suspenso até o trânsito em julgado.

Provisão: R\$ 1.834 mil.

Processo nº: 18936-44.2010.4.01.3400

Objeto: Com depósito judicial realizado em julho de 2010 houve a Suspensão de Exigibilidade do Crédito Tributário. Anular as exações fiscais apontadas pela Receita Federal do Brasil decorrentes dos autos de infração DECAB N. 372001114, 372001122, 372001130, 372001149, 372001157 372001165, 372001173 E 370923740.

Provisão: R\$ 3.397 mil

B) AÇÕES COM PERDAS POSSÍVEIS

Conforme a NBC TG 1000(R1) Seção 21, não foram constituídas provisões para demandas judiciais e administrativas que tiverem parecer da Consultoria Jurídica da EPE e da Cabrera Consultoria Contábil e Tributária LTDA, com avaliação de perda como possíveis.

A seguir as ações consideradas como perdas possíveis até a data do balanço:

Trabalhistas:

Processo nº: 0000789-29.2011.5.01.0044

Objeto: Pedido de admissão na EPE, por aprovação em concurso público. Obrigação de Fazer. Sentença procedente em parte com antecipação de efeitos da tutela. EPE interpôs recurso ordinário, logrando êxito na atribuição de efeito suspensivo por meio do ajuizamento de cautelar. Juntas as contrarrazões da EPE ao Recurso de Revista da Reclamante em 14/06/2018. Processo no TST aguardando julgamento. Processo encontra-se suspenso com repercussão geral Tema RE 960429.

Valor da causa: R\$ 5 mil.

Processo nº: 21.682.878-3

Objeto: Seja compelida a contratar dois menores aprendizes. Sentença proferida, tendo sido julgado procedente o pedido de reintegração e salários vencidos e vincendos, com deferimento de liminar para reintegrar o autor. Interposto recurso ordinário pela EPE, sem atribuição de efeito suspensivo por meio de cautelar

Valor da causa: Sem valor até o momento, podendo ser condenada em multa.

Cíveis:

Processo nº: 0032162-25.2013.4.02.5101 (2013.51.01.032162-0)

Objeto: Habilitação do empreendimento UTE Vista Alegre I (13A5-776) para participar do 2º Leilão A-5/2013. Sentença julgou procedente o pedido. TRF2, em sede de apelação, reformou a sentença e denegou a segurança. Impetrante apresentou resp. Resp foi inadmitido pelo TRF2. Impetrante interpôs AgrResp. Negado provimento ao AgrResp pelo STJ (decisão monocrática), em 13/03/2019. Energisa apresentou Agravo Interno ao ARResp, em 03/04/2019. Aguardando julgamento do Alnt em ARResp.

Valor da causa: R\$ 10 mil

Processo nº: 5039634-16.2018.4.02.5101

Objeto: Condenação da EPE ao pagamento de R\$ 14 mil decorrentes de suposta inadimplência no pagamento de obrigações decorrentes do CT.EPE.001/2009. EPE apresentou contestação. Autora intimada a falar em provas. Aguardando prolação de sentença.

Valor da causa: R\$ 17 mil (R\$ 14 mil referente ao valor da condenação requerida e R\$ 3 mil referente à condenação em honorários advocatícios pleiteada).

Processo nº: 0001948-66.2006.4.01.3600

Objeto: UHE Dardanelos - suspensão de obras de aproveitamento hidrelétrico. Em 17/11/2009 foi prolatada sentença julgando procedente em parte o pedido, confirmando a liminar que excluiu do leilão nº 002/2005 o empreendimento de geração de energia UHE Dardanelos e condenando os requeridos ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios arbitrados em R\$ 2000,00. Reexame necessário nº 2006.36.00.001948-8: em 13/12/2017 - processo remetido para sexta turma, para atribuição juiz(a) auxiliar. Em 05/06/2018, processo recebido pelo D. Daniel Paes. 14/08/2019 - Migração para o PJE ordenada.

Valor da causa: O valor envolvido ou estimado das referidas demandas é alto, R\$ 538.000 mil, na medida em que o autor indicou como valor da causa o valor do empreendimento. Entretanto não há valor econômico discutido (apenas obrigações de fazer e/ou não fazer relacionadas ao processo de licenciamento ambiental). A única condenação que pode ser aplicada à EPE é em relação ao pagamento de honorários advocatícios que, por sua vez, podem ou não ser arbitrados com base no valor da causa, daí a necessidade da indicação deste valor, a critério do juiz.

Processo nº: 0005891-81.2012.4.01.3600

Objeto: UHE TELES PIREZ - Revogação/Concessão de Licença Ambiental. 19/05/2012 - Devolvidos c/ sentença s/ exame do mérito. Na Apelação nº 0005891-81.2012.4.01.3600 foi proferido acórdão dando, por unanimidade, provimento ao recurso nos termos do voto do Relator em 09/10/2013. Em 06/11/2013, foi interposto pela EPE, Recurso Especial. Em 27/04/2018, o processo foi atribuído ao vice-presidente para juízo de admissibilidade de Resp e Rex. 16/04/2019 - conclusão para exame de admissibilidade. Processo migrado para o PJE em 14/11/2020.

Valor da causa: O valor envolvido ou estimado das referidas demandas é alto, R\$ 3.600 mil, na medida em que o autor indicou como valor da causa o valor do empreendimento. Entretanto não há valor econômico discutido (apenas obrigações de fazer e/ou não fazer relacionadas ao processo de licenciamento ambiental). A única condenação que pode ser aplicada à EPE é em relação ao pagamento de honorários advocatícios que, por sua vez, podem ou não ser arbitrados com base no valor da causa, daí a necessidade da indicação deste valor, a critério do juiz.

Processo nº: 0006037-50.2011.4.01.3603

Objeto: UHE Sinop - Revogação de Licença Ambiental. Em 09/01/12, Contestação da EPE protocolizada. Em 18/01/2017, proferido despacho para manifestação das partes sobre petição da perita. Em 13/02/2017 foi juntada petição da EPE. Em 28/11/2017, os autos foram recebidos em secretaria. Em 02/02/2018 - autos retirados pela ANEEL. 28/06/2018 - Processo extinto sem resolução do mérito em relação ao autor: SINDICATO RURAL DE SINOP, ante sua ilegitimidade ativa. 15/08/2018 - juntada de petição. 22/10/2019 - Nomeada perita para apresentação de proposta. 13/12/2019 - autos retirados pelo MPF. 17/01/2020 - Recebidos em Secretaria. 13/03/2020 - Parecer do MPF apresentado. 26/10/2020: migrado PJE. e petição do MPF apresentando quesitos.

Valor da causa: R\$ 10 mil

Processo nº: 0007766-48.2010.4.01.3603

Objeto: UHE Sinop - Revogação de Licença Ambiental. Em 25/10/2016 foi determinada a suspensão do processo. Em 02/05/2017 foi deferido o pedido do MPF para abertura de prazo para manifestação nos termos da decisão de fls. 933/933-v, com a remessa conjunta desses autos e dos autos nº 6037-50.2011.4.01.3603. Em 07/06/2018, foi deferido pedido do MP para integrar o polo ativo com a exclusão do primeiro autor. 10/10/2018 - suspensão do processo. 12/02/2020: processo migrado para PJE.

Valor da causa: R\$ 5 mil

Processo nº: 0006910-50.2011.4.01.3603

Objeto: UHE São Manoel - Pedido liminar de suspensão das audiências públicas. Em 2013 foi publicada sentença de procedência. Em 2015 os autos foram distribuídos por dependência ao Desembargador Federal Kassio Marques - 6ª Turma. Em 03/08/2018 o processo foi recebido no Gab do D. João Moreira. 20/07/2018 autos com MPF. 23/10/2019 - Processo em migração para o PJE, em 12/03/2020.

Em 09/07/2020, decisão autorizando o ingresso da EESM como assistente. Em 21/07/2020, embargos de declaração da EESM questionando sua admissão como assistente simples, ao invés de assistente litisconsorcial. Aguardando julgamento do reexame necessário

Valor da causa: R\$ 10 mil

Processo nº: 0014123-48.2013.4.01.3600 Apenso à ACP 0013839-40.2013.4.01.3600

Objeto: UHE São Manoel - Pedido liminar de suspensão das audiências públicas. Em 2017 foi determinado o apensamento do processo 176431620134013600. Em 11/2017 houve o ingresso da Empresa de Energia São Manoel S A no polo passivo da lide, na condição de assistente. 27/06/2018 - Prolatada Sentença: julgando procedente o pedido, para assegurar a realização de consulta livre, prévia e informada aos povos indígenas Kayabi, Munduruku e Apiaká, potencialmente afetados pela Usina Hidrelétrica São Manoel, a ser construída na bacia do Rio Teles Pires, situado entre os Estados do Mato Grosso e Pará. Sem custas e sem honorários, nos termos da fundamentação. Em 09/08/2018, apresentados Embargos de Declaração. Em 21/11/2018, autos conclusos para decisão. 19/08/2019 - Recurso de apelação interposto. 06/12/2019 - Contrarrazões. Processo migrado para o PJE em 10/06/2020. Aguardando envio ao TRF-1 para julgamento da apelação.

Valor da causa: R\$ 10 mil

Processo nº: 16007-78.2014.4.01.3600 - processo atrelado à ACP 0013839-40.2013.4.01.3600

Objeto: Licenciamento e obra da UHE São Manoel - Impacto nas Unidades de Conservação. Em 06/11/2017, EPE apresenta alegações finais. No dia 27/06/2018, os autos foram devolvidos com sentença sem exame do mérito por falta de interesse processual e perda do objeto. Apelação pelo MPF. Em 05/12/2018, os autos foram remetidos ao TRF da 1ª Região. 21/02/2019 - Processo recebido no gabinete. Processo migrado para o PJE (20/02/2020). Aguardando julgamento da apelação do MPF.

Valor da causa: O valor envolvido ou estimado das referidas demandas é alto, R\$ 1.829.864 mil, na medida em que o autor indicou como valor da causa o valor do empreendimento. Entretanto não há valor econômico discutido (apenas obrigações de fazer e/ou não fazer relacionadas ao processo de licenciamento ambiental). A única condenação que pode ser aplicada à EPE é em relação ao pagamento de honorários advocatícios que, por sua vez, podem ou não ser arbitrados com base no valor da causa, daí a necessidade da indicação deste valor, a critério do juiz.

Processo nº: 0017060-31.2013.4.01.3600

Objeto: Suspensão do Licenciamento e das obras da UHE Teles Pires. Em 10/10/2018, autos retirados pela Perita. Em 15/10/2018, juntado documento aos autos. Perícia designada para iniciar no dia 08/01/2019. 12/09/2019 - laudo apresentado pela perita. 12/12/2019.

Despacho determinando que o MPF se manifeste sobre o laudo, em 21/10/2019. MPF pede dilação do prazo para se manifestar, tendo o juiz deferido o pedido em 16/01/2020. Aguardando intimação da EPE para se manifestar sobre o laudo, em 15 dias. Em 24/06/2020, ordenada a migração para o PJE. Em 07/08/2020, petição da CHTP se manifestando sobre o laudo pericial. Em 05/10/2020, petição da EPE nos manifestando sobre o laudo pericial. Em 11/12/2020, petição da perita requerendo levantamento dos honorários.

Valor da causa: O valor envolvido ou estimado das referidas demandas é alto, R\$ 3.600 mil, na medida em que o autor indicou como valor da causa o valor do empreendimento. Entretanto não há valor econômico discutido (apenas obrigações de fazer e/ou não fazer relacionadas ao processo de licenciamento ambiental). A única condenação que pode ser aplicada à EPE é em relação ao pagamento de honorários advocatícios que, por sua vez, podem ou não ser arbitrados com base no valor da causa, daí a necessidade da indicação deste valor, a critério do juiz.

Processo nº: 0017643-16.2013.4.01.3600

Objeto: Suspensão do Licenciamento e das obras da UHE São Manoel - Terra Indígena Apiaká do Pontal e Isolados. Antecipação de tutela deferida para suspender o processo de licenciamento ambiental da UHE São Manoel até o julgamento da ACP. Suspensão de Liminar deferida pelo TRF1. Sentença julgou parcialmente procedente o pedido para condenar os Réus na obrigação de não-fazer consistente no impedimento de prosseguir o licenciamento e a construção da UHE São Manoel, por atingir povos indígenas isolados. De acordo com a própria sentença, seu cumprimento somente será possível após a sua confirmação em instância superior ou mediante determinação expressa da instância recursal. Sentença publicada em 19/11/18, recurso de Apelação interposta em 14/10/2019. Em 25/11/2019, contrarrazões à apelação pelo MPF. Aguardando julgamento da Apelação pelo TRF1. Processo migrado para o PJE, em 05.02.2020. Em 30/07/2020 parecer do MPF pelo improvimento dos recursos. Em 17/08/2020, petição da EESM informando o julgamento da SS 797 pelo STF e pedindo a perda do objeto do processo.

Valor da causa: O valor envolvido ou estimado das referidas demandas é de, R\$ 1.829.863 mil, na medida em que o autor indicou como valor da causa o valor do empreendimento. Entretanto não há valor econômico discutido (apenas obrigações de fazer e/ou não fazer relacionadas ao processo de licenciamento ambiental). A única condenação que pode ser aplicada à EPE é em relação ao pagamento de honorários advocatícios que, por sua vez, podem ou não ser arbitrados com base no valor da causa, daí a necessidade da indicação deste valor, a critério do juiz.

Processo nº: 0000521-24.2012.4.03.6007

Objeto: AAE da Bacia do Alto Paraguai. AI 0006389-25.2013.4.03.0000/MS- Acórdão em 07/11/2013: Não se justifica possa ser exigido dos empreendedores e das esferas de poder local, regional e federal, outros instrumentos fora daqueles previstos na lei e nas Resoluções ambientais expedidas pelo CONAMA. 09/05/2018. Vistos em inspeção. 21/06/2018 - juntada de petição. Em 07/06/2018, Despacho determinando que o MP se abstenha de administrativamente elaborar recomendações e criar embargos que contrariem a decisão proferida. Aguardando sentença. 21/07/2020 - conclusos para julgamento.

Valor da causa: Demanda com valor envolvido zero na medida em que não há condenação da EPE ao pagamento de honorários advocatícios e a Jurisprudência é contraditória.

Processo nº: 0043616-49.2017.4.01.3400

Objeto: Multa por extinção de Contrato de Locação de Imóvel. 24/10/2017 - Distribuição por dependência à Execução nº 0029575-77.2017.4.01.3400. Publicação de decisão em 19/12/2017 conferindo efeito suspensivo aos Embargos. Embargos à Execução julgados parcialmente procedentes, reduzindo o valor da execução para R\$ 19.569,97, em 04/10/2019. EPE opôs ED, questionando a condenação ao pagamento de juros. Aguardando julgamento dos ED. 11/12/2019 - Ao Embargado. Apelação já foi apresentada. Prazo para apresentação das contrarrazões, pela EPE, está suspenso devido à espera de julgamento dos ED. 25/03/2020 - conclusos para sentença. 28/08/2020 - ED não conhecidos. 11/09/2020 - publicação da sentença dos ED. 13/10/2020 - apelação interposta.

Valor da causa: R\$ 121 mil

Processo nº: 5009579-65.2018.4.03.6100

Objeto: Seja determinado à EPE que proceda à elaboração de uma Avaliação Ambiental Integrada (AAI) setorial para a geração de energia elétrica no Rio Pardo e, por conseguinte, na Bacia Hidrográfica do Médio Paranapanema, observando-se as regras e critérios estabelecidos pela literatura especializada e assegurando-se, em todas as fases da avaliação, a ampla participação dos setores científicos e da sociedade civil organizada, de modo a compatibilizar a geração de energia com a conservação da biodiversidade e a manutenção do equilíbrio hidroecológico regional. EPE já apresentou contestação.

Processo acaba de ser redistribuído para A Justiça Federal de São Paulo (Capital). Em 25/03/2020 foi prolatada sentença favorável à EPE. 12/08/2020 - remetidos os autos (em grau de recurso), para o Tribunal.

Valor da causa: R\$ 500 mil.

Processo nº: 5038373-79.2019.4.02.5101

Objeto: Habilitação dos empreendimentos UFV Eliseu Martins I e II para participar do 2º Leilão A-4/2019. EPE apresentou Informações em 27/06/2019. Sentença julgando o pedido Improcedente em 16/08/2019. Impetrante interpôs recurso de apelação. EPE apresentou contrarrazões em 19/09/2019. Aguardando julgamento da apelação.

Valor da causa: R\$ - mil (valor imaterial: cem reais)

Processo nº: 1013140-40.2019.4.01.3400

Objeto: Habilitação dos empreendimentos Monte Cristo Bomfim (19SI-0080), Monte Cristo Caracará (19SI-0083), Monte Cristo Súcuba (19SI-0084) e Monte Cristo Mucajá (19SI-0085), para participar do Leilão SI - Boa Vista/2019. Juízo deferiu liminar. EPE apresentou Informações em 05/06/2019. 26/05/2020 - sentença concedeu a segurança. 17/06/2020 - apelação protocolada pela EPE. 22/07/2020 - contrarrazões apresentadas
Valor da causa: R\$ 1 mil

Processo nº: 1006320-93.2019.4.01.3306

Objeto: Participação, no Leilão de Energia Existente A-4 de 2020, dos empreendimentos que já estiveram em operação comercial, mas que não mais se encontram por força do termo final de seus respectivos contratos. Afastamento dos empreendimentos que se enquadrem no conceito de energia nova. Liminar deferida. União agravou e logrou êxito na concessão da antecipação da tutela recursal. EPE apresentou contestação. Parecer do Ministério Público pela extinção da ação sem resolução do mérito. Sentença de extinção do processo, sem resolução do mérito. Autor apelou em 17/06/2020. EPE preparando contrarrazões. Juntada de parecer do MPF em 03/09/2020. Processo no TRF-1.
Valor da causa: Não foi atribuído valor à causa.

Processo nº: 007786-39.2010.4.01.3603

Objeto: Declarar a nulidade do procedimento de licenciamento ambiental da UHE Sinop e, cumulativamente, das demais componentes do complexo hidrelétrico do Rio Teles Pires. 19/05/2014: sentença pela improcedência dos pedidos; 04/11/2015: negado provimento à remessa oficial; 29/03/2016: interposto Recurso Especial (REsp) pelo Autor; 17/08/2018: agravo de decisão denegatória de Resp, que não foi conhecido; 28/02/2020: interposição de agravo interno pelo Autor. Agravo Interno Provido. Aguardando julgamento do REsp.
Valor da causa: R\$ 10 mil.

Fiscais:

Tratam-se de 28 (vinte e oito) processos administrativos de manifestações de inconformidades junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil resultante da não homologação de pedidos de compensações de tributos federais (PerDcomp), que conforme parecer jurídico foram avaliados como Possíveis de perdas. De acordo com o parecer técnico da Cabrera Consultoria Contábil e Tributária Ltda o montante atualizado até a data do balanço é de R\$ 8.098 mil.

C) AÇÕES COM PERDAS REMOTAS

As demais demandas judiciais e administrativas foram classificadas como remotas, e conforme a NBC TG 1000(R1) Seção 21, não são divulgadas em notas explicativas.

16 OBRIGAÇÕES COM A CESSÃO DE PESSOAL

As obrigações apresentadas neste grupo decorrem da cessão de servidor público e de empregados de empresas estatais à EPE. O saldo final é corresponde ao mês de dezembro/2020, com vencimento em janeiro/2021.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
1) Furnas S/A	-	24
2) Superior Tribunal de Justiça – STJ	25	30
3) Secretaria de Desen. E Indus. RJ – SEDES	-	8
4) Universidade de São Paulo – USP	-	-
Total	25	62

17 PREVIDÊNCIA PRIVADA COMPLEMENTAR

As obrigações financeiras da EPE com a ELETROS registradas no Passivo Circulante estão sendo cumpridas integralmente, são vencíveis até o 5º dia útil do mês subsequente aos descontos e ou aportes diretos dos Participantes, paritariamente com a contribuição da Patrocinadora e apresentam os seguintes saldos:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
A – Contribuições da Patrocinadora	307	306
B – Contribuições dos Empregados	310	310
Total	617	616

18 CAPITAL SOCIAL

O Capital Social da EPE totalmente integralizado pela União correspondente a R\$ 20.544 mil.

19 RESERVA LEGAL

No exercício 2020 foi apurado prejuízo de (R\$ 1.227 mil), o valor da reserva foi absorvido pelo prejuízo do exercício, conforme determina o art. 189 da lei 6.404/76, não havendo saldo na conta de Reserva Legal.

20 RESERVA ESPECIAL P/ DIVIDENDOS

No encerramento de 2019, tendo em vista o orçamento para o exercício 2020, Lei 13.978 de 17.01.2020, e considerando que a distribuição de dividendos concorre com o grupo de dotação orçamentária das despesas discricionárias, tornou a medida de manter o saldo da Reserva Especial para Dividendos para o exercício 2020, que foi totalmente absorvida pelo prejuízo acumulado do exercício.

21 ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL - AFAC

Em atendimento ao exposto na Ata da 4ª Assembleia Geral Ordinária da Empresa de Pesquisa Energética – EPE realizada em 24 de abril de 2020, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN representante do acionista, com base no Parecer SEI nº 6/2019/GESIE/COPAR/SUPEF/STN/FAZENDA-ME, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN e da Nota Técnica SEI nº 42/2019/CGGOV/DEGOV/SEST/SEDD-ME da Secretaria de Controle e Governança das Empresas Estatais – SEST, os recursos orçamentários recebidos em 2020 para fins de investimentos estão registrados como Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC, de acordo com a Macrofunção SIAFI 021122 (Item 2 da Ata da 4ª AGO).

O total de recursos recebidos para AFAC até dezembro de 2020 foi de R\$ 5.667 mil, conforme a seguir:

FONTE	PF SOLICITAÇÃO	DATA	PF RECEBIMENTO	ENTRADA DO RECURSO	RECURSO RECEBIDO
100	2020PF000012	02/03/2020	2020PF000242	03/03/2020	741
100	2020PF000012	02/03/2020	2020PF000265	05/03/2020	160
100	2020PF000016	02/04/2020	2020PF000353	03/04/2020	280
100	2020PF000016	02/04/2020	2020PF000353	03/04/2020	14
100	2020PF000018	05/05/2020	2020PF000524	26/05/2020	33
100	2020PF000027	02/07/2020	2020PF000654	02/07/2020	50
100/300	2020PF000035	01/09/2020	2020PF000871	02/09/2020	800
100	2020PF000039	23/09/2020	2020PF000928	23/09/2020	344
			2020PF000997	06/10/2020	105
100/300	2020PF000042	01/10/2020	2020PF001013	09/10/2020	358
			2020PF001019	13/10/2020	605
188	2020PF000056	17/12/2020	2020PF001315	17/12/2020	944
300			2020PF001326	18/12/2020	1022
100	2020PF000057/59C	18/12/2020	2020PF001326	18/12/2020	929
100/300/144	2020PF000060	18/12/2020	2020PF001344	22/12/2020	51
300	2020PF000062C	22/12/2020	2020PF000062	22/12/2020	-768
188	2020PF000068C	28/12/2020	2020PF000068	28/12/2020	-944
188	2020PF000069	28/12/2020	2020PF001370	29/12/2020	944
TOTAL RECEBIDO					5.667

Os recursos de AFAC recebidos foram destinados para pagamentos de investimentos, conforme a seguir:

INVESTIMENTO	PAGAMENTO	NOTA FISCAL	FORNECEDOR	VALOR DA NF	Nº DA ORDEM BANCÁRIA	PAGT. DE RETENÇÃO	Nº EMPENHO	NATUREZA DA DESPESA
EQUIP. INFORMÁTICA	05/05/2020	3355	DE OSION SERVICOS DE TEC. DA INF. LTDA	741	202008300238	202008300174	2019NE001882	440052
EQUIP. INFORMÁTICA	11/05/2020	4479	TORINO INFORMATICA LTDA	380	202008300286	202008300181	2019NE001771	440052
EQUIP. INFORMÁTICA	05/04/2020	32897	MCT INFORMATICA LTDA	280	202008300355	202008300246	2019NE001677	440052
BENFEITORIAS EM AN DAMENTO	20/04/2020	340	AC ARQUITETURA E CONSULTORIA LTDA	34	202008300385	202008300279	2020NE000293	440051
BENFEITORIAS EM AN DAMENTO	20/05/2020	342	AC ARQUITETURA E CONSULTORIA LTDA	33	202008300463	202008300325	2020NE000293	440051
BENFEITORIAS EM AN DAMENTO	05/07/2020	780	TI EN GENHARIA COMERCIO E SERVIÇO DE IN	50	202008300600	202008300801	2020NE000507	440051
BENFEITORIAS EM AN DAMENTO	29/09/2020	163	TI EN GENHARIA COMERCIO E SERVIÇO DE IN	521	202008300795	202008300799	2020NE000600	440051
BENFEITORIAS EM AN DAMENTO	29/09/2020	302	TI EN GENHARIA COMERCIO E SERVIÇO DE IN	669	202008300796/300	202008300808	2020NE000600	440051
BENFEITORIAS EM AN DAMENTO	15/10/2020	164	TI EN GENHARIA	179	202008300872/873	202008300874	2020NE000600	440051
BENFEITORIAS EM AN DAMENTO	04/11/2020	165/808	TI EN GENHARIA	138	202008300946	202008300948	2020NE000600	440051
BENFEITORIAS EM AN DAMENTO	26/11/2020	166/811	TI EN GENHARIA	84	202008301014	202008301015	2020NE000600	440051
BENFEITORIAS EM AN DAMENTO	21/12/2020	167/812	TI EN GENHARIA	434	202008301188	202008301187	2020NE000600	440051
SOFTWARE	28/12/2020	351	IHS INFORMACOES	1.420	202008301391	202008300689	2020NE000918/919	440040
SOFTWARE	29/12/2020	2453	FIGE NER ENGENHEIRO	944	202008301202	202008300672	2020NE000946	440040
TOTAL PAGO				5.667				

Entende-se que para as empresas com capital 100% público, os AFAC transferidos a partir de 1º de janeiro de 2017 podem ser classificados como instrumentos patrimoniais, desde que os repasses sejam capitalizados até a Assembleia Geral Ordinária (AGO) do exercício subsequente (art. 2º, § único, Decreto nº 2.673/1998), conforme Macrofunção SIAFI 021122 - item 2.3.8.

A Assembleia Geral Extraordinária marcada para o dia 20 de abril de 2021 deliberará sobre a integralização do AFAC. O aumento do Capital Social proposto é de R\$ 5.666.774,06 (cinco milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, setecentos e setenta e quatro reais e seis centavos), compreendendo os valores efetivamente recebidos e aplicados pela EPE, referentes aos créditos da União para investimentos em 2020.

A nova composição do Capital Social, após o aumento proposto será:

Capital Social antes da proposta	R\$ 20.544
Valor recebido em 2020 como AFAC	R\$ 5.667
Valor do novo Capital Social após o aumento	R\$ 26.211

Após aprovação pela Assembleia Geral Extraordinária, o art. 5º do Estatuto Social da EPE passará a vigorar com a seguinte redação:

O capital social da EPE, subscrito e integralizado totalmente pela União, é de R\$ 26.211.140,98 (vinte e seis milhões, duzentos e onze mil, cento e quarenta reais e noventa e oito centavos).

22 REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

Em atendimento a Resolução nº 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1º, letra "e", da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, o quadro abaixo demonstra as remunerações dos administradores e empregados, bem como os salários médios, no exercício de 2020, de acordo com o Plano de Cargos e Salários da EPE, aprovado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST:

Remuneração	Maior	Menor	Média
Administradores	R\$ 32.482,13	R\$ 11.445,67 ^(*)	R\$ 27.252,03
Empregados - Nível Médio	R\$ 28.785,90 ^(**)	R\$ 3.716,20	R\$ 5.418,29
Empregados - Nível Superior	R\$ 28.785,90 ^(***)	R\$ 10.539,95 ^(****)	R\$ 16.218,16

(valores expressos em reais)

(*) Honorários pagos à Dirigente cedido.

(**) Remuneração Global de empregado de cargo efetivo designado para o exercício de Função Gratificada.

(***) Remuneração Global de empregado de cargo efetivo designado para o exercício de Cargo em Comissão.

(****) Remuneração referente à empregada com redução de carga horária aprovada pela Diretoria Executiva.

23 CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA E FUNÇÃO

Custos e Despesas por função	31/12/2020	31/12/2019
Custos dos serviços prestados	(67.772)	(64.265)
Despesas operacionais	(33.714)	(42.273)
Outras receitas operacionais	100.198	107.873
Total	(1.288)	1.335

Custos e Despesas por Natureza	31/12/2020	31/12/2019
Com pessoal (i)	(81.066)	(81.022)
Materiais	(125)	(116)
Serviços de Terceiros (ii)	(8.659)	(9.693)
Gerais de Funcionamento das instalações (iii)	(7.926)	(8.990)
Gerais da Administração (iv)	(3.183)	(5.781)
Impostos, Taxas e Contribuições	(527)	(428)
Provisões para Contingências	-	(508)
Reversão de provisões para Contingências	23	167
Recuperação de Despesas e Custos	298	799
Doações Recebidas	-	2
Recursos recebidos do Tesouro Nacional - Nota 27	99.877	106.905
Total	(1.288)	1.335

(i) Incluem as remunerações, representadas por salários (R\$ 45.442 mil), aviso prévio e indenizações (R\$ 9 mil), provisões de férias (R\$ 5.363 mil), abono pecuniário de férias (R\$ 388 mil), 13º salário (R\$ 4.204 mil), encargos sociais - INSS, FGTS e Contribuição Sindical (R\$ 16.269 mil), salário maternidade e licença paternidade - prorrogação (R\$ 305 mil), outras remunerações (R\$ 40 mil) e benefícios - previdência privada, auxílio alimentação, transporte, moradia, creche, assistência médica e vale cultura (R\$ 9.046 mil) de todos os empregados da EPE, apropriadas até o mês de dezembro/2020.

(ii) Os valores apropriados até dezembro/2020, referem-se, aos serviços de consultorias (R\$ 3.870 mil), serviços de apoio técnico profissional (R\$ 836 mil), aquisição de pessoal (R\$ 578 mil), treinamentos (R\$ 995 mil), estagiários (R\$ 531 mil), serviços prestados por pessoas físicas (R\$ 23 mil) processamento de dados (R\$ 847 mil), manutenção de equipamentos de informática (R\$ 332 mil), serviço fiscal/tributário (R\$ 111 mil), locação de veículos (R\$ 184 mil), despesa com jovem aprendiz (R\$ 34 mil), serviço de clipping/mídia (R\$ 46 mil), cessão temporária e manutenção de softwares (R\$ 233 mil) e reforma das instalações (R\$ 39 mil).

(iii) Os custos e despesas contabilizados nestas contas incluem os valores apropriados até dezembro/2020, relativos a aluguel (R\$ 2.971 mil), manutenções e reparos (R\$ 4 mil), energia elétrica (R\$ 651 mil), telecomunicações (R\$ 81 mil), correios e malotes (R\$ 6 mil), reproduções (R\$ 11 mil), depreciação do ativo imobilizado e amortização do ativo intangível (R\$ 1.672 mil), Aluguel de equipamentos (R\$ 94 mil), serviços de limpeza e higiene (R\$ 765 mil), serviços gerais (R\$ 492 mil), condomínio (R\$ 1.175 mil) e conduções e lanches (R\$ 4 mil).

(iv) Referem-se à honorários da diretoria (R\$ 1.697 mil), honorários conselhos (R\$ 396 mil), viagens de empregados a serviço da empresa (R\$ 251 mil), assinaturas de bancos de dados e portais eletrônicos (R\$ 687 mil), despesas legais e judiciais (R\$ 14 mil), honorários comitê auditoria (R\$ 127 mil) e outras despesas (R\$ 11 mil) apropriadas no período de janeiro/20 a dezembro/2020.

24 APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA DE CUSTOS

Em janeiro de 2020 foi aperfeiçoado o sistema de rateio dos gastos com as rubricas "Gerais de Funcionamento das Instalações"; "Gerais da Administração" e "Impostos, Taxas e Contribuições". Esses gastos de difícil apropriação pelo método direto até o ano de 2019 eram apropriados como despesas. A partir de janeiro 2020 aplicou-se o método indireto utilizando como critério de rateio o quantitativo de vagas profissionais nas superintendências e equivalentes. Para fins de comparabilidade, foi utilizado o mesmo critério para os valores correspondentes ao ano 2019. A seguir, a tabela de rateio:

CC	DESPESAS - 30%																		CUSTOS - 70%										TOTAL																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																														
	1100	1101	1102	1103	1104	1105	1106	1107	1108	1109	1110	1111	1112	1113	1114	1115	1116	1117	1118	1119	1120	1121	1122	1123	1124	1125	1126	1127		1128	1129	1130	1131	1132	1133	1134	1135	1136	1137	1138	1139	1140	1141	1142	1143	1144	1145	1146	1147	1148	1149	1150	1151	1152	1153	1154	1155	1156	1157	1158	1159	1160	1161	1162	1163	1164	1165	1166	1167	1168	1169	1170	1171	1172	1173	1174	1175	1176	1177	1178	1179	1180	1181	1182	1183	1184	1185	1186	1187	1188	1189	1190	1191	1192	1193	1194	1195	1196	1197	1198	1199	1200	1201	1202	1203	1204	1205	1206	1207	1208	1209	1210	1211	1212	1213	1214	1215	1216	1217	1218	1219	1220	1221	1222	1223	1224	1225	1226	1227	1228	1229	1230	1231	1232	1233	1234	1235	1236	1237	1238	1239	1240	1241	1242	1243	1244	1245	1246	1247	1248	1249	1250	1251	1252	1253	1254	1255	1256	1257	1258	1259	1260	1261	1262	1263	1264	1265	1266	1267	1268	1269	1270	1271	1272	1273	1274	1275	1276	1277	1278	1279	1280	1281	1282	1283	1284	1285	1286	1287	1288	1289	1290	1291	1292	1293	1294	1295	1296	1297	1298	1299	1300	1301	1302	1303	1304	1305	1306	1307	1308	1309	1310	1311	1312	1313	1314	1315	1316	1317	1318	1319	1320	1321	1322	1323	1324	1325	1326	1327	1328	1329	1330	1331	1332	1333	1334	1335	1336	1337	1338	1339	1340	1341	1342	1343	1344	1345	1346	1347	1348	1349	1350	1351	1352	1353	1354	1355	1356	1357	1358	1359	1360	1361	1362	1363	1364	1365	1366	1367	1368	1369	1370	1371	1372	1373	1374	1375	1376	1377	1378	1379	1380	1381	1382	1383	1384	1385	1386	1387	1388	1389	1390	1391	1392	1393	1394	1395	1396	1397	1398	1399	1400	1401	1402	1403	1404	1405	1406	1407	1408	1409	1410	1411	1412	1413	1414	1415	1416	1417	1418	1419	1420	1421	1422	1423	1424	1425	1426	1427	1428	1429	1430	1431	1432	1433	1434	1435	1436	1437	1438	1439	1440	1441	1442	1443	1444	1445	1446	1447	1448	1449	1450	1451	1452	1453	1454	1455	1456	1457	1458	1459	1460	1461	1462	1463	1464	1465	1466	1467	1468	1469	1470	1471	1472	1473	1474	1475	1476	1477	1478	1479	1480	1481	1482	1483	1484	1485	1486	1487	1488	1489	1490	1491	1492	1493	1494	1495	1496	1497	1498	1499	1500	1501	1502	1503	1504	1505	1506	1507	1508	1509	1510	1511	1512	1513	1514	1515	1516	1517	1518	1519	1520	1521	1522	1523	1524	1525	1526	1527	1528	1529	1530	1531	1532	1533	1534	1535	1536	1537	1538	1539	1540	1541	1542	1543	1544	1545	1546	1547	1548	1549	1550	1551	1552	1553	1554	1555	1556	1557	1558	1559	1560	1561	1562	1563	1564	1565	1566	1567	1568	1569	1570	1571	1572	1573	1574	1575	1576	1577	1578	1579	1580	1581	1582	1583	1584	1585	1586	1587	1588	1589	1590	1591	1592	1593	1594	1595	1596	1597	1598	1599	1600	1601	1602	1603	1604	1605	1606	1607	1608	1609	1610	1611	1612	1613	1614	1615	1616	1617	1618	1619	1620	1621	1622	1623	1624	1625	1626	1627	1628	1629	1630	1631	1632	1633	1634	1635	1636	1637	1638	1639	1640	1641	1642	1643	1644	1645	1646	1647	1648	1649	1650	1651	1652	1653	1654	1655	1656	1657	1658	1659	1660	1661	1662	1663	1664	1665	1666	1667	1668	1669	1670	1671	1672	1673	1674	1675	1676	1677	1678	1679	1680	1681	1682	1683	1684	1685	1686	1687	1688	1689	1690	1691	1692	1693	1694	1695	1696	1697	1698	1699	1700	1701	1702	1703	1704	1705	1706	1707	1708	1709	1710	1711	1712	1713	1714	1715	1716	1717	1718	1719	1720	1721	1722	1723	1724	1725	1726	1727	1728	1729	1730	1731	1732	1733	1734	1735	1736	1737	1738	1739	1740	1741	1742	1743	1744	1745	1746	1747	1748	1749	1750	1751	1752	1753	1754	1755	1756	1757	1758	1759	1760	1761	1762	1763	1764	1765	1766	1767	1768	1769	1770	1771	1772	1773	1774	1775	1776	1777	1778	1779	1780	1781	1782	1783	1784	1785	1786	1787	1788	1789	1790	1791	1792	1793	1794	1795	1796	1797	1798	1799	1800	1801	1802	1803	1804	1805	1806	1807	1808	1809	1810	1811	1812	1813	1814	1815	1816	1817	1818	1819	1820	1821	1822	1823	1824	1825	1826	1827	1828	1829

25 SUBSÍDIOS DO TESOIRO NACIONAL

O saldo da conta representa os valores liberados pelo Tesouro Nacional, a título de subsídios públicos, com o objetivo de prover recursos para a cobertura dos custos, despesas e investimentos da EPE, na condição de empresa pública dependente e integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

26 RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	31/12/2020	31/12/2019
Receita Financeira (i)		
Rendas de Variações Monetárias	247	231
Descontos Obtidos	381	15
Rendas de Multas Aplicadas	22	15
Total	650	261
Despesas financeiras (ii)		
Variações monetárias	(322)	(284)
Juros e multa	(68)	(1)
Total	(390)	(285)
Resultado financeiro líquido	(260)	(24)

(i) Os saldos das contas representam os valores apurados relativos às receitas com atualização monetária de depósitos judiciais (R\$ 247 mil), descontos obtidos junto a fornecedores (R\$ 381 mil), majoritariamente o desconto obtido junto a PREVI sobre o pagamento de aluguel do imóvel no RB1, e rendas com penalidades aplicadas a fornecedores (R\$ 22 mil).

(ii) Despesas com juros e multa sobre pagamento de PASEP/COFINS (R\$ 6 mil) e IRPJ e CSLL (R\$ 62 mil) e atualização monetária sobre provisões para contingência (R\$ 322 mil). Multas e juros referentes aos recolhimentos dos tributos sobre receita de reembolso de leilão ano 2018 e retificação da declaração ECF ano 2018.

27 PREJUÍZO DO EXERCÍCIO E DESTINAÇÃO DO RESULTADO

O resultado apurado no exercício 2020 demonstra um prejuízo de (R\$ 1.227 mil), impactado pelo registro dos recursos recebidos para AFAC (R\$ 5.667 mil) não transitar pelo resultado como receita e dos ajustes para provisões para contingências ao longo do exercício.

Conforme determina o art. 189 da lei 6.404/76 o prejuízo é parcialmente absorvido pela Reserva de Lucro Especial para Dividendos e pela Reserva Legal, conforme quadro a seguir:

(-) Prejuízo Acumulado 2020	(R\$ 1.227 mil)
(+) *Reserva Especial para dividendos	R\$ 424 mil
(+) *Reserva Legal	R\$ 803 mil
(=) Prejuízo Acumulado após Compensações das Reservas de Lucros	-

* Utilizado o total das Reservas de Lucro para absorver o saldo de prejuízo acumulado em atendimento a Lei 6.404/76, art. 189, parágrafo único.

28 DIVIDENDOS MÍNIMOS OBRIGATÓRIOS E COMPLEMENTARES - ANO 2020

Previsto no estatuto social inciso III do artigo 112 os Dividendos Mínimos Obrigatórios e nos termos do art. 202 da lei 6.404/76 os Dividendos Complementares. No exercício 2020 em razão do prejuízo acumulado não foi apurado base de cálculo para destinação de Dividendos Mínimos Obrigatórios e Complementares.

29 AJUSTE DE EXERCÍCIO ANTERIORES

Até o terceiro trimestre de 2020 – em atendimento à NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (item 5), - foram reconhecidos como receita no atual exercício o montante de R\$ 230 mil, referente a receita de 90% do contrato de concessão nº 031/2018 – ANEEL/Solaris Transmissão de Energia S/A. atualizados monetariamente aos exercícios 2018 e 2019, e como despesa no exercício (R\$ 258 mil) referente a tributação e atualização monetária aos exercícios 2018 e 2019 sobre valores auferidos no referido

26

contrato e retificação da ECF, tendo como resultado líquido negativo de (R\$ 28 mil). As omissões nos exercícios anteriores foram consideradas imateriais por não ter influenciado na decisão econômica dos usuários das informações em razão de suas características.

30 INTERESSE PÚBLICO

De acordo com o art. 6º, § 2º, inciso I, do Estatuto Social da EPE c/c art. 8º, § 2º, inciso II, da Lei nº 13.303/2016, a EPE deve, por dever de transparência, evidenciar nas demonstrações financeiras as obrigações ou responsabilidades assumidas em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado. No entanto, em relação à EPE, é digno de registro que a justificativa que embasou sua criação está relacionada ao resgate da função estatal de planejamento do setor de energia. Para tanto, concebeu-se uma empresa cuja finalidade seria justamente desenvolver estudos e pesquisas para subsidiar “a formulação, o planejamento e a implementação de ações do Ministério de Minas e Energia, no âmbito da política energética nacional” (parágrafo único do art. 4º da Lei nº 10.847/2004).

A razão de existir da EPE está intrinsecamente relacionada às políticas públicas do setor de energia, das quais não pode necessariamente se afastar, sob pena de desvio do interesse público que justificou sua criação. Logo, em razão desta íntima relação com as políticas públicas do setor de energia, com a qual não concorre com qualquer outra empresa, é natural que o desempenho da atividade empresarial da EPE seja impactado, visto que orientado ao objetivo de subsidiar com estudos e pesquisas o Ministério de Minas e Energia no âmbito da política energética nacional. A atividade empresarial da EPE não é exercida em prol da maximização do retorno do investimento do acionista, que é a finalidade precípua das empresas privadas, mas sim pela eficiente realização das responsabilidades que lhe são atribuídas por lei e pelo Ministério de Minas e Energia. Em razão deste condicionamento das atividades empresariais, a EPE recebe da União os recursos necessários para o desenvolvimento de suas atividades.

31 EVENTO SUBSEQUENTE

O projeto de lei orçamentária de 2021 condicionou 65% (R\$ 26 milhões) das despesas discricionárias da EPE e 72% (R\$ 58 milhões) das despesas de pessoal e benefício, situação que traz incertezas para a execução orçamentária da EPE, especialmente pelos valores condicionados serem significativamente inferiores aos valores inicialmente orçados, gerando necessidade de readequação de toda a programação de gastos da empresa, e até mesmo comprometendo a capacidade de cumprir com suas responsabilidades. A redução do projeto de lei orçamentária é tão elevada que a EPE encontrará dificuldade para iniciar o exercício financeiro num possível cenário de um doze avos, bem como para se adequar ao longo do exercício após aprovação do orçamento.

Diante de tantos desafios e entendendo que a dependência por recursos do Tesouro (principalmente pela Fonte 100) é um fator decisivo para a configuração da situação mencionada acima, a empresa tem buscado estruturar propostas de solução para essa questão.

Uma das possibilidades levantadas é a destinação direta para a EPE de recursos destinados ao MME para realização de estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, provenientes das seguintes previsões legais:

a) Pesquisa e Desenvolvimento, estabelecida no art. 4º, inciso III, da Lei 9.991/2000:

Art. 4º Os recursos para pesquisa e desenvolvimento, previstos nos arts. 1º a 3º, exceto aquele previsto no parágrafo único do art. 1º, deverão ser distribuídos da seguinte forma: (Redação dada pela Lei nº 12.111, de 2009) (...) III – 20% (vinte por cento) para o MME, a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos. (Incluído pela Lei nº 10.848, de 2004)

b) Reserva Geral de Reversão, estabelecida art. 4º, § 4º, inciso III, da Lei 5.655/1971:

Art. 4º Serão computadas no custo do serviço das empresas concessionárias, supridoras e supridas, quotas anuais da reversão, com a finalidade de prover recursos para reversão, encampação, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. (Redação dada pela Lei nº 8.631, de 1993) (...) § 4º O poder concedente definirá a destinação específica dos recursos da Reserva Global de Reversão (RGR) aos fins estipulados neste artigo: (Redação dada pela Lei nº 13.360, de 2016) (...) III - para custeio dos estudos e pesquisas de

27

planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidroelétricos; (Redação dada pela Lei nº 13.360, de 2016)

Ressalte-se que as duas fontes de recursos acima mencionadas foram criadas no bojo da reforma do setor elétrico empreendida em 2004 e após uma abrangente abertura de mercado iniciada nos anos 1990, quando ficou patente que o Estado precisava deter uma capacidade técnica para desenvolver de forma continuada os estudos de planejamento para garantia da segurança energética do país.

Ademais, cumpre consignar que se a destinação direta de recursos for viável e implementada em nível suficiente para o "pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital", será possível retirar a condição de dependência orçamentária da EPE, permitindo avançar no recebimento dos ressarcimentos por estudo de inventários, concursos públicos e outras receitas eventuais.

32 CONCILIAÇÃO ENTRE O BALANÇO SOCIETÁRIO E O BALANÇO SIAFI

Em cumprimento ao Acórdão nº 2016/2006 do Tribunal de Contas da União – TCU, publicado no Diário Oficial da União em 6 de novembro de 2006, apresentamos a seguir as conciliações dos saldos das contas dos Balanços Patrimoniais registrados de acordo com a Lei nº 6.404/76 e suas alterações com os saldos registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, em conformidade com Lei nº 4.320/64, o DL nº 200/67, e a Lei Complementar nº 101/2000, intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal e suas atualizações.

Descrição	Lei 6.404/76	Lei 4.320/64	Diferença
Ativo Circulante	35.329	34.204	1.125
Ativo Não Circulante	13.937	13.728	209
Total do Ativo	49.266	47.932	1.334
Passivo Circulante	17.357	15.140	2.217
Passivo Não Circulante	5.535	5.612	-77
Patrimônio Líquido	26.374	27.179	-806
Total do Passivo	49.266	47.932	1.334

A conciliação apresentou uma diferença no total de R\$ 1.334 mil, considerada sem materialidade perante o patrimônio bruto. Não foi possível o ajuste no SIAFI em razão do prazo de fechamento do sistema ser exíguo para a conciliação entre os encerramentos da contabilidade privada e pública.

As justificativas por grupamento do Balanço Patrimonial estão descritas abaixo:

- a) O Ativo Circulante apresentou uma diferença de R\$ 1.125 mil conforme demonstrado na tabela abaixo. Os valores Adiantamentos Concedidos foram impactados pelo adiantamento de férias, tributos a compensar e despesas antecipadas, em função da diferença de critérios no reconhecimento dos créditos.

Descrição	Lei 6.404/76	Lei 4.320/64	Diferença
Adiantamentos Concedidos	584	4	580
Tributos a Recuperar/compensar	133	75	58
Despesas Antecipadas	3.195	2.701	494
Outros créditos	14	19	-5
Total	3.926	2.801	1.125

- b) As diferenças no Ativo Não Circulante, referem-se, principalmente, a atualização dos tributos a recuperar, imobilizado, do intangível. Pela diferença no prazo de fechamento do sistema, a regularização dos ajustes na Lei 4.320/64 se dará no próximo mês.

Descrição	Lei 6.404/76	Lei 4.320/64	Diferença
Tributos a Recuperar/compensar	322	401	-79
Depósitos judiciais	3.854	3.835	19
Imobilizado	4.675	4.739	-64
Intangível	5.086	4.753	333
Total	13.937	13.728	209

- c) O Passivo Circulante apresentou uma diferença de (R\$ 2.217 mil). Impactada, principalmente, pelos fornecedores, obrigações trabalhistas e sociais, provisões para contingências e retenções tributárias em função da diferença de critérios. A regularização dos ajustes na Lei 4.320/64 se dará no próximo mês.

Descrição	Lei 6.404/76	Lei 4.320/64	Diferença
Fornecedores	909	625	284
Obrigações Fiscais	804	1	803
Obrigações Trabalhistas e Sociais	12.819	12.105	714
Provisões para Contingências	2.183	2.022	161
Demais Obrigações de CP	642	387	255
Total	17.357	15.140	2.217

- d) O Passivo Não Circulante apresentou diferença de (R\$ 77 mil) no período. Pela diferença no prazo de fechamento do sistema, a regularização dos ajustes na Lei 4.320/64 se dará no próximo mês.

Descrição	Lei 6.404/76	Lei 4.320/64	Diferença
Provisões para Contingências	5.535	5.612	-77
Total	5.535	5.612	-77

- e) As diferenças no patrimônio líquido estão diretamente relacionadas as informações prestadas nos itens (a), (b), (c) e (d) e deverão ter suas regularizações providenciadas no próximo mês.

Assinado de forma digital por
THIAGO VASCONCELLOS BARRAL FERREIRA
 BARRAL FERREIRA:05514549623
 Dados: 2021.02.26 18:06:21 -03'00'

THIAGO VASCONCELLOS BARRAL FERREIRA
 Presidente

Assinado de forma digital por
GIOVANI VITÓRIA MACHADO
 MACHADO:01022919776
 Dados: 2021.02.26 17:58:34 -03'00'

GIOVANI VITÓRIA MACHADO
 Diretor de Estudos Econômico-Energéticos e Ambientais

Assinado de forma digital por
ERIK EDUARDO REGO
 Dados: 2021.02.26 15:40:35 -03'00'

ERIK EDUARDO REGO
 Diretor de Estudos de Energia Elétrica

Assinado de forma digital por
HELOISA BORGES BASTOS ESTEVES
 Dados: 2021.02.26 16:35:04 -03'00'

HELOISA BORGES BASTOS ESTEVES
 Diretora de Petróleo, Gás e Biocombustíveis

Assinado de forma digital por
ANGELA REGINA LIVINO DE CARVALHO
 Dados: 2021.02.26 17:37:22 -03'00'

ANGELA REGINA LIVINO DE CARVALHO
 Diretora de Gestão Corporativa

Assinado de forma digital por
SANDRO DA SILVA ABILIO
 ABILIO:04750118729
 Dados: 2021.02.24 14:21:26 -03'00'

SANDRO DA SILVA ABILIO
 Contador – CRC-RJ 093927/0

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA



DECLARAÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Senhores Thiago Vasconcellos Barral Ferreira, Giovani Vitória Machado, Erik Eduardo Rego, Heloisa Borges Bastos Esteves e Angela Regina Livino de Carvalho, respectivamente Presidente e Diretores da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, com sede a Esplanada dos Ministérios – Bloco “U”, 7º andar, Sala 743 - Edifício do Ministério de Minas e Energia - Brasília - DF - CEP: 70065-900 - Tel.: (61) 2032-5896, inscrita no CNPJ 069.777 47/0001-80, inscrita no CNPJ, em atendimento ao disposto nos incisos V e VI, do artigo 25, da instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que reviram, discutiram e concordaram com as Demonstrações Financeiras do exercício de 2020.

Brasília, 26 de fevereiro de 2021

Assinado de forma digital por
THIAGO VASCONCELLOS BARRAL FERREIRA:05514549623
Dados: 2021.02.26 11:41:19 -03'00'

THIAGO VASCONCELLOS BARRAL FERREIRA
Presidente

Assinado de forma digital por
GIOVANI VITÓRIA MACHADO:01022919776
Dados: 2021.02.26 11:37:09 -03'00'

GIOVANI VITÓRIA MACHADO
Diretor de Estudos Econômico-Energéticos e Ambientais

Assinado de forma digital por
HELOISA BORGES BASTOS ESTEVES
Dados: 2021.02.26 14:21:45 -03'00'

HELOISA BORGES BASTOS ESTEVES
Diretora de Estudos do Petróleo, Gás e Biocombustíveis

Assinado de forma digital por
ERIK EDUARDO REGO
Dados: 2021.02.26 14:06:27 -03'00'

ERIK EDUARDO REGO
Diretor de Estudos de Energia Elétrica

Assinado de forma digital por
ANGELA REGINA LIVINO DE CARVALHO
Dados: 2021.02.26 14:38:16 -03'00'

ANGELA REGINA LIVINO DE CARVALHO
Diretora de Gestão Corporativa

2

PROPOSTA DA DIRETORIA EXECUTIVA



PROPOSTA DA DIRETORIA EXECUTIVA PARA DESTINAÇÃO DO RESULTADO

Os Senhores Thiago Vasconcellos Barral Ferreira, Giovani Vitória Machado, Erik Eduardo Rego, Heloisa Borges Bastos Esteves e Angela Regina Livino de Carvalho, respectivamente Presidente e Diretores da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, com sede a Esplanada dos Ministérios – Bloco “U”, 7º andar, Sala 743 - Edifício do Ministério de Minas e Energia - Brasília - DF - CEP: 70065-900 - Tel.: (61) 2032-5896, inscrita no CNPJ 069.777 47/0001-80, inscrita no CNPJ, propõe a absorção do Prejuízo do Exercício 2020, no valor de R\$ 1.227.083,26 pelo saldo integral da Reserva Especial para Dividendos (R\$ 423.617,30) e parcial da Reserva Legal (R\$ 803.465,96), em atendimento ao parágrafo único do art. 189 da Lei 6.404/76, razão pela qual não haverá valores a serem destinados para constituição da Reserva Legal e para distribuição de Dividendos Mínimos Obrigatórios.

Brasília, 26 de fevereiro de 2021

Assinado de forma digital por
THIAGO VASCONCELLOS BARRAL FERREIRA:05514549623
Dados: 2021.02.26 11:42:31 -03'00'

THIAGO VASCONCELLOS BARRAL FERREIRA
Presidente

Assinado de forma digital por
GIOVANI VITÓRIA MACHADO:01022919776
Dados: 2021.02.26 11:37:41 -03'00'

GIOVANI VITÓRIA MACHADO
Diretor de Estudos Econômico-Energéticos e Ambientais

Assinado de forma digital por
HELOISA BORGES BASTOS ESTEVES
Dados: 2021.02.26 14:22:28 -03'00'

HELOISA BORGES BASTOS ESTEVES
Diretora de Estudos do Petróleo, Gás e Biocombustíveis

Assinado de forma digital por
ERIK EDUARDO REGO
Dados: 2021.02.26 14:06:44 -03'00'

ERIK EDUARDO REGO
Diretor de Estudos de Energia Elétrica

Assinado de forma digital por
ANGELA REGINA LIVINO DE CARVALHO
Dados: 2021.02.26 14:38:46 -03'00'

ANGELA REGINA LIVINO DE CARVALHO
Diretora de Gestão Corporativa

3

PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA EPE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Os membros do Conselho Fiscal da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, abaixo assinados, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, tomaram conhecimento da proposta da Administração, a ser submetida à aprovação da Assembleia Geral Ordinária - AGO, considerando o Relatório Integrado com as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, assim como do Parecer dos Auditores Independentes – Berkan Auditores Independentes S/S, de 26 de fevereiro de 2021, sem ressalvas, elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

Em cumprimento aos dispositivos legais que regem a matéria, registrou-se que a Empresa de Pesquisa Energética – EPE no exercício 2020 foi apurado prejuízo de R\$ 1.227 mil sendo totalmente absorvido pelas reservas de lucros, conforme determina o art. 189 da Lei nº 6.404/76, não havendo constituição de reserva legal e dividendos a distribuir ao acionista em 2020, conforme a seguir:

Descrição	Valores mil R\$
(-) Prejuízo Acumulado	(1.227)
(+) Utilização da Reserva de Lucro Especial para Dividendos	424
(+) Utilização do saldo parcial da Reserva Legal	803
(=) Saldo Final de Prejuízo Acumulado 2020 após utilização das Reservas	0
* Base de cálculo para Reserva Legal (5%)	0
** Base de Cálculo para Dividendos Mínimos Obrigatórios (25%)	0

* Artigo 193 da Lei 6.404/76.

** Artigo 112 item III do Estatuto Social.

Diante do exposto, o Conselho Fiscal da Empresa de Pesquisa Energética - EPE, no exercício de suas atribuições legais e estatutária, é de opinião que a Proposta da Administração para destinação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 encontra-se em condição de ser submetida à aprovação da Assembleia Geral Ordinária da EPE.

Brasília, 12 março de 2021.

ALEXANDRE LAURI
HENRIKSEN:29457
272854
Assinado de forma digital por ALEXANDRE LAURI HENRIKSEN:29457272854
Dados: 2021.03.12 17:51:08 -03'00'

ALEXANDRE LAURI HENRIKSEN

LUIS FELIPE MONTEIRO
SERRÃO:90566068753
SERRÃO:90566068753
Assinado de forma digital por LUIS FELIPE MONTEIRO SERRÃO:90566068753
Dados: 2021.03.12 19:11:28 -03'00'

LUIS FELIPE MONTEIRO SERRÃO

RODRIGO SAMPAIO MARQUES:7628814
5149
Assinado de forma digital por RODRIGO SAMPAIO MARQUES:76288145149
Dados: 2021.03.12 19:02:51 -03'00'

RODRIGO SAMPAIO MARQUES

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO



PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA DESTINAÇÃO DO RESULTADO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento aos dispositivos legais que regem a matéria, e considerando que a EPE apresentou no exercício de 2020 prejuízo de R\$ 1.227 mil, sendo este totalmente absorvido pelas reservas de lucros acumulados, conforme determina o art. 189 da Lei 6.404/76, não havendo assim saldo de lucro em 2020 para destinação de Dividendos Mínimos Obrigatórios e Complementares, conforme a seguir:

Descrição	Valores R\$
(-) Prejuízo do Exercício	(1.227.083,26)
(+) Reserva Especial para Dividendos	423.617,30
(+) Reserva Legal	803.465,96
Saldo Lucro/Prejuízo Acumulado	-
Base de cálculo para Reserva Legal (5%)	-
Base de Cálculo para Dividendos Mínimos Obrigatórios (25%)	-

O Conselho de Administração da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) manifesta-se favorável à absorção do Prejuízo do Exercício 2020, no valor de R\$ 1.227.083,26, pelo saldo integral da Reserva Especial para Dividendos (R\$ 423.617,30) e parcial da Reserva Legal (R\$ 803.465,96), em atendimento ao parágrafo único do art. 189 da Lei 6.404/76.

Brasília, 12 de março de 2021.

BENTO COSTA LIMA LEITE DE ALBUQUERQUE JUNIOR
Assinado de forma digital por BENTO COSTA LIMA LEITE DE ALBUQUERQUE JUNIOR
Dados: 2021.03.17 19:59:43 -03'00'

PAULO CESAR MAGALHAES DOMINGUES:38276054668
Assinado de forma digital por PAULO CESAR MAGALHAES DOMINGUES:38276054668
Dados: 2021.03.17 09:23:42 -03'00'

BENTO COSTA LIMA LEITE DE ALBUQUERQUE JUNIOR
Presidente do Conselho

PAULO CESAR MAGALHÃES DOMINGUES
Conselheiro

THIAGO VASCONCELLOS BARRAL FERREIRA:05514549623
Assinado de forma digital por THIAGO VASCONCELLOS BARRAL FERREIRA:05514549623
Dados: 2021.03.17 16:47:34 -03'00'

EVANDRO CESAR DIAS GOMES
Assinado de forma digital por EVANDRO CESAR DIAS GOMES
Dados: 2021.03.16 16:10:49 -03'00'

THIAGO VASCONCELLOS BARRAL FERREIRA
Conselheiro

EVANDRO CÉSAR DIAS GOMES
Conselheiro

RAFAELLA PECANHA GUZELA
Digitally signed by RAFAELLA PECANHA GUZELA
Date: 2021.03.17 16:56:43 -03'00'

ALINE COUTO DE AMORIM:08455494727
Assinado de forma digital por ALINE COUTO DE AMORIM:08455494727
Dados: 2021.03.15 17:53:09 -03'00'

RAFAELLA PEÇANHA GUZELA
Conselheira

ALINE COUTO DE AMORIM
Conselheira



55 47 3035-2668
Rua Guarani, 63
Garcia - 89.021-110
Blumenau | SC | Brasil
berkan@berkan.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Empresa de Pesquisa Energética – EPE
Rio de Janeiro – RJ

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da **Empresa de Pesquisa Energética – EPE**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referida apresenta adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Empresa de Pesquisa Energética – EPE** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Going Concern – Continuidade

As demonstrações financeiras acima referidas foram preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a uma companhia em atividade normal, as quais pressupõem a realização dos ativos, bem como a liquidação das obrigações no curso normal dos negócios. Contudo chamamos a atenção de que conforme apresentado na Nota Explicativa nº 31 às demonstrações financeiras, o projeto de lei orçamentária de 2021 condicionou a Companhia apenas 65% (R\$ 26 milhões) das despesas discricionárias e 72% (R\$ 58 milhões) das despesas de pessoal e benefício. Tal situação que reflete em incertezas relevantes para a execução orçamentária da EPE, especialmente pelos valores condicionados muito inferiores aos necessários para a manutenção da operação, diante disso gerando necessidade de readequação de toda a programação de gastos da empresa, e até mesmo comprometendo a capacidade de cumprir com suas responsabilidades.

Diante de tantos desafios e entendendo que a dependência por recursos do Tesouro é um fator decisivo para a configuração da situação mencionada acima, a empresa tem buscado estruturar propostas de solução para essa questão. Ademais, cumpre consignar que se a destinação direta de recursos for viável e implementada em nível suficiente para o "pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital", será possível retirar a condição de dependência orçamentária da EPE, permitindo avançar no recebimento dos ressarcimentos por estudo de inventários, concursos públicos e outras receitas eventuais. A continuidade operacional da Empresa dependerá do sucesso do plano de continuidade e ou de eventuais complementos de orçamento e repasse pela União. Nosso relatório de auditoria não contém modificação em virtude deste assunto.



55 47 3035-2668
Rua Guarani, 63
Garcia - 89.021-110
Blumenau | SC | Brasil
berkan@berkan.com.br

AFAC - Parecer SEI nº5142/2020/ME

Conforme nota explicativa nº 21, seguindo a recomendação da PGFN, representante do acionista, pelo parecer SEI Nº 6/2019/GESIE/COPAR/SUPEF/STN/FAZENDA-ME, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN e da Nota Técnica SEI nº 42/2019/CGGOV/DEGOV/SEST/SEDD-ME da Secretaria de Controle e Governança das Empresas Estatais – SEST, conforme aprovado na AGO de 23 de abril de 2020, a EPE destinou os recursos orçamentários recebidos para fins de investimento neste exercício especificamente para a conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, sem transitar no resultado, de acordo com a Macrofunção SIAFI 021122. Nosso relatório de auditoria não contém modificação em virtude deste assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 27 de janeiro de 2020, sem ressalva.

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação à Demonstração Financeira tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



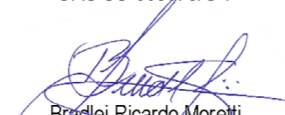
55 47 3035-2668
Rua Guarani, 63
Garcia - 89.021-110
Blumenau | SC | Brasil
berkan@berkan.com.br

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau, 26 de fevereiro de 2021

Berkan Auditores Independentes S.S.
CRC SC-009075/O-7


Bradley Ricardo Moretti
Contador CRC SC-023618/O-6

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE



DECLARAÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA DA EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA – EPE SOBRE OS RELATÓRIOS DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os Senhores Thiago Vasconcellos Barral Ferreira, Giovani Vitória Machado, Erik Eduardo Rego, Heloisa Borges Bastos Esteves e Angela Regina Livino de Carvalho, respectivamente Presidente e Diretores da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, com sede a Esplanada dos Ministérios – Bloco “U”, 7º andar, Sala 743 - Edifício do Ministério de Minas e Energia - Brasília – DF - CEP: 70065-900 - Tel.: (61) 2032-5896, inscrita no CNPJ 069.777.47/0001-80, em atendimento ao disposto nos incisos V e VI, do artigo 25, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas pela Berkan Auditores Independentes S/S., constantes do Relatório dos Auditores Independentes relativo às Demonstrações Financeiras do exercício de 2020 emitido em 19 de fevereiro de 2021.

Brasília, 26 de fevereiro de 2021

THIAGO VASCONCELLOS BARRAL FERREIRA
Assinado de forma digital por
THIAGO VASCONCELLOS BARRAL
FERREIRA:05514549623
Dados: 2021.02.26 11:29:18 -03'00'

THIAGO VASCONCELLOS BARRAL FERREIRA
Presidente

GIOVANI VITÓRIA MACHADO
Assinado de forma digital por
GIOVANI VITÓRIA MACHADO:01022919776
Dados: 2021.02.26 11:35:18 -03'00'

GIOVANI VITÓRIA MACHADO
Diretor de Estudos Econômico-Energéticos e Ambientais

HELOISA BORGES BASTOS ESTEVES
Assinado de forma digital por
HELOISA BORGES BASTOS ESTEVES
Dados: 2021.02.26 14:17:26 -03'00'

HELOISA BORGES BASTOS ESTEVES
Diretora de Estudos do Petróleo, Gás e Biocombustíveis

ERIK EDUARDO REGO
Assinado de forma digital por
ERIK EDUARDO REGO
Dados: 2021.02.26 14:06:02 -03'00'

ERIK EDUARDO REGO
Diretor de Estudos de Energia Elétrica

ANGELA REGINA LIVINO DE CARVALHO
Assinado de forma digital por
ANGELA REGINA LIVINO DE CARVALHO
Dados: 2021.02.26 14:36:51 -03'00'

ANGELA REGINA LIVINO DE CARVALHO
Diretora de Gestão Corporativa

FICHA TÉCNICA

Composição dos cargos em 31 de dezembro de 2020

Ministro de Minas e Energia

Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior

Conselho de Administração

Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior (Presidente)

Aline Couto de Amorim

Evandro César Dias Gomes

Reive Barros dos Santos

Thiago Vasconcellos Barral Ferreira

Conselho Fiscal

Alexandre Lauri Henriksen (Presidente)

Luís Felipe Monteiro Serrão

Rodrigo Sampaio Marques

Comitê de Auditoria

Herbert Adriano Quirino dos Santos (Presidente)

Joaquim Rubens Fontes Filho

Luís Carlos da Conceição Freitas

Diretoria Executiva

Thiago Vasconcellos Barral Ferreira (Presidente)

Angela Regina Livino de Carvalho

Erik Eduardo Rego

Giovani Vitória Machado

Heloisa Borges Bastos Esteves

Coordenação

Mariana de Assis Espécie

Thiago Vasconcellos Barral Ferreira

Telefones e Endereços

Escritório Central (base operacional)

Praça Pio X, nº 54 – 5º andar, Centro

Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20091-040

Telefone: (21) 3512-3100

Fax: (21) 3512-3198

Escritório-sede

Esplanada dos Ministérios, Bloco "U" - Ministério

de Minas e Energia – Sala 744 – 7º andar

Brasília – DF – CEP: 70.065-900

Telefone: (61) 2032-5896

